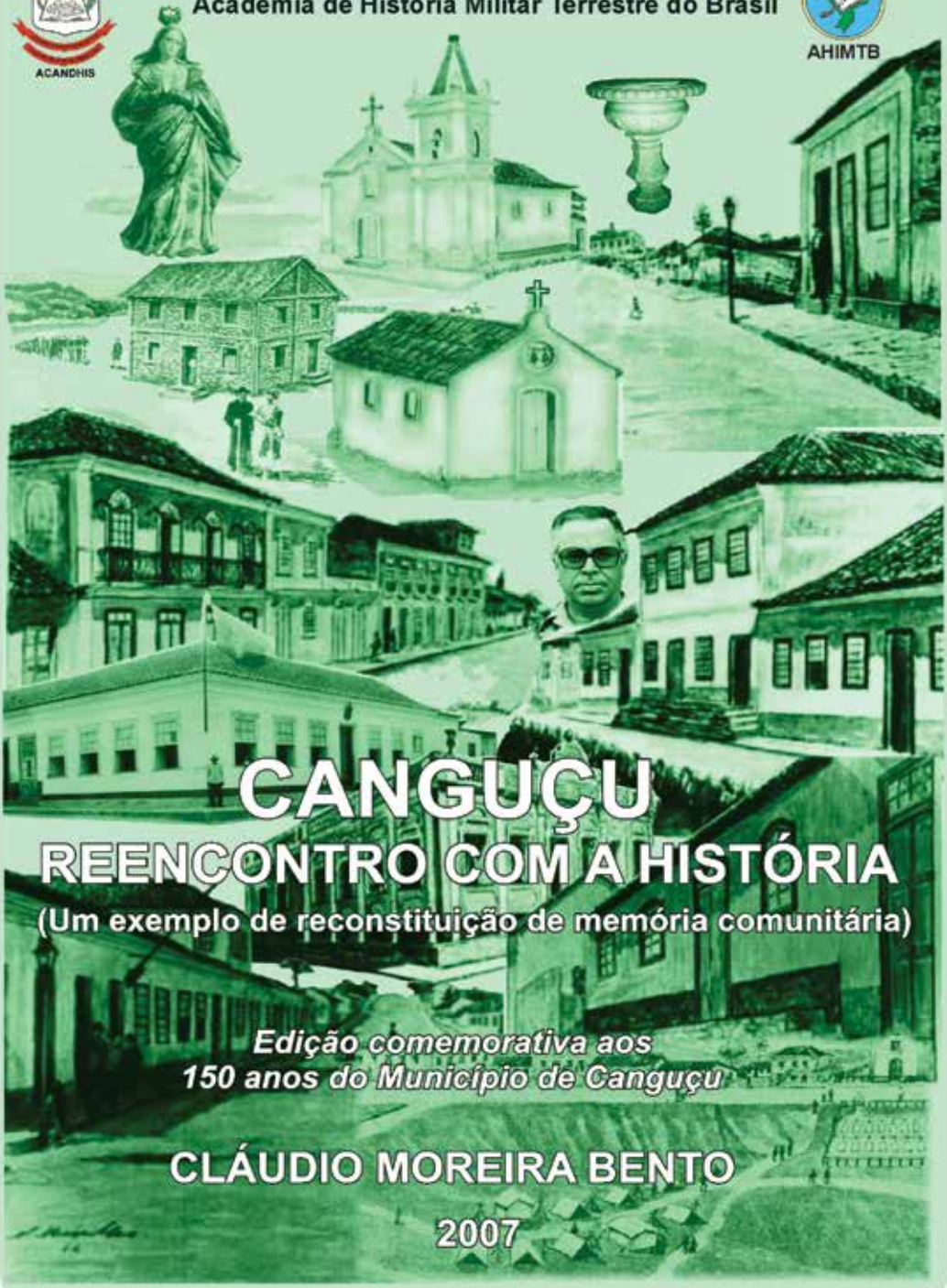
Academia Canguçuense de História
Academia de História Militar Terrestre do Brasil

ACANCHIS

AHIMTB



CANGUÇU
REENCONTRO COM A HISTÓRIA
(Um exemplo de reconstituição de memória comunitária)

Edição comemorativa aos
150 anos do Município de Canguçu

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

2007

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

CANGUÇU
REENCONTRO COM A HISTÓRIA: UM EXEMPLO DE RECONSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA COMUNITÁRIA

Comemorativo dos 150 anos do Município de Canguçu - RS, em 2007

Edição da ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (AHIMTB)

BARRA MANSA – RJ, 2007

Composição da capa: Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Stumpf Bento. Ela representa a visão do autor de Canguçu de sua infância e adolescência, do local onde nasceu, onde figura a sua foto, e como historiador da comunidade, recorrendo a aquarelas de Nilson Meireles Prestes, de Cartão Postal idealizado por Maria da Graça Valente da Silveira e brasão da ACANDHIS por ela idealizado, ambos membros efetivos da ACANDHIS. E mais fotos do Arquivo Conrado Ernani Bento e desenhos de Canguçu ao tempo da Revolução Farroupilha, elaborados por orientação do autor por Cilka Neves para a Comissão de História do Exército em 1971. Destaques para os dois mais preciosos e antigos símbolos da comunidade, a imagem de sua padroeira e a pia batismal, na qual desde 1851 foram batizadas diversas gerações de canguçuenses, inclusive o autor no Natal de 1932.

Digitação dos originais: O autor e a maior parte, a Professora Maria Verônica de Abreu.

Ilustrações pelo autor com fotos do Arquivo Conrado Ernani Bento, o patrono da ACANDHIS. Fotos não ideais para impressão. “Mas ruim com elas, pior sem elas.”

CIP - CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL NA PUBLICAÇÃO

Bento, Cláudio Moreira
Canguçu reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária. Barra Mansa - RJ, ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007. 2ª edição.

ISBN 978-85-60811-00-7

1- História de Canguçu – RS
2- História do Rio Grande do Sul
3- História Militar do Rio Grande do Sul

Catalogação na publicação
Departamento Nacional do Livro

DEDICATÓRIA

Em memória de meus pais Conrado Ernani Bento
e Cacilda Moreira Bento.

Homenagem a meus parentes canguçuenses e afins das grandes famílias Gomes, Borbas, Mattos, Moreiras e Bentos.

Homenagem a meus conterrâneos, meus heróis neste reencontro com suas histórias.

Aos meus confrades da Academia Canguçuense de História que tem me ajudado desde 1988 a preservar, pesquisar, cultuar e divulgar a História de Canguçu e de sua gente.

Ao Colégio Aparecida aonde iniciei meus estudos, pelo carinho e respeito com a obra histórica de seu ex-aluno de 1938/44, a conservando e a divulgando em sua Biblioteca criada pela minha saudosa mestra e incentivadora Irmã Firmina Simon.

A Canguçu minha querida terra natal que distante fisicamente da mesma por contigência da carreira que abracei, sempre procurei estar junto a ela espiritualmente e a levar longe e alto o seu nome.

As futuras gerações de canguçuenses para que não sintam como eu senti, um dia menino e adolescente, haver nascido num local aparentemente sem história, a qual a resgatei em meio século de pesquisas.

Agradecimentos

Agradecimentos as valiosas colaborações recebidas para tornar este trabalho realidade, com destaque para os integrantes da Academia Canguçuense de História, em especial os de sua diretoria e mais nosso filho Comandante Carlos Norberto Moreira, autor da capa do livro e administrador do site onde colocou diversos assuntos históricos sobre Canguçu.

SUMÁRIO

- Advertência importante ao leitor 09
- Apresentação 10
- Prefácio da presente edição 11
- Prefácio da 1ª edição 13

CAPÍTULO - 1

ORIGENS DE CANGUÇU 15
- Índios Tapes seus primitivos habitantes 15
- Povoação açoriana de Canguçu 16
- Canguçu Baliza Caminho Histórico 17
- Primeira estância em Canguçu 19
- Canguçu base de guerrilhas contra os espanhóis 20
- Significação da palavra Canguçu (teorias) 23
- Povoamento das terras de Canguçu 27
- Canguçu fronteira de fato entre Espanha e Portugal 1777/1801 31
- Real Feitoria do linhocânhamo do Rincão do Canguçu (Canguçu Velho) 33
- Primeiros sesmeiros de Canguçu 40
- A cidade de Canguçu surge de uma questão de terras 47
- A importância estratégica militar de Canguçu 49
- Canguçu na Cartografia até 1788 50
- Rafael Pinto Bandeira o desbravador de Canguçu 53

CAPÍTULO - 2

CANGUÇU DO CURATO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 57
- A fundação de Canguçu 57
- O primeiro inspetor da capela de Canguçu 58
- O criador de Canguçu Tenente General Veiga Cabral 59
- O padre visitador que presidiu a fundação de Canguçu 61
- A guerra de 1801, reflexos em Canguçu 64
- Aspectos históricos do ano da fundação de Canguçu 65
- Proposta para Canguçu pertencer à capela de Pelotas a ser criada 68
- Colocação do Sacrário na Capela de Canguçu 69
- Canguçu de 1780/1804, segundo seu primeiro povoador em carta 70

- O sábio padre Rodovalho visitou Canguçu 73
- Primeiro esboço e descrição de Canguçu (da atual cidade) 74
- Canguçu na criação da Capitania do Rio Grande em 1807 77
- Canguçu na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1812 79
- A criação da Freguesia de N.S. da Conceição de Canguçu em 1812 81
- O criador da Freguesia de Canguçu o Príncipe Regente D. João 83
- Visita a Canguçu do Bispo do Rio deJaneiro em 1815 83
- Canguçu nas guerras contra Artigas 87

CAPÍTULO - 3
CANGUÇU – DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL AO SEU VILAMENTO 91
- Canguçu na Independência do Brasil 91
- A Guerra Cisplatina 1825/28, reflexos em Canguçu 93
- Incorporação de Canguçu ao criado município de Piratini em 1830 95
- Canguçu na Revolução Farroupilha 97
- Canguçu na batalha do Seival e na proclamação da República Rio Grandense 98
- Serra dos Tapes reduto farrapo 99
- Importância militar de Canguçu - Piratini 99
- Canguçu acampamento da Ala Esquerda do Exército Imperial de Caxias 100
- Em Canguçu o malhete maçônico de Bento Gonçalves 102
- O 1º Combate de Canguçu 25/26 out.1843 103
- O 2º Combate de Canguçu 6 nov 1843 105
- “Combate renhido sob vivíssimo fogo” segundo Caxias 107
- Atos de bravura no 2º combate de Canguçu 108
- Chico Pedro retorna a Canguçu depois de Porongos 109
- Caxias adverte Chico Pedro, o Moringue 112
- O patrono de Exército em Canguçu 112
- O patrono da Infantaria em Canguçu 114
- Canguçu nas Memórias de Chico Pedro ou Moringue (Barão de Jacuí) 115

- Caldwell, Andrade Neves e Chico Pedro em Canguçu.....118
- Canguçu e Piratini "locais de mais perigo e mais farrapos".....119
- Aspectos vários de Canguçu durante a Revolução Farroupilha... 121
- Caxias e Canguçu em sua correspondência 122
- Apontamentos da Revolução por um canguçuense (Ten. Caldeira) 124
- Canguçu na Guerra contra Oribe e Rosas 1851/52 126

CAPÍTULO - 4

CANGUÇU DO VILAMENTO À REPÚBLICA 129
- Canguçu município gêmeo de Passo Fundo 129
- Instalação do município de Canguçu..... 131
- O criador do município de Canguçu 134
- Administrações de Canguçu no Império 1857/1888 135
- Guerra do Paraguai 1865/70 138
- O 30º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu..... 141
- O Comandante dos canguçuenses na Guerra do Paraguai (Ten. Cel. Theóphilo Matos)..... 144
- Retorno dos canguçuenses da guerra (cerimônia no Cerro da Liberdade)..... 146
- Descrição do combate de Curupaiti por um canguçuense 147
- Canguçu da guerra do Paraguai à Abolição 149
- A ponte do passo do Acampamento no rio Piratini 152
- Abolicionismo em Canguçu 152

CAPÍTULO - 5

DA REPÚBLICA À REVOLUÇÃO DE 30 156
- Antecedentes..... 156
- A Proclamação da República..... 158
- A Revolução de 93 (ver mapa) 160
- As lideranças militares da Revolução em Canguçu..... 164
- Movimentação da tropa de Canguçu 164
- A grande marcha de Gumersindo Saraiva..... 166
- O sítio do Rio Negro 170
- O último ano da Revolução..... 171
- Consequências da Revolução em Canguçu..... 172
- Intendentes de Canguçu 1889/1930..... 174

- Um perfil biográfico do Cel. Leão Silveira Terres 175
- Canguçu em 1905, segundo Eduardo Wilhelmy 179
- Canguçu em 1908, segundo Lassance Cunha 181
- Chegada do 1º automóvel em Canguçu 185
- Revolução de 23 190
- Revolução de 23 em Canguçu 192
- Operações em Canguçu - síntese 193
- Combate do Cerro Partido 18 jul 1923 195
- Combate do Canguçu Velho 14 ago 1923 197
- Ten. Cel. João Paulo Prestes 199
- Veteranos canguçuenses 199
- O livro histórico da igreja e a Revolução 200

CAPÍTULO - 6
DA REVOLUÇÃO DE 30 AO CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO 1957 202
- Revolução de 30 202
- Prefeitos 1930/1957 204
- Inauguração da luz elétrica 205
- Elevação de Canguçu à cidade 209
- Canguçu em 1942 212
- 2ª Guerra Mundial 213
- Aterragem do 1º avião em Canguçu 15 jul. 1945 223
- 1º Centenário de Canguçu 233
- Últimas administrações 1957/80 234
- Semana Legislativa de Canguçu de 2004 239
- Câmara de Vereadores de Canguçu 1946/2007 246

CAPÍTULO - 7
FILHOS ILUSTRES DE CANGUÇU 250
- Cel. Joaquim Teixeira Nunes 250
- Comendador Manoel José de Freitas 257
- Felisberto Ignácio da Cunha – Barão de Correntes 259
- General Honorário Hipólito Pinto Ribeiro 263
- General Revolucionário de 23 José Antônio Mattos Neto (Zeca Neto) 267
- André Leão Puente 271

- Cel. da Guarda Nacional Genes Gentil Bento 275
- Arcebispo D. Otaviano de Albuquerque 278
- Cel. Brigada Militar Juvêncio Maximiano Lemos 280

CAPÍTULO - 8
COMPLEMENTOS À PRIMEIRA EDIÇÃO DE 1983 291
- Lançamento Canguçu reencontro com a História, 1ª edição 291
- Fundação da Academia Canguçuense de História 13 set. 1988 292
- Plaqueta Município Canguçu – formação histórica 1991 292
- Plaqueta Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu 1783 293
- Canguçu 200 anos – obras publicadas sob a égide da ACANDHIS 294
- Livro 200 anos da Igreja N.S. da Conceição - sumário 295
- Livro Canguçu 200 anos - sumário 296
- Revista dos 200 anos de Canguçu da ACANDHIS - sumário 297
- Livro Dos Lemes aos Mattos, Moreiras e Bento de Canguçu - apreciação 301
- Canguçu na Internet no site www.resenet.com.br/users/ahimtb 303
- Comenda do Cerro da Liberdade da ACANDHIS justificativa de sua criação ..... 304 / 305

ANEXOS
- Preservadores da Memória Canguçuense
- Autor Currículo Cultural 1970/2006 308
- ACANDHIS, histórico e membros 324

CAPÍTULO - 9
CANGUÇU - FOTOS HISTÓRICAS 328

ADVERTÊNCIA IMPORTANTE AO LEITOR

O presente livro é uma condensação da pesquisa original, ora bastante ampliada com notas, iconografia e complementos do livro publicado em 1983 – **Canguçu – reencontro com a História – um exemplo de reconstituição de memória comunitária.**

Ele conserva no texto do livro publicado em 1983 e na presente reedição ampliada o número de cerca de 850 notas de referência deixadas no texto.

E o conteúdo dessas 850 notas de referência pode o leitor e, principalmente o pesquisador interessados a buscar os seus textos em cópias xerox da pesquisa original, colocadas pelo autor em 1983, nos seguintes locais, onde espera elas tenham sido preservadas.

Em Canguçu: Na Biblioteca N.S. Aparecida, na Biblioteca Municipal, no Museu Capitão Henrique Barbosa e com a acadêmica Professora Yonne Maria Sherer Bento, vice presidente da ACANDHIS (exemplar da Igreja N. S. da Conceição).

Em Porto Alegre: No arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no da Cúria Metropolitana e Círculo de Pesquisas Literárias do RGS. (CIPEL)

No Rio de Janeiro: Nos Arquivos Nacional, no do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Arquivo Histórico do Exército.

A pesquisa original continua em poder do autor integrando o Arquivo Conrado Ernani Bento.

Na presente edição os complementos foram incluídos sempre que oportunos sob a expressão "**Nota:**".

O autor

APRESENTAÇÃO DA PRESENTE EDIÇÃO

O presente trabalho se refere a uma amplição parcial de nossa obra **CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA – UM EXEMPLO DE RECONSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA COMUNITÁRIA**, publicado pelo Instituto Estadual do Livro em 1983 no total de 500 volumes.

Trabalho por sua vez que se constitui numa síntese, por questões de economia, de uma pesquisa bem mais ampla sobre Canguçu, que elaboramos de 1956 a 1983, por 27 anos e a qual se referem os números constantes do texto desta síntese e referentes a pesquisa original inédita, da qual reproduzimos diversas cópias disponíveis para consultas em meu poder na ACANDHIS, na Biblioteca do Colégio N. S. Aparecida, Biblioteca Municipal de Canguçu, Arquivo Histórico do RGS, IHGRGS, Cúria Metropolitana, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para enriquecer e atualizar o trabalho publicado em 1983, acrescentamos ao final de determinados trechos a palavra “Nota:”. E a seguir o acréscimo como atualização. Esperamos poder reeditar o trabalho com toda a sua iconografia, que aqui reproduzimos as mais importantes.

Este trabalho possui como moldura a História Militar do Brasil no Rio Grande do Sul, aspecto predominante no Rio Grande do Sul de 1800/1932, por cerca de 132 anos: Reflexos em Canguçu das guerras: Guaranítica 1752/56, as do Sul 1763/75, a de 1801, a de 1812, às contra Artigas 1816 e 1820, à Cisplatina 1825/28, a Revolução Farroupilha 1835/45, à contra Oribe e Rosas 1851/52, à contra o Uruguai em 1864, a do Paraguai 1865/70, a Revolução Federalista e Revolta na Armada 1893/95, a Revolução de 23, a de 24/26, e a de 30 e a de 32 que teve seu epílogo em 20 de setembro de 1932 em Cerro Alegre, em Piratini. Votos de bom proveito aos internautas canguçuenses que a cada dia aumentam mais, e interessados na História de Canguçu.

O autor

PREFÁCIO DA PRESENTE EDIÇÃO

Coube-nos a honrosa tarefa de prefaciar “Canguçu Reencontro Com A História” – um exemplo de reconstituição de memória comunitária em sua 2ª edição, ampliada e enriquecida em comemoração ao 150 anos de nosso município, e de autoria do Cel. Cláudio Moreira Bento, com quem somos ligados por laços de família, culturais e, sobretudo, de amizade.

Afirmamos sem medo de errar, ser este livro uma das mais importantes produções do autor, fruto de mais de 50 anos de incansáveis pesquisas com vistas a restaurar a bela e rica história da terra e gente canguçuense, que há 51 anos ele encontrou coberta por espessa camada de patina dos tempos. É um suporte de informações, um manancial de ensinamentos e de revelações, de consultas e pesquisas da maior seriedade e veracidade, enriquecidas pelos pareceres pessoais de Cláudio Moreira Bento. Com sua autoridade reconhecida de historiador de projeção estadual, nacional e internacional e, em particular como o historiador militar brasileiro, considerado o maior historiador vivo, do Exército Brasileiro, onde fez brilhante e longa carreira e ainda goza de especial estima e consideração.

Esta obra histórica-literária é um instrumento didático de interpretação e difusão de fatos, transmissão de conhecimentos, documentação e entretenimento. É mais do que um produto, é um símbolo cultural, um modelo a ser seguido por pesquisadores interessados em resgatar, as memórias perdidas de seus municípios.

Não pretendemos alongar-nos, para não privarmos o lei-

tor de mergulhar, sem perda de tempo, na magia das letras que o transportará à épocas por ele não vividas, mas quem sabe, por algum ancestral seu ou personalidades, que com suas sabedorias e seus trabalhos contribuíram para o bem de nossa terra muito amada e também por Cláudio, que em suas pesquisas sobre Canguçu, fisicamente longe de sua querência em função de sua carreira militar, esteve sempre espiritualmente, junto à sua gente, que está de parabéns por ver que existiu, existe e sempre existirá canguçuenses seguidores do belo exemplo do Cel. Cláudio Moreira Bento, preocupados em resgatar e divulgar a história e as tradições sob a luz da mais autêntica verdade, coerente com esta sentença que ele pronuncia com freqüência – História é Verdade e Justiça!

Alimentamos o firme desejo e justificada esperança de que este livro seja o lume que despertará em cada leitor canguçuense, de nascimento ou de coração, uma forte centelha de apreço e de justificado orgulho pelo nosso querido Canguçu.

CAIRO MOREIRA PINHEIRO

Acadêmico Coordenador da Academia
Canguçuense de História ACANDHIS e
Academia Piratiniense de História – ACAPHIS
Conselheiro do Instituto João Simões Lopes Neto

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

O presente trabalho de Cláudio Moreira Bento vem lançar luz sobre um dos períodos mais obscuros, mais desconhecidos e, todavia, da maior importância na formação sul-riograndense.

Efetivamente, nossa bibliografia tem sido rica em informações sobre a descida do lagunense João de Magalhães ou a subida de Cristóvão Pereira ao longo do Litoral; sobre a fundação do quartel de Rio Grande, a invasão espanhola, o êxodo dos primeiros povoadores para os Campos de Viamão; ou o reassentamento lusitano, já com o aporte açoriano, às margens do rio Jacuí, em Rio Pardo. Mas, após a retomada de Rio Grande, a História parece silenciar e só retomará às páginas de nossos livros ao eclodir da rebelião farroupilha.

No entanto, foi nesse lapso de tempo que surgiu uma primeira geração de "continentinos", fixando estâncias, com uma mão semeando o trigo e com a outra empunhando a espada em defesa do terreno ainda olhado pela Espanha. Não foi por acaso que nossos mais antigos documentos arquitetônicos – as belas sedes de estâncias – terminaram formando como que uma espécie de trincheira ao longo do rio Camaquã. Nossa "Ouro Preto" não é urbana: é um pontilhar de estabelecimentos pastoris, convenientemente reforçados, que vêm desde a Barra, a Charqueada, a Pacheca, passando pela Estância de Figueira, até a Armada, as estâncias dos Borba e Mattos, até o Cristal, Almas e Combate. Situadas em seu legítimo contexto histórico, as ruínas da Estância Cristal – um patrimônio da nacionalidade – significam para a civilização luso-brasileira tanto quanto as ruínas de São Miguel significam para a civilização hispano-jesuítica. Um marco de grandeza. Que o Rio Grande desconhece.

Cláudio Moreira Bento, neste livro, faz-nos reencontrar com este pedaço perdido de nossa história.

É claro, por sua temática corajosamente inovadora, o livro poderá, sob este ou aquele aspecto, gerar polêmica en-

tre os especialistas. Causa estranheza o fato da Real Feitoria do Linhocânhamo ser aqui localizada em terra, adentro, distante alguns quilômetros das águas navegáveis (ilha da Feitoria). No entanto, mesmo em seus aspectos polêmicos esta obra reafirma sua intenção maior, que é a de atrair atenção para um terreno tão escassamente palmilhado e estudado pelos homens de pesquisa.

BARBOSA LESSA
(do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Nota: Nesta ocasião ainda não havia sido publicada a plaqueta **Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu 1783/1789.** Canguçu: Prefeitura Municipal/ ACANDHIS, 1999 e nem o Conselho Estadual de Cultura havia declarado por unanimidade que a Real Feitoria não funcionou no hoje ilha da Feitoria (da estância com este nome e não sede da Real Feitoria).

Assim o autor aguarda até hoje quem prove, com base em fontes primárias que a Feitoria não teve por sede Canguçu Velho, que assim passou a se chamar em 1800, quando da fundação de Canguçu ser ela transferida de Canguçu Velho, 11 anos depois da Real Feitoria se mudar para São Leopoldo.

CAPÍTULO 1
Origens de Canguçu

ÍNDIOS TAPES
PRIMITIVOS HABITANTES DE CANGUÇU

Fundação do Rio Grande do Sul em 1737 em Rio Grande atual, pelo Brigadeiro José da Silva Pais (Fonte: BENTO. **História da 3ª Região Militar** v.1 p.81)

As terras de Canguçu, junto com as dos outros municípios situados nas serras do Tapes e do Herval, são as mais antigas do Rio Grande do Sul. Geologicamente fazem parte do núcleo sul-rio-grandense que integra o complexo cristalino brasileiro, com solos com cerca de 1 bilhão e meio de anos.

Os primitivos habitantes de Canguçu foram os índios Tapes que emprestaram o nome à serra onde se assenta o município. Na época da fundação do Rio Grande este grupo indígena era pouco numeroso. Seus últimos remanescentes em Canguçu, ao que se sabe, findaram seus dias no Posto Branco na década de 30. Existem vestígios dos mesmos na população da região de Canguçu Velho (Fávila, Terra dos-Tapes, Pulguedo) **(1)** onde, segundo vários testemunhos, encontram-se sinais de cemitérios indígenas.Quando da fundação da cidade de Rio Grande, em 1737, marco do povoamento português do Rio Grande do Sul, tropas do fundador

brigadeiro José da Silva Pais e de estanceiros lagunistas que desde 1733 começaram a se estabelecer em torno de Porto Alegre atual, na região denominada genericamente Viamão, escaramuçaram com os Tapes que habitavam as terras de Canguçu. **(2)** É muito provável que os Tapes em Canguçu, sob a direção dos jesuítas, passaram a formar ali uma guarda avançada para obstacular penetrações portuguesas nas 11 estâncias jesuítas que abasteciam de gado os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai e mais quatro do outro lado do referido rio. Estâncias que se estendiam nas pastagens do enorme quadrilátero formado pelos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Lagoa dos Patos, rios Camaquã, Negro e Quaraí e que tinham como grandes porteiras São Martinho, na serra de mesmo nome, e Santa Tecla, próximo a Bagé. **(3)** Os cursos d'água funcionavam como enormes cercas do imenso mangueirão que continha em seu interior grandes manadas de gado selvagem (alçado ou chimarrão), atrativo e econômico à exploração e povoamento inicial do Rio Grande do Sul, particularmente por levas e levas de paulistas, como um substitutivo depois do alejamento sofrido na exploração do ouro em Minas Gerais, em conseqüência da guerra entre Paulistas e Emboabas 1708-1709. **(4)**

Durante a guerra de 1763-77, vamos ter algumas poucas e esparsas notícias dos índios Tapes em Canguçu, através de relatórios de Rafael Pinto Bandeira que lá esteve a morte e que segundo lenda ali teria conhecido e vivido um romance com uma índia minuano **(5)**, filha de um cacique.

POVOAÇÃO AÇORIANA DE CANGUÇU

Entre 1747-1750, deram entrada no Rio Grande do Sul, provenientes dos Açores, numerosos casais que passaram à História com o nome genérico de açorianos. **(6)** Eles destinavam-se, numa primeira fase, a povoar a faixa litorânea entre a ilha de Santa Catarina e o arroio Chuí e forte São Miguel, conquistado em 1737, por Silva Pais. **(7)** Com a celebração do Tratado de Madrid em 1750, a partir da terceira leva chegada ao Rio Grande, passaram a ser destinados a povoar os

Sete Povos das Missões que Portugual deveria receber da Espanha, em troca da Colônia do Sacramento. Muitos casais se fixaram e prosperaram em Povo Novo da Torotama, entre as atuais cidades de Rio Grande e Pelotas.

As levas destinadas aos Sete Povos inicialmente se aglutinaram em torno de Rio Grande. Posteriormente foram enviados para Porto de Dorneles atual Porto Alegre para seguirem na esteira do Exército Demarcador de Portugal que remontando o Jacuí, até o passo São Lourenço, dali penetraria nos Sete Povos das Missões. Após evacuados os índios missioneiros que habitavam a região, eles seriam substituídos pelos açorianos. A reação dos índios missioneiros liderados pelos jesuítas à entrega dos Sete Povos a Portugal, daria lugar à guerra Guaranítica 1754-56(Rio Grande do Sul) **(8)**. Frustrada a penetração nas Missões ao longo do Rio Jacuí de parte do Exército Demarcador de Portugal, os açorianos a ela destinados aglutinaram-se em torno dos recém fundados fortes Santo Amaro e Rio Pardo, ao longo da margem esquerda do Jacuí, entre Porto Alegre e Rio Pardo e em torno de Porto Alegre. Posteriormente a atual cidade de Taquari teria origem açoriana. Com a fundação do forte de São Gonsalo em 1755, **(9)** na margem direita do rio Piratini, próximo à sua foz no São Gonsalo e que se originou de seu nome, criou condições de segurança para que os açorianos, povoadores de Povo Novo da Torotama e margem oriental do referido canal, começassem a explorar as terras de Pelotas à margem ocidental do citado canal e as dos municípios de Cerrito, Canguçu e Piratini, da bacia do rio Piratini, sem serem molestados pelos Tapes, sob controle dos jesuítas. Fatos históricos posteriores e que serão abordados mais adiante, determinarão o afluxo de açorianos, particularmente provenientes de Povo Novo e de Colônia do Sacramento, para povoarem as terras de Canguçu.

CANGUÇU BALIZA CAMINHO HISTÓRICO

Ao término da guerra Guaranítica as terras de Canguçu passaram a ser devassadas por militares, nas comunicações terrestres entre as bases militares portuguesas de Rio Gran-

de - Forte de São Gonsalo - Rio Pardo, ao longo da trilha natural usada até então pelos Tapes em suas andanças e balizada atualmente pelos seguintes acidentes geográficos: RIO GRANDE – POVO NOVO – FORTE DE SÃO GONÇALO – CERRITO – CERRO PELADO – VILA FREIRE – MORRO REDONDO – COXILHA DOS CAMPOS – CANGUÇU (Arroio das Pedras) – COXILHA DO FOGO (Encruzilhada do Duro) – VÃO DOS PRESTES (Passo do Camaquam de Baixo) – ENCRUZILHADA DO SUL (Guardas da Encruzilhada) – PÂNTANO GRANDE – RIO PARDO, com os nomes primitivos entre parênteses **(10)**.

As terras de Pelotas desde 1758 foram doadas ao Coronel de Dragões Thomaz Luis Osório **(11)**; que comandara até 1754, em Rio Grande, o célebre Regimento de Dragões, célula mater da guarnição federal do Rio Grande do Sul. Unidade transferida então sob seu comando para o Rio Pardo, guarnição por ele fundada e unidade histórica que com ele participou com destaque de toda a Guerra Guaranítica **(12)**.

Este histórico caminho será trilhado nos primórdios do povoamento do Rio Grande com bastante intimidade, como se verá mais adiante. A partir de 1801 será prolongado de Rio Pardo até os Sete Povos das Missões, depois de incorporados por Portugal.

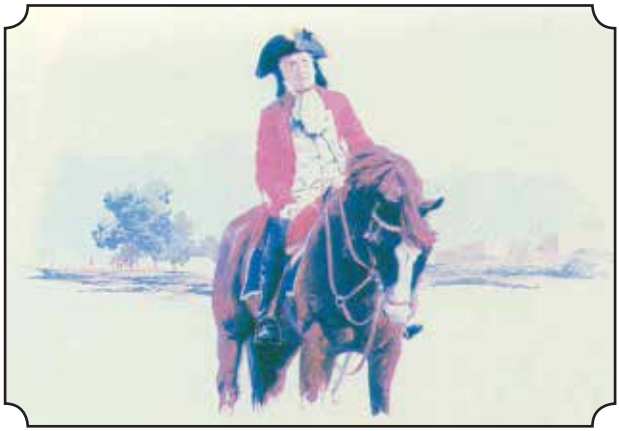
Mencionou sem maiores detalhes a existência desse histórico e primitivo caminho de integração do Rio Grande, o destacado historiador e geógrafo militar general Francisco de Paula Cidade **(13)**. Para os demais estudiosos a região ao sul do rio Camaquã, por carência de fontes, principalmente, tem sido um vazio geohistórico, um território sem memória, decorrência principalmente da confusão estabelecida entre Encruzilhada do Duro e guardas de Encruzilhada mencionadas nas guerras 1763-77, de serem a mesma coisa ao norte do rio Camaquã e não, como em verdade, respectivamente a atual Coxilha do Fogo no município de Canguçu e a cidade de Encruzilhada do Sul **(14)**.

Aproveitando das condições de segurança e comércio existente ao longo desse caminho histórico, alguns açoria-

nos e outros povoadores foram se estabelecendo ao longo do mesmo.

PRIMEIRA ESTÂNCIA EM CANGUÇU

Entre 1756-1762 se estabeleceu com estância entre o passo do Acampamento no rio Piratini e Vila Freire atual, Luiz Francisco Marques de Souza, irmão do mais tarde Marechal Manoel Marques de Souza que também seria grande proprietário em Canguçu na bacia do rio Piratini, além de avô do general Marques de Souza, Conde de Porto Alegre e padrinho do Almirante Tamandaré, patrono de nossa Marinha. As ruínas dessa estância ainda existem.



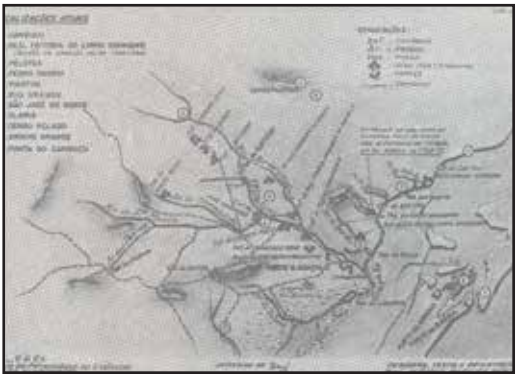
Durante a guerra Guaranítica, o General Gomes Freire de Andrade estabeleceu, além dos já existentes na Vila de Rio Grande, os fortes de Santo Amaro, Rio Pardo e São Lourenço ao longo do rio Jacuí e, mais o São Gonsalo no rio Piratini. Da necessidade de apoiarem-se mutuamente, as terras de Canguçu começaram a ser devassadas pelos Dragões do Rio Pardo e a fazer parte do histórico caminho rio-grandense que ainda hoje liga Rio Pardo-Rio Grande, através do Camaquã. Colônia do Sacramento era de Portugal e seria trocada pelos Sete Povos. Somente Montevidéu, fundada por Portugal, estava sob controle da Espanha. O forte São Gonsalo fora criado para proteger a linha de suprimento e de comunicação do Exército Demarcador de ações dos índios Tapes que habitavam a região atual de Canguçu. (Fonte: pesquisas do autor).

CANGUÇU, BASE DE GUERRILHA CONTRA OS ESPANHÓIS

Em 1762, na eminência de invasão do Rio Grande pelos espanhóis, como projeção de lutas na Europa entre Espanha e Portugal, o coronel Osório citado, proveniente do Rio Pardo e com destino ao Chuí, atravessou as terras de Canguçu com maior parte do Regimento de Dragões, fundando pouco após a fortaleza de Santa Tereza na atual ROU e, na época, território de Portugal pelo Tratado de Madrid de 1750 **(17)**.

Aspecto das ruínas da estância de Luís Marques de Souza, no rincão dos Cravos, (corruptela de Escravos em realidade) no Quarto Subdistrito de Canguçu, próximo ao passo do Acampamento no rio Piratini. Foi a primeira estância em Canguçu. Ela serviu de base dos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e aos Dragões do Rio Pardo, para atuarem contra os espanhóis que denominavam a Vila de Rio Grande e a margem Leste do Canal São Gonsalo de 1763-1776. Serviu de apoio à Comissão Demarcadora de Limites 1748-88 e foi abrigo de Bento Gonçalves ao final da guerra Farroupilha. Nela teve lugar, set. 1823, um combate de encontro entre as forças governistas e revolucionárias. O local era conhecido então como Atalaia e se prestou ao longo da História para tal. Julgamos seja a ruína mais antiga ligada à vida rural rio-grandense e à sua História Militar (Foto do arquivo da professora Marlene Barbosa Coelho). Aparecemos sobre as ruínas.

*Elas foram por mim identificadas após visita ao local **(15)** e longa pesquisa decorrente, com apoio no mapa da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, cujo trecho publico na obra O NEGRO NA SOCIEDADE DO RIO GRANDE DO SUL **(16)** que a seguir reproduzo para a consulta com uma lente de aumento.



Após a invasão do Rio Grande, em 1763, pelo litoral, por poderoso exército espanhol ao comando do general Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, as terras de Canguçu foram, em abril e maio de 1763, atravessadas, em viajem de ida e volta, de Rio Pardo até o canal São Gonsalo, por um contingente de 100 homens paulistas e dragões, comandados respectivamente pelo mais tarde heróico e bravo paulista, tenente Cypriano Cardoso Barros Leme e os dragões tenente João Nogueira Beja e o furriel José Carneiro Fontoura, ascendente entre outras, das ilustres famílias pelotenses Assunção e Simões Lopes **(18)**. Eles tentaram em vão, socorrer o Cel. Thomaz Osório.

Canguçu passou a ser base de guerrilhas contra os espanhóis para hostilizá-los na então Vila de Rio Grande e ao longo do canal São Gonsalo. Comandadas pelo intrépido rio-grandense Rafael Pinto Bandeira serviam também para cobrir, à distância, o forte de Rio Pardo e as estâncias portuguesas entre o Camaquã e o Jacuí, contra um ataque partido da atual cidade de Rio Grande, então em poder da Espanha **(20)**. Por ocasião da invasão espanhola de Rio Grande,

muitos açorianos de Povo Novo da Torotama e imediações, entre a região atual de Rio Grande e Pelotas, se fixaram ao longo do caminho histórico Rio Grande - Rio Pardo passando por Canguçu. E buscaram proteção nas terras de Canguçu, ao longo do histórico caminho, estabelecido desde 1756, Rio Grande-Rio Pardo **(21)**.

Em 29 de maio 1767, o coronel Marcelino de Figueiredo, partindo do Estreito, tentou com suas tropas, assaltar e retomar aos espanhóis a Vila do Rio Grande. Suas embarcações de assalto foram dispersas no canal pela cerração e ventania. Frustado o assalto teve por consolação a reconquista da margem norte (atual São José do Norte). Nesta ocasião a estância de Luís Marques, em Canguçu, serviu de base inicial de guerrilhas **(22)** a Rafael Pinto Bandeira, reforçado por Dragões do Rio Pardo, para atraírem, de Rio Grande para o corte do São Gonsalo, nas imediações de Pelotas atual, efetivos espanhóis, visando a enfraquecer aquela posição para o assalto frustrado intentado **(23)**.

Em 1774 o governador de Buenos Aires, general Vertiz y Salcedo, invadiu o Rio Grande do Sul pela campanha, com o objetivo principal de varrer das terras atuais de Canguçu (Encruzilhada do Duro) e Encruzilhada do Sul (guardas da Encruzilhada) as bases de guerrilhas portuguesas que tantos prejuízos vinham causando aos interesses dos súditos espanhóis. Erigiu o citado governador, natural do México, nas proximidades de Bagé atual, a Fortaleza de Santa Tecla. A missão de Vertiz y Salcedo foi prejudicado pelos reveses que Rafael Pinto Bandeira impôs às suas tropas em Santa Bárbara e Tabatingai **(24)**.

Fortaleza de Santa Tecla construída em 1774 pelos espanhóis que dali foram expulsos em 1776 sendo a seguir arrasada e novamente reocupada de 1777/1801 pelos espanhóis (Fonte: BENTO. **História da 3ª RM.** Desenho de Lauro Vilares copiado de maquete feita pelo autor e filhos).

*Cypriano Cardoso que deparou e abordou com freqüência em meus estudos e trabalhos sobre a guerra de 1763-77 prestou serviços militares ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina **(25)** quase à altura dos prestados por Rafael Pinto Bandeira.

Incapaz de atacar Rio Pardo, a "Tranqueira Invicta", o citado governador contramarchou em direção à base espanhola mais próxima – a Vila de Rio Grande – atravessando na ocasião as terras de Canguçu, ao longo do histórico caminho entre Rio Grande e Rio Pardo **(20)**. Este mesmo trajeto seria feito em abril de 1776 pelo major Patrício Correia Câmara, o futuro Visconde de Pelotas, à frente de parte de seu Regimento de Dragões. Proveniente da conquista da Fortaleza de Santa Tecla, destinava-se a dar cobertura no Taim a um possível ataque à Vila de Rio Grande, reconquistada em 1° de abril, após 13 anos sob domínio espanhol. Dessa marcha deixou circunstanciado relatório que tornou possível indentificar os locais de Canguçu onde suas tropas acamparam, bem como o nome primitivo de **Arroio das Pedras**, da cidade de Canguçu. Em Pelotas, sobre a margem oriental do canal de São Gonsalo, ele encontrou um fortim espanhol abandonado **(26)**.

Nota: Publiquei em 2002 a **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Brigada Patricio Correia da Câmara** onde o biografo e refaço em linguagem atual o seu histórico relatório e dentro do Projeto História do Exército na Região Sul e com muitas informações de interesse de Canguçu.

SIGNIFICADO DA PALAVRA CANGUÇU – TEORIAS

À cerca de uma légua de Canguçu-Velho, segundo J. Simões Lopes Netto em 1912 **(27)**, "destaca-se um elevado cerro, há longos anos chamado **Cerro Grande**. Da sua altura descortina-se um dilatado e magnífico panaroma, talvez maior de dez léguas (cerca de 65 Km) de raio em todos os rumos. O nome nativo cabia-lhe certo: Cang Kassu, **saliência alta, cabeça grande**. Sobre este cerro está construído um marco da Carta Geral da República. Do marco divisam-

se a olho nu os Três Cerros, em Pelotas, a Cordilheira, em Encruzilhada, o Pedregal, em Piratini, o Cerro Chato, em Herval e a Serra Mariana Pimentel, próximo a Pedras Brancas (Guaíba)".

Sobre Canguçu-Velho, J. Simões Lopes Netto, o primeiro a divulgar a história de Canguçu, escreveu: **(28)**

"Canguçu-Velho repousa sobre a pendente nordeste de uma extensa colina. Dela alonga-se uma vasta área quase plana que vai fazer a margem direita do arroio do Moinho de límpidas águas roladas sobre pedras e de volume bastante para uma grande população. Em frente e aos lados ergue-se e prolonga-se a serra, como defesa natural fácil de atender. Para trás desdobram-se campos ricos de pastagens e abundantes de gado de toda espécie, para alimento e trabalho. De um lado um veio de cristal de rocha, mineral típico da região. De outro camadas de terra humosa, de um metro e mais de espessura, para frutas e cereais". Local que possui as características de um rincão.

Para o autor citado aí teria sido instalada em 1622 a primeira redução jesuítica pelo padre Roque Gonzales, fato por mim negado em artigo do **Diário Popular** de Pelotas **(29)**. Canguçu-Velho em realidade foi a sede da Real Feitoria de Linhocânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1788, conforme tenho publicado **(30)**, aproveitando as condições excelentes descritas por nosso maior escritor regionalista de um verdadeiro rincão.

A palavra Canguçu apareceu oficialmente em 1783, no nome da Real Feitoria localizada no Rincão do Canguçu, atual Canguçu-Velho. Sobre a palavra formulo as seguintes teorias: Primeira teoria: Ter sido dada originariamente pelos Tapes que habitavam a região ao cerro (morro, monte) **Canguçu**, ponta culminante da serra dos Tapes e mencionado antes como **Cerro Grande**. Pois, segundo entendimentos vários, a começar por J. Simões Lopes e confirmado por Pedro Calmon **(31)**, a palavra **Cang-Assu** significa cabeça grande, saliência alta o que se aplicaria ao cerro citado, próximo do qual existia o rincão de Canguçu-Velho, descrito por J. Si-

mões Lopes Netto e chamado então Rincão do Canguçu.

Em 1775, o marechal Jaques Diogo Funk registrou em **Roteiro de Viagem da ilha de Santa Catarina**, a palavra **Cang-Uassu**, para designar defronte "a ilha, no continente, morro de Serraria que começava e se levantava".

Para mim, desse acidente geográfico, ponto culminante da Serra dos Tapes, conhecido como cerro de Canguçu, avistado inclusive pelos navegantes da Lagoa dos Patos que, utilizavam para a navegação, teriam se originado os seguintes significados para a palavra Canguçu:

1- Rincão do Canguçu, região de Canguçu-Velho atual.

2- Real Feitoria do Linhocânhomo do Rincão do Canguçu 1783-1788, estabelecimento que funcionou em Canguçu-Velho.

3- Ilha Canguçu, da Lagoa dos Patos que passou a chamar-se de Feitoria por ter servido de porto alternativo de embarque e desembarque da Feitoria em Canguçu, junto ao principal no arroio Correntes.

4- Baixio Canguçu de Lagoa dos Patos, defronte à ilha Feitoria (ex-Canguçu) na latitude do Cerro Canguçu.

5- Arroio Canguçu, ex-Turuçu e **atual Arroio Grande**, afluente da Lagoa dos Patos na altura do ilha Feitoria, com nascentes próximo ao Cerro Canguçu, por cujo vale era feita a ligação da Real Feitoria em Canguçu com seus portos citados.

6- Cidade de Canguçu, fundada em 1799 como capela curada "no **Arroio das Pedras** denominado Canguçu" **(33)**.

7- Canguçu-Velho, denominação que tomou o local onde havia funcionado a Real Feitoria do Linhocânhamo após a fundação da cidade de Canguçu em 1799.

8- Serra de Canguçu. Denominação particular da Serra dos Tapes em Canguçu. Esta expressão é citada pelo então Marquês de Caxias durante a Revolução Farroupilha. **(34)**

9- Combate de Canguçu (primeiro). Travado em Canguçu, próximo à região de Pedra das Mentiras. **(35)**

10- Combate de Canguçu (segundo). Travado em Canguçu nos fundos da atual Escola Normal Nossa Senhora

Aparecida, **(36)** no Serro do Ataque.

11- Município de Canguçu, criado em 1857. **(37)**

12- Combate de Canguçu-Velho. Travado em 1923 na região entre o general Zeca Neto e Cel. Hipólito Ribeiro (filho). **(38)**

Segunda teoria: Origina-se das palavras guaranis **Caaguassu** com o sentido de **mato grande**. Assim sendo, seria uma alusão dos Tapes à mata densa que recobria a vertente da Lagoa dos Patos e que era avistada a grande distância das planícies à sua frente. Esta expressão é citada pelo Brigadeiro Francisco Roscio no **Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro**. **(39)**

Terceira teoria: Origina-se da existência desde a ilha de Canguçu até o Cerro de Canguçu e ao longo do arroio Canguçu (atual **Arroio Grande**) de onça chamada Canguçu. Nome que derivaria da expreção Cang-assu, cabeça grande, que caracterizava o felídio ou de Caa-guassu, onça que vivia no mato grande.*

Esta teoria foi por mim pesquisada e publicada sob o título o "Tigre no Rio Grande do Sul" **(40)** onde concluía ser difícil a presença do tigre canguçu na altitude da Serra dos Tapes, por ser um animal dos banhados, como diz seu nome científico (pantera onça palustris). No mesmo artigo deduzia-se ser possível ter existido na Serra dos Tapes a onça pintada (pantera onça, onça) animal que segundo Debret em sua **Viajem Pitoresca e Histórica ao Brasil (41)** era "muito comum nos planaltos de Curitiba **se escondendo nas matas junto às nascentes**".

Corrobora nesta teoria a reportagem do ilustre canguçuense, Dr. Dirceu Pires Terres **(42)** sobre o título "Onça Pintada abatida em São Lourenço - Canguçu". Ele registra a caçada de uma onça, em 19 março de 1953, no Vale do arroio Grande (ex-Canguçu) pelos caçadores Alfredo Wacks e Evaldo e Ricardo Janke. Se fosse onça canguçu ajudaria que o nome de Canguçu se deve a presença no passado, na Região de Canguçu Velho, nascente do arroio citado, de exemplares do tigre canguçu que segundo o zoológico do

Rio de Janeiro, vivia em baixios (banhados, pântanos, etc.).

Se for uma onça pintada contraria a tese do nome de Canguçu advir da onça canguçu. Cientificamente a onça pintada prefere as nascentes de arroios em regiões altas.

Em 1839, Nickolau Dreys, em sua **Notícia Descritiva**... diz ter ouvido os urros de tigre ao viajar ao longo do Canal São Gonsalo **(43)**.

Certeza da origem do nome Canguçu não se possui. É possível que documentação relativa à concessão de sesmarias no município venha esclarecer algo, bem como a descoberta de outros documentos relativos à indicação de Canguçu-Velho para sede da Real Feitoria e o estudo da cultura dos Tapes, primitivos habitantes da região. O nome de Canguçu vai aparecer em 1799, no requerimento de seus moradores para fundarem uma capela e da seguinte forma: "Dizem os moradores do **Arroio das Pedras** denominado Canguçu". **(44)**

Eis pois uma questão para os estudiosos transformarem de teoria em realidade. No momento me inclino pela segunda teoria que prevalece sobre as anteriores. **(45)**

Nota: A atual avenida Paulista foi outrora um morro coberto por mata, grande mata e era conhecida por Canguçu com o significado de Mato Grande, teoria hoje que adoto para explicar o nome de Canguçu como derivado de CAA-Mato e AÇU-Grande. Ou Mato Grande. Este no caso referente ao trecho e Mata Atlântica que existiu no vale entre os atuais Arroio Grande, com nascentes em Canguçu e o Corrente e onde no espaço entre os dois e até Canguçu Velho, funcionou de 1783/1789 a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, transferida para São Leopoldo atual no ano em que foi criada a atual cidade de Piratini, com casais açorianos, recebendo então o nome de Vila dos Casais.

POVOAMENTO DAS TERRAS DE CANGUÇU (46)

Expulsos os espanhóis da Vila de Rio Grande, conquistada pelo Exército do Sul, ao comando do tenente-general Henrique Bohn **(47)** em primeiro de abril de 1776, expulsos,

em conseqüência, dos passos do canal São Gonsalo que controlavam, as terras do município de Canguçu passam a ser povoadas, ao longo do histórico caminho entre Rio Grande e Rio Pardo; as vertentes do rio Piratini e da Lagoa dos Patos a partir de Rio Grande e Povo Novo, e as da vertente do rio Camaquã a partir de Rio Pardo, particularmente por antigos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira que aí possuíram suas bases contra os espanhóis. Pelotas e Canguçu receberam apreciáveis contingentes de Colônia do Sacramento que fora conquistada definitivamente a Portugal em 1777 pelo general Pedro Ceballos.

A comissão de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, ao percorrer o vale do rio Piratini até 1784, encontrou-o bastante habitado e ocupado por propriedades agrícolas e pecúarias.

*Os troncos colonistas de muitas famílias canguçuenses é estudado pelo destacado genealogista rio-grandense Carlos Grandmassom Rheingantz **(49)** já falecido e nosso confrade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que em sua casa em Petrópolis, conforme mostrou-me, possui ficha dos nomes de muitos dos canguçuenses que lá colhi e apresento ao final.

Segundo o general João Borges Fortes **(51)** ao referir-se à carta do governador Marcelino de Figueiredo, de 26 de maio de 1779, ao Vice-Rei no Rio de Janeiro, escreveu aquele governador **(52)**: “Os vastos campos ulteriores deste rio (o Jacuí) até o rio Camaquã e mais além (caso do município de Canguçu) achei todos tomados com posses e animais, sem terem ordem para isto, antes a tinha dado em contrário, de sorte que os vassalos obedientes ficaram sem campos por esperarem que legitimamente se lhe conferissem e os que não são obedientes tomaram todos os campos”.

Em primeiro de abril de 1780 o referido governador publicou edital convocando todos os que desejassem legitimar terras ao sul do Jacuí que requeressem.

Durante o ano de 1780 foram legitimadas dezenas de propriedades concedidas pelo Coronel Marcelino de Figuei-

redo **(53)** tenente-general Henrique Bohn, coronel Roncali **(54)** e Rafael Pinto Bandeira. Os dois últimos haviam estado em Canguçu para combater os espanhóis.

Segundo o autor citado, foram aquinhoados "nessa distribuição os combatentes da guerra de 1763-77 recém finda, desde os menos aos mais graduados. Como a área conquistada era imensa sobraram terras para todos".

Logo após a expulsão espanhola e até cerca de 1780, os povoadores de Pelotas e Canguçu dedicaram-se ao plantio de trigo **(55)**. Com o estabelecimento das charqueadas em Pelotas, por volta de 1780, as atenções foram se voltando aos poucos para a pecuaria extensiva, para o abastecimento da indústria saladeril pelotense. Em 1808, a cultura do trigo, com a abertura dos portos, sofreria grande golpe em razão da concorrência da farinha de trigo norte-americana com a que ali era produzida.

Segundo depoimento do general Zeca Neto, os campos de Canguçu junto ao rio Camaquã, antes que fossem povoados de gado, abrigaram grandes lavouras de trigo **(57)**. Entre os grandes produtores encontrava-se Antônio de Souza Mattos, nosso trisavô materno, e avô de Zeca Neto, conforme o registra Fernando Luiz Osório em sua obra **A Cidade de Pelotas**. **(58)**

Entre os deslocados de Colônia do Sacramento conquistada e arrasada pelos espanhóis e que se fixariam em terras de Pelotas e próximas às de Canguçu, encontrava-se o menino Hipólito da Costa, que viria ser mais tarde o Fundador da Imprensa Brasileira. **(59)**

Em 1780 e 1800 houve apreciável migração de origem açoriana para Canguçu, das localidades arenosas de Estreito, Mostardas, São José do Norte e de Povo Novo. Este foi o primeiro nucleo de migração para Canguçu **(60)** desde 1756.

Nota: Escrevemos livro **O Gaucho fundador da Imprensa Brasileira** premiado em 1972 pela Associação Rio Grandense de Imprensa e pela Assembléia Legislativa do RGS e que publicamos em em 2005 e foi lançado na As-

sociação Riograndense de Imprensa e sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que fundamos em 1996 e Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) que fundamoss em 1986.

Produziram trabalhos abordando os primeiros moradores de Canguçu Ilka Neves, que foi professora do Irmãos Andradas nos anos 40 e que publicou com o nosso prefácio o livro **Canguçu-RS primitivos moradores primeiros batismos 1801/1813**. Pelotas: UFPEL, 1998 que revela a origem dos primeiros moradores de Canguçu ali chegados de diversos locais do Brasil, em função de novas terras incorporadas por Portugal na guerra de 1801. Coube a acadêmica da ACANDHIS, Alda Maria de Morais Jaccottet prosseguir este trabalho relacionando os batismos em Canguçu de 1813/1819 em seu **Caderno de Genealogia – Obstinadas famílias de Canguçu-RS**. Pelotas: M.M.M, 1999.

Lançamos trabalho **Dos Lemes da Ilha da Madeira aos Mattos, Moreiras e Bentos de Canguçu-RS**. Itatiaia: ACANDHIS, 2006, baseados em pesquisas de genealógicas, de em ordem alfabética: Adolfo Antônio Fetter Junior, Alda Maria Morais Jaccottet, Cairo Moreira Pinheiro, Carlos Grandemasson Rheingantz, Genes Leão Bento, Heloisa Assumpção Nascimento, Ilka Guittes Neves, General João Borges Fortes, João Simões Lopes Neto, Jorge Godofredo Felizardo, José de Araújo Fabrício, Luis Carlos Barbosa Lessa, Marlene Barbosa Coelho, Moacyr Pereira de Mattos e Pedro de Taques de Almeida Leal. Informações por nós integradas e enriquecidas com nossas informações e fotos. Cairo Moreira Pinheiro contribui muito com o tema em sua Genealogia, Os Mattos e os Moreira de Canguçu. A primeira chegada a época da fundação e a segunda e a terceira com a criação do Município de Canguçu em 1857, há 150 anos e junto com os Almeidas da qual descende Odilon Almeida Meskó. Possuo levantado por Marlene Barbosa Coelho a relação dos registros de óbitos da Igreja N. S. da Conceição de Canguçu, na **Coleção História de Canguçu da ACANDHIS** em 8 volumes, comemorativa do Bicentená-

rio de Canguçu em 2000 e por nos organizada, indexada e encadernada. Ela possui precioso índice, a parte, com variadas e originais fontes da História de Canguçu. Coleção em exemplar único que se encontra sob o controle da acadêmica vice presidente da ACANDHIS, Professora Yonne Maria Sherer Bento. Canguçu fui muito feliz neste resgate genealógico, por receber contribuições de tantos genealogistas destacados.

CANGUÇU FRONTEIRA DE FATO ENTRE ESPANHA E PORTUGAL (1777-1801)

Pelo tratado de Santo Ildefonso de 1777, os limites entre Espanha e Portugal passaram a ser balizados em certo trecho pelo rio Piratini, por não terem os demarcadores chegado a um acordo sobre o exato traçado da fronteira entre o Piratini e o Jaguarão. Isto ficou bem evidente em carta do Marques de Souza, grande sesmeiro em Canguçu, comandante da Fronteira do Rio Grande e cunhado do capitão-mor Paulo Rodrigues Xavier Prates, também grande sesmeiro em Canguçu. Escreveu o governador de Buenos Aires entre muitas outras cartas: **(61)**

"**Meu senhor meu amo**"

"O Coronel D. Joaquim de Soria, comandante da fronteira de Cerro Largo, trouxe ao meu conhecimento o ofício dirigido a V. S., pela qual soube através das guardas espanholas, que vassalos de vosso Rei ocuparam terrenos fora dos da demarcação.

Tomei conhecimento de vossa resposta, que justificava a transposição do Arroio Grande para o Sul, por ter enviado gente além daquele arroio, para recolher gado vacum e cavalar reiuno, pertencente a seus domínios, por incapacidade de os conter na margem norte do referido arroio, fundamentando a justificativa no fato de dito gado não ser de propriedade do rei meu amo.

Baseado em que estes terrenos não são indecisos, mandei colocar nos mesmos cinco guardas avançadas e muitas estâncias, por concluir que em nada alteraria o estabelecido

no Tratado de Santo Ildefonso (1777) com referência ao Arroio Grande.

Considerando que o rio Piratini seja o verdadeiro limite de possessão de ambos os soberanos, não posso deixar de ressaltar que as habitações, plantações e estâncias portuguesas que ultrapassaram esta linha para o Sul, foram feitas com infração ao Tratado (de Santo Ildefonso).

Serão também infrações as guardas portuguesas que projeta estabelecer nos arroios Palma Sola, Chasqueiro, Arroio Grande e Arrependidos.

Tendo V. S. já iniciado a partilha de **chácaras** ao Sul do Arroio Grande e ocupado os terrenos que medeiam entre ele e o Piratini, e assinalados como pertencentes a Espanha, e sendo o Piratini distante 6 léguas do Palma Sola, 9 do Chasqueiro, 11 do Arroio Grande e 14 do Arrependidos, o estabelecimento neles, de parte de V. Majestade Fidélissima, Rei de Portugal, através de seus vassalos, contraria o acordo com S. Majestade Católica Rei de Espanha, e tanto maior será a infração à medida que vassalos portugueses se estabeleçam o mais afastado para o Sul do rio Piratini.

Embora houvesse algumas estâncias portuguesas antes de 1777 ao Sul do Piratini, o assunto está pendente de decisão dos reis de Espanha e Portugal, mas nunca os terrenos ao Sul do Arroio Grande.

Junto envio a situação de nossas guardas do Quilombo, São José e Santa Rosa, que ficam para o Sul do Piratini, nos passos sobre o arroio Chasqueiro (Passo do Canuto), Arroio Grande e Arrependidos, acrescentando que Portugal poderá estabelecer quantas quiser ao Norte do Piratini e a Espanha ao Sul, por se tratar de artigo do tratado de Santo Ildefonso".

Neste exato momento o Marquês de Sobremonte propõe acordo, tentando, ingenuamente, ludibriar o atilado Marques de Souza, pois o terreno entre o Arroio Grande e Piratini era terreno neutro.

Nota: Escrevemos a **História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada – Brigada Manoel Marque de Souza (1º)**

em 2001 que resgata a vida deste heróico fronteiro. Obra que integra o Projeto História do Exército na Região Sul que estamos desenvolvendo desde 1994 e que em 2004 já contava 14 livros publicados.

REAL FEITORIA DO LINHOCÂNHAMO DO RINCÃO DO CANGUÇU

De 1783-1788 funcionou no Rincão do Canguçu, atual Canguçu-Velho **(62)**, na vertente da Lagoa dos Patos, da Serra dos Tapes, a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu.

O local escolhido para a Real Feitoria foi uma área de cerca de 17.000 hectares, incrustrada na sesmaria que fora concedida, após 1780, ao Capitão-mor e Coronel de Milícias Paulo Xavier Rodrigues Prates. A Real Feitoria estendia-se de Canguçu-Velho, no município de Canguçu, ao longo do vale do então arroio Canguçu (atual **Arroio Grande**) até as proximidades da ilha de Canguçu, atual Feitoria, próximo de onde o Arroio Grande desemboca e onde possuía a sede de sua estância o Capitão-mor Paulo Xavier Rodrigues Prates mencionado.

Assunto por nós pesquizado e publicado, **(63)** cujo local da sede localizamos conforme comunicamos em reportagem no **Diário Popular (64)**.

O citado Capitão-mor Paulo era natural de Laguna, filho do Capitão-mor dessa localidade catarinense - João Rodriguês Prates - **(65)**, um dos primeiros povoadores das terras gaúchas e que atuou com destaque na luta pela expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul, 1763-77.

* Na Real Feitoria, além do linho era produzido estopa para vestir os escravos, milho, feijão, abóbora e mandioca. A última passou grande parte a ser transformada em farinha. A pecúaria teve grande impulso nos campos adjacentes aos atuais locais de Canguçu e Canguçu-Velho, tendo seu rebanho em 1788, apesar do elevado desfrute, atingido 3.031 bovinos e 105 cavalares e muares.

Reconstituição aproximada do sobrado sede e mangueirão de pedra da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão de Canguçu (1783-89), cujas ruínas oitocentistas ainda estavam bem evidentes em Canguçu-Velho na década de 70 quando as identifiquei. (Fonte: Do autor: O Negro na sociedade do RS)

Na foto acima, minha mulher e filhos junto com a família do propietário do local onde funcionou a sede da Real Feitoria e sobre as paredes de pedra do Mangueirão da Feitoria, na forma quadrada, o qual, em 2005, em visita ao local, cerca de 30 anos depois, em companhia de Cairo Moreira Pinheiro, o histórico Mangueirão estava parcialmente destruído para a construção em seu interior de instalações de tratamento de fumo.

Na foto o autor na década de 70, ao identificar as ruínas oitocentistas do sobrado sede da Real Feitoria, sobre as quais estou sentado junto com o propietário do local. (Fotos de Jesus Martins Bento)

Foram incubidos da organização e administração da feitoria o padre Francisco Rodrigues Prates, irmão do capitão-mor, Paulo Xavier Rodrigues Prates, tenente Jose Machado de Morais Sarmento e os soldados do Regimento de Bragança, irmãos João e Mathias Martins.

Unidade Militar que, em 1º de Abril de 1776, (dia de São Francisco de Paula, razão do primitivo nome de Pelotas) participara da reconquista da Vila de Rio Grande, ao comando do coronel Sebastião Xavier **(66)** da Câmara Veiga Cabral que, como governador do Continente do Rio Grande (RS atual) de 1780-1801, concedeu terras no município de Canguçu, supervisionou a instalação da Real Feitoria e terminou por fundar a atual cidade de Canguçu, em 1800, como se verá.

De uma exposição sobre o linhocânhamo do Rio Grande de São Pedro, feita ao Vice-Rei, em 1801, pelo administrador da Real Feitoria em São Leopoldo, o padre Antônio Gonsalves Cruz, conclui-se que foi expressiva a produção do estabelecimento em Canguçu e jamais alcançada pelo de São Leopoldo **(67)**.

Em torno da Real Feitoria em Canguçu, segundo o general Souza Docca, “além dos casais açorianos que já existiam no local, condensaram-se outros casais”. Condensação presumo em função principalmente da segurança proporcio-

nada pelo padre Francisco Xavier Prates, tio avô do que viria a ser o primeiro bispo do Rio Grande do Sul, D. Feliciano Rodrigues Prates.

A Real Feitoria em Canguçu foi acionada por 44 escravos provenientes da Real Fazenda em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ali atualmente funciona o Primeiro Batalhão de Engenharia de Combate, a unidade mais antiga da Arma de Engenharia do Exército.

Fazenda que pertencera aos jesuítas, foi propriedade, após, da Família Real. Era o descanso predileto de D. João VI. Nela tiveram lua de mel D. Pedro I e D. Leopoldina. D. Pedro II nela vereaneou até ali falecer seu filho, o príncipe herdeiro do trono. Depois D. Pedro II abandonou a fazenda e transferiu-se para Petrópolis, que desde então passou a ser local de veraneio da Família Real **(68)**.

Viveram em Canguçu durante cinco anos os seguintes escravos com filhos nascidos em Canguçu Velho **(69)**.

1- Prudêncio de Assunção e Anna de Santana (pais de Maria e Laurina).

2- Ignácio Pestana e Úrsula (pais de Pedro, Joaquim e Aurea).

3- Severino Cordeiro e Ângela Maria (pais de Pedro).

4- Estanislau da Cruz e Nataria da Trindade (pais de Rosa e Hipólito).

5- João Rodrigues e Josefa Maria (pais de Anna e Angelina).

6- João Honorato e Francisca da Conceição (pais de Manoel e Maria).

7- Bento Correia e Maria Pereira (pais de Maria e Lourenço).

8- Ignácio de Lima e Maria das Promessas (pais de Francisca e José).

9- Nicolau Teixeira e Gertrudes do Rosário.

10- Clemente Pereira e Ana Tavares (pais de Francisco).

11- Apolinário Cardoso e Elenna da Cruz (pais de Salvador e Leonor).

12- Antônio Pereira e Maria Rosa.

13- Gordeiro Pereira e Joana Baptista (pais de Marcos e Maria).

14- Bazilio de Andrade e Maria da Batalha (pais de Manoel e Sebastião).

15- Florentino Cardoso e Rita Maria (pais de Francisco e Marta).

16- José de Anchieta e Úrsula das Virgens.

17- Felipe de Santiago e Simeana das Virgens (pais de Maria e Domingas).

18- Thomas Gomes e Paula Francisca (pais de Ana).

19- Manoel de Jesus Francisco (peão).

Além desses, foram enviados para a Real Feitoria de Canguçu, 11 escravos e 27 escravas confiscadas de um contrabando. Os escravos confiscados, contrabandeados da África, eram designados pelos seguintes nomes: Lourenço Ladino, Caetano Ladino, Matheus Novo Rebolo, Manoel Canguela, Domingos Rebolo, Domingos Mukumba, Antônio Camondongo, José Mukumba, Manoel Ganguela, 1 negro e um moleque por batizar.

As escravas confiscadas eram assim designadas: Luzia Ladina, Luzia nova Benguela, Josefa Ganguela, Anna Canguela, Maria Songo, Suzana Ambaia, Dominga Canange, Ana Congo, Maria Congo, Maria Benguela (I), Joana Benguela, Maria Canguela, Maria Canguela (II), Joana Angola, Maria Benguela (II), Maria Benguela (III), Ana Benguela, Maria Benguela (VI), Tereza Angola, Francisca Benguela, Maria Canguela, Maria Benzoela, Maria Benguela (V), Joana Mukumba e Maria Canguela.

Em 1788 a Real Feitoria do Rincão do Canguçu foi transferida para Faxinal da Courita em São Leopoldo, atual local hoje conhecido como Feitoria, onde funcionou até 1824, quando foi extinta, para abrigar em suas instalações os primeiros colonos alemães.

Em carta do Vice-Rei Luiz de Vasconselos, de 6 de agosto de 1788, publicada por Carlos de Souza Morais **(70)** conclui-se que a razão fundamental da transferência foi o fato de em Canguçu as lavouras e campos ficarem mais dis-

tantes dos portos de embarque no Arroio Correntes e na ilha Canguçu (atual da Feitoria) na Lagoa dos Patos, do que em São Leopoldo, onde a Feitoria ficava bem próximo do rio dos Sinos.

Pela documentação disponível, não fica bem claro se a transferência da Real Feitoria de Canguçu para São Leopoldo se processou em função de interesses do Estado ou de particulares. É preciso o surgimento de outros documentos para chegar-se a uma conclusão definitiva.

O fato é que a Feitoria em São Leopoldo nunca ultrapassou em produção de linho a de Canguçu.

Segundo Arno Wehling, nosso confrade no IHGB e professor das UFRJ, FGU e Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro, a Real Feitoria do Linhocânhamo foi estabelecida em Canguçu-Velho, "em razão da necessidade de Portugal em produzir artigo que pesava negativamente em sua balança comercial e que, de 1782-1808, teve alta internacional acentuada" **(71)**. Estudam a Real Feitoria, primeiro núcleo populacional de Canguçu, a professora Ângela Tereza Sperb nossa confrade no Instituto Histórico de São Leopoldo e o professor Corsino dos Santos, da Universidade de Brasília, para os quais fornecemos os elementos que conseguimos reunir. Sob o título – " Pelotas até a fundação do Diário Popular" publicamos no 90º aniversário desse jornal, em 1980, esclarecedora matéria sobre o local da Feitoria.

Nota: Publicamos em 1992 a plaqueta **Real Feitoria do Rincão do Canguçu 1783/89** (em Canguçu Velho) pela Prefeitura Municipal e divulgamos no **Gaúcho** n° 22, Informativo do Instituto de História e Tradições do RGS e também está no site da ACANDHIS e no da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtb. Guardo expressivo arquivo sobre o assunto. Nele basicamente demonstro que a Real Feitoria nunca funcionou na ilha da Feitoria, primitiva ilha Canguçu que depois da transferência da Feitoria para São Leopoldo foi adquirida pela estância particular Feitoria que a substituiu passando então a ser conhecida como ilha da Feitoria, ou da estância da Feitoria uma das grandes estâncias pelotenses.

A escritora Zênia Leon do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas requereu a Secretaria de Cultura, em 6 abril de 1992, que ele providenciasse o tombamento do patriônio arquitetônico da ilha da Feitoria, sob o argumento de ali ter sido a sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu. Em Parecer do Conselho Estadual de Cultura nº 118/93 seu pedido "**não foi reconhecido por vício de fundamentação e falta de suporte histórico**" e seu relator, sem base histórica firme, opinou que a Real Feitoria se localizou nas cercanias da Vila São José, com apoio em mapa de Eloy Portelli, no qual na altura de Canguçu Velho colocou a seguinte referência "**Sítio mais alto da Fazenda aonde se pode fazer um grande potreiro**".

Local este que considero a sede da Real Feitoria e que era atravessado pelo único caminho que ele assinalou, atravessando a Real Feitoria do passo do arroio das Pedras (atual Grande), ao passo do arroio Correntes. Foi uma longa pesquisa que envolveu bairrismo e até manipulação política. Enfim decidi que não vou tentar provar nada deixando para os que não concordem com minha tese, que a luz de fontes confiáveis fidedignas, integras e autênticas rebatam minha tese. Sobre o assunto possuo alentado dossiê em meu nome intitulado **Dossiê Real Feitoria do Linhocanhamo do Rincão do Canguçu 1783/89 - Localização da Feitoria**, Academia Canguçuense de História 1997. Dossiê que possui cópia do Parecer do CEC em sua sessão ordinária de 10 mar. 1993, das páginas 33/83.

Carlos de Morais nosso confrade no Instituto Histórico de São Leopoldo em seu livro **Feitoria de São Leopoldo** publicou nossa opinião junto ao Conselho de Cultura do RS, sobre a localização da Feitoria.

Por oportuno vale lembrar aos leitores para encerrar esta parte, o seguinte pensamento inscrito em painel no Museu da República, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, para que nelas reflitam para entenderem as manipulações e deformações de nossa História por motivações e objetivos políticos etc...

O de ser o passado é uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas que é o rio da **História**. Esta fruto da razão e da análise isenta de fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos.

O outro é um cheio de curvas e meandros e de margens indefinidas e por vezes com perigosos alagamentos. Este, é o rio do **Mito**. E este fruto das paixões humanas, das fantasias, da ignorância, das manipulações, das deformações, dos preconceitos e da injustiça etc. Infelizmente predominam hoje como ao tempo de Rui Barbosa.

PRIMEIROS SESMEIROS CANGUÇUENSES

Consegui apurar que, após a guerra de Restauração do Rio Grande 1763-77, quatro grandes personalidades que então receberam sesmarias em Canguçu. Trata-se do tenente-general Manoel Marques de Souza, que recebeu sesmaria no Cerro Pelado, no vale do Piratini; o capitão-mor e coronel de Milícias Paulo Xavier Rodrigues Prates, na vertente canguçuense da Lagoa dos Patos e nascentes (nos arredores da atual cidade de Canguçu) dos rios Piratini e Camaquã; o capitão Simão Soares da Silva e Jerônimo Xavier de Azambuja. Paulo Xavier Rodrigues Prates era casado com uma irmã do tenente-general Manoel Marques de Souza e do tenente Luiz Francisco Marques de Souza primeiro estancieiro em Canguçu **(73)**. Sobre os primeiros grandes sesmeiros canguçuenses obtive os seguintes dados:

PAULO XAVIER RODRIGUES PRATES (1743-1813). Nasceu em Laguna SC, por volta de 1743, filho do capitão-mor João Rodrigues Prates e de Isabel Gonsalves Ribeiro, tronco de destacada família rio-grandense e paulista **(74)**. O capitão-mor João e seu filho Paulo foram respectivamente bisavô e tio avô de D. Feliciano Rodrigues Prates, primeiro bispo do Rio Grande do Sul. Seu pai nasceu em 1695 em Extremoz – Portugal. Estabeleceu-se em Laguna-SC, onde casou em 1724 com a lagunista Isabel Gonsalves Ribeiro, filha de Manoel Gonçalves Ribeiro, juíz ordinário de Laguna.

O avô e pai citados do capitão Paulo receberam sesmarias no Rio Grande respectivamente, em 1732, nos campos de Tramandaí e, em 1739, na região de Gravataí. Em 1762, seu pai, por ordem do capitão-general Gomes Freire de Andrade do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, deixou Laguna à frente de 100 paulistas para auxiliar a defesa de Rio Pardo sob ameaça de invasão pelo Governador de Buenos Aires, Pedro Ceballos. Faleceu em Gravataí em 1766 **(75)** deixando três filhos, dos quais dois padres e mais cinco filhas. Aliás, nesta família e na de Marques de Souza registram-se muitos sacerdotes como se verá.

O capitão Paulo atuou nas Milícias onde atingiu o posto de coronel. Após 1780 transferiu-se de Gravataí e estabeleceu a sede de sua estância na ilha de Canguçu, atual da Feitoria na Lagoa dos Patos, onde faleceu em 13 de junho de 1813 de "queixa no peito". Foi transportado para o Rio Grande onde foi sepultado. Notícias mais detelhadas sobre esta personalidade à qual se liga intimamente a fundação de Canguçu, como se verá, nos foi dada pelo comerciante inglês John Luccock que o visitou na ilha de Canguçu, atual da Feitoria por volta de 1809 **(76)**.

Luccock e seus companheiros aportaram à meia-noite no extremo leste da ilha "Cangazú", por onde passava o canal de navegação da Lagoa dos Patos, o que tornava a ilha um ponto obrigatório de passagem da navegação entre Porto Alegre e Rio Grande, razão de sua escolha como um dos portos de embarque e desembarque da Real Feitoria do Linhocânhamo em Canguçu-Velho atual, de 1783-88, além do existente no arroio Correntes, no continente. Próximo estava ancorado um barco com capacidade de 150 toneladas com destino ao Rio de Janeiro. Pela manhã chegou até aos viajantes o proprietário da ilha, Paulo Xavier Rodrigues Prates, assim descrito por Luccock:

"Era um major de Milícias, homem alto e bem apessoado. Trajava casaco e colete de algodão, calças de fustão, botas à moda de Hesse e um chapelão de palha, manufatura caseira. Num boldrié de couro preto exibia a tiracolo uma

faca de mato".

Refere que os domínios do major Paulo compunham-se de duas outras ilhas além da Canguçu e que na maior, a noroeste, ele possuía sua residência. E prossegue o comerciante inglês:

"Na ilha em que estávamos o major Paulo fundara uma fábrica de sabão, a fim de aproveitar o sebo que dispunha, usando para isso a cinza de três diferentes gêneros de madeira existentes no local. A pouca distância da choupana iniciara a construção de uma boa casa, o que supunha oportuno porque o negócio prosperava e os navios eram obrigados a passar por junto à ilha. Logo que entramos a conversar em negócios pareceu-me que o major apesar de ser abastado não dispunha de grande numerário e possuía insignificante provimento de artigos exportáveis. Oferecia entretanto em pagamento de mercadorias a ilha de "Cangazú" em que estávamos, seus prédios e gado, assegurando que o número ia para mais de 4.000 cabeças com pastagens suficientes, estimando tudo em 8.000 cruzados cerca de 900 libras esterlinas". E continua Luccock dando preciosas informações sobre tudo que viu na ilha de **Cangazú**.

Mais adiante entraremos em contato com Paulo Xavier Rodrigues Prates ligado à fundação da cidade de Canguçu 9 anos antes da descrição que transcrevemos.

Paulo Xavier Rodrigues Prates teve os seguintes irmãos todos nascidos em Gravataí: **(77)**

- Padre Francisco Rodrigues Xavier Prates. Foi o governador e primeiro administrador da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu, em Canguçu-Velho atual, tendo falecido em 1784.
- Padre João Rodrigues Xavier Prates (filho), nascido em 1727 foi vigário em Gravataí.
- Antônia Rodrigues Xavier Prates, casada com o major Manuel de Souza Porto.
- Brigida Caetana, casada com Manoel Carvalho de Oliveira.
- Francisca, casada com Manoel de Souza Gomes.

- Isabel Antônia, casada com o Alferes do Regimento de Dragões do Rio Grande, Antônio Nunes da Costa, avós do Bispo D. Feliciano Rodrigues Prates, nascido de sua filha Maria Leocádia Xavier Prates com o colonista-Alferes João Nepomuceno José Rodrigues de Carvalho.

Paulo Xavier Rodrigues Prates deixou os seguintes filhos todos nascidos em Gravataí, antes de receber sesmaria em Canguçu:

- Padre Paulo Joaquim de Souza Prates.
- Joaquina Escolástica de Souza Prates.

Ana Alexandrina de Souza Prates que deixou ilustre descendência em Pelotas e Canguçu conforme demonstrou nosso confrade Carlos Rheingantz.

MANOEL MARQUES DE SOUZA (1773-1822) – tenente-general. Nasceu na Vila de Rio Grande em 27 de janeiro de 1743, após a sua **(78)** fundação pelo Brigadeiro Silva Pais. Era filho de Antônio Simões e Quitéria Marques, naturais respectivamente de Valongo e Milhardo em Portugal. Inicialmente dedicou-se às atividades de funcionário público. Na iminência da guerra 1763-77 alistou-se no Regimento de Dragões do Rio Pardo, tendo se destacado na luta contra os espanhóis até 1774. Por seu valor, intrepidez e profundo conhecimento adquirido dos homens e da terra rio-grandense, foi feito ajudante-de-ordens, em 1775, do tenente-general Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul estacionado em São José do Norte e encarregado de expulsar os espanhóis da Vila Rio Grande **(79)**, de Santa Tecla **(80)** e São Martinho. **(81)**

Na madrugada de 1º de abril de 1776, acompanhou o ataque principal português através do canal entre São José do Norte e Vila de Rio Grande, orientando o comandante da tropa integrada por 200 granadeiros **(82)**. Do final da guerra em 1777 e até 1795, morte de Rafael Pinto Bandeira, serviu na Fronteira do Rio Grande, cujo comando assumiu e exerceu por quase 25 anos, cumulativo com o de coronel da Legião de Cavalaria Ligeira do Continente.

Na guerra de 1801 teve atuação destacada em sua fron-

teira para a vitória, tendo inclusive assumido inteiramente o governo do Continente (atual RS) por morte de seu titular, o tenente-general Veiga Cabral e até assumir o brigadeiro João Francisco Róscio **(83)**.

Nesta ocasião liderou muitos canguçuenses que serviram sob suas ordens **(84)**.

Depois desta guerra foi elevado a brigadeiro. Em 1812 o foi a Marechal-de-Campo (equivalente hoje a general de Brigada).

Então penetrou no Uruguai fazendo a vanguarda do Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza **(85)**. Mais uma vez liderou os canguçuenses.

Em 1816, como tenente-general graduado, teve atuação destacada na fronteira do Rio Grande, na primeira guerra contra Artigas o que lhe valeu a confirmação no mais alto posto – o tenente-general. Em 1820 assumiu pela segunda vez o governo de sua capitania natal, quando enfrentou e debelouy, em abril de 1821, com energia, motim em Porto Alegre, do Batalhão de Infantaria e Artilharia.

Em outubro de 1821, às vésperas da Independência foi acusado de tramá-la, junto com seu Ajudante-de-Ordens e de pretender estabelecer a capital em Rio Grande.

Em consequência foi mandado recolher-se à Corte, em outubro de 1821, onde faleceu após cinco meses, aos 79 anos, sendo sepultado no Convento de Santo Antônio, sem viver para ver o dia 7 de setembro de 1822, dia da Proclamação da Independência do Brasil, para cuja concretização ele pagou alto preço ao final de sua proveitosa vida – ao ser arrancado do Rio Grande, onde nascera e vivera e tornara-se um dos maiores fronteiros de sua História. Mas sua filha, casada com o Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Alvares, que conspirou abertamente em pról da Independência, a assistiu no Rio.

Esse foi, em síntese, a vida gloriosa do primeiro sesmeiro canguçuense na bacia do rio Piratini.

Nota: Hoje ele é o patrono, por nossa sugestão e pro-

posta instruida e aceita, da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história foi por nós elaborada e lançada em 2001 dentro do Projeto História do Exército no RGS. Livro citado onde desenvolvemos mais detalhes de sua vida.

***SIMÃO SOARES DA SILVA (1741-1818)** – Coronel de Milícias. Nasceu em Rio Grande onde foi batizado em 4 de novembro de 1741 e faleceu em Boqueirão (São Lourenço atual), em 11 de agosto de 1818. Foi casado com Joaquina Rosa do Nascimento, nascida em Rio Grande, em 24 de dezembro de 1755 e falecida em Boqueirão em 1824. Presumo haver recebido sua sesmaria no 5º subdistrito de Canguçu.

Simão Soares da Silva durante a guerra de 1801, como capitão de Milícias, junto com o tenente de Dragões João Antonio da Porciúncula, partindo das guardas do Taim e Albardão, fronteira pelo Tratado de Santo Ildefonso, penetraram nos Campos Neutros e expulsaram as guardas espanholas ali existentes. A seguir surpreenderam a guarda espanhola no Chuí **(85)**.

Foram seus filhos ligados a Canguçu:

1 – Tenente-Coronel Manuel Soares da Silva que casou, em 1798, na Capela N. S. da Conceição do Arroio das Pedras, atual Canguçu, com Clara Barbosa de Menezes, filha do tenente José de Sampaio.

2 – Simão Soares da Porciúnca (1773-1818). Casado em Canguçu, com Maria Venúncia Séria.

3 – José Soares da Silva, casado em 1798 na Capela N. S. da Conceição do Arroio das Pedras, com Guiomar Maria da Silva.

Simão Soares da Silva de ascendência açoriana deu origem à ilustre família, cujos descendentes vivem em Canguçu, São Lourenço, Pelotas, Bagé, Piratini.

Foi cidadão prestante em Canguçu, segundo J. Simões Lopes Neto, Ismael Soares da Porciúncula.

Seus descendentes se ligaram à família de Bento Gonsalves da Silva, à do genealogista Carlos Grandmassom Rheingantz **(86)**, à do historiador Pedro Calmon **(87)** e ao autor dessas linhas, através de Maria de Souza Mattos, filha

do seu trisavô - Antonio de Souza Mattos **(88)**.

JERÔNIMO XAVIER DE AZAMBUJA. Morou em Canguçu atual (1799-1808). Sua esposa Ana Joaquina Barbosa recebeu sesmaria nas imediações de Canguçu (Arroio das Pedras) em 1799. Jeronimo Xavier foi o fiscal da capela curada N. S. da Conceição por ocasião da fundação de Canguçu em 1800.

Teve papel destacado na Fronteira do Rio Grande na Guerra de 1801, como imediato do comandante da referida fronteira, Marques de Souza.

Foi proprietário de duas sesmarias em Canguçu recebidas em 1799 e 1793.

São canguçuenses suas filhas Cândida Lima e Rafaela, nascidas em 1803 e 1806. Era natural de Viamão. Foi companheiro de lutas de Rafael Pinto Bandeira, tendo participado da reconquista da Fortaleza de Santa Tecla em 1776.

Nota: Jerônimo teve papel importante na fundação de Canguçu como curato conforme demonstramos em nosso pequeno livro **Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. de Canguçu 1800-2000**. É seu descendente Flavio Azambuja Kremer que muito tem escrito sobre a História de Canguçu e que possui preciosa Biblioteca particular sobre a História do Rio Grande a qual nos honrou dando-lhe o nome de Armazém Literário e Iconográfico Cel Cláudio Moreira Bento

FRANCISCO SOARES LOUZADA. Em 1974 apresentamos no Congresso Tradicionalista de Santa Vitória do Palmar artigo **Santa Vitória na História Militar**. Artigo em que destacamos o bravo Ajudante de Cavalaria Ligeira Francisco Soares Louzada, estancieiro na recém criada capela Curada de Canguçu, na região do Passo do Marinheiro. Bravo que no comando de uma forte coluna de 500 homens de Milícias e Cavalaria Auxiliar e reforçada com 40 soldados de Infantaria e Artilharia e 2 canhões de campanha recebeu ordens no Taim de invadir os Campos Neutrais (atual município de Santa Vitória do Palmar) e dali varrer os espanhóis e arrasar as guardas espanholas no Chui e São Miguel, missão que deu cabal desempenho. Herói esquecido que possui mui-

tos descendentes em Canguçu como os membros de nossa ACANDHIS Raul Silveira (patrono de cadeira) os irmãos drs. Amilton e Luiz Carlos e Maria da Graça Valente da Silveira e Maria Helena Gonçalves Valente Rodrigues. Trabalho que publicamos na Revista Militar Brasileira volume 105. jul/dez 1974, p.63/86. Herói do qual descende o vereador pelotense Marinho Louzada que em 1986 nos indicou para Comendador da Ordem Simões Lopes Neto a nós entregue pela Câmara Municipal de Pelotas que a aprovou em Lei 2740 e junto com a notavel historiadora pelotense Heloisa Assumpção Nascimento, correspondente da AHIMTB em Pelotas. Conheci através de Amilton Silveira Valente, acadêmico da ACANDHIS, cadeira Franklin Máximo Moreira, a titulação de Francisco Soares Lousada como sesmeiro em Canguçu. Recordo que menino, com menos de 8 anos estive com meu pai na Fazenda de meu padrinho. Gentil Silveira, no Rincão do Progresso e que dali fomos até o Passo do Marinheiro no rio Camaquâ, onde fiquei encantado com aquele mundão de água, em razão de ser a primeira vez que eu me deparava com um rio. Na volta lembro que passei numa estância de propiedade de um ilustre descendente do herói Francisco Soares Resende, natural do Vale do Paraíba ,região de Resende. Fui muito bem tratado pelo casal que me perguntou se eu gostava de galinha, tendo respondido que sim, desde que ela não possuísse pernas pretas que lembravam corvos. Creio que eram os avós de Odila (Louzada) Gonçalves Valente. Foi uma viagem que me encheu de lembranças inesquecíveis

A CIDADE DE CANGUÇU SURGE DE UMA QUESTÃO DE TERRAS

Em 1780, o português José Pinto Martins, após estada no Ceará, fundou a primeira charqueada em Pelotas, célula mater da grande indústria saladeril que se instalou na região e em torno da qual iria girar a vida rio-grandense por mais de um século. As charqueadas em Pelotas iriam ter grande influência em Canguçu, como local de produção bovina e de

passagem de estradas de tropas de gado que drenavam a produção bovina, para Pelotas, de extensas áreas entre o Camaquã e o Jacuí e mais além, bem como ao sul do Piratini. Vestígios dessa época áurea são os mangueirões de pedra existentes nas regiões denominadas Lacerda e Florício Ribeiro em Canguçu.

Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira que o biografamos na História do Comando Militar do Sul. 4 décadas de História. Porto Alegre: CMS, 1995 e nele publicamos esta alegoria sua com o uniforme da época. E o apresentamos como o primeiro general português nascido na Região Sul. (Fonte: BENTO. **História do CMS**, 1995).

No arroio Pavão, em Pelotas possuía a sua estância o intrépido brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, cuja vida que se extinguiu em 1795, esteve bastante ligada a Canguçu, por mais de 25 anos **(90)**.

De sua estância no Pavão ele exerceu, de 1780-1795, o comando da Fronteira do Rio Grande e as funções do Coronel da Legião de Cavalaria Ligeira, raiz histórica da guarnição federal em Pelotas. Sua vida e obra foram ensaiadas por Alcides Cruz **(91)** e eu a aprofundei bastante na História do CMS etc...

Por volta de 1793 surgiu uma questão de terras em torno da posse do local onde se assenta a cidade de Canguçu. Questão de terras entre o capitão-mor Paulo Rodrigues Xavier Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira. O primeiro alegando posse e domínio antigo da área e o segundo a requerendo para si como devoluta **(92)**.

A questão arrastou-se pelos próximos anos. Na Europa, o clima de guerra era minente entre Espanha e Portugal. No Rio Grande, trecho da fronteira de fato passava pelo rio Piratini. Era impositivo vivificá-la e fortificá-la. E o local da cidade de Canguçu se prestava para tal, como nó orográfico para onde convergiam diversos caminhos. Inclusive uma grande via ou caminho de penetração no Rio Grande do Sul, desde o forte Cerro Largo, atual Melo, na ROU, balizado pela seguinte direção geral: CERRO LARGO - Passo CENTURION (no rio Jaguarão) – HERVAL – PINHEIRO MACHADO – PIRATINI – CANGUÇU. Direção que Rafael Pinto Bandeira havia usado bastante de 1767-78, para penetrar no atual Uruguai, entre os forte espanhóis de Santa Tereza e Santa Tecla, para arrear gados e buscar informações militares. A criação do forte de Cerro Largo pelos espanhóis foi conseqüência das penetrações de Rafael ao longo da direção citada **(93)**.

A necessidade militar estratégica, de barrar em profundidade, em Canguçu aquela via de penetração, mais a questão de terras em torno de sua posse e por fim o desejo dos moradores do local de possuírem assistência religiosa, requereram para isso a concessão do local para erigirem capela e fundarem povoação. E disto resultou na fundação de Canguçu, em 1º de janeiro de 1800, com o lançamento da Pedra Fundamental da Capela Curada N. S. da Conceição de Canguçu.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE CANGUÇU

O local escolhido para fundar a hoje cidade de Canguçu é nó orográfico. Em suas proximidades, numa altitude em torno de 500 metros, nascem afluentes dos rios Piratini e Camaquã e da Lagoa dos Patos. Como nó orográfico, para ele convergiam diversos caminhos que se desenvolviam em linha seca, a partir dos rios e lagoa citados.

Esta condição, no campo militar, imprimia ao local grande importância estratégica já comprovada na guerra 1766-77.

Se conquistada pelos espanhóis, em 1801, dali pode-

riam lançar contingentes contra Rio Grande e Rio Pardo, impedindo que estas duas guarnições se apoiassem mutuamente.

A guerra de 1801 irá ser decidida no passo de N. S. da Conceição do Jaguarão, no rio Jaguarão (próximo a Centurion) sobre o eixo citado, bem como a guerra Cisplatina 1825-28, tanto que o Exército Brasileiro, ao fim desta guerra, virá para Piratini onde será desmobilizado, conforme depoimento do veterano Bernardo Pires **(95)** que ali chegou com o Exército a procura de melhores abrigos no Inverno e 28 de agosto de 1828 para a seguir ser desmobilizado, conforme assinalei em nossa **Autoria dos Símbolos do RGS**. Recife: UFRPE, 1971. Obra que faço um ensaio biografo do citado Bernardo Pires com muitos descendentes em Canguçu, o qual propôs ao Presidente do Rio Grande do Sul Cel. Jerônimo Coelho a criação de Canguçu, o que este aprovou criando pela mesma lei Canguçu e Passo Fundo.

Ao final da guerra 1763-77, houve quem propusesse o local onde se situa hoje Canguçu para a capital do Rio Grande, por possuir, segundo o proponente, segurança para apoiar a marcha das estâncias para o poente, ao contrário da vila de Rio Grande, vulnerável militarmente, e Viamão, muito distante. Na Revolução Farroupilha, Piratini e Caçapava, próximas a Canguçu, seriam capitais da República Rio-grandense.

CANGUÇU NA CARTOGRAFIA ATÉ 1788

Em mapa mandado levantar pelo brigadeiro Silva Pais após fundar o Rio Grande em 1737, as terras de Canguçu aparecem genericamente como Terra dos Tapes **(98)**. No mapa do brigadeiro Francisco Róscio **(99)** de 1774-78, as terras do atual município aparecem atravessadas por um caminho desde o Passo Geral (no Camaquã) atual Passo da Guarda, indo até as imediações da cidade de Canguçu. Aparece igualmente no rio Camaquã o Passo das Pedras, chamado por Patrício Correia Câmara em 1776 de Camaquam de Baixo, e que é o Vao dos Prestes. Aparecem ao sul do

rio citado diversos arroios sem nome. Ao norte da guarda de Encruzilhada aparece a estância de Antônio José de Mathos **(100)**, que julguei ser nosso tetravô mas não o foi segundo o acadêmico Moacyr Pereira de Mattoso que imaginei que seria da família Matos em Canguçu e Camaquã. Em mapa de 1780 do Marechal Diogo Funck **(101)** convergem para o Posto da Encruzilhada diversos caminhos. Deles, dois penetraram no atual município de Canguçu através dos passos das Pedras (Camaquã de Baixo - atual Vao dos Prestes) e do Geral da Armada (atual da Guarda) **(102)**. Reproduzi parte em meu livro sobre **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul (103)**. A única estância cujo nome do proprietário aparece por completo é a do citado Antônio José de Mattos, veterano das lutas contra os espanhóis 1763-77. Algumas referências a Canguçu antes de 1800 serão feitas: ao Passo das Pedras (Vao dos Prestes) e **Arroio das Pedras** (local da cidade de Canguçu), junto à conhecida e nomeada desde então Coxilha de Santo Antônio, divisora das águas do Piratini e do Camaquã, sobre a qual corre a Rv – Canguçu – Piratini. No mapa da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso 1784-88, que reproduzi parte em meu livro citado sobre o **Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**, **(103)** aparecem todas as terras do município no vale do Piratini com acidentes geográficos como: Cerro Pelado; Arroio das Pedras; Passo do Acampamento no rio Piratini; estância de Francisco Marques de Souza e Cerro Partido, em Canguçu. Na Carta Corográfica de 1789, publicada pelo general Tasso Fragoso, em a **Batalha de Passo do Rosário (104)** no local hoje ocupado pela cidade de Canguçu, consta a seguinte inscrição:

"**Aqui se alojou o Coronel Rafael Pinto Bandeira com as tropas que comandava ao tempo da guerra (1763-77) para passar na vizinhança de Monte Videu (Montevidéu) com o fim de destruir e arrear gados dos Castelhanos, o que o conseguiu com felicidade, trazendo avultada quantidade de gado vacum e cavalar em 1777**".

O executor desta façanha foi o cabo Bernardo Antunes

que trouxe da campanha de Maldonado para Canguçu 1.600 cavalos chucros **(105)**. Como prova documental do povoamento de Canguçu até antes de 1784, temos a seguinte afirmação em 1799 do coronel Manoel Marques de Souza, Comandante da Fronteira do Rio Grande, **(106)** (na época, de fato no rio Piratini) ao governador de Buenos Aires, Marquês de Sobremonte, em resposta ao protesto deste, que já transcrevemos em parte neste capítulo respondeu:

"Quanto à espécie de Vª. Sª. parece querer ressuscitar de que o Piratini deve servir de limites entre os domínios das duas nações confinantes, devo dizer que esta foi um dia a opinião dos espanhóis. Porém eles mesmos pouco ou nada têm falado em tal. Isto depois que se lhes fizeram patente que quando as partidas empregadas na demarcação passaram a treze ou quatorze anos (1786 ou 1785) pelas vertentes do Piratini, **já havia muito que estas estavam povoadas pelos portugueses**, sem contradição nem oposição de pessoa alguma".

Portanto, segundo o comandante da Fronteira **há muito** antes de 1786 o sul do município de Canguçu, na bacia do Piratini estava povoado pelos portugueses e, inclusive, por seu irmão, antes mesmo de 1763.

Em mapa mandado levantar pelo Visconde de São Leopoldo, após a Independência, para figurar em sua obra **Anais da Província de São Pedro**, pelo geógrafo Duvotenay, a Freguesia de Canguçu parece um deserto. Só aparecem as inscrições: "Capela de Canguçu" e "Serra dos Tapes" ou de "Canguçu".

Nota: Piratini foi fundada em 6 julho 1789, ano em que a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, em Canguçu Velho, foi transferida para São Leopoldo atual. E sobre as origens de Piratini publicamos em 2002 plaqueta pelo IHTRGS e ACANDHIS, **Piratini um sagrado símbolo gaúcho farrapo**. Assunto que abordamos em nossa oração inaugural em 6 de julho de 2003 da Academia Piratiniense de História como seu presidente fundador e que figura no Site da ACANDHIS. Cerimônia realizada no CTG 20 de Setembro.

RAFAEL PINTO BANDEIRA – O DESBRAVADOR DE CANGUÇU

Rafael Pinto Bandeira, cuja alegoria publicamos neste trabalho, nasceu em 16 de dezembro de 1740, no recém-fundado Presídio Jesus Maria José, origem da cidade de Rio Grande. Era filho do lagunista coronel de Dragões Francisco Pinto Bandeira **(107)**, segundo estancieiro a estabelecer-se no Rio Grande do Sul por volta de 1733, em Sapucaia do Sul atual, e o primeiro Comandante da 1ª companhia organizada do legendário Regimento de Dragões do Rio Pardo **(108)**.

Em 1763, por ocasião da invasão espanhola do Rio Grande do Sul, Rafael já era um experimentado tenente do Regimento dos Dragões do Rio Pardo e bastante conhecedor das campanhas rio-grandenses. Teve seu batismo de fogo, em 1763, no combate de Monte Grande, sob o comando de seu pai. Com a adoção da guerra de guerrilhas contra os espanhóis, em razão da fraqueza militar a que ficara reduzido o Rio Grande, após a invasão espanhola em 1763, coube-lhe comandar o setor ao rio Camaquã, ficando seu pai ao norte até ser substituído em 1771, por morte em Rio Pardo, pelo intrépido capitão Cypriano Cardoso Leme **(109)**. De 1767-1778, Rafael usara Canguçu como base de suas guerrilhas contra os espanhóis, estabelecidos ou atuando nas campanhas do Rio Grande contíguas ao atual Uruguai e neste territorio **(110)**. De Canguçu ele partira para lutar contra os espanhóis em Santa Bárbara e Tabatingai, em 1774, e para conquistar e arrasar Santa Tecla em 1776. Para Canguçu conduziu grandes manadas vacuns e cavalares, arreadas em operações militares, dos espanhóis, ao sul do Jaguarão.

Como prêmio de sua ação militar em Santa Tecla, foi feito coronel de uma Legião Ligeira de Cavalaria **(111)**, tropa que basicamente mobilizou a fronteira do Rio Grande até a Independência, como se verá.

De 1777 até 9 de abril de 1795, data de sua morte em Rio Grande, exerceu o Comando da Fronteira do Rio Grande e da Legião de Cavalaria Ligeira, basicamente de sua

estância do Pavão, em Pelotas. De 1780-1795 exerceu interinamente, por diversas vezes, o governo do Continente do Rio Grande de São Pedro, nos impedimentos do tenente-general Veiga Cabral da Câmara, como 1º Comissário da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso.

É chamado "a primeira espada continentina", em razão de ser o rio-grandense que primeiro brilhou na guerra com repercussão internacional. Em função disso, foi o primeiro rio-grandense a governar o Rio Grande do Sul, então Continente do Rio Grande de São Pedro.

Alcides Cruz o ensaiou no início do século **(112)**. Mas fatos novos surgidos me impuseram um estudo mais profundo desse rio-grandense, cujos restos mortais repousam na bicentenária igreja do Rio Grande. Sua popularidade atual muito merecida, se deveu a Érico Veríssimo em **O tempo e o Vento**.

Seu último contato com Canguçu, após a guerra, nos vem da informação que forneceu do Vao dos Prestes, em 1º de fevereiro de 1778, sobre os postos que ocupava sua Legião e Voluntários de São Paulo **(113)**. Deixou um contingente no Passo dos Ladrões (atual Passo das Carretas).

- **Em Cerro Pelado (junto ao Piratini) – Constituição do Posto:**
  - 1 (um) Cabo da Legião
  - 1 (um) Soldado da Legião
  - 3 (três) Voluntários de São Paulo
  - 17 (dezessete) cavalos
- **Na Coxilha de Santo Antônio (próximo da cidade de Canguçu atual) – Constituição do Posto:**
  - 1 (um) Cabo da Legião
  - 2 (dois) Soldados da Legião
  - 3 (três) Soldados Voluntários de São Paulo
  - 21 (vinte e um) cavalos

Segundo a Câmara Municipal de Canguçu em 1881 **(114)** é a seguinte a posição relativa da cidade em relação à histórica Coxilha de Santo Antônio e, também no passado, denominada Estrada de Santo Antônio. Com a fundação de

Canguçu ela passou a cruzar o povoado e seu trecho primitivo passou a chamar-se estrada Velha e após, das Tropas.

"A Vila de Canguçu está situada na parte ocidental da serra dos Tapes, entre o campo e a serra, junto a uma encruzilhada de morros que forma a coxilha que segue de L – W denominada Santo Antônio".

A continuação da estrada Santo Antônio para Pelotas chamava-se estrada dos Fojos **(115)**. Fojos tem o sentido de armadilha: buraco coberto de galhos para caçar animais; sumidouros de água; valetas estreitas e profundas. Por ela passaram numerosas tropas de gado. Fica a pergunta se o nome deveu-se a armadilhas naturais ou artificiais para o gado existentes no itinerário.

Pinto Bandeira realizou muitas operações de informações e de arreadas no Uruguai, a partir de Canguçu, através do Sargento Bernardo Soares e Cabos Bernarddo Antunes e Antônio Lopes Duro **(116)**.

Estudos que temos procedido nos levam a concluir que Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros ou cavalarianos ligeiros, foram os debravadores de 1767-1777 das terras de Canguçu, ao longo do dorso da coxilha Santo Antônio, que divide as bacias do Camaquã e Piratini, e das que dividem os afluentes desses cursos d'água. Ele e seus bravos acamparam ou tiveram postos de vigilância nos seguintes locais atuais: Vao dos Prestes (Camaquã de Baixo e Passo das Pedras); Passo da Guarda (Passo da Armada, local até onde Camaquã era navegável); Coxilha do Fogo (Encruzilhada do Duro), diferente do Sítio do Duro **(117)**; Coxilha Santo Antônio (divisora em Canguçu dos rios Piratini e Camaquã); Cerro Partido (que mergulha no balneário João Paulo); Arroio das Pedras (cidade de Canguçu atual e imediações, abundantes de aforamentos graníticos); Estância Francisco Marques de Souza; Passo do Acampamento e Cerro Pelado na bacia do Piratini.

Os Voluntários de São Paulo que atuaram com Rafael em Canguçu em 1777-78 integravam a Companhia de Cavalaria da Legião de São Paulo, ao comando do capitão

Garcia Rodrigues Paes Leme. Eram seus oficiais o 1º Ten. João de Castro Canto e Mello, 2º Ten. Francisco José Machado e Alferes Salvador de Abreu Rangel.

O tenente Canto e Mello é parente próximo da que seria mais tarde a Marquesa de Santos, ligada à vida de D. Pedro I, nosso primeiro imperador **(118)**.

O jornal **Correio Mercantil** de Pelotas de 8 Jul. 1883, na coluna Canguçu, reclamou de uma sanga de 8 metros de fundo, 12 de largura e meia quadra de cumprimento, defronte ao cemitério, na rua General Osório, sobre a estrada para Pelotas, que a noite oferecia sério risco aos carreteiros e tropeiros. O signatário da coluna – A sentinela, pedia enérgica providência da Câmara, "pra no dia menos pensado termos de lamentar grandes desgraças". Teria esta sanga contribuído para o nome de Estrada dos Fojos dado a Pelotas-Canguçu?

Nota: Biografamos com mais detalhes, repetimos, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira como o primeiro rio-grandense a atingir o generalato e no livro **Comando Militar do Sul – 4 décadas de História 1953-1995 e Antecedentes**, dentro do projeto que estamos desenvolvendo sobre História do Exército na Região Sul. Propusemos e instruímos proposta aprovada que tornou Rafael Pinto Bandeira patrono do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada de Porto Alegre que integra a 8ª Bda. Inf. Mtz. de Pelotas.

CAPÍTULO 2

Canguçu
Do Curato a Independência

FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CANGUÇU

Em dezembro de 1799, 140 moradores do distrito de Canguçu da Vila de Rio Grande, encaminharam o seguinte requerimento **(1)** ao tenente-general governador do Continente do Rio Grande de São Pedro, nome na época do atual Rio Grande do Sul e que era subordinado ao Rio de Janeiro.

"Ilmo. e Exmo. Senhor

Dizem os moradores do Arroio das Pedras, denominado Canguçu, distrito dessa Freguesia de São Pedro do Rio Grande, que eles vivem mais de trinta léguas longe de sua paróquia, com dificuldades de muitos arroios e rios caudalosos que os embaraçam de serem socorridos com os sacramentos sempre necessários, porém muito mais precisos nos últimos momentos da vida do homem, acontecendo verem-se pelas estradas muitas cruzes em sinal de sepultura daqueles desgraçados que faleceram privados de toda a consolação e utilidade da Graça Santificante do Sacramento da Penitência.

No distrito de Canguçu se acham 140 vizinhos com 1.000 pessoas de sua obrigação. E posto que os referidos suplicantes tenham já o fundo, dois contos de réis (2.000 réis) como se mostra a relação junta, para erigirem uma capela, na qual possam receber os sacramentos e se representem os mistérios da Religião, para a honra e glória de Deus.

Contudo lhes falta licença e proteção de V. Exª, sem a qual ficarão infrutíferos os desjos dos suplicantes.

Portanto. – Pedem a V. Exª. seja servido conceder a licença pedida em nome de sua Majestade e nomear para inspetor da referida Igreja o Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja **(2)** em quem se acham todas as qualidades necessárias, por cuja graça – receberemos mercê".

Despacho

Como pedem

Rio Grande, 30 de dezembro de 1799. (Rubrica de Veiga Cabral)

O PRIMEIRO INSPETOR DA CAPELA DE CANGUÇU

O Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja lutou ao lado de Rafael Pinto Bandeira. Participou da conquista de Santa Tecla em 1776, sendo citado como valente pelo governador Marcelino de Figueiredo **(3)**. Na guerra de 1801 foi o subcomandante da Cavalaria Ligeira da Fronteira do Rio Grande ao comando de Marques de Souza. Dele se origina a família Azambuja entre o Taim e o Chuí e entre o Piratini e o Jaguarão. Foi estanciero em Canguçu até a guerra de 1801. Após transferiu-se para os campos abaixo do Piratini. Era filho do lagunista capitão Francisco Xavier de Azambuja, cuja descendência ensaiei **(4)**. Dele descende o Dr. Raul de Azambuja que foi intendente de Canguçu nomeado no inicio da década de 20 e que é avô do historiador peleotense e canguçuense Flávio Azambuja Kremer um grande amante de Canguçu.

Canguçu foi criado pelo Tenente-General Veiga Cabral, Governador do Continente de São Pedro e 1º Comissário da Demarcação de Limites do Tratado de Santo Ildefonso, cuja vida e obra, de grande projeção nos destinos do Rio Grande do Sul, temos a honra de pela primeira vez ensaiar, de modo o mais extenso possível.

CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da (1742-1801). Nasceu em Santa Maria do Soutello, Portugal. Sua família era muito conceituada. Segundo Lyra Tavares "formou-se engenheiro geógrafo" (5). Veio para o Brasil em 1767, aos 25 anos de idade, como tenente-coronel do Regimento de

O Tenente General Veiga Cabral, o criador de Canguçu, como Governador Militar do atual Rio Grande do Sul. Alegoria, ele comandando de seu leito de morte a vitoriosa Guerra de 1801 que incorporou ao Rio Grande do Sul os Sete Povos das Missões, os terrenos entre os rios Jaguarão e Piratini e até o rio Santa Maria e mais os Campos Neutrais que correspondem ao município de Santa Vitória do Palmar. Ele faleceu cerca de 22 meses depois de criar Canguçu (Fonte BENTO: História da 3ª Região Militar, v.1)

Infantaria de Bragança, comandado pelo coronel Francisco Lima e Silva, tio-avô do Duque de Caxias. Após 5 anos no Rio de Janeiro foi para o Rio Grande do Sul, em 1774, comandado o primeiro escalão de tropas que constituíram o Exército do Sul e o Regimento de Infantaria de Bragança. Dele escreveu o cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, do Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, atual Batalhão Sampaio, por ocasião da viajem Rio – Rio Grande 1774: **(6)**.

"Em 26 dez nosso RI do Rio de Janeiro deu as boas-festas aos amigos, por se separarem uns de suas casas e outros de seus divertimentos e outros de suas famílias. Amenizava este afastamento virmos na honrosa companhia do Sr. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, comandante das Tropas do Sul, pelo seu gênio amável, pelas suas virtudes admirado e pelo seu ilustre nome respeitado".

Tomou parte ativa no assalto à Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, sendo o primeiro a penetrá-la no dia se-

guinte, após evacuada pelos espanhóis. Por este feito foi promovido a brigadeiro.

Em 1780, em função dos incidentes entre os coronéis Marcelino de Figueiredo e Rafael Pinto Bandeira, foi mandado assumir o governo do Continente do Rio Grande de São Pedro (RGS atual). E de 1780-1801 exerceu estas funções com brilho, dedicação e mesmo heroismo, cumulativamente com as de 1º Comissário da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso. Nesta condição percorreu em 1784 a bacia do Piratini, em Canguçu, encontrando-a povoada há algum tempo, conforme escreveu o coronel Manoel Marques de Souza em 1799, ao Governador de Buenos Aires, Marquês de Sobremonte **(7)**.

O fruto do intenso e produtivo labor administrativo de Veiga Cabral durante cerca de 20 anos, como governador e demarcador no Rio Grande do Sul de 1780-1801, foi inventariado em diversas páginas por Abeillard Barreto **(8)**.

Dentre esses estudos ou trabalhos, indiretamente ligados a Canguçu e diretamente ao Rio Grande do Sul, registro como de muita importância histórica:

- Refexões sobre o estado atual do Continente de São Pedro **(9)**. Datado de 1783, consistiu num autêntico estudo estratégico do Rio Grande, para justificar a mudança do governo para Porto Alegre.

- Representações sobre a necessidade de separar o Continente de São Pedro e a ilha de Santa Catarina, do bispado do Rio de Janeiro, através da criação de uma Vigararia Geral ou um Bispado com jurisdição sobre Rio Grande do Sul e Santa Catarina **(10)**. A referida representação foi provocada por abusos que teriam sido praticados pelo visitador de 1799, padre Bento Cortez de Toledo, que lançou a pedra fundamental da Capela Curada N. Srª. da Conceição, marco da fundação da cidade de Canguçu. É um documento de grande interesse histórico para o Rio Grande do Sul. Nele se apoiaram as autoridades para a criação do que Veiga Cabral propôs.

A maior projeção da obra de Veiga Cabral no Rio Gran-

de do Sul foi no campo militar. Foi ele o planejador secreto e condutor, com o auxílio do coronel Manoel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande (hoje denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas por nossa proposta aprovada) e do tenente-coronel Patrício Correia Câmara, (atual denominação histórica da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé, cuja historia escrevemos em parceria como Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis e na qual descrevemos seu relatório de passagem por Canguçu, rumo ao Taim depois da conquista da Fortaleza de Santa Tecla em 1776. Na vitoriosa guerra de 1801 que temos estudado **(11)**, ele arrasou mais uma vez o Forte de Santa Tecla reocupado pelos espanhóis. Guerra da qual resultou a incorporação, pela força das armas, ao Rio Grande do Sul, dos Sete Povos das Missões e dos ricos territórios espanhóis ou neutros pelo Tratado de Santo Ildefonso, entre os rios Piratini e Jaguarão, arroios Taim e Chuí e da margem esquerda do rio Santa Maria.

O heroísmo decorreu do fato de conduzir a guerra na sua fase mais crítica de seu leito de morte no Rio Grande, vindo a falecer, em 5 de novembro de 1801, na Vila de Rio Grande aos 59 anos.

Seu governo precisa ser estudado com maior profundidade e temos a certeza que se inscreverá como um dos de maior duração como de maior projeção do Rio Grande do Sul. De uma coisa temos certeza: Em seu governo o Rio Grande do Sul conheceu o maior progresso e desenvolvimento relativo de sua história.

O VISITADOR QUE PRESIDIU A FUNDAÇÃO DE CANGUÇU

O lançamento da pedra fundamental da igreja do Curato Canguçu, em 1º de janeiro de 1800, foi presidido pelo representante do bispo do Rio de Janeiro – o Visitador Frei Bento Cortez de Toledo, natural de São Paulo e, pelo seu secretário – o padre José Ignácio da Silva Pereira, da Ilha de Santa Catarina. Informações sobre eles retirei de parecer ao Vice-

Rei do Brasil, datado de 12 de julho de 1805, elaborado pelo padre capitular Francisco Gomes Villasboas, respondendo pelo bispado do Rio, por morte de seu titular, e considerado pelo Vice-Rei "probo, inteligente e de prática nos negócios da diocese do Rio **(12)**". Escreveu o padre Villasboas sobre o visitador citado e que aqui parafraseio: **(13)**.

"Frei BENTO CORTEZ DE TOLEDO. Natural de São Paulo (Taubaté). Franciscano. Veio ao Rio muito acreditado no bispado de São Paulo e a procura do Frei Antônio de Santa Úrsula Rodolvalho, mestre jubilado e de muito conceito aqui, de virtuoso e douto. Por seu conceito, foi colocado pelo bispo, como professor de Letras no Seminário do Convento de Santo Antônio, onde chegou a ser Vice-Reitor, funções que exerceu sem desmerecer o conceito que gozava. Em 5 de novembro de 1798, foi nomeado Visitador do Continente do Rio Grande de São Pedro. Finda a visita àquele Continente, ausentou-se dele para o seu bispado em São Paulo assumir a paróquia de Taubaté, remetendo os livros e atos de sua visitação para este bispado do Rio de Janeiro".

Portanto, os atos de criação da capela Curada de N. S. da Conceição de Canguçu foram enviados para o Rio de Janeiro. Não se sabe é se o padre José Ignácio, secretário da visita, transcreveu nos livros os nomes dos 140 povoadores de Canguçu com as respectivas quantias que doaram para erigirem a capela. Sabe-se, com certeza, que os nomes dos 140 moradores de Canguçu que requereram permissão para fundar um povoado e uma igreja, foram omitidos pelo secretário da visita no livro de Tombo da Capela Curada de Canguçu, conforme conclui-se de J. Simões Lopes Neto **(14)**. Os atos do Visitador foram aprovados pelo 1º Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Castello Branco, falecido em 2 de janeiro de 1805.

Tenho procurado exaustivamente estes nomes, faz mais de 25 anos, pela importância histórica dos mesmos. Na impossibilidade, em anexo tentamos reconstruir parte deles com o apoio em fontes diversas.

A visita do Frei Bento Cortez de Toledo ao Continente do

Rio Grande de São Pedro, taxada de "abusiva", provocou, em plena guerra de 1801, uma representação de parte de seu governador Veiga Cabral, o criador de Canguçu, propondo a criação de um Bispado ou de uma Vigararia Geral, com jurisdição sobre o Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina. O processo decorrente está publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e retrata a conjuntura católica em Portugal e Brasil, no início do século XIX **(15)**. Seu mérito escapa a este trabalho. A proposta de Veiga Cabral iria vingar 11 anos após, com criação, em 1812, da Vigararia Geral de Porto Alegre. A alternativa de bispado somente iria concretizar-se 47 anos após, em 7 de maio de 1848, tendo como primeiro bispo D. Feliciano Rodrigues Prates, vigário de Encruzilhada do Sul atual e sobrinho neto do padre Francisco Rodrigues Prates, primeiro padre de Canguçu, como administrador da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão de Canguçu em 1783/89, e também do capitão-mor Paulo Rodrigues Xavier Prates.

Nota: Em 1999, publicamos sob a égide da Academia Canguçuense de História o livro Os 200 anos da Igreja N.S. da Conceição de Canguçu 1800-2000, sob patrocínio da Paróquia N.S. da Conceição de Canguçu, então presidida pelo hoje acadêmico da ACANDHIS, Luis Carlos Valente da Silveira. Relação que encontramos em pesquisa no Arquivo Histórico Nacional, em documentação em que a Irmandade Conjunta do Santíssimo Sacramento e de N.S. da Conceição da Igreja Matriz da Vila de Canguçu, a qual tinha como provedor o vereador Theóphilo de Souza Mattos (nosso bisavô materno) e como vice provedor o professor Antônio Joaquim Bento (nosso bisavô paterno e trisavô materno de Luiz Carlos Valente da Silveira). Eles foram signatários de requerimento a Câmara de Deputados do Império, na tentativa de reaver os terrenos que inicialmente pertenceram a padroeira. E a Câmara respondeu "não há nada o que deferir", questão que abordo as páginas 37/38 do citado livro o qual foi lançado em cerimônia religiosa da Igreja, por gentileza do Padre Irineu Zattera, que nos deu um espaço para explicarmos aos

fíeis o conteúdo do livro, o qual vários o adquiriram na saída da igreja ao término da cerimônia. Era tesoureiro João Baptista Pereira Galvão, que preservava fontes da História de Canguçu que lamentavelmente foram destruídas por incúria de um filho, segundo apurou J. Simões Lopes Neto. Neste tempo antes da Questão Religiosa, o maçon João Baptista era o tesoureiro da Irmandade. Assinou o requerimento José Oriol Creuet, marido da primeira professora para meninas Florinda Teixeira Creut.

CANGUÇU NA GUERRA DE 1801

Em 1801 Espanha e Portugal entram em guerra na Europa. Em conseqüência ela se verificará também no Rio Grande do Sul.

Aqui ela durou de 14 Jul. a 17 Dez. Foi planejada e comandada pelo tenente general Veiga Cabral, que fundara Canguçu. Durante a sua fase mais crítica ele a comandou de seu leito de morte em Rio Grande.

As hostilidades tiveram início na Fronteira do Rio Grande, a que Canguçu pertencia e servia de fronteira de fato no rio Piratini. Elas consistiram no ataque às guardas espanholas estabelecidas entre o Piratini e o Jaguarão, pelo major Vasco Pinto Bandeira **(16)**, irmão de Rafael Pinto Bandeira. Seguiram-se as ações na Fronteira do Rio Pardo: conquista do forte São Martinho; arrazamento da guarda de São Gabriel do Batovi fundada pelos espanhóis, conforme trata com detalhes Osório Santana Figueiredo, e Santa Tecla, próximo a Bagé. Ainda na mesma fronteira do Rio Pardo, a partir de São Martinho, foram lançados 40 dragões e aventureiros que conquistaram os Sete Povos das Missões. Segue-se a conquista de Santa Vitória do Palmar, a partir do Taim e Albardão, por contingentes ao comando do sesmeiro em Canguçu, capitão de Milícias Simão Soares e do tenente de Dragões José Antunes da Porciúncula, até hoje, ambos, com descendentes em Canguçu. Canguçuenses participam a seguir do vitorioso combate do passo das Perdizes, de 17 de junho, contra tropas enviadas de Cerro Largo (Mello atual).

O Marquês de Sobremonte cerrou sobre Cerro Largo, que fora conquistado por Marques de Souza. Este evacuou aquela praça e concentrou toda a Fronteira do Rio Grande no Passo N. S. da Conceição do Jaguarão (próximo a Centurión).

Passam-se os dias e as tropas do Marquês de Sobremonte concentraram-se ao sul do Jaguarão e as de todo o Rio Grande ao norte, frente a frente, na altura do passo N. S. da Conceição do Jaguarão. O Marquês de Sobremonte enviou um ultimatum ao coronel Marques de Souza, que não cedeu e o respondeu com altivez. Face à superioridade dos rio-grandenses, o Marquês de Sobremonte retirou-se para Cerro Largo. Em 11 de novembro, morreu, em Rio Grande, Veiga Cabral, sendo substituído pelo brigadeiro Francisco Róscio.

Em 17 de dezembro de 1801 foi publicada a paz no Rio Grande e cessaram as hostilidades.

Ao final da guerra, os rio-grandenses haviam conquistado de fato os territórios: entre os rios Piratini e Jaguarão; dos Sete Povos das Missões; de Santa Vitória do Palmar e da margem esquerda do rio Santa Maria.

Os referidos territórios não foram devolvidos em razão da Espanha não haver restituído na Europa a cidade de Olivença que conquistara pelas armas de Portugal.*

Canguçu foi a base de partida de muitos povoadores dos novos e ricos territórios conquistados e que ali viveram, casaram, prosperaram e procriaram de 1780-1801.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO ANO DA FUNDAÇÃO DE CANGUÇU

Ao ser fundado Canguçu, reinava em Portugal o Príncipe Regente D. João, em nome de D. Maria I. Já havia nascido, em 12 de outubro de 1798, aquele que seria o primeiro imperador do Brasil, com o nome de Pedro I. Nascimento saudado em Canguçu através do nome da estância São Pedro de Alcântara, de propriedade de Afonso Pereira Chaves e Pedro João da Fonseca. Estância situada a SO da cida-

de de Canguçu atual e vendida, em 12 de junho de 1800, a Manuel Antunes Moreira, conforme promessa de compra e venda em meu poder **(19)**, bastante reveladora de alguns dos primeiros povoadores de Canguçu.

Governava o Brasil o seu 13º Vice-Rei, o Conde de Resende. A fundação de Canguçu teve lugar no 11º ano da Idade Contemporânea ou da Revolução Francesa. Na Europa começara a brilhar a estrela de Napoleão Bonaparte. Ele obtivera de 1776-1779, vitórias militares sobre a Sardenha, Áustria, Inglaterra e Turquia. Ao final das mesmas foi nomeado 1º Consul. No ano da fundação de Canguçu ele venceu os austríacos, em Marengo, passaporte para sua proclamação, em 1804, como Cônsul vitalício.

A Capela Curada de N. S. da Conceição de Canguçu foi a 13ª a ser criada oficialmente pelos portugueses dentre as que se tornaram municípios. Foram as primeiras capelas dentro do critério acima, com apoio em Fortes e Wagner **(20)**: Rio Grande (1737), Viamão (1754), Santo Antônio da Patrulha (1760), Vacaria (1761), Gravataí (1761), Rio Pardo (1762), Taquari (1764), Piratini (1789), Encruzilhada (1799), Canguçu (1800). A próxima seria a de Caçapava, em 5 de julho de 1800.

De fato, a capela de Canguçu data de 1798, ou antes, com o nome de N. S. da Conceição do Passo das Pedras, ora de Arroio das Pedras, conforme sacramentos nela realizados **(21)**. Documento que acabo de localizar na Biblioteca Nacional, datado de 1881, afirma que o povoamento da cidade de Canguçu teve início de fato em 1795 **(22)**. Carta do sesmeiro do local Paulo Rodrigues Xavier Prates, datada de 11 de Nov. 1799, na qual comunica haver doado o local para N. S. da Conceição, registra diversos posseiros no local e refere inclusive a ranchos velhos lá existentes **(23)**.

Pela carta citada todos os terrenos seriam pertencentes a N. S. da Conceição de Canguçu e seus usuários pagariam foros. E mais, que caso não vingasse o projeto da Capela, os rendimentos dos terrenos reverteriam para o luzimento do altar de qualquer capela que invocasse N. S. do Rosário (e não

especificamente a de Rio Grande, como passou à tradição).

Segundo J. Simões Lopes Neto, com apoio em memória de Manuel Gomes de Freitas, (destacado historiador rio-grandense, **(24)** que instalaria Canguçu em 1857), os destinos dos terrenos obedeceram ao seguinte critério estabelecido pelo tenente general Veiga Cabral da Câmara **(25)**.

Os terrenos concedidos seriam de propriedade exclusiva de N. S. da Conceição e divididos em duas classes. "Os terrenos de primeira seriam vendidos a 960 réis cada. Mediriam cerca de 10x44m. Destinavam-se a fundar a povoação nas ruas que foram marcadas desde então e que persistiram até 1939. Os de segunda classe e patrimônio de N. S. da Conceição, estavam bem nítidos. Os referidos terrenos ficavam compreendidos entre os arroios que cercam Canguçu. O limite norte era o arroio que passa junto ao arrasado cerro da Liberdade."

Em ofício de 22 de janeiro de 1798, o Vice-Rei do Brasil, ao propor a Portugal a transformação do atual Rio Grande do Sul, de Continente à Capitania do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, tendo como primeiro capitão general o fundador de Canguçu, escreveu a certa altura:

"Também me parece próprio criar vilas segundo o número de fogos (habitações) que houver nas freguesias. Porque com essas povoações poder-se-ão reger os indivíduos mais facilmente pela justiça ordinária e se engrossarão as forças (militares), fazendo-se capazes de tratar da sua segurança e a do Estado" **(26)**.

Aqui encontramos mais um apoio da criação de Canguçu haver obedecido a critérios de Segurança Externa.

Nota: Manoel Gomes de Freitas que biografo neste trabalho nasceu em Canguçu. É patrono de cadeira na ACANDHIS e Patrono da Academia Piratiniense de História que fundamos e presidimos. Ele foi um grande historiador.

O Conde de Resende - 2º Tenente General D. José Luiz de Castro, foi o 13º Vice Rei do Brasil e é o nosso patrono de cadeira na Academia Resendense de História que fundamos e a presidimos em seus primeiros passos. Ele criou Resen-

de em 24 de junho de 1799, cerca de seis meses antes da criação de Canguçu, também criada em seu governo. Ele foi o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas do superior civil no Brasil, ao criar em 19 de dezembro de 1792, no Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho destinada a formação no Brasil Colônia de oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros Militares e Civis. Academia que é a raiz histórica da atual Academia Militar das Agulhas Negras, da qual me considero o seu historiador em livros como **Os 60 anos da Academia Militar das Agulhas Negras**. Fizemos justiça ao Conde de Resende em diversos artigos e em especial em artigo O Conde de Resende... o criador de Resende. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasiliero, nº 375, abr/jun 1992. Trabalho inicialmente apresentado como orador convidado pela Câmara de Resende em seu aniversário em 29 de set 1992. Trabalhos que inspiraram a criação pela Câmara de Resende da Comenda Conde de Resende com a qual fomos agraciados. A ação do Conde de Resende se projeta no povoamento inicial de Canguçu.

PROPOSTA PARA A CAPELA DE CANGUÇU PERTENCER À VILA DE PELOTAS A CRIAR

Em 6 de abril de 1804, em carta dirigida ao Princípe Regente D. João, o major de Ordenças Domingos José Marques e escrivão de sesmarias do Continente do Rio Grande de São Pedro, escreveu em certa altura, ao propor a criação das vilas de Rio Grande, Pelotas, Cachoeira, Triunfo, Rio Pardo e Santo Antônio:

"A segunda vila, no lugar denominado Pelotas, sito na Barra do São Gonsalo da Parte Norte, onde fundeão embarcações e se faz um comércio vivo, podendo-se-lhe acrescentar as Capelas de CANGOSU, PAVATENY e a do ARROIO GRANDE".

O major Domingos, alegando conhecimento geográfico, topográfico, econômico, civil e militar do Rio Grande, em razão de seu ofício de escrivão de sesmarias, baseava sua proposta na "necessidade de minorar o estado de desordem

e principalmente de falta de justiça", no Rio Grande do Sul de então.

COLOCAÇÃO DO SACRÁRIO DA CAPELA DE CANGUÇU

Em 8 de janeiro de 1804, após quatro anos de trabalhos para a construção da Capela Curada N. S. da Conceição de Canguçu, foi ela benzida e colocado o seu sacrário pelo padre visitador Agostinho José Mendes dos Reis. Sobre ele escreveu o citado padre Villasboas, ao Vice-Rei do Rio de Janeiro, em parecer na citada representação do governador Veiga Cabral que taxava de abusiva a visita realizada pelo padre Bento Cortez de Toledo **(27)**.

"E se este visitador (Bento Cortez de Toledo) obrou como se diz, posso certificar a V. Excia. que conheci alguns visitadores com espírito verdadeiramente apostólico. Ainda hoje existe um deles, natural de Santa Catarina, chamado Agostinho José Mendes dos Reis. Ele tem visitado o Continente do Rio Grande de São Pedro por quatro vezes. E foi tanto o interesse temporal que tirou, sendo aliás pobre, que em prêmio para poder sobreviver sem mendigar, pediu a escrivania da vara de Santa Catarina, contentando-se com o tênue rendimento dela".

O padre Agostinho dos Reis resgatava assim, com seu verdadeiro espírito apostólico, as dúvidas deixadas sob a ação de seu antecessor e que motivaram representação do governador do Rio Grande ao Vice-Rei do Brasil e ao Ministro de Estado de Portugal **(28)**.

O Sacrário foi colocado sob os pés da pequena imagem de N. S. da Conceição de Canguçu **(29)**.

Nota: N. S. da Conceição era a padroeira do Exército de Portugal e o seria do Exército Imperial do Brasil. Assim tenho a impressão, a confirmar, que todos os locais criados sob sua invocação resultaram de uma empresa militar, caso de Resende fundada por uma bandeira e Canguçu criada como um aprofundamento de defesa contra uma invasão em 1801.

CANGUÇU 1780 – 1804
SEGUNDO SEU PRIMEIRO POVOADOR

O capitão-mor Paulo Rodrigues Xavier Prates entreteve pelo menos três questões de terras nos limites de sua sesmaria, na atul cidade de Canguçu e adjacências. Da que manteve com João Francisco Teixeira de Oliveira resultou o terreno doado a N. S. da Conceição, base da atual cidade de Canguçu, conforme abordou J. Simões Lopes Neto **(30)**. A outra foi com o alferes José de Souza Pereira, primeiro povoador de Canguçu, cujas propriedades situavam-se a SO da atual cidade de Canguçu. Esta, é tratada na carta que transcreverei Ela foi cedida, em 1812, a J. Simões Lopes Neto por nosso avô Genes Gentil Bento, junto com outros documentos importantes ligados à fundação de Canguçu, todos em meu poder **(31)**. Documentos que foram tranferidos e preservados por meu pai e dele os recebi.

A transcrevo a seguir, com observações entre parênteses e notas, após ter sido por mim paleografada com o auxílio do Arquivo Nacional e interpretada de modo a torná-la mais inteligível ao leitor comum.

Nela é citado o segundo povoador de Canguçu, o Capitão José Joaquim Gouveia, que mais tarde casaria com Escolástica, filha do capitão-mor Paulo Xavier Rodrigues Prates **(32)**. Como nome abreviado de Francisco Teixeira, ela cita o primeiro contendor do capitão-mor Paulo citado.

Mas deixemos falar o primeiro povoador de Canguçu e nos transmitir suas angústias e valiosas informações.

"Senhor Capitão-Mor

Paulo Rodrigues Xavier Prates

Respondo a sua (carta) datada de 20 de abril. Nela vejo a honra com que me trata. Parece-me que para Vossa Mercê eu sou surdo, cego e mudo. Porque faz 24 anos que habito este lugar (desde 1780) e não tenho conhecimento das divisas que diz ter nos seus títulos e menos do que, "fraldas dos serros sobem por ela acima".

Só tenho conhecimento das divisas que estão nos títulos de propriedade que obteve do falecido tenente general

(Sebastião Cabral da Câmara – Governador do Rio Grande 1780-1801) por serem os naturais do seu próprio rincão.

Eu por hipótese sou ignorante? Parece-me que Vossa Mercê não poderá esquecer que quando eu vim povoar este campo (em 1780) era esta campanha povoada de feras, índios, desertores, ladrões e contrabandistas que serviam para insultar as nações portuguesa e espanhola. Não deixaria o capitão José Joaquim Gouveia de lhe dar notícias do que era isto (Canguçu e imediações). Ele foi o primeiro que apareceu aqui no seu rincão há quatro anos com os meus animais.

Dizendo-lhe que povoasse o campo onde hoje se encontra o castelhano Medina, concordou. Disse-me que daqui não queria coisa alguma, e que pretendia ali naquele campo conservar o seu gado até passar das guardas para dentro **(33)**. Vendo que eu não tinha medo dos casais (açorianos), e dos demais que vinham povoar os campos, mudou o seu gado para o campo que depois vendeu ao falecido Manoel (José) Cardoso. Um Chaviano (ou Flaviano) que aqui veio ver o seu campo para comprar, disse-me que estes lugares só serviam para a habitação de feras. Um Francisco Gomes falou ao Alferes Manuel Alves de Carvalho que aqui também me disse que estes lugares só serviam para degredo. E mais, que se por seus pecados cometesse algum crime e o quisessem mandar para este lugar, se empenharia para que o enviassem para Angola. Alguns destes que eram seus parentes não lhe disseram o que era esta campanha naqueles tempos? (1780-84). Do contrário, Vossa Mercê não empreenderia com tamanha desumanidade o propósito de tirar-me meu campo que me custou com tanto risco de vida a povoar, sacrificando-me e a minha família ao que nos suceder de (grave) fosse possível.

Reconheça que depois de eu estar aqui há 7 anos (em 1787) o capitão José Joaquim Gouveia lhe disse que o seu rincão era pequeno e Vossa Mercê devia procurar ficar com o meu campo que está em dois serros contra o Piratinim Menor **(35)**. Logo esqueceu Vossa Mercê das leis da humanidade e das contas que há de prestar a Deus. Escreveu uma carta

ao senhor seu cunhado (coronel Manoel Marques de Souza) para me por fora do meu campo. Porém, Deus que foi o meu defensor não permitiu que Vossa Mercê o conseguisse. Mostrei-lhe (a Manoel Marques de Souza) como o já havia feito ao capitão José Joaquim, ao capitão Francisco Xavier e ao falecido tenente José de Sampaio que o meu campo estava fora das suas divisas. Mas isto não foi bastante para Vossa Mercê se conter, pois como disse a João Francisco Teixeira de Oliveira, não tinha sombras humanas e somente as de Deus. Continuou com a sua contumácia.

No ano seguinte (1788), requerendo ao coronel Joaquim José Ribeiro da Costa (governador interino que tomou posse em maio 1787) **(36)** dizendo-lhe que eu estava estabelecido em seu campo, perturbando os seus animais com os meus. Naquele tempo Vossa Mercê só possuía duas manadas de éguas no seu rincão e meus animais não passavam suas divisas. Mas primeiro recomendou ao major que, é hoje Caetano Barbosa, que visse se eu estava no seu campo e que dentro de 8 dias me despejasse. Despejou? Não! Hoje estou no mesmo lugar! Não mandei medir e demarcar o meu campo sem contradição de pessoa alguma? Não foi citado Francisco Teixeira que estava senhor e possuidor de seu rincão? Não requereu exame de suas divisas? Não foram examinadas judicialmente? Porque requereu Vossa Mercê ao falecido tenente general (Veiga Cabral da Câmara) medição de seu campo por um engenheiro que Sua Majestade mandou para este Continente (do Rio Grande de São Pedro) para a marcação da divisória com a Espanha (Tratado de Santo Ildefonso) e não pelo piloto de medições? Tudo isto com o fim de aumentar o seu campo e por fora o pobre João Francisco Teixeira de Oliveira **(37)**.

Onde está a medição que Vossa Mercê pediu ao falecido Tenente General (Veiga Cabral da Câmara) dos limites que dividem o seu campo com o meu? Que remorsos o conduzirão à presença do Padre Mestre Rodovalho (Frei Antônio de Santa Ursula Rodovalho) **(38)** a quem disse o que me tinha feito? O que ele me disse parece-me escusado repetir-lhe.

Eu bem sei que Vossa Mercê é aparentado é o preferido do Capitão-Mor **(39)** e que repetidamente a ele recorre como diz. Sei que sou um pobre desconhecido. Mas por esta razão como disse São Pedro, "não deixarei Deus para obedecer aos homens". Isto em consideração à numerosa família que Deus me deu. E a este mesmo Deus peço dar a Vossa Mercê um toque de sua divina graça para que adote suas futuras providências na consideração da Eternidade.

Desejo a sua saúde e de toda a nobre obrigação (família) para que na posse dela mandar (ordenar) a este que sempre foi de Vossa Mercê o menor criado.

Ass: José de Souza Pereira. Hoje, 19 de maio de 1804."

O SÁBIO PADRE RODOVALHO VISITOU CANGUÇU?

Chamou-nos a curiosidade a citação do padre mestre Rodovalho do qual obtivemos os seguintes dados na História do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro **(40)** que recebemos ao visitá-lo em março de 1980. à procura do altar de campanha do Duque de Caxias que lá se encontra:

"Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho. Nasceu em Taubaté. Foi um dos mais sábios que teve a Província Franciscana da Imaculada Conceição que sediou-se no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro de 1675-1901. Afamado orador, grande mestre de Filosofia e Teologia. Aos 8 de outubro foi eleito Provincial. Aos 25 de abril de 1810 foi nomeado bispo de Angola, mas por motivo de saúde renunciou antes de ser sagrado. A 11 de janeiro de 1811 renunciou ao cargo de Provincial. Faleceu em 1817".

Foi a este padre "mestre jubilado e de muito conceito aqui de virtuoso e douto" **(41)** que o padre Bento Cortez de Toledo, que presidiu a fundação de Canguçu se apresentou antes de vir realizar a sua visita e de assumir a paróquia de Taubaté, terra natal do padre Rodovalho.

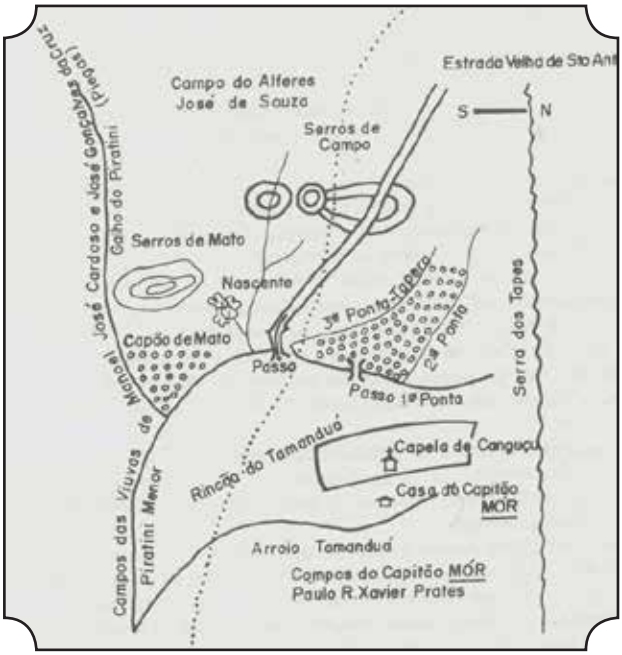
Aonde o primeiro povoador de Canguçu teria falado antes de 1804, com o padre Rodovalho? Numa visita deste ao Continente como visitador ou em companhia do provincial?

Era mais fácil ao padre conhecer o capitão Paulo, por este possuir padres dois irmãos, um filho e dois sobrinhos **(42)**. Entre os dois últimos, D. Feliciano Rodrigues Prates que estudava no Rio e seria sagrado padre dois meses após a data da carta transcrita e em 25 Jul. 1804.

É muito provável que o padre Rodovalho tenha passado em Canguçu, a serviço de sua Província, ocasião em que o primeiro povoador de Canguçu desabafou-lhe suas mágoas e foi por ele consolado.

PRIMEIRO ESBOÇO E DESCRIÇÃO DE CANGUÇU E ADJACÊNCIAS

Anexo a carta transcrita e com a mesma letra, acompanha uma exposição possivelmente bem anterior, tendo no verso um esboço. Na exposição a letra **R** - (Requerente?) refere-se ao capitão-mor Paulo Xavier Rodrigues Prates e a letra **A** - (Acusado?) ao Alferes José de Souza Pereira. Eis o texto do anexo em linguagem atual e interpretado da forma mais inteligível hoje:



Esboço de autoria provável do primeiro povoador de Canguçu, Alferes JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, elaborado talvez antes de 1800. (Cópia)

Não obedece escala. Os assinalados OOOO são os campos disputados entre o Capitão Mor Paulo e o Alferes José de Souza. A Convenção ========== representa a Estrada da Produção entrando em Canguçu. O caminho pontilhado, nos parece ser o que hoje baliza a direção Monumento N. S. da Conceição. no Cerro do Borges, até a igreja N. S. da Conceição, ao longo da Rua Cel. Genes Bento. Melhor proveito terá o uso de uma lupa para ver detalhes.

- E escreveu o acusado:

"O estabelecimento do requerente é que está no pé do **arroio Tamanduá**.

- O vintém de campo, do requerente que se situa entre o **arroio Tamanduá** e que limita ao norte com a 2ª ponta do rio Piratini e pelo leste com a serra dos Tapes onde faz fundos.

- Os fundos que faz em pontas entre o Piratini e o **Tamanduá**.

- A posse do requerente no seu rincão (do Tamanduá).

- O acusado disputa somente:

- O campo que está estabelecido com seus animais vacuns e cavalares, com sua família, casas, currais, lavouras e árvores de espinhos há 24 anos (desde 1780). Campo este medido e demarcado judicialmente sem contradição de pessoa alguma e que o acusado tomou posse primeiro que todos os demais povoadores daquela campanha do Piratini (Canguçu e imediações).

O exposto mostra o dolo do requerente em procurar fazer medições através de um engenheiro para lhe enredar (confundir) as suas divisas com as do acusado.

- A divisa do requerente naquela parte é a segunda ponta do rio Piratini. Mas o juiz da medição do acusado procedeu a medição pela terceira ponta do rio Piratini que verte do boqueirão da **tapera** de D. L. **(43)**

- Mas o requerente mandou o engenheiro iniciar a medição pela "primeira ponta" do Piratini que é em realidade a segunda ponta que nasce da falda do serro do acusado.

- A primeira ponta do Piratini verte em realidade a segunda da serra dos Tapes.

- A segunda ponta nasce junto a mesma serra dos Tapes, e mais acima do serros de campo".

- A W mandou o engenheiro subir por outra ponta que verte capão de mato onde o acusado está estabelecido com suas plantações. Tudo isto com o fim de ficar com o campo do acusado abaixo do capão da mata entre o rio Piratini e seu galho, que divide os campos do acusado com as viúvas do alferes Manoel José Cardoso e José Gonçalves Cruz".

(Um trecho pouco legível e inteligível a respeito de medições procedidas).

A primeira ponta do Piratini verte em realidade da Serra dos Tapes. A segunda nasce junto a mesma Serra dos Tapes e mais acima dos serros de campo".

No esboço e na carta não foi possível ler o nome (Dos Lhes) cuja tapera ficava no boqueirão da 3ª ponta do Piratini.

Segundo J. Simões Lopes Neto, o local onde se assenta Canguçu chamava-se Rincão do Tamanduá **(44)**. Penso, com apoio na carta transcrita, que José Francisco Teixeira de Oliveira não comprou o Rincão do Tamanduá **(45)** do Capitão-mor Paulo e, sim, que o ocupou e terminou perdendo a questão, sendo de lá tirado, após o que o Capitão-mor Paulo o doou a N. S. da Conceição.

As questões de terras foram uma constante nesta época. Logo após a elevação do Rio Grande a Capítania, uma de suas autoridades escreveu ao Príncipe D. João:

"Um juiz de tombo de toda a capitania, e da maior necessidade. Do contrário vai toda ela cair no caos, porque são tantas as demandas por causa de terras que em séculos elas não se porão em sossego. Os juízes de foro tem tanto do que cuidarem que se também forem juízes de medições, será impossível cumprirem suas obrigações em tempo" **(46)**.

Manoelito de Ornelas em **Gaúcho e Beduínos** transcreve petição de casais de açorianos de Santo Amaro, dirigida a D. João, que reflete o problema dramático relacionado com a posse da terra.

O próprio Capitão-mor Paulo Rodrigues Prates, em carta de 11 de novembro de 1799, ao Alferes José de Souza Perei-

ra, alerta-o em certa altura:

"Me parece desnecessário expor a Vossa Mercê, por quanto não os ignorará, os imensos arestos (demandas) que em todos os lugares existem sobre patrimônios". **(47)**

CANGUÇU NA CRIAÇÃO DO RIO GRANDE

Em 19 de setembro de 1807, setenta anos após a fundação do Rio Grande por Silva Paes, D. João criou a Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro. Quatro meses depois, em 22 de janeiro de 1808, ele desembarcou na Bahia com o restante da Família Real, obrigado por Napoleão a deixar Portugal, às pressas, por haver recusado declarar guerra à Inglaterra, tradicional aliada. As razões declaradas da criação da Capitania foram a distância do Rio e o aumento de sua população e progresso. Em verdade, ela atendeu às razões de Segurança Externa. Pois, a Bacia do Prata, com o aprisionamento por Napoleão do rei de Espanha, irmão de D. Carlota Joaquina, esposa de D. João, viu-se envolvida por agitações movidas por sentimentos independentes, nativistas e imperialistas. Agitações que ameaçaram colocar em risco a segurança e a integridade do Rio Grande e a dar um destino ao atual Uruguai contrário aos desejados por Portugal. O primeiro Capitão General D. Diogo de Souza, proveniente de governos em Moçambique, Maranhão e Piauí, assumiu em 9 de outubro de 1809 **(48)**. Situação de Canguçu e do restante do Rio Grande por esta época pode ser deduzida da obra do viajante inglês John Luccock **(49)**, que visitou a Capitania de 1809-1813, e das "Reflexões sobre o estado" da mesma, em 1808, de Manoel Antônio de Magalhães **(50)**. Ao chegar ao Rio, D. João, entre outras iniciativas, conquistou Caiena na Guiana Francesa, criou o atual Regimento de Cavalaria de Guardas – os Dragões da Independência de Brasília **(51)** e a Academia Real Militar, considerada por decreto presidente Getúlio Vargas, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras **(52)** mas não a sua raiz histórica que foi a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho

Na Inglaterra, no ano da vinda da Família Real para o

Brasil, Hipólito José da Costa que havia passado a juventude em Rio Grande, Pelotas e Capão do Leão atual, iniciava a edição do **Correio Braziliense** (1808-1822) conforme já abordamos em diversos trabalhos **(53)**. John Luccock assim descreveu o gaúcho rio-grandense que viu em Rio Grande em 1809, e, seguramente entre eles, alguns canguçuenses que iam até aquela vila negociar:

"Eram a maioria das vezes, homens baixos e robustos cuja mestiçagem com o sangue índio se denunciava na barba rala, nos cabelos finos e nos olhos vivos. Os homens de origem espanhola ou portuguesa tem longas e cerradas barbas, cabelos anelados, rosto e membros mais delgados que os mestiços. São todos morenos de cabelos e olhos negros.

Suas roupas são quase sempre de algodão grosseiro e resistente feito em casa. Compõem-se de camisetas de mangas abertas e calças que vão pouco abaixo dos joelhos e que se prendem à altura dos quadris por uma cinta. A cinta também é de algodão tingido de azul ou vermelho, quando não entremeado com as duas cores e a branca e terminando em franjas. Comprida e estreita, era enrolada três ou quatro vezes na cintura. Em suas dobras depositavam dinheiro e outros pequenos valores. Aos ombros levam uma bolsa de couro com o isqueiro (de pedra e mecha) e um pouco de fumo. Todos usavam chapéu alto de forma cônica e abarretada, de feltro, de palha ou folha de palmeira. Via-se na cinta uma faca afiada. Embora descalços, traziam esporas presas com tiras de couro macio e botas (de garrão de potro) apresilhadas nos joelhos. Um ou outro usava lenço no pescoço, facão de mato e se fazia acompanhar de criados".

E prossegue a deliciosa descrição sobre outros detalhes, onde aparecem estribos feitos da seção transversal de chifres de boi **(54)**.

Nota: Em 1972, informações que Hipólito da Costa havia residido em Canguçu, nos levou a pesquisa que publicada no **Diário Popular de Pelotas**, teve repercussão nacional no **Correio do Povo**, na coluna Arquimedes Fortini, no **Estado de São Paulo**, no **Jornal do Brasil** e no **Correio Brazi-**

liense. No artigo no **Diário Popular de Pelotas** sugerimos o traslado de seus restos mortais. A ARI e Asembléia do RGS promoveram um concurso nacional no qual fomos premiados em 2º lugar. Obra esta cujo um dos originais foi confiada a Biblioteca do Colégio N. S. Aparecida e por nós publicada sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul em 2005 sob o título original **O gaúcho fundador da Imprensa Brasileira** que foi lançado na Associação Riograndense de Imprensa com insignificante repercussão na Mídia e só reconhecida a nossa contribuição pelo jornalista Raul Quevedo que sempre se empenhara no assunto. Outra motivação foi a ligação de Hipólito da Costa com familiares militares. Seu pai era granadeiro, o seu tio o Padre Doutor foi capelão de Colônia do Sacramento e um genro e filho oficiais do Exército Inglês. E um nascido antes de seu casamento que pertenceu a Marinha do Brasil .

CANGUÇU NA CAMPANHA DO EXÉRCITO PACIFICADOR DA BANDA ORIENTAL

Em 1810 começou a emancipação da Argentina. Em conseqüência, nossa fronteira foi violada com atentados às propriedades, por desordeiros que atuavam na Argentina e Uruguai atuais. Para previnir estes males e outros maiores, foi organizado o Exército de Observação da Capitania. No atual Uruguai, o governador Hélio, que defendia os interesses da Espanha, foi sitiado por tropas de Buenos Aires, ao comando de Rondeau e Artigas. Hélio pediu auxílio a D. João. Em conseqüência, o Exército de Observação transformou-se em Pacificador. E sob o comando de D. Diogo invadiu o Uruguai pela fronteira do Rio Grande, pelo histórico passo N. S. da Conceição do Jaguarão, após concentrar-se em Bagé atual, cuja fundação data desse evento. Canguçuenses integraram a vanguarda ao comando do marechal Manoel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande. Participaram da conquista de Cerro Largo (Mello atual) em 23 de julho de 1811, das tomadas da Fortaleza de Santa Tereza, em 5

de setembro e de Maldonado, em 14 de outubro, local onde incorporou-se às operações militares, como coronel auditor, o mais tarde Visconde de São Leopoldo **(55)**. D. Diogo recebeu um recado do governador Hélio para que retornasse ao Rio Grande em face do levantamento do cerco. Nesta ocasião Artigas concentrou-se no arroio Ahuy do outro lado do Uruguai, frente a Uruguaiana atual, após levantar o cerco que fazia com Rondeau.

Quando o Exército Pacificador encontrava-se em Maldonado, Canguçu foi elevado à condição de Freguesia, em 31 de janeiro de 1812, conforme Ângelo Pires Moreira, em "Canguçu, Pelotas e Jaguarão, freguesias trigêneas" **(56)**.

De 16 Mar. a 2 Mai. de 1812, D. Diogo deslocou o Exército de Maldonado a Paissandu. Canguçuenses participam da Vanguarda ao comando de Marques de Souza. Em 10 Jun. D. Diogo recebeu ordem, em Paissandu, de reinternar-se no Rio Grande. Em 13 Jun. marchou para as cabeceiras do Cunha Perú, ao sul de Santana atual. Ali, em três meses, com o concurso de Chagas Santos, comandante dos Sete Povos das Missões, D. Diogo pressionou os artiguistas para fora do distrito de Entre-Rios (rios Uruguai-Ibicuí, Santa Maria e Quaraí) que incorporou então, quando, inclusive, doou sesmarias no local, bem como em Santa Vitória do Palmar.

Desse local o Exército Pacificador reinternou-se no Rio Grande, sendo que Marques de Souza pelo passo N. S. da Conceição do Jaguarão e Francisco Xavier Curado **(57)** por Bagé. Participaram pois alguns canguçuenses, da segunda guerra ao comando de Marques de Souza, sesmeiro ao sul de Canguçu.

Participaram da guerra de 1763-77, bem como desta, como continuaram a participar até 1822, sucessivos contingentes de paulistas que ao lado dos açorianos, estudados pelo Mestre Dante de Laytano **(58)**, se constituíram numa grande corrente povoadora, até hoje pouco estudada e destacada sob este enfoque.

Para estudar-se a influência sociológica dos migrantes paulistas militares e civis que se radicaram no Rio Grande de 1733-1822, evento tão magistralmente romanceado por Érico

Veríssimo na família de Ana Terra, é fundamental que se leia Monsenhor Amaury Castanho, de Sorocaba, sob o pseudômino de Aluízio de Almeida: **Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo 1722–1822 e Vida e Morte do Tropeiro** Através da primeira obra desse autor, que recebi de suas mãos, em visita que lhe fiz em Sorocaba, em 19 de dezembro de 1977, em companhia de Vinício Stein Campos, conheci o seguinte que se relaciona com Canguçu:

O Frei Bento Cortez de Toledo que lançou a pedra fundamental de Canguçu encontrava-se em São João Del Rei com os seus irmãos padre Carlos Correia de Toledo Melo e o (major) Luiz Vaz de Toledo Piza, partidários da Inconfidência Mineira em 1789, mas sem haver participado do movimento. Que era irmão do Frei Rodovalho, citado na carta transcrita do primeiro povoador de Canguçu. Que todos eram de Taubaté e filhos de um homem que após enviuvar ordenou-se padre e foi vigário de Mogi das Cruzes **(59)**.

Ensaiamos participação militar de São Paulo na guerra da Restauração do Rio Grande do Sul em 1776 **(60)** e a professora Maria de Lourdes F. Lins, doutora em História pela USP o fez no período 1763-78 e 1810-1822 **(61)**.

Sobre isto publicamos trabalho no **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná** em 1978.

Nota: Desde 1983 quando veio a luz a presente edição, publicamos entre outros, os seguintes assuntos relacionados com estes.

A CRIAÇÃO DA FREGUESIA N. S. DA CONCEIÇÃO DE CANGUÇU

BENTO, Cláudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1808/1889 e Antecedentes** Porto Alegre: 3ª RM? Ed Pallotti, 1994 v.1 (Esta biografa o primeiro governador e primeiro comandante militar do atual Rio Grande do Sul)

(____). **A Guerra da Restauração** (do Rio grande do Sul) **1774/77**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,1996.

(____). **História da 8ª Brigada de Infantaria Motorisada – Brigada Manoel Marques de Souza** (1º). Porto Alegre Editora Pallotti, 2001.

(____). et Caminha, Luiz Ernani, Giorgis.**História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Patrício Correia da Câmara**. Porto Alegre: Edit. Pallotti, 2002.

(____).et Caminha, Luiz Ernani, Giorgis. **Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911**. Porto Alegre: Metrópole, 2005.

Em 31 de janeiro de 1812, em Resolução Nº 7, à consulta feita à Mesa de Consciências e Ordens, o Príncipe D. João criou as freguesias de Arroio Grande (Jaguarão atual), Pelotas e Canguçu, conforme documento a seguir transcrito em linguagem intelegível, hoje **(62)**.

"Foi ouvida a Mesa de Consciências e Ordens sobre o requerimento dos moradores do Arroio Grande, a capela da Lagoa (Mirim – foz do Jaguarão) enquanto não se edifique outra à custo dos povos que a isso se devem obrigar por contrato.

O procurador Geral das Ordens concordou com reverendo Bispo, na ereção das três freguesias com os limites que indicou. Não concordou que a construção da Igreja (em Jaguarão) seja obrigação dos povos, mas sim construída à custa da Real Fazenda.

Dando-se vistas ao Procurador da Coroa e Fazenda, concordou com as informações do Reverendo. Bispo quanto a criação das três freguesias e seus limites. Não concordou ser obrigação dos povos edificarem a nova igreja (em Jaguarão). Abordando a questão sobre quem é obrigado a edificar inteiramente as matrizes: Se atribuir esta obrigação por direito ao Padroeiro, quanto à Capela-Mór, aos povos quanto o corpo da Igreja. Quando não existir constituição ou convenção especial, não convém seja imposta aos paroquianos esta expressa condição ou obrigação. Basta que se designe o lugar em que a Igreja deve ser construída. Pois o fervor e a devoção dos povos os persuadirão a fazer a desejada edificação.

A Mesa, o Reverendo Bispo, o Procurador Geral das Ordens e o Desembargador Procurador Geral da Coroa e Fazenda são de parecer consultar à Vossa Alteza sobre:

_ A ereção das três freguesias de Pelotas, Canguçu e Arroio Grande, separadas da Freguesia de São Pedro do Rio Grande, tendo por limites e localidades designados pelo Reverendo Bispo, e sem obrigação determinada de os fregueses erigirem a Igreja às suas custas pelas razões ponderadas.

_ Assignar (atribuir) Vossa Alteza Real aos párocos das ditas freguesias a congrua (pensão) anual de 200$000 réis a cada um e às fábricas a quantia do costume do Bispado.

Vossa Alteza mandará o que for servido.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1812.

Resolução

Conforme parecer

Palácio do Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1812.

(Rúbrica do Príncipe Regente D. João)

Os limites de Canguçu foram então estabelecidos.

O CRIADOR DA FREGUESIA DE CANGUÇU

Criou a Freguesia de Canguçu e definiu-lhes os limites, o rei D. João IV (1769-1826), então Príncipe Regente, em nome de sua mãe D. Maria I, impedida por doença mental. D. João foi um príncipe politicamente muito esperto e hábil. Com sua vinda para o Brasil, em 1808, coube-lhe infra-estruturá-lo para tornar-se independente, em 1822, através de seu filho D. Pedro I, ao qual teria aconselhado, em 1821, ao voltar para Portugal: “Coloca a coroa do Brasil na tua cabeça antes que um aventureiro o faça”. Por sugestão do Congresso de Viena, elevou o Brasil, em 16 de dezembro de 1815, à condição de Reino Unido. Em 20 de março de 1816, por morte de sua mãe, tornara-se rei do referido reino, com o título de D. João VI. Antes de partir para Portugal incorporou, em 1821, o atual Uruguai ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina, situação que perdurou até 1828.

* VISITA A CANGUÇU DO BISPO DO RIO DE JANEIRO – 1815

Nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 1815, pouco menos de um mês da elevação do Brasil à condição de Reino

Unido do Brasil, Portugal e Algarves, Canguçu foi visitado pelo 8º Bispo do Rio de Janeiro (1807-33) D. José Caetano da Silva Coutinho. Tratei em detalhes sua visita no **Diário Popular de Pelotas** de 22 mar. 1977 **(63)**.

Segundo o monsenhor Balem et Alli **(64)**: "D. José Caetano nasceu em Caldas da Rainha – Portugal, em 1767. Bacharelou-se em Cânones em Coimbra. Sagrado Bispo de Lisboa em 15 de março de 1807, conseguiu burlar as tropas de ocupação de Napoleão e chegou ao Rio de Janeiro cerca de um mês e meio após a Família Real". Piratini foi a primeira Freguesia criada por sua proposta em 3 Abr. 1810. Canguçu foi a terceira após Pelotas, dentro da precedência que se observou no ato de criação, embora gêmeas.

Na foto da esquerda para a direita dois príncipes descendentes de D. Pedro I, seguido de Paulo Egidio, governador de São Paulo, Olavo Setúbal, Prefeito de São Paulo, e o autor representando o Exército, na deposição definitiva dos restos mortais de D. Pedro I, no interior do Monumento do Ipiranga, em 1977, no local onde ele ploclamara a Independência do Brasil, em 7 de se-

tembro de 1822. Neste dia me acompanharam nesta cerimônia e os apresentei aos descendentes do nosso 1º Imperador, meu irmão José e esposa Yonne Maria Sherer Bento, casualmente passando por São Paulo. (Arquivo do autor)

Os limites de Canguçu atuais, de certa forma foram os propostos por D. José Caetano a D. João. Este prelado foi figura intimamente ligada ao processo da Independência do Brasil, onde assistiu a toda a ação de D. João, coroou D. Pedro I e o assistiu até sua abdicação, falecendo dois anos após, na Regência.

Foi o Bispo D. José Caetano que presidiu na Capela Imperial, em 10 nov. 1822, dia da Apresentação de Nossa Senhora a tocante e histórica cerimônia cívica religiosa "na qual o Imperador D. Pedro I entregava ao tenente Luiz Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), o primeiro exemplar da Bandeira do Brasil independente, recém-criada, envolta no incenso que o Bispo-Capelão-Mor D. José da Silva Coutinho lhe lançava de seu turíbulo de prata". **(65)**

Dentre as observações feitas por D. José Caetano sobre Canguçu, repetimos aqui:

"A freguesia produzia anualmente 1000 a 2000 alqueires de trigo "o que a fazia uma das mais notáveis de Capitania neste particular". Supunha que o vigário padre Tourem fosse um grande plantador do produto.

Calculou a população em torno de 3000 que era servida por 5 padres, sendo o vigário Tourem coadjuvado pelo padre Duarte Cruz Pinto e mais os padres Gervásio Pereira Carneiro, num oratório para os lados de Piratini, Joaquim Tavares num oratório para os lados de Pelotas e, Januário para os lados de Camaquã. Sobre a igreja no seu 15º ano de criada observou: "é uma barraca de telha, pobre mas caiadinha, com seus ornamentinhos e duas sinetas inteirinhas. Achei a pia batismal indigna e mandei fazer outra logo. Vi o cemitério em torno da igreja – achei-o mais indigno e reclamei do vigário. Ao visitar os pobres

e doentes achei a localidade menor que Caçapava, pois os seus moradores ricaços moram em suas fazendas de gado e trigo".

Chegou as 11 horas de 25 de Nov – sábado, e hospedou-se "na casa da mãe do Fidêncio", no outro, dia domingo, "na casa do Alferes Braz e D. Ricarda" e segunda, "jantou na casa de Felisberto".

Dia 26 – Domingo. Confessou algumas senhoras, rezou missa, ministrou comunhão geral e bênção papal.

Fez um sermão tendo por tema o Juizo Final. Realizou crismas e um casamento em casa particular. Recusou-se abrir mão da idade mínima para um casamento de uma menina. No dia 27, em razão de forte chuva, não pode viajar. Ouviu missa, pregou sermão e celebrou 7 casamentos, "dos quais 5 de pessoas que viviam emancebadas" incluindo "o Campos natural de Goyáz". Registrou que muitos homens e mulheres viajaram dúzias de léguas para que os confessassem e casassem. Encerra seu registro que aqui sintetizei com a seguinte frase:

"Os campos aqui na Primavera recendem todos com o aroma das guabirobas, uma espécie de pitanga rasteira, bastante semelhante à murta européia".

A visita à Pelotas é descrita pelo nosso confrade Padre Rubem Neis **(66)** que nos cedeu os apontamentos relativos a Canguçu.

Por coincidência, em 3 de julho 1980, em que redijo esta parte e outras, onde citei autoridades religiosas de São Paulo, ligadas a Canguçu, o Papa João Paulo ll realizou sua visita àquele Estado.

José Saturnino da Costa Pereira, irmão de Hipólito da Costa, o fundador da Imprensa **Brasileira em Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil**, citado por Fernando Osório **(67)** transcreve uma conta corrente onde aparecem os fornecimentos de trigo em 1817, 1818 e 1819 a comerciantes de Pelotas, do canguçuense Antônio de Souza Mattos nosso trisavô que casou com Ana Rodrigues de Sene, descendente dos Lemes

da Ilha da Madeira **(68)**. Esta nota não procede foi por mim retificada por improcedente a informação a ela referente.

José Saturnino, irmão do Patrono da Imprensa, radicou-se no Rio. Foi deputado às cortes de Lisboa e senador do Império. Era irmão do padre Felício, primeiro vigário colado, que lutou no Rio, junto às autoridades eclesiáticas, para a criação das freguesias de Pelotas e Canguçu **(69)**.

No ano da visita do Bispo do Rio de Janeiro, a Canguçu, Napoleão foi derrotado em Waterloo.

CANGUÇU NAS GUERRAS CONTRA ARTIGAS – 1816-1821

Nesta época Artigas dominava a Banda Oriental, atual Uruguai. Seus objetivos territoriais visavam em nosso território o domínio dos Sete Povos das Missões e do território entre os rios Santa Maria, Quaraí, Uruguai e Ibicuí. Concluíram os assessores de D. João VI que era imperativo o Brasil extender seus limites até o rio da Prata. Para executar este plano veio de Portugal, ao comando do tenente-general Carlos Frederico Lecor, uma Divisão de Voluntários Reais, com um efetivo de 4.832 que acaba de ser estudada pelo general Paulo Queiroz Duarte **(70)**.

Artigas permanecendo no Sul do Quaraí, próximo a Santana atual, invadiu o Rio Grande por São Borja, com André Artigas e pelo sul do Ibicuí com Verdum que destruiu o acampamento de S. Diogo (Capela Queimada), núcleo inicial da cidade de Alegrete.

O general Curado que comandava a Fronteira do Rio Pardo cerrou suas tropas para rio Ibirapuitã – Chico e teve lugar uma série de combates em que tomaram parte canguçuenses das famílias Mattos, Prestes e Borba, etc, do vale do Camaquã **(71)**. Travaram-se nesta frente os combates de Ibirapuitã – Chico e Carumbé contra Artigas, o de São Borja contra André Artigas, e o de Ibirocai contra Verdun onde puseram em debandada estes adversários.

No entanto, ao saber que Artigas reunia novos meios no rio Arapeí, o Marquês de Alegrete, Capitão-General do

Rio Grande, invadiu a Banda Oriental e bateu Artigas em Arapeí e finalmente em Catalan.

Na fronteira do Rio Grande, Lecor invadiu a Banda Oriental pelo arroio Chuí, com seus Voluntários Reais, tendo por vanguarda 106 milicianos do Rio Grande, inclusive alguns da Freguesia de N. S. de Canguçu, enquanto o restante da Fronteira do Rio Grande vigiava o Jaguarão. Lecor venceu as resistências oferecidas por Rivera no combate de Índia Muerta em 16 de Nov. 1816, e pelas guerrilhas de Lavalleja e Oribe. Entrou em Montevidéu em 20 de Jan. de 1817, que se submeteu incondicionalmente. Teve início o domínio português sobre Montevidéu que durou 11 anos, até 1828. Entre os auxiliares de Lecor, segundo transmitiu-me o falecido professor Adail Bento Costa, de Pelotas, **(72)** com apoio em tradição familiar, ia o Alferes Antônio Bento que daria origem a família Bento em Canguçu por irradiação da antiga Estação de Cerrito que ele ajudou a fundar, junto com a família Caldeira **(73)** e outras.

Artigas continuou a resistir no interior da Banda Oriental. Em 1820 invadiu o Rio Grande, por Santana do Livramento atual, recalcando as defesas ao comando do tenente-coronel José de Abreu, "O Anjo da Vitória" até o Passo do Rosário **(74)**. Forças ao comando do Conde da Figueira, Capitão-General do Rio Grande intervieram, pressionaram Artigas e terminaram por batê-lo por completo, em 22 de janeiro de 1820, em Taquarembó, obrigando-o a exilar-se no Paraguai, onde findou seus dias. Em conseqüência, pouco depois, em 1821, o Uruguai foi incorporado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, situação que perdurou por 7 anos.

Sobre a primeira campanha, o capitão Diogo Arouche de Morais Lara, nosso patrono no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, produziu a **Memória da Campanha de 1816**. O que era o Rio Grande do Sul a este tempo, no limiar da Independência do Brasil e durante esta, poderá ser deduzido da obra do naturalista Augusto Saint-Hilaire que percorreu o Rio Grande do Sul por esta época **(75)**.

Entre o final desta guerra e a Independência, o último capitão-general, o mais tarde Duque de Saldanha, concedeu muitas sesmarias de mato em Canguçu situadas na Serra dos Tapes, na vertente da Lagoa dos Patos **(76)**.

Em 1821, desinteligências entre o futuro Duque de Saldanha citado e o grande fronteiro e sesmeiro em Canguçu, general Manoel Marques de Souza, acusado de favorável a Independência, obrigaram a que este fosse arrancado do Rio Grande e mandado para o Rio de Janeiro, onde faleceu antes de ver concretizada a Independência.

Maiores dados sobre os religiosos que atuaram em Canguçu de 1783-1822 e que menciono em minha **História da Igreja N. S. da Conceição de Canguçu (77)** poderão ser buscados na obra do frei Basílio Rower sobre a **História da Província Franciscana da Imaculada Conceição** que teve por sede o Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, cujo padroeiro o Santo Antônio da Garoa é ligado às tradições militares do Rio Grande do Sul. Este santo foi tenente-coronel do Exército Brasileiro e a padroeira da Província o é também de Canguçu e o foi do Exército. Aos pés de uma gravura de N. S. da Conceição, o Duque de Caxias expirou em Santa Mônica, em 7 de maio de 1880 **(78)**. Esta gravura pertence à Academia Militar das Agulhas Negras.

O padre Francisco Rodrigues Prates que foi o primeiro administrador da Feitoria do Linhocânhamo em Canguçu estudou e lecionou no Convento de Santo Antônio.

Nota: Sobre a Igreja produzimos e publicamos a obra **Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu** em 2.000 e por ela financiada e distribuída.

Sobre estas guerras e os comandantes e governadores do Rio Grande do Sul do período escrevemos na citada **História da 3ª Região Militar 1808/89 e Antecedentes**. Obra disponível nas bibliotecas do Colégio Aparecida, na Municipal e no acervo da ACANDHIS. Sobre o general Curado publicamos no Sesquicentenário da Independência, em jornal de Goiás, artigo Um filho de Goiás - um herói

da Integridade e da Independência do Brasil. Artigo que me foi trazido de Goiás, pelo meu prezado conterrâneo, amigo e irmão de Armas Cel. Paulo Morales Nunes, filho de João de Deus Nunes, o 1º deputado eleito de Canguçu, cujo retrato se acha entronizado na Câmara de Vereadores de Canguçu. O citado artigo foi também publicado no **Correio Braziliense** e pela Assembléia Legislativa de Goiás, transcrito em seus Anais, dando origem a um concurso literário vencido por Bernardo Elis, que disputou e venceu uma cadeira com o presidente Juscelino na Academia Brasileira de Letras.

O Cel. Paulo faleceu em Santos em 2006. Tivemos a oportunidade de atender pedido de sua esposa e filhos, para que nosso querido amigo e irmão de armas tivesse permissão de deixar o Hospital do Exército em São Paulo e ir para a Santa Casa de Santos, o que não era regra. Escrevemos ao Gen. Ex. Luiz Edmundo Maia de Carvalho, comandante em São Paulo do Comando Militar do Sudeste e ele nos atendeu, considerando nosso trabalho como historiador da 6ª Divisão de Exército em porto Alegre que ele vinha de comandar e muito apreciava nosso trabalho. E ele nos atendeu podendo o Paulinho findar seus dias junto as seus em Santos, onde casou e residia. Fiquei muito feliz em poder atender este apelo da família, ligado a um canguçuense e velho e muito querido amigo. Ele foi cremado e suas cinzas levadas para Brasília e colocadas no túmulo de sua mãe, lá falecida.

CAPÍTULO 3

Canguçu
Da Independência ao Vilamento

CANGUÇU NA INDEPENDÊNCIA

Por ocasião da Independência, a vila de Rio Grande era sede de dilatado município que abrangia os atuais de Pelotas, Piratini, Canguçu, São Lourenço, Arroio Grande, Jaguarão, Herval do Sul, Santa Vitória do Palmar e Pedro Osório etc **(1)** e possuía 3.550 casas. O número de casas da então Freguesia de Canguçu – 600 – somente era superado por Pelotas com 700, Rio Grande com 680. Seguia-se Piratini com 580, Lagoa (Arroio Grande, Jaguarão e Herval) com 480, Estreito com 260 e Mostardas com 220 **(2)**. O município de Rio Grande constituía a chamada Fronteira do Rio Grande, dividida em 12 distritos militares a saber: Canguçu (Freguesia de Canguçu); Norte e Estreito (São José do Norte); Mostardas; Rio Grande; Povo Novo; Taim, (Santa Vitória atual); Pelotas (Pelotas atual); Boqueirão (São Lourenço do Sul); Piratini (antigas Vila Freire e estação de Cerrito); Casais (atual município de Piratini e Pinheiro Machado); Herval (Herval do Sul, Arroio Grande e Pedro Osório ao sul do Piratini) e Cerrito do Jaguarão (atual município de Jaguarão).

Para distinguir o Cerrito (Jaguarão atual) de Cerrito (antigo Cerrito Velho e Vila Freire) chamava-se o último de Piratini e a Piratini atual de Casais. O pesquisador desta região deverá atentar para este detalhe para não incindir em erros. O passo N. S. da Conceição do Jaguarão nesta época não ficava na atual cidade de Jaguarão e, sim, na altura de Centurión.

A população de Canguçu era de 5.800, contra 1.000 em

1800, e 3.000 em 1815, por ocasião de visita do bispo do Rio de Janeiro. Somente era superada por Pelotas 7.250 e Rio Grande 5.800. Piratini possuía 5.350, Lagoa 4.800, Estreito 2.560 e Mostardas 2.100 **(3)**.

Canguçu proporcionalmente às demais localidades apresentava a maior densidade rural. Suas terras, na época, estavam sendo objeto de intensa migração em razão das concessões de sesmarias de mata, feitas na vertente da Lagoa dos Patos, 1821-22, pelo 4º e último capitão general do Rio Grande **(4)**.

A referida autoridade era o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. Era afilhado de D. João IV que o nomeou para o Rio Grande, num de seus últimos atos antes de partir para Portugal. Era neto do Marquês de Pombal, cuja obra possui grande projeção no destino brasileiro do Rio Grande do Sul. Tomou posse em 10 de agosto de 1821, com a idade de 31 anos, num período difícil, de transição do Brasil Colônia para o Independente. Suas dificuldades e atuação equilibrada são estudadas por Guilhermino César que lhe fez justiça. **(5)**

Tinha vindo com o coronel integrante do Estado-Maior da Legião de Voluntários Reais que incorporou o Uruguai. Foi comandante, no Rio, do atual Batalhão Sampaio. Era um destacado e bravo profissional militar. Em Portugal atuou até 1870 com larga ação política, tendo lutado contra os absolutistas ao lado de D. João IV de Portugal e nosso Pedro I do Brasil.

O sentimento independentista e liberal era intenso na época da Independência entre os rio-grandenses, conforme registrou o sábio Saint-Hilaire que visitava o Rio Grande então. **(6)**

Em Pelotas, segundo apurou Fernando Luiz Osório **(7)** a Independência foi "festejada em 15 de outubro, publicamente, com solenidade e pompa, ainda até não vistas".

Uma idéia do Rio Grande do Sul econômico e político e por extensão de Canguçu, pode ser obtida da obra **Memórias Econômico-Políticas de 1822**, de autoria de Antônio Gonçalves Chaves, rico e culto charqueador que viveu em

Pelotas de 1808-1838. *

E em Canguçu igualmente conforme abordei em **O mineiro que foi o cérebro de Revolução Farroupilha**, Itajubá, EFEI, 1981.

Nota: Sobre a projeção de Pombal nas dimensões continentais do Brasil, a focalizo em detalhes a sua projeção na consolidação da conquista da Amazônia em nosso livro **Amazônia Brasileira - Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003**. Porto Alegre: Metropole, 2004.

GUERRA CISPLATINA 1825-28

A Independência desfalcou o Exército de grande parte de seus oficiais que voltaram para Portugal. O problema da consolidação da Independência no Norte e Nordeste desviou os parcos recursos do nascente Exército do Brasil, do que se aproveitaram os orientais apoiados pela Argentina e após, unidos, para moverem guerra contra o Brasil, visando à Independência do Urugaui, que lhe fora incorporado artificialmente em 1821.

A guerra Cisplatina iniciou com o desembarque na praia de Agraciada, no Uruguai, em 19 de abril de 1825, de 33 orientais sob a liderança de Lavalleja. Pouco após a revolta, com apoio popular e argentino, atingiu Montevidéu. Em 25 de agosto de 1825, em Florida, a Província Cisplatina declarou-se independente do Brasil e confederou-se à Argentina de então.

No Rio Grande, elevado a Província, em 25 de agosto de 1825, seu presidente, o Visconde de São Leopoldo, procurou auxiliar o general Lecor a debelar o movimento. O marechal José de Abreu e Barão do Cerro Largo, comandante das Armas da Província entrou em ação. Após vitória de Bento Manoel Ribeiro em Áquila, os orientais bateram os brasileiros em Rincon de Las Galinas e logo em seguida em Sarandí, em 22 de outubro de 1825, o que assegurou aos orientais, todo o controle da campanha uruguaia. O general Lecor e o marechal Abreu foram demitidos.

O substituto do Marechal Abreu, Massena Rosado, concentrou todo o Exército do Sul em Santana do Livramento atual no Acampamento Real da Carolina.

O general argentino Alvear concentrou os argentinos em Durazno e após invadiu o Rio Grande do Sul por Aceguá – Bagé – São Gabriel, quando foi travada a indecisa batalha do Passo do Rosário, ou Ituizangô, de 20 Fev. 1827. Comandou os brasileiros o Marquês de Barbacema. A marcha dos dois exércitos e situação dos mesmos para a batalha aforam por mim estudadas e publicadas **(8)** bem como foram motivo de conferência que pronunciei nos IHGB – IGHMB em 1977.

Finda esta batalha, a fase final da campanha vai ser desenvolvida com os orientais e argentinos concentrados em Cerro Largo (Mello atual na ROU) ao comando de Alvear e os brasileiros, próximo ao antigo Passo de N. S. da Conceição do Jaguarão, ao comando de Carlos Frederico Lecor.

Nesta ocasião partidas inimigas incursionaram em Piratini e Canguçu até o rio Camaquã como o registra Wiedersphan. **(9)**

A guerra terminou em 1828 em pleno inverno.

Com a desmobilização do Exército do Sul, muitos de seus integrantes se radicam nas freguesias de Piratini, Canguçu e São Francisco de Paula. Os integrantes canguçuenses, entre eles Joaquim Teixeira Nunes, voltaram às atividades. Uma idéia de seu término e desmobilização do Exército em Piratini foi dada por Bernardo Pires, bisavô do major Ângelo Pires Moreira e que abordei em meu trabalho – **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul (10)**.

Neste ano foram eleitos juízes de paz da Freguesia de Canguçu, João Pereira de Medeiros e Joaquim Antônio de Medeiros **(11)** respectivamente do 3º distrito, com sede em Vila Freire, e o do 1º, com sede em Canguçu, que teve como substituto eventual Joaquim Moura (ou Moreira?).

Nota: Publicamos sobre a Guerra Cisplatina 1825/28 a obra, **Os 170 anos da Batalha do Passo do Rosário**. Porto Alegre: Metrópole, 2003. É o mais completo estudo da batalha analisada à luz dos fundamentos da Arte Militar (fatores da descisão, princípios de guerra, manobra e elementos

etc). Esta concentração em Piratini de veteranos da Guerra Cisplatina ali desmobilizados em 1828, gerou entre eles um descontentamento que se encontra em causa remota da Revolução Farroupilha. Oficiais rio grandenses como Bento Gonçalves e Bento Manoel, se sentiam preteridos por oficiais portugueses em comando, como pelo desastrado Cel. Massena Rosado em seu suicida Acampamento da Real Carolina (um dos nomes da Imperatriz D. Leopoldina) de onde foi o Exército retirado em brilhante manobra estratégica pelo comandante que o substituiu, o Marquês de Barbacena. O livro citado está disponível na Biblioteca do Colégio N. S. Aparecida.

INCORPORAÇÃO DE CANGUÇU À VILA DE PIRATINI

Por decreto de D. Pedro I, de 15 de dezembro de 1830, Piratini foi elevada à condição de Vila. Seu território passou a compreender os seus limites como freguesia, os da freguesia de Canguçu, os da capela de Vila Freire (Cerrito) e o distrito de Bagé até o Piraí. **(12)**

Nesta época, a projeção da abdicação de D. Pedro I em 1831, combinada com o desfecho da guerra Cisplatina que fechou a fronteira do Uruguai aos brasileiros, mais os pesados impostos sobre o charque pelotense e a légua de campo acumularam desgostos que criaram o clima favorável para a Revolução Farroupilha, 1835-45, que teve em Piratini e em seus distritos de Canguçu fortes redutos, ao ponto de Piratini ser escolhida para ser a primeira capital da República Rio-Grandense 1836-45.

Uma visão do Rio Grande do Sul durante a guerra Cisplatina 1825-28, em 1834 e 1839 é fornecida através das obras produzidas pelos seguintes viajantes:

- ISABELLE, Arsene. **Viagem a Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Rio, Ed. Zélio Valverde, 1949.

- SEIDLER, Carlos. **Dez anos de Brasil**, São Paulo, Liv. Martins 1941.

- DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro**. Rio, 1839.

Nota: Piratini ao ser criado município dele faziam parte os atuais municípios de Canguçu, Cerrito, Piratini, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra e Bagé. E este foi o seu imenso território durante a Revolução Farroupilha, segundo Davi de Almeida, em Piratini. Piratini: 2003. 2ª ed, onde a p.4 reconhece como tendo feito justiça a Piratini Alfredo Varela, Walter Spalding e Cláudio Moreira Bento.

Publicamos na Revista **A Defesa Nacional**, nº 803, set/dez 2005, p.54/57 artigo sob o título (O Exército e a Revolução Farroupilha - uma releitura) demonstrando que a Revolução teve uma forte causa militar, até hoje ocultada. E de que ela foi liderada pelos comandantes da cinco unidades do Exército no Rio Grande do Sul. O Batalhão de Infantaria comandado pelo carioca Major João Manoel Lima e Silva, tio do Barão de Caxias e que foi o primeiro general da República Rio Grandense; o Batalhão de Artilharia, comandado pelo carioca José Mariano de Mattos que foi Ministro da Guerra e Marinha farrapa, vice presidente da Republica e seu presidente interino e autor do brasão do Rio Grande do Sul e depois chefe do Estado – Maior de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas e, finalmente, ministro da Guerra do Império em 1864. E que as unidades de Cavalaria do Exército em Jaguarão e Alegrete eram comandadas pelos coronéis de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro e de cujos comandos foram removidos. E que a unidade de Cavalaria de Bagé foi revoltada pelo Ten. Manoel Luiz Osório que acompanhou seu comandante até a fronteira. Revolta causada pelas seguintes políticas adotadas pelos liberais que empolgaram o poder depois da Abdicação de D. Pedro I , que teve apoio do Exército, para evitar a adoção da República muito cedo:

"Forças numerosas e permanentes são uma ameaça à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz". E a realidade hoje é contrária a este pensamento que tanto estrago provocou na Segurança do Império E além" que a Marinha e o Exército deviam ser removidos dos grandes centros para guarnecer o litoral (fortalezas e portos) e as fron-

teiras. E ai está uma poderosa causa da revolução, até hoje sonegada. O citado artigo o divulgamos pela Internert e pelo **Diário Popular** de Pelotas e pode ser acessado pelo Google se pesquisando em meu nome.

CANGUÇU NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (13)

Os historiadores, até o presente, poucas referências têm feito ao município de Canguçu na Revolução Farroupilha.

Rebuscando, porém, as Ordens do Dia e Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845), referentes à sua atuação que culminou com a pacificação deste movimento, encontrei muitas referências ao distrito de Canguçu da então Vila de Piratini – a primeira capital da República Rio-Grandense. O Jornal **O POVO**, órgão oficial daquela República me forneceu muitos subsídios.

A brigada do coronel GN e mais tarde Gen. farroupilha Antônio de Souza Neto, que venceu a Batalha do Seival, após a qual foi proclamada a República Rio-Grandense, era constituída de dois esquadrões a duas companhias recrutadas uma no então distrito de Bagé e a outra no distrito de Piratini.

O outro esquadrão o era por uma companhia recrutada em Canguçu e a outra na região de Vila Freire, hoje município de Cerrito.

Esta é a conclusão a que cheguei com o apoio no interessante trabalho de Davi de Almeida sobre o município de Piratini, em que publicou documentos comprobatórios.

Nota: Escrevemos a obra **O Exército Farapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992. 2 volumes, depois de consultar a preciosos 12 volumes sobre a Revolução Farroupilha nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, os quais me permitiram revelar as principais lideranças farrapas e entre elas o Coronel do Exército João Pedro Soares a quem coube organizar o dispositivo da Brigada Liberal de Netto para esta vitoriosa batalha que no dia seguinte apoiou, no Campo do Meneses, do Distrito de Bagé do município de Piratini, a proclamação da República. E foi o citado João Pedro que organizou o Corpo de Lanceiros e foi

o primeiro a comandá-lo. Na época possuía cerca de 76 anos. Era veterano das lutas na Península Ibérica contra as tropas de Napoleão. Num Golpe de Mão Chico Pedro o Moringue (lançado a partir de Canguçu) a sua base de Operações, como comandante da Ala Esquerda do Exército Imperial ele prendeu os coronéis José Mariano de Mattos e João Pedro Soares que os conservou por algum tempo em Canguçu na cadeia que mandara construir "como quarto de hóspedes dos farrapos". Depois eles foram enviados presos para o Rio de Janeiro. Do coronel João Pedro nada se soube depois. Deve ter falecido. Jose Mariano retornou ao Sul como Chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra conta Oribe e Rosas 1851/52.

CANGUÇU NA BATALHA DO SEIVAL

Dentre os vencedores de Seival que constituíam a célebre Brigada Liberal de Neto, originária do Corpo da Guarda Nacional do imenso município de Piratini que apoiaram e assistiram proclamar-se a República Rio-Grandense, cerca de quarta parte era canguçuense, conforme já mencionado.

Nesta encontrava-se o célebre coronel Joaquim Teixeira Nunes, também conhecido pela alcunha de "coronel Gavião, o Bravo dos Bravos Farroupilhas" segundo o gen. Tasso Fragoso, além de ser considerado a "maior lança farrapa". **(14)**

Nota: Este bravo canguçuense foi objeto de artigos meus publicados em Pelotas no **Diário Popular (15)**. Escrevemos sobre ele no livro **A Grande festa dos lanceiros**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. Obra em que registramos a inauguração do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório em Tramandai atual e as primeiras providências para a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, cuja coordenação do projeto, construção e inauguração foram a nós confiados e cumpridas estas missões. E homenageamos também ali Teixeira Nunes com edição da importante obra **As batalhas dos Guararapes – analise e descrição militar**, inédita e pioneira no tocante a suas análises à luz dos fundamentos da Arte Militar. Obra reeditada pela AHIMTB e que inspirou a criação do Dia do Exército

em 19 de abril, aniversário da 1ª batalha, por decreto de 24 de março de 1994, do Presidente Itamar Franco e proposto pelo Ministro da Guerra Gen. Ex. Zenildo de Lucena. E ao final do presente livro, em Canguçuenses ilustres, biografamos Teixeira Nunes que foi consagrado patrono de Cadeira na Academia Canguçuense de História que fundamos em 13 de setembro de 1988. Contribuímos na mini série a **Casa das Sete Mulheres** com subsídios solicitados pelo ator Douglas Simon que representou com dignidade Teixeira Nunes na citada mini série, que focaliza Teixeira Nunes sendo morto em Porongos, o que não ocorreu em realidade, e sim no passo do arroio Chasqueiro, em Arroio Grande, como o descrevo em **O Exército Farrapos e os seus chefes**, p.176, v.1

SERRA DOS TAPES REDUTO FARRAPO

Piratini e Canguçu constituíram-se, em toda a revolução, fortes redutos farroupilhas, locais de proteção para Neto e Bento Gonçalves, nos intervalos das escaramuças. Ali mantinham invernadas de suas cavalhadas, bem como um dos locais de recompletamentos a base de escravos, de sua Infantaria e Corpos de Lanceiros Negros. Foram os últimos redutos a caírem e já ao final da revolução, graças à ação pacificadora de Caxias.

Pouco tempo decorrido do início da ação do Barão de Caxias, foi para Canguçu que se dirigiu Bento Gonsalves, segundo expressão do próprio Barão de Caxias, “para buscar proteção nos terrenos montanhosos e pedregosos do distrito de Canguçu”. **(16)**

IMPORTÂNCIA MILITAR DE CANGUÇU – PIRATINI

A importância militar Canguçu – Piratini foi tamanha que Caxias destinou para basear-se em Canguçu, a Ala Esquerda do seu Exército, ao comando do célebre e competente tenente-coronel da Guarda Nacional Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro ou Moringue), mais tarde Barão de Jacuí, o mais destacado soldado legalista e mestre de guerrilhas nas coxilhas e serras rio-grandenses.

Chico Pedro estabeleceu em Canguçu a base de combate da Esquerda do Exército, composta do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional e 11º Batalhão de Caçadores.

Instalou seu posto de comando na antiga cadeia pública de Canguçu, por ele mandada construir e fazendo chegar aos republicanos que para eles havia mandado construir "aquele quarto de hóspedes", segundo J. Simões Lopes Neto. **(17)**

Nota: Conheci esta cadeia que foi demolida nos anos 40 para dar lugar a uma segunda. Neste local foi construído o atual Teatro Municipal de Canguçu. Segundo J. Simões Lopes Neto, na **Revista do Centenário de Pelotas nº 4**, a primeira peça teatral em Canguçu foi montada pelo jovem professor Antônio Joaquim Bento (nosso bisavô e de muitos canguçuenses e padrinho de Silvino Freitas, avô do atual prefeito de Canguçu Cássio Motta). Peça encenada no antigo sobrado velho, anterior a Revolução Farroupilha que existiu no local da Câmara de Vereadores de Canguçu. E que foi devorado por um incêndio na noite de 12 de janeiro de 1952, data da morte em Pelotas do ilustre canguçuense e patrono de cadeira da ACANDHIS Cel. Juvêncio Maximiano Lemos. Atuamos como aluno que havia concluído o 2º ano da Escola Preparatória de Cadetes, num improvisada equipe de Bombeiros, junto com soldados da Brigada Militar do Destacamento local.

CANGUÇU ACAMPAMENTO DA ALA ESQUERDA DO EXÉRCITO DE CAXIAS

As tropas de Cavalaria de Chico Pedro acamparam no terreno atualmente pertencente à Escola Normal N. S. Aparecida, e a Infantaria nos terrenos abrangidos pela praça Marechal Floriano e Prefeitura Municipal.

O Barão de Caxias em ofício de 11/ Ago/ 1843, (de seu Quartel em Caçapava) dirigido ao Ministro da Guerra, escreveu em certa altura: **(18)**

"e o resto da tropa com o Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu percorrendo os distritos de Canguçu (Canguçu e Vila Freire) e imediatos, pôs em debandada algumas partidas de rebeldes: uma delas, a mais numerosa, composta

de um capitão de nome Felíssimo Félix Feijó, um tenente e cinqüenta e quatro soldados que me apresentou. Cinqüenta tomaram o nosso serviço e quatro pediram anistia". Nesta ocasião aderiu aos imperiáis o jovem canguçuense Hipólito Pinto Ribeiro **(19)** mais tarde destacado combatente do Regimento de Osório em Monte Caseros 1852, comandante de cavalaria no Paraguai e vencedor do Combate de Inhadui na Revolução de 93 e que apresentaremos em local próprio.

Chico Pedro, a partir de agosto de 1843, penetrou em Canguçu e aí manteve sua base de operações até a Paz em Ponche Verde, quando foi substituído pela 8ª Cia. do 4º Batalhão de Fuzileiros ao comando do capitão Antônio de Sampaio, atualmente patrono da Arma de Infantaria do Exército. **(20)**

Com a entrada das tropas legalistas em Canguçu, após 8 anos de revolução, a Serra dos Tapes passou a ser controlada e Piratini perdeu a segurança e tornou-se extremamente vulnerável por Leste.

Nota: biografamos Francisco Pedro de Abreu na obra **Memória dos sítios farrapos de Porto Alegre e da Administração de Caxias**. Brasília: IHTRGS/EGGCF, 1989. De suas ações depois da Revolução Farroupillha, as abordamos na obra **História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Charrua**, sediada em Uruguaiana. Pertencia a sua força o Sargento Jacob Fetter, tronco dos Fetter de Pelotas, cujo papel na revolução interpretamos com apoio em seu depoimento publicado, no **Almanaque Rotermund Kalender** 1892. Interpretação nossa aproveitada por Adolfo Antônio Fetter Junior em seu livro **Os Vetter/Fetter**: Pelotas; Ed. autor, 1997 e registrada nas páginas 6, 485, 486 e 517. Em Canguçu durante a ocupação imperial esteve como soldado do 11º Batalhão de Caçadores o soldado Maximiano Domingos do Espírito Santo, um santo homem que passou a história de Bagé conhecido como Preto Caxias ao qual se atribuem milagres e em cujo epitáfio consta.

"Humanitário Preto Caxias – passou pela vida servindo e chorando as desgraças alheias."

Ele foi enfermeiro do Hospital de Caridade de Bagé fundado em 1870 pelo Dr. Albano de Souza , baiano pai do José Albano de Souza que chegou a Canguçu nos anos 90 do século 19 e que foi um médico prático muito humanitário. E que em Bagé conviveu longo tempo como o Preto Caxias que estudo na História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé, etc... já referida às páginas 276/279 e disponível na Bibloteca do Colégio Aparecida.

EM CANGUÇU UM MALHETE MAÇÔNICO DE BENTO GONÇALVES

Bento Gonçalves, segundo o próprio Barão de Caxias, buscou a proteção em Canguçu até agosto de 1843.

Como lembrança de suas longas permanências em Canguçu, que a partir de certo momento passou a oferecer-lhe mais segurança e proteção, em razão do terreno dobrado e coberto de vegetação, deixou seu malhete com o qual presidia a Loja Maçonica de Canguçu – Fidelidade e Esperança, **(21)** segundo Simões Lopes Neto colheu em 1912.

Dito malhete, segundo tradição, fora trazido da Bahia, de onde fugiu espetacularmente do Forte do Mar.

Da participação de Canguçu na Revolução Farroupilha constava somente um breve relato dos combates de Canguçu publicados no "**Relatório de 1933**", da administração do Prefeito de Canguçu, Conrado Ernani Bento, e outros documentos administrativos publicados por Dante de Laytano em sua **História da Revolução Farroupilha**.

Das edições de **O Povo**, jornal farroupilha, conclui que o primeiro funcionário público de Canguçu, Vicente Ferrer de Almeida, havia servido à revolução como destacado oficial do Quartel do Exército Farroupilha, em Piratini e que o professor Antônio Joaquim Bento era filho de Antônio Joaquim Bento, concunhado de Vicente Ferrer e que havia sido o primeiro professor farrapo em Alegrete. E que ambos haviam sido alferes do Exército na Guerra Cisplatina sendo desmobilizados em Piratini em 1828, onde casaram, com duas irmãs Mattos, filhas de José de Mattos Guimarães. Este natural de

Guimarães, Portugal e que construíu a 1ª igreja de Piratini, templo que existiu durante a Revolução Farroupilha e que abordamos em plaqueta **Piratini - um sagrado símbolo gaúcho farrapo**. Resende: AHIMTB/ACANDHIS, 2001. Foi o primeiro serventuário de Justiça em Canguçu em 1857, José Ignácio Moreira (filho), que certa feita fora aprisionado em Pelotas pelos imperiais junto com o seu irmão Pedro e que casara com a filha de José Serafim Silveira, presidente da Câmara de Piratini durante a Revolução Farroupilha. José Ignácio Moreira antes de vir para Canguçu fora Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, Ulhoa Cintra. Ele é o tronco dos Moreiras em Canguçu focalizados por Cairo Moreira Pinheiro em sua Genealogia, Os Mattos e Moreiras de Canguçu.

O 1º COMBATE DE CANGUÇU 25/26 OUT. 1843

Na noite de 25 para 26 de outubro de 1843, travou-se em Canguçu um combate, entre imperiais e farroupilhas (Ordem do Dia nº 90 de Barão de Caxias – São Gabriel 2/ Nov/1843).

Já encontrava-se por ordem do Barão de Caxias estacionado em Canguçu, fazia dois meses, a coluna da Esquerda do Exército, ao comando do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro).

Dita coluna era composta de 60 cavaleiros do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Chico Pedro e de 250 infantes do 11º Batalhão de Caçadores, ao comando do tenente-coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

Ela colocava sob séria ameaça Piratini e adjacências e controlava os passos de Camaquã.

Por esta razão, Bento Gonçalves, Antônio Neto e Camilo dos Santos decidiram surpreendê-la e batê-la em seu acampamento em Canguçu e, por fim, restabeleceram o domínio farrapo na Serra dos Tapes, ou "departamento mais perigoso e mais farrapo".

Os farroupilhas marcharam de Piratini, acamparam a tardinha na região denominada Pedra das Mentiras **(22)** para, na madrugada seguinte, atacarem de surpresa o acampa-

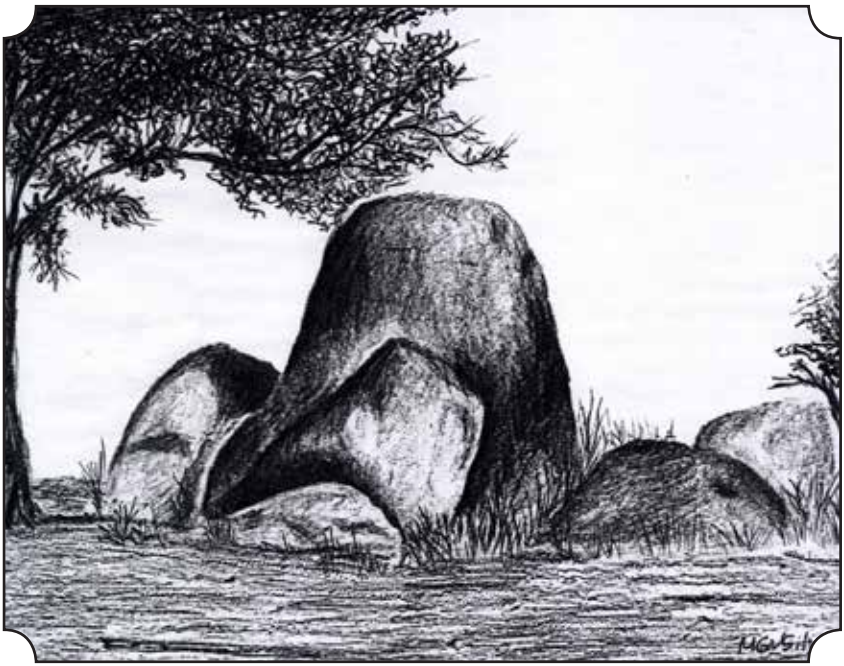
mento de Chico Pedro em Canguçu.

Segundo Caxias, os farroupilhas possuíam para este ataque mais de 300 homens.

Chico Pedro através de eficiente rede de informações foi alertado do plano farroupilha e tratou, não somente de anular a surpresa dos farroupilhas, como surpreendê-los.

Neste sentido reuniu em Canguçu todo o seu efetivo na noite de 25 e, após "preparar comida para dois dias", colocou-se em marcha, noite escura, na direção Lacerda.

Após marchar "duas léguas" (12 Km) encontrou o acampamento farroupilha "nos pedregosos e dobrados campos em direção ao mesmo Canguçu", entre os altos da Lacerda e Pedra das Mentiras. **(23)**



Pedras Das Mentiras, próximo das quais foi travado o 1º combate de Canguçu. Elas deram origem a Lenda Pedras das Mentiras revelada por J. Simões Lopes Neto na **Revista do Centenário de Pelotas nº 4**, a qual a reproduzimos com adaptações na **Revista dos 200 anos de Canguçu da ACANDHIS** (Desenho de Maria da Graça Valente da Silveira, autora do brasão da ACANDHIS).

Chico Pedro carregou sobre o acampamento farroupilha secundado por “duas descargas de Infantaria”, obtendo surpresa total.

Surpresos com o inesperado ataque noturno, os farroupilhas dispersaram-se em todas as direções, abandonando bagagens e cavalos ensilhados.

Segundo Chico Pedro, foram mortos 10 farroupilhas e aprisionados 5, “não fora as trevas da noite e desigualdade do terreno”, a vitória seria mais perfeita e completa.

Caxias ao finalizar a Ordem do Dia nº 90 referente ao 1º Combate de Canguçu assim se expressou: **(24)**

Que aquele “encontro contribuiu para o término dos males de que sofre esta importante parte do Império, os quais em breve, serão trocados pela paz duradoura com a qual aspiram todos aqueles que amam a prosperidade e união do Brasil. Satisfeito com a perícia e valor da coluna Esquerda do Exército, revelada em Canguçu, louvo todas as praças que compõem, e, particularmente, os tenentes coronéis Francisco Pedro e Pereira Pinto”. Na Ordem do Dia citada, Miguel Frias Vasconcellos, líder da abrilada em 1832 no Rio de Janeiro e que agora servia Caxias como Quartel Mestre General, era promovido a tenente coronel. A este personagem D. Pedro I entregara em 7 de abril de 1831, a sua renúncia ao trono do Brasil.

Caxias relatou este combate ao Ministro da Guerra em ofício datado de 12 Nov. 1843, o qual, lamentavelmente, não consta de seus ofícios publicados.

O 2º COMBATE DE CANGUÇU – 6 NOV. 1843

Em 6 de novembro de 1843, decorridos 11 dias do 1º combate, os farroupilhas trataram um segundo combate com os imperiais, surpreendendo estes, com sua base de operações em Canguçu e na ocasião do almoço.

Dito combate é mencionado por Caxias em sua Ordem do Dia n.º 94 de 18/Nov/1843, emitida no seu QG nas pontas do Jaguari **(25)**. Ela é a base da presente constituição:

Segundo Caxias na ordem citada, “os generais Bento

Gonçalves e Antônio Neto, profundamente chocados com a surpresa conseguida por Chico Pedro no 1º combate de Canguçu, de 26 de outubro, decidiram procurar uma desforra".

Num grande esforço conseguiram reunir 600 homens, dos quais, 300 infantes enviados por Canabarro que então dirigia a República e alguns cavalos e homens de Mariano Glória e o coronel Teixeira Nunes – "O coronel Gavião", filho ilustre de Canguçu.

No dia 6 de novembro, "aniversário em que se declararam republicanos" aquela coluna se dirigiu a Canguçu, fazendo-se acompanhar de uma peça de artilharia calubre 3".

Os imperiais integrantes da Coluna Esquerda do Exército encontravam-se acampados nos terrenos do atual Ginásio N. S. Aparecida e possuíam fortificações (trincheiras) no Serro do Ataque (contíguo ao Cerro da Liberdade).

Estavam-se reunindo para o almoço.

A Coluna Esquerda ao Comando de Francisco Pedro Abreu era constituída de "uma guerrilha" do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional e do 11º Batalhão de Caçadores (logo após mudado para 8º Batalhão de Fuzileiros).

O 11º de Caçadores, sob o comando do Ten. Cel. Francisco Félix da Fonseca Pinto, era constituído de 3 companhias comandadas respectivamente pelos majores graduados Carlos Resin (2ª Cia) e Fernando Antônio Muniz (3ª Cia) e tenente Venceslau Oliveira Bello (6ª Cia).

Subcomandava o 11º Batalhão o major Antônio Joaquim Bacellar.

Às 11 horas da manhã, os farroupilhas desdobraram o seu dispositivo ao longo do Cerro do Ataque e atacaram com todo o ímpeto o dispositivo imperial aos gritos de: "Às bagagens! Viva Rio Pardo!".

Os farroupilhas ao atacarem partindo de NO, desbordavam a posição imperial fortificada na direção W, a de Piratini, por onde eram normalmente esperados.

Com este movimento procuravam atingir o dispositivo imperial pelo flanco direito, após o que iriam direto as bagagens, além de envolver as posições avançadas no alto da

Vila Triângulo, atual.

O ataque farroupilha foi precedido da Infantaria protegida pela Cavalaria farrapa. Foi aparado pelo 11º Batalhão de Caçadores.

A peça de artilharia farrapa de 3 polegadas entrou em funcionamento, não causando mais estragos por terem os imperiais buscado proteção nas trincheiras do Cerro do Ataque.

"COMBATE RENHIDO E SOB VIVÍSSIMO FOGO"

Segundo o Barão de Caxias: "A tropa imperial os recebeu a sangue frio e um renhido combate se travou sustentado pelas 3 companhias do 11º de Caçadores e uma pequena guerrilha do 5º Corpo de Cavalaria da GN. Porém foi tal a bravura das mesmas que o adversário depois de uma hora de vivíssimo fogo, retirou-se do campo de batalha".

Baixas de combate: Os farroupilhas deixaram no campo de batalha do Cerro do Ataque e terreno da atual Escola Normal N. S. Aparecida "30 mortos, sendo 3 oficiais e 27 soldados, 2 prisioneiros e dois desertores" e um número de feridos "estimado em 60, muitos dos quais gravemente", num total de 94 baixas, ou cerca de 16% do efetivo presente na batalha.

Este elevado número de baixas é um atestado eloqüente da violência deste curto ataque que durou uma hora e da grande disposição farrapa de cobrar caro a surpresa de Canguçu de 11 dias atrás.

Os imperiais juncaram o campo de batalha com 5 mortos (1 cadete, 1 anspeçada, 1 sargento do 5º Corpo e dois soldados) e 14 feridos, "alguns gravemente", num total de 19 baixas.

As baixas imperiais foram em menor número por combaterem em trincheiras que cavaram em torno do acampamento e no Cerro do Ataque.

Segundo J. Simões Lopes Neto, no ano de 1912, ainda existiam vestígios destas trincheiras no Cerro do Ataque **(26)** contíguo ao Cerro da Liberdade.

Pesquisa arqueólogica poderá assinalar vestígios deste

combate que envolveu cerca de 1.000 homens, dos quais resultaram 35 mortos e cerca de 80 feridos e, ao meu ver, o mais violento de toda a revolução, proporcionalmente aos efetivos presentes. Foi para valer, não foi escaramuça ou entrevero.

Os corpos dos 35 bravos que tombaram neste combate em defesa de seus ideais e verdades foram sepultados no cemitério de Canguçu que existiu no local onde atualmente ergue-se o Grupo Escolar, ao lado da Casa da Cultura e antiga Prefeitura.

Deus sabe o nome destes bravos que lutaram para a construção deste Brasil, uns pela sua Integridade e Unidade e outros pela República Centenária em que hoje vivemos.

Citações de combate: Do Barão de Caxias, "por tão plausível motivo" (o combate) se tornaram credores de louvor por suas bravuras, os tenentes-coronéis Pereira Pinto, Francisco Pedro de Abreu, major Antônio Joaquim Bacellar, majores graduados Carlos Resin **(27)**, Fernando Antônio Muniz, tenentes Venceslao de Oliveira Bello, Prudêncio Máximo dos Reis Carneiro, alferes Antônio José da Silva, Custódio Coelho dos Santos e Sabino Justiniano da Rocha.

Foram elogiados o capitão Antônio José de Carvalho e alferes Francisco Pires de Salles do 5º Corpo que dirigiram os atiradores de Cavalaria.

ATOS DE BRAVURA EM COMBATE

Foi citado com relevo o alferes Fidelix Pais da Silva do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional "que praticou atos de valor, entreverando-se na Infantaria adversária, resultando disto receber duas contusões, uma de bala e outra de uma coronhada".

Em ofícios ao Ministro da Guerra, Caxias escreveu que os tenentes coronéis Francisco Pedro e Francisco Felix Pereira Pinto, eram credores das boas graças do Imperador e recomendou fosse despachado favorável, o requerimento do segundo, no sentido de ser armado oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Nota: Depois da Paz de Ponche Verde o 8º Batalhão de Fuzileiros foi retirado de Canguçu e enviado para Bagé então distrito de Piratini. Coube a seu comandante o Ten. Cel. Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto distribuir os primeiros terrenos em Bagé antes que esta, até então abandonada durante a Revolução, fosse elevada em 5 de junho de 1846 a município, sendo seu 1º presidente da Câmara de Vereadores Pedro Rodrigues de Borba, vindo de Canguçu e irmão de Malaquias Borba, nosso trisavô e estancieiro na Armada, conforme abordo na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** de Bagé e já citada e que possui muitas referências a Canguçu.

Estes combates na historiografia riograndense, constavam só a data sem maiores dados de seu desenvolvimento e sua significação estratégica para os farrapos ameaçados de ataques a capital farroupilha. Foi impressionante a perda de memória histórica de Canguçu de fatos relevantes que tiveram lugar em suas terras, o que nos orgulhamos de resgatar em 50 anos de pesquisas.

CHICO PEDRO RETORNOU A CANGUÇU APÓS PORONGOS

Após a surpresa de Porongos, imposta por Chico Pedro a Canabarro, encontro no qual se destacou sobremodo o canguçuense coronel Teixeira Nunes, salvando os farroupilhas do desastre total, o vencedor foi mandado retornar a seu acampamento.

Caxias, em ofício de 16/Nov/1844, ordenou a Chico Pedro que após entregar os prisioneiros de Porongos em Rio Grande, “com mais forças se concentrará V. S. para o lado de Canguçu”, devendo aí se fortificar imediatamente, providenciar gado para a tropa para que esta não sinta falta de seu fornecimento e procurará saber notícias de Bento Gonçalves e persegui-lo, em combinação com o major Israel e o tenente coronel Andrade Neves que mandei marchar sobre Encruzilhada”. O último mais tarde seria o Barão do Triunfo na guerra do Paraguai e teria como seu vanguardeiro o can-

guçuense coronel Hypólito Pinto Ribeiro **(28)**.

Em 27 de junho de 1844, Chico Pedro, partindo numa incursão a Piratini, conseguiu aprisionar por mais de dois meses em Canguçu, na cadeia que mandara construir", Mariano de Mattos, após foi chefe de Estado-Maior de Duque de Caxias na guerra contra Rosas, 1852 e Ministro da Guerra em 1866.

Nota: Biografamos a Cel. José Mariano de Matos, carioca em O Exército Farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1991. 2v bem como os demais chefes militares farrapos.

Alegoria do combate de Porongos representando a heróica resistência, a todo o custo, dos lanceiros negros ao comando do canguçuense Cel. Teixeira Nunes e que a introduzimos na **História do Exército Brasileiro** preparada pela Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército da qual fomos o adjunto de seu presidente Cel. Francisco Ruas Santos. Nela figura esta alegoria de Chico Pedro. Desenho feito sob nossa orientação por nossa esposa Yolanda Helena Stumpf Bento. (Fonte: EME. História do Exercito. v2)

Chico Pedro estava em Canguçu e Piratini com uma coluna de 1.000 homens. Sabedor que em Bagé se encontrava Antônio Amaral com 100 homens de Cavalaria, decidiu atacá-lo sem nada comunicar ao Barão de Caxias.

Deixou 780 homens de sua coluna em Canguçu e Piratini e com 200 cavalarianos e 20 infantes marchou a toda velocidade e em segredo para o distrito Bagé de Piratini, com comida pronta, como era seu procedimento em tais casos.

No distrito de Bagé não encontrou o coronel Amaral que havia mudado em busca de melhores pastos. Conseguiu prender Domingos de Almeida, ex-ministro das Finanças e destacado charqueador em Pelotas, natural de Diamantina Minas Gerais e "cérebro da Revolução".

Ao retirar-se para sua base de combate em Canguçu, em pequenas e lentas marchas, em razão do mau estado dos cavalos exauridos na marcha forçada Canguçu-Bagé, foi surpreendido por tropas farroupilhas e orientais junto do arroio Candiota, sendo completamente batido.

Este foi o maior e mais humilhante revés sofrido pelo famoso guerrilheiro legalista, que já havia imposto tantas derrotas aos farroupilhas, obtidas pela surpresa.

Era um especialista em deslocar-se rapidamente, a longas distâncias em segredo, em marchas forçadas de dia e de noite, levando alimentação pronta.

Quanto menos se esperava irrompia num ponto determinado sem que ninguém o pressentisse. Foi o mais destacado, competente e constante guerrilheiro legalista.

A palavra Chico Pedro ou "Moringue" tornou-se uma legenda entre os imperiais e o terror entre os farroupilhas.

Nota: Creio havermos sido pioneiros em biografar Chico Pedro e o fizemos no livro **Porto Alegre – memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGCF, 1989. Foi seu sargento em Canguçu Jacob Fetter, tronco dos Fetter de Pelotas, cuja participação na Revolução Farroupilha esclarecemos o suficiente, como apoio em entrevista que prestou em 1892 ao **Almanaque Rotermund**, conforme consta da obra de Adolfo Antônio Adolfo Fetter Junior

Os Vetter/Fetter 170 anos no Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. do autor, 1997 p. 6, 485, 486 notas e bibliografia p. 517.

CAXIAS ADVERTIU CHICO PEDRO

Caxias em ofício de 11 de agosto de 1844, quase dois meses após Chico Pedro haver aprisionado José Mariano de Mattos e retê-lo em Canguçu, reclama **(29)**: "Desde que recebi sua carta de que foi portadora a esposa do major José Mariano de Mattos, que não tenho recebido nenhuma participação sua, e nem mesmo a parte oficial sobre a prisão do mesmo Mattos, o que me tem posto em embaraços, por não poder enviar ao Governo Imperial a parte oficial de um acontecimento que já há muito lá deve ter soado por vias particulares... e por isso novamente lhe ordeno que tenha o maior cuidado de me participar qualquer acontecimento que ocorrer por este lado" (em Canguçu).

Chico Pedro, ao que parece, andava amuado com o Barão de Caxias ou com o Ministro da Guerra, pela censura que sofrera em conseqüência de sua fragorosa derrota em Candiota, em 16 de maio de 1844, batido que foi por Antônio Manuel do Amaral que segundo o canguçuense Caldeira, "quando atacava o inimigo em campo raso era de espada em punho e que não conhecia outra arma na ocasião do combate senão a arma branca". **(30)**

O PATRONO DO EXÉRCITO EM CANGUÇU

O Barão de Caxias pacificou o Rio Grande do Sul aos 41 anos. Ele foi presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul em duas oportunidades de 1842/46 e de 1851/52. Ele foi senador pelo Rio Grande do Sul por cerca de 30 anos até falecer. Em 1996 o escolhemos como patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e em 2003 em seu bicentenário o biografamos na obra **Caxias e a Unidade Nacional**. Porto Alegre; Metrópole, 2003.

Nota: Pelo ofício advertindo Chico Pedro sob a sua demora em dar parte oficial da prisão do Cel. José Mariano de Mattos, reforça a tese da iniciativa de carta por ele forgicada, usando o nome de Caxias para intrigar Canabarro com os farroupilhas no que teve êxito em provocar uma controvérsia até hoje, a qual respondi no **O GAÚCHO**, nº 32, informativo do IHTRGS. Entidade esta que fundamos em 10 de setembro de 1986, Sesquicentenário do Combate de Seival. Batalha festejada com a construção do lanchão Farroupilha Seival que levou os ideais republicanos à Santa Catarina e que lá teve seu fim conforme foto a seguir.

Restos do lanchão Seival que terminou seus dias como o nome de Garrafão no porto de Laguna e de cujo casco aprodrecido foi retirado uma muda que plantada numa praça de Laguna e com três galhos representando os três filhos de Anita Garibaldi. E as histórias do Seival, de Anita, Garibaldi, Teixeira Nunes e seus lanceiros negros divulgamos na já citada obra **A Grande Festa dos Lanceiros** que assinala a inauguração do Parque Histórico Osório em Tramandai em 1970.

Entre 19 e 29 de dezembro de 1844, Caxias andou pelas terras do município de Canguçu, após sair de Piratini e ter seguido até a Coxilha do Fogo, conforme anunciou ao comandante da fronteira de Bagé, em 19 de Dez. de 1844 **(31)**.

Bento Gonçalves havia buscado proteção nas margens do Camaquã e Caxias avançou até a Coxilha do Fogo "fazendo vigiar os passos ao Camaquã por onde parecia mais provável que Bento Gonçalves irrompesse, para ficar em condições de, caso este cruzasse o rio "sair-lhe a frente, impedindo que atingisse Triunfo onde já ia recrutar escravos das charqueadas".

Nota: Caxias segundo suas Ordens do Dia e Ofícios esteve em Piratini de 30 de dezembro de 1843 a 10 de janeiro de 1844, o que motivou carta que enviamos em 6 de janeiro de 2004, ao historiador de Piratini Davi de Almeida que negava até então esta circunstância, ao referir-se a trabalho em que mencionávamos que ele lá havia estado. Carta publicada no site da ACANDHIS e que lhe enviamos depois de havermos tomado posse na cadeira General Bento Gonçalves da Silva na Academia Piratiniense de História quando tomamos conhecimento da 2ª edição de sua obra.

O PATRONO DA INFANTARIA EM CANGUÇU

Brigadeiro Antônio Sampaio, o patrono da Arma de Infantaria do Exército esteve em Canguçu a guarnecendo depois da Paz de Ponche Verde. O estudamos em Os patronos nas Forças Armadas Brasileiras. Obra inédita como livro publicado, mas acessível em Livros no site da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtb. O estudei em plaqueta, **Tradição e Disciplina**. Fortaleza: Uni-

versidade Federal do Ceará. 1971 etc. E no Dia da Infantaria de 1971, coordenamos em sua terra natal Tamboril - CE, como oficial de Comunicação Social do Estado-Maior do IV Exército (atual CMS) cerimônia em sua memória e muito concorrida.

Com a Paz de Ponche Verde, foram destacados para Canguçu, com a finalidade de garantir os termos da paz, 150 homens integrantes da 8ª Companhia do 4º Batalhão de Fuzileiros da 2ª Divisão, sediada em Jaguarão, ao comando do Coronel Manoel Marques de Souza, mais tarde Conde de Porto Alegre, neto de um dos primeiros sesmeiros em Canguçu e herói guerreiro que temos citado com freqüência. Comandava esta fração o capitão Antônio de Sampaio.

Sampaio aí estacionou até o ano de 1850, por um espaço de cerca de 5 anos, segundo P. Mallet Jobim, em afirmação ao autor.

Nota: Conde de Porto Alegre bicentenário em 2004 e que comandaria o 2º Corpo de Exército que enquadrou o 30º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu que combateu Guerra do Paraguai como veremos adiante. Em 2004 em parceria como Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis e sob a égide da AHIMTB e IHTRGS, publicamos reedição de sua obra **Conde de Porto Alegre**, de autoria Carlos Maul, De Paranhos Antunes e Jayme Ribeiro da Graça que foram por nos biografados sinteticamente. Realizamos este trabalho para atender a jornalista D. Carmen Lúcia Ferreira da Silva, descendente do Conde de Porto Alegre que esperava ajuda do Presidente do Instituto de Arquitetos do Rio Grande do Sul, prometida e postergada. Instituição que ocupa dependências da mansão onde residiu o Conde de Porto Alegre.

CANGUÇU NAS MEMÓRIAS DO BARÃO DO JACUÍ

O tenente coronel Francisco Pedro de Abreu e mais tarde Barão de Jacuí, chefe legalista que ocupou Canguçu na fase final da Revolução após o então Barão de Caxias assumir o Comando das Armas e a Presidência do Rio Grande, deixou suas **Memórias** que foram publicadas pelo Instituto

Histórico e Geográfico do RGS em 1921. Sobre sua primeira estada em Canguçu quando teve lugar o combate da Picada do Iguatemi, em 24 Jan de 1843, com Bento Gonçalves, conclui das memórias citadas **(32)**.

Em 14 de janeiro embarcou em Porto Alegre e desembarcou no Passo do Liscano no São Gonçalo, com cerca de 460 homens sendo: 300 do seu 5º Corpo de Cavalaria GN, 100 cavalarianos do Corpo de Manoel Ourives e 60 infantes alemães recrutados em São Leopoldo. Sua missão era levar para Porto Alegre cavalhada lá existente "**e bater uma partida que diziam estar pelo Pantanoso**" em Canguçu... Cruzou o São Gonsalo, em 20 de janeiro, recebendo a cavalhada em mau estado. A seguir, por falta de bombeiros (agentes de reconhecimento) "**marchou direto à Capela de Canguçu, a reconhecer a força inimiga de mais de 200 homens ao mando de Bento Gonçalves que não atacou por falta de bombeiro, mau estado do terreno e serem ali os moradores todos farrapos**". Abreu atravessou Canguçu. Após descansar e alimentar seus cavalos marchou toda a tarde de 23 e noite de 23/24. Na madrugada de 24 teve um encontro com Bento Gonçalves na Picada do Iguatemi. Aí Chico Pedro emboscou Bento e perdeu um homem e outro foi ferido. Constatando ser a força de Bento Gonçalves muito forte "pôs-se em retirada, fingindo aos moradores de Canguçu estar com muito medo de ser atacado por Bento Gonçalves que trazia a retaguarda Antônio Neto". Às quatro horas Abreu acampou e foi acometido por Bento Gonçalves e "não se abalou e quando lhe pareceu se pôs em retirada rio Camaquã.

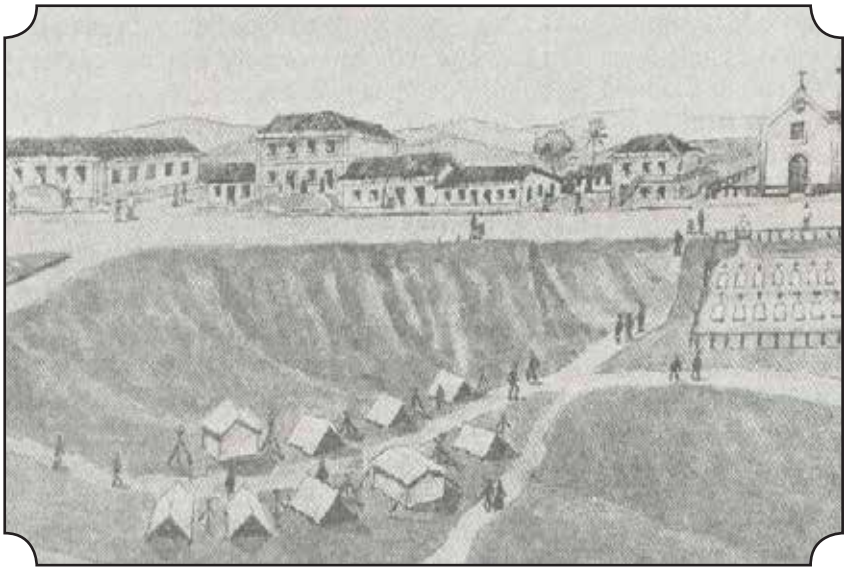
Antônio Neto era tio do General Zeca Neto, que em 1923 iria percorrer e combater neste mesmo cenário como se verá. Zeca Neto possuía cerca de 15 anos quando seu tio citado faleceu.

A tradição local registrada por Simões Lopes Neto, assim se refere a este combate com algumas alterações naturais: "Que Chico Pedro ao tentar surpreender os farroupilhas foi cercado durante um dia no interior de um mangueirão. Que o referido mangueirão ficava além da picada, por sua vez

cercada de pinheiros, fato raro naquela latitude".

Simões Lopes Neto registrou em 1912 que entre Canguçu, "Iguatemi e além existiam sepulturas e vestígios de outras de caramurus (imperiais) mortos das tropas de Chico Pedro" quando perseguidos na ocasião por Antônio Neto **(33)**. Ao longo da História tem havido muitos crimes nessa picada, constando na memória do local ser a mesma mal assombrada **(34)**.

Canguçu por ocasião da Revolução Farroupilha. Ao fundo entre as pedras a cadeia mandada construir por Francisco Pedro para os farrapos. Ela serviu de Posto de Comando, de 1845-50, ao capitão Antônio de Sampaio, atual patrono da Arma de Infantaria. Aspecto da igreja restaurada por Chico Pedro e do cemitério onde foram enterrados os mortos do 2º combate de Canguçu. Entre as duas casas, a direita foi a primitiva entrada da vila por ocasião da fundação. (Desenho de Cilka Silva com orientação do autor para a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército em 1974).



Canguçu 1835-57. Da esquerda para a direita: Primeiro prédio, casa onde nasceu o autor em 19 out 1931, quarto prédio, local da instalação de Canguçu e de sua Câmara Municipal: sexto prédio, ao fundo, residência e (Primeira Escola Régia para meninos) do prof° Antônio Joaquim Bento e local nascimento do Cel. Genes Gentil Bento; sétimo, sobrado primitivo que cedeu lugar ao atual construído em 1861. A igreja aparece com uma só torre. (Fonte: BENTO, **Estrangeiros e descendentes...** p.114)

CALDWELL, ANDRADE NEVES E CHICO PEDRO EM CANGUÇU

Em julho Chico Pedro saiu de Porto Alegre. Prendeu em Camaquã um irmão de Bento Gonçalves, o José, juiz de paz local. Com isto os farrapos vieram abrigar-se em Canguçu. Chico Pedro antes de passar o Camaquã pediu que o Tenente Coronel João Frederico Caldwelll **(35)**. (que estudei em **Estrangeiros e descendentes...**) e o Tenente Coronel Joaquim Andrade Neves, se deslocassem para a estância de Malaquias Borba, em Canguçu junto ao passo da Armada, a fim de cobrirem sua travessia no passo Mendonça. No dia 12 de junho, escreveu Chico Pedro, “vendo já ter feito 40 léguas e tendo os cavalos bastante abombados resolvi marchar e

fazer junção com as forças de Caldwell, na estância do Malaquias Borba" **(36)**. No dia 13, principíamos nossa retirada ao repassar o Camaquã no passo da Armada."

Andrade Neves, mais tarde Barão do Triunfo, na Guerra do Paraguai, foi comandante do canguçuense Hipólito Ribeiro **(37)**, conforme referi anteriormente.

Nota: Estudamos Andrade Neves em parceria com o Cel. Luis Ernani Caminha Giorgis na obra Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911. Obra que clasifico de ressureição da história das mesmas escolas ao invés de resgate histórico tal o número de fontes diversas que tivemos de consultar.

PIRATINI E CANGUÇU "DEPARTAMENTO DE MAIS PERIGO E MAIS FARRAPO"

Em 7 de setembro Caxias nomeou Chico Pedro para comandante do "departamento de mais perigo e mais farrapo entre os rios Piratini e Camaquã". Este departamento hoje abriga os municípios de Canguçu, Piratini e grande parte de São Lourenço (então Boqueirão). A razão foram as constantes ameaças a Pelotas de parte de Bento Gonçalves e Antônio Neto.

Zeca Neto, sobrinho do último, irá tomar Pelotas de surpresa e, 1923, oitenta anos após, partindo de Canguçu como se verá.

Em setembro de 1843, Chico Pedro fez a sua segunda incursão a Canguçu, sede de seu comando, para lá estabelecer seu Quartel General. Neto e Bento Gonçalves estavam acampados no Cerro Partido, junto às nascentes do Pantanoso, atual Associação Rural. Ele rumou para este local "secretamente, numa marcha noturna de 7 léguas, não conseguindo surpreendê-los por falta de mais uma hora de noite, mas fez alguns prisioneiros e ficou senhor de alguns cavalos" **(38)**.

No final de janeiro de 1844, após os dois combates de Canguçu, Chico Pedro "seguiu no encalço de Neto que estava na sua frente na Coxilha do Fogo", tendo escaramuçado com algumas partidas farroupilhas. Nas folgas para repouso

de seus cavalos e gente, ocupava-se com a construção **de boas trincheiras no seu acampamento de Canguçu e em recompor a Igreja (N. S. da Conceição) que estava a cair**". **(39)**

Francisco Pedro no início da Revolução era um civil. Foi um dos chefes mais destacados e hábeis. Em 1850 vai liderar incursões contra uruguaios hostis aos brasileiros, em operações que passaram à história como "Califórnias do Chico Pedro". Na guerra do Paraguai estará em seu início comandado a fronteira com o Uruguai.

Em 1860, Domingos de Almeida, ex-ministro da Fazenda e cérebro da Revolução Farroupilha escreveu-lhe. Depois de referir ter estado prisioneiro em Canguçu aguardando solução de Caxias, agradeceu-lhe a atenção com que foi tratado e pediu que elogiasse, após 20 anos, um sargento negro que recusou a todas as propostas possíveis de suborno que lhe fez, para colocá-lo em liberdade ao ser transportado. E cita as tentadoras propostas de ouro, promoção ao oficialato. Pena não se conhecer o nome desse honesto e autêntico militar.

Nesta ocasião Domingos de Almeida era vereador em Pelotas e empenhava-se na abertura da rodovia Pelotas-Canguçu pela Serra dos Tapes, e a promover a colonização de terras devolutas de Canguçu e a lutar pela construção da ponte no passo do Acampamento no Piratini.

Nota: Domingos José de Almeida com se vê, esteve preso em Canguçu, na cadeia mandada construir por Chico Pedro. Sobre ele escrevemos plaqueta **O mineiro que foi o cérebro da Revolução Farroupilha**. Itajubá: Escola Federal de Eletricidade de Itajubá (EFEI),1981. Foi nosso discurso de posse como correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Discurso transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Ilka Neves produziu sua genealogia que demonstra ele possuir vários descendentes em Canguçu. A Revista do IHGB publicou a matéria sob o mesmo título em seu volume 338, jan/mar. 1983.

ASPECTOS VÁRIOS DE CANGUÇU DURANTE A REVOLUÇÃO

No final de setembro e início de outubro de 1836, os distritos de Canguçu forneceram à 1ª Brigada do Exército Farroupilha, (citada Brigada liberal de Seival) estacionada em Pelotas, e integrada por cerca de ¼ de filhos de Canguçu 403, 5 alqueires de trigo e 59 de milho. Os 369, 5 alqueires foram vendidos e 38 doados. Os fornecimentos foram entregues ao moinho do italiano Pedro Brizolara. Forneceram e fizeram a entrega do trigo e milho transportado de carretas, os seguintes canguçuenses: Jacinto Nunes Garcia, João Teixeira de Araújo, João Pedro Tourem (preto liberto), Antônio de Souza Oliveira, Alexandre José Prestes, Manuel Pereira, José Vicente Borges e Antônio Fernandes Lessa **(41)**. As remessas eram feitas através de guias assinadas pelos juízes de paz dos 1º e 3º distritos de Canguçu. Estas remessas revelam a antigüidade das famílias Lessa, Nunes Garcia, Prestes, Borges e Araújo em Canguçu, além das outras já conhecidas desde 1800. O liberto Pedro Tourem levou o nome do padre Pedro Tourem, o primeiro vigário de Canguçu e que nesta época estava rico e estabelecido em Alegrete (42).

Ao sul do povoado existia um curtume dirigido por um alemão Henrique de tal, que durante a Revolução de 1843 funcionou como Fábrica Nacional de Curtumes e Lombilhos. Canguçu forneceu madeiras de lei para o Arsenal em Piratini **(43)**. Conheci vestígios do curtume mencionado e suas valas de curtição situadas na rua Júlio de Castilhos, na ultima quadra antes do cemitério.

Em Canguçu, durante a Revolução Farroupilha, funcionou a Loja Maçonica – Fidelidade e Esperança que foi freqüentada por Bento Gonçalves da Silva.

Ela foi fundada pelo fluminense Francisco Ferreira de Freitas que foi o seu venerável. Foram luzes da loja Joaquim Maximiano Lobato, F. Palomeque, padre Hypólito Ribeiro e João Batista Pereira Galvão, historiador da comunidade, que registrava tudo o que ocorria, “cujo precioso arquivo inconsideradamente foi dispersado por um filho”, compromentendo

assim seriamente a Memória de Canguçu que com tanto esforço e tempo temos procurado refazer desde 1956 **(44)**. O Padre Hypólito Ribeiro viveu 35 anos em Canguçu.

Canguçu produziu expressivamente a erva-mate que aqueceu as conversas nos acampamentos farroupilhas.

Dentre a documentação fiscal, aparece uma Tereza Maria, moradora de Canguçu, liberta e relativamente próspera, enviando 4960 réis para o esforço de guerra e um tenente Clarimundo das Chagas, em Vila Freire, apreendendo evidentemente para si, couros e éguas. **(45)**

Dentre as tropas imperiais que atuaram em Canguçu, existia a companhia Alemã recrutada entre os imigrantes alemães de São Leopoldo, após os imperiais aí haverem assumido o controle através do Dr. Hillebrand. **(46)**

Do lado farrapo muitos canguçuenses negros integraram os corpos de Lanceiros farroupilhas ao comando do canguçuense Coronel Joaquim Teixeira Nunes. **(47)**

Uma visão romanceada desta revolução nos é fornecida pela obra: COLLOR, Lindolfo. **José Garibaldi**. Rio. José Olímpio, 1935.

Nota: Escrevemos sobre o Dr. Hillebrand e a Revolução Farroupilha em São Leopoldo na obra **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975 e premiada em 2º lugar no tema no Biênio da Imigração e Colonização do RGS, no governo do caxiense Cel. Euclides Triches. Nesta obra biografamos Carlos Resin, oficial que integrou a Ala Esquerda do Exército em Canguçu ao comando de Chico Pedro.

CAXIAS E CANGUÇU

Durante sua ação pacificadora da Revolução Farroupilha, Caxias citou Canguçu várias vezes em suas ordens do dia e ofícios, particularmente nos enviados para o Ministro da Guerra Jerônimo Coelho, que poucos anos após será o criador do município de Canguçu, com Presidente da Província como se verá. Escreveu o Barão de Caxias em seus ofícios 1842-45 **(48)**.

O resto da tropá anda com o Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu, percorrendo os distritos de Canguçu e imediatos. Ali colocou em debandada algumas pequenas partidas rebeldes" (Caçapava 17 Ago. 1843).

"Neto foi para o arroio Pantanoso logo que Frncisco Pedro o principiou a perseguir. Perdeu toda a cavalhada de reserva que tinha escondida nos matos próximos a Piratini". (Bagé 19 Set. 1843).

"Bento Gonçalves e Neto que haviam seguido com cerca de 400 homens em direção a Cerro Largo, no Estado Oriental, tiveram de regressar a toda a pressa para "os montanhosos distritos de Canguçu." (Passo do Menezes no Rio Jaguarão. 8 Set. 1843)

Ao capitão Carlos Resin, que fez brilhante carreira no Exército Imperial e que estudei em **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**.

"Recebi seu ofício e fico ciente da tomada de 300 cavalos na Serra dos Tapes pelo Tenente Alexandre e da dispersão da partida que os guardava". (São Gabriel, 15 Out. 1843).

"De V. S. apresse a vinda do obus e mais praças que em ofício lhe ordenei. Por pessoas vindas de Piratini sei que o (Antônio) Neto e Bento Gonçalves depois de teram marchado sobre Canguçu, contramarcharam". (Pontas do Jaguari, 14 nov. 1843).

"O Exército se acha dividido em três colunas. Uma de 3.200 manobra sobre a fronteira de Santa Ana. A outra de 2.000 acha-se em São Gabriel e Bagé. A terceira com 500 cavaleiros e 500 infantes pisa o terreno entre Piratini e Canguçu". (Pontas do Camaquã, 15 nov. 1843).

"Por um bombeiro chegado de Piratini soube que Bento e Neto tinham contramarchado de Canguçu aonde dizem tiveram outro encontro com nossas forças daquele lado". (Pontas do Jaguari, 17 nov. 1843).

"O Coronel Chico Pedro, que eu havia deixado entre Canguçu e Piratini, à testa de uma coluna de 1.600 combatentes, sabendo que em Bagé estava o Coronel Antônio Manuel do Amaral com pouco mais de 100 homens para lá

se pôs em marcha".

Após travaram o combate de Candiota.

E prosseguiu Caxias:

"O Coronel Chico Pedro se retirou para Canguçu caindo em poder dos rebeldes o Major do 5º Corpo de Cavalaria Ismael Antônio da Silva" (Passo da Rita França, no Piraí, 2 Abr. 1844).

"Se V.M. se encontra em Canguçu ou mesmo por Pelotas, deverá a todo o custo marchar sobre o Camaquã a espera de Neto" (São Gabriel, 11 Ago. 1844).

Logo que fizer entrega dos prisioneiros em Rio Grande "voltará a ocupar as vilas de Canguçu e Piratini". (Bagé, 16 nov 1844).

"Eu vou marchar para a Coxilha de Fogo (Canguçu) e dali pretendo guarnecer o passo do Camaquã e sair na frente de Bento Gonçalves se já tiver cruzado em direção a Triunfo". (Olhos d'água 19 dez. 1844).

Estas transcrições provam a longa permanência de Neto e Bento Gonçalves em Canguçu.

APONTAMENTOS DA REVOLUÇÃO POR UM CANGUÇUENSE

Dentre as fontes produzidas sobre a Revolução Farroupilha destaca-se os **Apontamentos para sua História**, elaborados pelo canguçuense Manoel Alves da Silva Caldeira, que em 1883, será o presidente do Clube Republicano fundado em Canguçu **(49)**. Foram escritos, atendendo a solicitações dos historiadores Alcides Lima, de Bagé **(50)**, Alfredo Ferreira Rodrigues, de Rio Grande **(51)** e depois publicados, em 1929, pelo IHGRGS.

Conta sua participação no movimento desde os 18 anos, quando foi preso no assédio a Porto Alegre, ocasião em que foi enviado para o Rio de Janeiro e obrigado a sentar praça na Artilharia da Marinha, na Ilha das Cobras **(52)**.

Menciona com detalhes sua participação na fuga de Onofre Pires e Corte Real da Fortaleza de Santa Cruz **(53)** e viagem marítima até o Sul. Descreve sua participação como

porta-bandeira, à frente do Corpo de Lanceiros Negros ao comando do canguçuense ilustre Joaquim Teixeira Nunes, no combate de Rio Pardo **(54)**.

Sobre a surpresa de Porongos manifesta-se aos dois historiadores citados, como tendo sido uma traição de David Canabarro **(55)**, bem como a de não ter sido dada a liberdade prometida aos lanceiros negros **(56)**.

Ponto alto de seus apontamentos e indiscutivelmente a sua maior contribuição à história da Revolução Farroupilha é o conjunto de perfis militares que traçou de seus principais líderes **(57)**: Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto, David Canabarro, Crescêncio, João Antônio da Silveira, Onofre Pires, Joaquim Teixeira Nunes, José Alves Valença, José Mariano de Mattos, Antônio Manoel do Amaral, Joaquim Pedro Soares, Manoel Lucas de Oliveira, Corte Real, Agostinho, Marcelino, Balthazar de Bem, Belchior de Bem, Manoel Macedo, Coelho, Bento Manoel, João Paula, Carvalinho, Augusto, Brandão e o Capitão Cabo Rocha , natural de Guaíba e morto em ação na ilha do Fanfa **(58)** e com descendência em Canguçu. Seus últimos apontamentos foram produzidos em Canguçu, em 1898, quando possuía 83 anos. A família Caldeira foi uma das fundadoras da antiga Estação Cerrito **(59)**. Suas opiniões são relevantes para o julgamento de Canabarro, em Porongos, e do destino dado aos lanceiros negros farroupilhas que foram postos em liberdade para lutarem pela Revolução Farroupilha.

Nota: Aproveitamos os perfis que traçou dos chefes militares farrapos e os reproduzimos em **O Exército Farrapo e os seus chefes**, junto com o seu. Ele é patrono de cadeira na ACANDHIS inaugurada por Caio Moreira Pinheiro. Ele representou Canguçu em histórico congresso republicano em Porto Alegre. Acabamos de escrever artigo - Porongos um evento que já havia transitado em julgado no Tribunal da Historia da Revoução Farroupilha, publicado no **O Gaúcho** 32, orgão de divulgação do IHTRGS, por nós fundado em 10 de setembro de 1986, na Escola Técnica Federal em Pelotas. Obra em que defendo a não traição dos lanceiros Negros

em Seival, com apoio inclusive, no conceito que Caldeira fez de Canabarro. **Gaúcho 32** que editamos 1.000 exemplares para tentar contraditar a falsa tese de traição que ganhou força com apoio da Mídia. Nele fazemos um retrospecto de nossa defesa desde 1971 dos Lanceiros Negros, que se projetam na História como heróis e não como miseráveis. Eles salvaram em Porongos com seus sangues e vidas a causa farroupilha de uma rendição incondicional, sob a liderança do canguçuense Cel. Joaquim Teixeira Nunes. Creio seja um estudo relevante que pode ser acesssado pelo Google e pelo site da AHIMTB em Artigos www.resenet.com.br/users/ahimtb.

Capa do **Gaucho 32**, negando, com apoio em fontes históricas confiáveis, não ter havido traição aos, Lanceiros Negros em Porongos. Falsa tese que na atualidade uma minoria, passou a divulgar, com apoio da Mídia, e sem o direito ao contraditório ou de resposta, pressuposto da Liberdade de Imprensa, impondo-se assim a parte desavisada da Opinião Pública do Rio Grande do Sul. (Fonte:IHTRGS).

CANGUÇU NA GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS

Em 1851-52, o Império do Brasil, em aliança com Urquiza da Província de Entre Rios, moveu guerra contra os ditadores Oribe, do Uruguai e Rosas, da Argentina, em razão da necessidade de defender: seus limites com o Uruguai, as independências do Paraguai e Uruguai; a livre navegação no Rio Prata e proteger a vida e propriedade dos brasileiros na fronteira, atingidas pelas constantes lutas entre brancos e colorados. Enfim, para manter o equilibrio político na Bacia do Prata. As agitações fronteiriças obrigaram a que diversas

famílias se interiorizassem. Exemplo clássico desse comportamento foi a do mais tarde General Osório que mudou sua família de Bagé para Pelotas.

Para Canguçu migraram muitos brasileiros e inclusive uruguaios, para escaparem aos desastrosos efeitos das lutas entre brancos e colorados no Uruguai. Entre estes registre-se Martiniano Puente, Francisco Lafuente, Francisco Borraz, José Lazanzi e João Izacet **(61)** que possuíam razoável nível cultural que colocaram a serviço de Canguçu.

Nesta época chegou a Canguçu, proveniente da intranqüila e indefinida fronteira no Chuí, o casal Manoel Joaquim Silveira Terra e D. Maria do Nascimento Vasques, pais de Leão Silveira Terres, tronco da família Terres em Canguçu. Acreditamos também de lá tenha migrado na mesma época seu tio e padrinho, Manoel de Jesus Vasques que terá atuação comunitária destacada em Canguçu **(62)**, onde se fixou com comércio.

Para conduzir a guerra foi escolhido Caxias. Este invadiu o Uruguai, em combinação com o argentino Urquiza, e depuseram Oribe. A seguir concentrou seu Exército em Colônia do Sacramento de onde passou a operar contra Rosas. Enviou uma divisão Brasileira, ao comando do Coronel Manuel Marques de Souza que atuou ao comando de Urquiza.

Em 2 de fevereiro de 1852, a Divisão Brasileira tomou parte da Batalha de Monte Caseros, na qual o ditador Rosas foi derrotado e obrigado a pedir asilo num navio inglês.

Destacou-se neste dia no comando do 2º Regimento de Cavalaria o então Coronel Manoel Osório e o canguçuense Hipólito Pinto Ribeiro. No Regimento de Osório lutaram lanceiros canguçuenses depois de lutarem na Revolução Farroupilha. E após a Paz de Ponche Verde, incorporaram-se àquela tradicional unidade.

Para lutar nesta guerra, o Brasil contratou na Alemanha uma legião Alemã, integrada por um Batalhão de Infantaria, um Regimento de Artilharia, do qual desertou Carlos Von Koseritz e, duas companhias de Pontoneiros, assunto que estudamos em **Estrangeiros e descendentes na História**

Militar do RGS (63), citado.

Da Artilharia desertou na direção de Canguçu um grupo, sendo cinco mortos ao resistirem a prisão. Foram sepultados em Canguçu **(64)** no primitivo cemitério que existiu sob o Grupo Escolar, ao lado da Casa da Cultura.

Nesta guerra, o então Ministro da Guerra da República Rio-Grandense, José Mariano de Matos, exerceu o cargo de Ajudante-General do Conde de Caxias.

O desenvolvimento da guerra, bem como a participação dos canguçuenses poderão ser deduzidos das fontes primárias sobre a mesma, publicada por Genserico Vasconselos **(65)** que estuda muito bem este conflito.

Possuo ensaio inédito sobre a participação da Legião Alemã os "Brummer" nesta guerra e publiquei síntese do assunto em **Estrangeiros e Descendentes... (66)**.

Doei o original do ensaio ao Museu Visconde de São Leopoldo em São Leopoldo-RS.

CAPÍTULO 4

Canguçu
Do Vilamento à República

CANGUÇU MUNICÍPIO GÊMEO DE PASSO FUNDO

Lei Provincial nº 340, de 28 de janeiro de 1857, criou os municípios de Canguçu e Passo Fundo. Canguçu foi o 22º município a ser criado no Rio Grande do Sul **(1)**, sendo o 8º, por ato de Presidente da Província **(2)**.

Pelo artigo 3º da referida lei:

"A villa de Cangussú compreenderá em seus limites, além dos distritos da freguesia deste nome, os da freguesia de Cerrito (atual Vila Freire), todos com as divisas que atualmente tem".

Por ocasião da criação do município de Canguçu tinha lugar, na longínqua Índia, a revolta dos Cipaios contra a dominação inglesa, motivada pelo uso, pelos dominadores de sebo de vaca, animal sagrado para os hindus, para impermeabilizar os cartuchos das armas de fogo.

No vizinho município de S. Lourenço, teve início a colonização alemã promovida por Jacob Rheingantz e que se irradiaria e ainda se irradia pelo município de Canguçu. Iníciou interessante viagem pelo Rio Grande do Sul, o médico Roberto Avé-Lallemant e a imortalizou em obra publicada na Alemanha em 1859. É leitura indispensável para quem desejar conhecer o Rio Grande do Sul de então **(3)**.

O autor citado refere ao clima de guerra existente no Rio Grande do Sul e que eclodiria 8 anos após.

Marcos dessa época em Canguçu é a pia batismal de granito construída durante a guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 pelo imigrante francês Marcelino Tolosam,**(4)** na

qual desde então têm sido batizados cerca de cinco gerações canguçuenses.

Outro marco é a casa da antiga Estância do Cristal construída na ocasião por seu proprietário e cuja foto publiquei **(5)** em **O negro na sociedade do RGS**,e hoje o tempo a demoliu.

Sede da Estância do Cristal, em Canguçu. O prédio foi erigido em 1857 com a criação do município e reformado em 1901. O muro de pedra foi-lhe adicionado nos anos 30. A mesa de pedra, ao lado da entrada, era para a colocação de arreios. Na foto, da esquerda para a direita o autor, seu irmão Jesus e o caseiro. (Foto: ano 1970 de Jesus Martins Bento).

Em 1857, assumiu as funções de professor para meninos, aos 22 anos de idade, após nomeado pelo Presidente da Província, Visconde de Sinimbu, Antônio Joaquim Bento, tronco da família Bento em Canguçu **(6)**.

Por esta época o Uruguai estava agitado internamente o que provocou imigrações, inclusive para Can-

guçu, e o envio pelo Brasil, para aquela nação irmã, por solicitação de seu Presidente Flores, de uma Divisão Brasileira de Observação.

Canguçu havia integrado por 27 anos o município de Piratini sendo que 9 anos durante a Revolução Farroupilha.

INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

A instalação do município teve lugar em 23 de junho, em ato presidido pelo notável historiador – o Comendador Manuel José Gomes de Freitas, filho ilustre de Canguçu, onde nasceu conforme seu assento de batismo, em 1811, e na ocasião Presidente da Câmara de Piratini. Foi auxiliado pelo secretário daquela Câmara – Luiz Joaquim da Luz, tabelião em Piratini. **(7)**

No ato de instalação foi dada posse a cinco dos sete vereadores eleitos em 3 de maio: José Rodrigues Soares – Presidente, José Antônio Pimenta, Domingos José Borges, Ignácio Francisco Duarte e Manuel Jesus Vasques. Não tomaram posse Manoel Carvalho de Abreu e Antônio Joaquim Caldeira, ambos de Cerrito (Vila Freire).

Serviu de secretário Vicente Ferrer de Almeida, veterano farroupilha, natural de Lavras e que seria o segundo coletor de Canguçu **(8)**.

A Câmara funcionou por longos anos em prédio que na década de 30 serviu como cinema. É o terceiro da esquerda para a direita na quadra da igreja.

A vila de Canguçu em 1857 possuía 458 pessoas e 52 casas térreas e 2 sobrados. Um destes era segundo prédio da aquarela. O outro era o chamado “sobrado velho” incendiado em 13 de fevereiro de 1952 **(9)** cuja foto foi publicada por Simões Lopes Neto **(10)**.

Em 26/27 junho de 1977, o **Diário Popular** publicou ampla reportagem alusiva ao 120º aniversário da criação de Canguçu e hoje documento histórico de grande valor que evoca a criação do município.

No prédio mais próximo foi instalada a Câmara de Vereadores de Canguçu. Ali foi a sede do Governo Muncipal até 1901. Depois foi sede provisória do Clube Harmonia, do Colégio Municipal criado em 1913, Cinema na decada de 30 e Oficina de Emílio Klug. A seguir, o sobrado onde residiu por longos anos José Albano de Souza, (Zeca Albano) farmacêutico e médico prático muito humanitário que faleceu em 1941 e um tipo inesquecível das crianças que como eu viveram ali nos anos 30. A última casa foi aonde nasci em 19 outubro de 1931, (Aquarela do Dr. Nilson Meireles Prestes que preservou em pinturas a visão dos prédios mais expressivos de Canguçu de nossa infância, adolescência e juventude).

A Assembléia Legislativa da Província aprovou o seguinte orçamento para Canguçu no ano financeiro 1/Jul/57 – 30 jun 58 **(11)**:

"A Câmara de Canguçu – Despesas

- Com o secretário (Vicente Ferrer de Almeida)		- 400$000
- Fiscal da villa		- 200$000
- Fiscal da Freguesia de Cerrito (Vila Freire)		- 150$000
- Porteiro da Câmara		- 200$000
- Guarda Municipal		- 120$000
- Procurador (comis. de 8% sobre a receita ordinária)		- 360$000
		1.430$000
- Aluguel de casa para Câmara e cadeia		- 360$000
- Mobília para a Câmara e livros		- 300$000
- Limpeza da vila de Canguçu		- 150$000
- Conserto de ruas e estradas		- 300$000
		1.110$000
- Júri, custos eleições, aposentadoria do juiz de direito,luzes e utensílios para a cadeia		- 400$000
- Eventuais		- 100$000
		500$000
	Total	- 3.040$000

Foi a Câmara autorizada a dispender o saldo de suas rendas com os melhoramentos mais urgentes do município.

Nota: Na noite de 4 de maio de 2004, na Câmara Municipal que é abrigada por edifício que foi construído no local do antigo Sobrado Velho que incendiou, membros da Academia Canguçuense de História leram trabalho por nós elaborado **Semana Legislativa de Canguçu 2004 – Considerações históricas**. E, em 2005 nela presidimos seção da ACANDHIS em que ela agraciou com a sua Comenda Cerro da Liberdade, a Rádio Liberdade por seus 50 anos de fundação e as acadêmicas e professoras aposentadas, Laedi Bachini Bosenbecker, Alliete Martins Ribeiro e Yonne Maria Sherer Bento pelos relevantes serviços prestados à Educação em Canguçu e as três já consagradas como cidadãs canguçuenses pelo povo de Canguçu agradecido.

Da esquerda a para direita: Professora Yonne Maria e sua neta Elisa Bento Bosenbecker e também neta da seguinte professora Laedi. Elisa no dia leu as justificativas da ACANDHIS, de concessão da comenda para suas avós. Segue-se, o autor com presidente da ACANDHIS e Grão Mestre da Comenda Cerro da Liberdade, professora Alliete e a acadêmica irmã franciscana Cecília Rigo que ocupa na ACANDHIS a cadeira irmã Firmina Simon. A direita foto de Joaquim de Deus Nunes que foi sócio honorário da ACANDHIS e o primeiro canguçuense a integrar a Assembléia Legislativa. (Seção da ACANDHIS na Câmara Municipal em 23 junho 2006).

O CRIADOR DO MUNICÍPIO

O Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho foi o criador dos municípios de Canguçu **(12)** Passo Fundo e Santana do Livramento. Foi uma figura muito proeminente no Império. É considerado o fundador da Imprensa de Santa Catarina ao fundar em 1831, o jornal **O Catarinense**. O considero o Pai da Engenharia Civil no Brasil **(13)** por haver, como Ministro da Guerra em 1875, desdobrado a Escola Militar da Corte em Escola de Aplicação, na Fortaleza São João e Escola Central do Exército no Largo do São Francisco, na qual criou a especialidade engenheiro civil, para o que havia concorrido antes o Duque de Caxias.

São de sua autoria, como Ministro da Guerra, as diretrizes

seguidas por Caxias na Pacificação da Revolução Farroupilha.

Nasceu em Laguna – SC, em 30 Set. 1806 e faleceu em Friburgo, em 16 Fev. 1860. O almirante Boiteux o estuda em **Santa Catarina no Exército (14)**.

Sua gestão na Província do Rio Grande do Sul ligou-se a problemas de Segurança Externa. De 1854-1864, o clima no Rio Grande do Sul era de guerra que finalmente eclodiu. Inicialmente em 1864, contra Atanázio Aguirre, do Uruguai e, em 1865, contra Solano Lopes, do Paraguai.

Nota: A criação de Canguçu por Jerônimo Coelho atendeu indicação de Bernardo Pires segundo apuramos. Em 2006 Santa Catarina comemorou o bicentenário deste seu ilustre filho cuja ação muito positiva na Presidência do Estado do Amazonas a focalizamos em nosso livro **Amazônia Brasileira-Conquista, Consolidação. Manutenção – História Militar Terrestre da Amazônia 1616/2003**. Porto Alegre: AHIMTB/Metrópole, 2004.

ADMINISTRAÇÃO DE CANGUÇU NO IMPÉRIO
CÂMARAS MUNICIPAIS (15)

PRIMEIRA – Eleita em 3 Mai. 1857:

1 – José Joaquim Rodrigues **SOARES** – Presidente
2 – Manoel Carvalho de **ABREU**
3 – José Antônio **PIMENTA**
4 – Domingos José **BORGES**
5 – Antônio Joaquim **CALDEIRA**
6 – Inácio Francisco **DUARTE**
7 – Manoel Jesus **VASQUES (16)**

SEGUNDA – Eleita em 7 Set. 1860:

8 – Antônio Pompeu **BURLAMAQUE** – Presidente
9 – Manoel Antônio **DUARTE (17)**
10 – José Joaquim A. **BEZERRA**
11 – Francisco José dos **SANTOS (18)**
12 – Maurício Rodrigues da **SILVA**
13 – Clarimundo Hypólito **PEREIRA DA SILVA**
14 – José Antônio **PIMENTA** (2ª vez)

TERCEIRA – Eleita em 7 de Set. 1864:
15 – Joaquim Antônio **LESSA** – Presidente **(19)**
16 – João Batista **PEREIRA GALVÃO (20)**
17 – Theófilo de **SOUZA MATTOS (21)**
18 – Antônio Alves Diniz **TEIXEIRA**
19 – Manoel Izidoro de **FREITAS**
20 – Manoel da Silva **MOTTA**
21 – Plácido **SARAIVA DO AMARAL (22)**

Esta administração enfrentou problemas relacionados com a Guerra do Paraguai 1864-1870. Um de seus membros, Theófilo de Souza Mattos, comandou, no Paraguai, unidade integrada por canguçuenses como se verá.

QUARTA – Eleição em 7 Set. 1868:
Manoel de Jesus **VASQUES** (2ª vez) Presidente
José Joaquium Rodrigues **SOARES** (2ª vez)
22 – Graciano José **CARVALHO**
23 – Florício Rodrigues **BARCELLOS (23)**
Augusto Pompeo **BURLAMAQUE** (2ª vez)
24 – Francisco Antônio **MEDEIROS**
25 – Felissimo José **CARDOSO**
Esta administração enfrentou o final da guerra do Paraguai

QUINTA – Eleição em 7 Set. 1872:
26 – Marcelino **CORREA DE PAIVA** – Presidente **(24)**
27 – Manoel de Jesus **VASQUES** (3ª vez)
Antônio Alves Diniz **TEIXEIRA** (2ª vez)
28 – Graciano José de **CARVALHO**
29 – Aparício José **BARBOSA**
30 – Abel Coutinho da **ROCHA**

SEXTA – Eleição em 1º Out. 1876:
João Baptista **PEREIRA GALVÃO** - Presidente
Francisco José dos **SANTOS** (2ª vez)
31 – Antônio Polibio de **ATAÍDE**
Marcelino **CORREA DE PAIVA** (2ª vez)

32 – Boaventura Domingos **BOEIRA**
33 – Eneas Gonzaga **MOREIRA (25)**

SÉTIMA – Posse em janeiro 1° Jul. 1880:
34 – Felizardo Silveira do **AMARAL** – Presidente
35 – Bernardinho Pinto **RIBEIRO**
36 – Carlos Norberto **MOREIRA (26)**
37 – Miguel de Jesus **VASQUES FILHO (27)**
38 – Pedro Batista **CORREA DA CÂMARA**
39 – Querino José **PICANÇO (28)**
40 – Horácio da **CRUZ PIEGAS (29)**

Esta Câmara enviou à Biblioteca Nacional uma descrição pormenorizada do município como se verá.

OITAVA – Tomou posse em 7 janeiro 1884:
41 – Francisco Antônio **MEDEIROS** – Presidente (2ª vez)
42 – Patrício Alexandre **PUENTE (30)**
43 – Bernardinho da Silva **MOTA (31)**
44 – Gregório Motta da **LUZ**
Miguel de Jesus **VASQUES FILHO** (2ª vez)
Carlos Noberto **MOREIRA** (2ª vez)
Bernardinho Pinto **RIBEIRO** (2ª vez)

ÚLTIMA – Tomou posse 1888:
45 – Horácio Rodrigues da **CRUZ (32)** - Presidente
46 – Francisco José da **CUNHA**
47 – João Pacheco **RODRIGUES SOARES**
48 – Manoel José **PICANÇO**
49 – Gaudêncio José **BARBOSA**
Francisco Antônio de **MEDEIROS** (3ª vez)
50 – Leão Silveira **TERRES (33)**

Nota: Miguel Jesus Vasques que foi vereador por 3 vezes, veio do Uruguai e era irmão de D. Maria do Nascimento Vasques Terra, casada com Manoel Joaquim Silveira Terra. Ela era conhecida como Maria Terra, vinda de Santa Vitória e mãe do Cel. Leão Silveira Terres. Seu filho Miguel de Jesus

Vasques Filho era concunhado do Cel. Genes Gentil Bento e possui descendentes em Porto Alegre, como o pesquisador genealogista Fausto Missel Vasques. Aprovado em concurso para engenheiro da Prefeitura de Canguçu. Outro concunhado do Cel. Genes Gentil Bento era um militar da família Niemayer e avós do grande arquiteto Oscar Niemayer, segundo o citado Fausto Vasques.

GUERRA DO PARAGUAI 1865-70 (34)

A Guerra do Paraguai foi levada a efeito pela Triplíce Aliança (Brasil – Argentina – Uruguai) contra o Marechal Solano Lopes, dirigente do Paraguai.

As forças de Solano Lopes invadiram em 1865 o Rio Grande do Sul por São Borja e pararam em Uruguaiana que dominaram algum tempo. Ali foram cercadas pelos aliados e se renderam, ainda em 1865, em presença do Imperador D. Pedro II.

Em 11 de junho de 1865, nossa Marinha venceu na batalha de Riachuelo a esquadra adversária, destruindo assim a capacidade ofensiva estratégica do Paraguai e isolando-o por água de apoio externo.

O próximo passo foi levar a guerra ao território do Paraguai, para conquistar e arrazar a Fortaleza de Humaitá e conquistar Assunção, sua capital.

O Exército do Brasil foi dividido em dois Corpos de Exército. O comando do primeiro, coube ao legendário general Osório, patrono da rua principal de Canguçu. O segundo, coube ao general Manoel Marques de Souza (o 3º) e Conde de Porto Alegre. Ambos chefes eram conhecidos dos canguçuenses que participaram da batalha de “Monte Caseros” em 1852, nas portas de Buenos Aires, onde eles se destacaram sobremodo.

Sob o comando do legendário Osório, alguns canguçuenses atravessaram o Passo da Pátria, invadiram o Paraguai e participaram da maior batalha campal da América do Sul – a de Tuiuti, de 24 de maio de 1866, que pôs fim a capacidade ofensiva tática do Paraguai e, na qual, tombou ferido

de morte o brigadeiro Antônio de Sampaio que como capitão, entre 1845 e 1850, segundo P. J. Mallet Joubin, estacionou em Canguçu no comando de uma companhia de Infantaria, para assegurar a paz estabelecida em Ponche Verde, que pôs fim à Revolução Farroupilha em 1845.

O destino da maioria dos canguçuenses que lutaram no Paraguai ligou-se ao 2º Corpo de Exército, comandado pelo Conde de Porto Alegre, neto do general Manoel Marques de Souza/sesmeiro em Canguçu em 1800, e condutor de seus filhos nas guerras vitoriosas de 1801-1825, em ações na Fronteira do Rio Grande. Foi sob a liderança do Conde de Porto Alegre que canguçuenses, comandados pelo tenente coronel de Guarda Nacional de Canguçu e vereador – Theófilo de Souza Mattos, participaram ativamente da conquista de Curuzu e assistiram o desastre de Curupaiti que provocou a vinda urgente ao campo de batalha do Marquês de Caxias – o pacificador da Revolução Farroupilha e que nesta missão estivera na Coxilha do Fogo em 1844, conforme vimos anteriormente.

Com Caxias, canguçuenses assistiram a conquista de Humaitá que pôs fim a capacidade defensiva estratégica de Lopes. Fortaleza arrazada pelo Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo **(35)** assistida e registrada, em carta à família, pelo bravo canguçuense capitão Henrique José Barbosa **(36)** que não teve a ventura de voltar.

Nota: Capitão José Henrique Barbosa hoje consagrado no nome do Museu Municipal de Canguçu e patrono de cadeira na ACANDHIS

Coube a Caxias, além de Humaitá, projetar e executar o lance final da guerra – a célebre marcha de flanco através do Chaco que conduziu o Exército Brasileiro à retaguarda da posição fortificada do Piquiciri onde foi obtida a surpresa estratégica e teve lugar a Dezembrada (batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas) e que pôs fim a capacidade defensiva tática do adversário, obrigando Lopes a refugiar-se na Cordilheira e abrindo o caminho para a conquista do objetivo final – Assunção.

Em 1º de março de 1870, o Marechal Solano Lopes foi alcançado por tropas do general Câmara e Visconde de Pelotas, quando morreu em Cerro Corá, lutando de espada em punho, como um bravo, pelo que elegeu ser a sua verdade. A fase final da guerra foi comandada pelo Conde D'Eu, genro do Imperador Pedro II.

Destacou-se nesta guerra, o então coronel Hipólito Pinto Ribeiro, filho ilustre de Canguçu, como consumado tático de Cavalaria e o vanguardeiro do vanguardeiro – o general Andrade Neves – o Barão do Triunfo e que será estudado a parte.

Nota: Resgatamos o Conde D`Eu e Marechal Gastão de Orleans do esquecimento e da injustiça nacional na obra **Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército – Artilharia Marechal Gastão de Orleans**. Porto Alegre: AHIMTB/ Promoarte, 2003. Obra em parceria com o Cel. Luis Ernani Caminha Giorgis, dentro do Projeto História do Exército na Região Sul que desenvolvemos desde 1994.

O CORPO DE CAVALARIA DE CANGUÇU NA GUERRA DO PARAGUAI

Ten. Cel. Honorário do Exército Theóphilo de Souza Mattos comandante do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu na Guerra do Paraguai.

Com a eclosão da guerra do Paraguai coube ao vereador e capitão comandante da Guarda Nacional (GN) de Canguçu

– Theófilo de Souza Mattos, reunir 100 canguçuenses **(37)** e organizar um Corpo de Cavalaria que ao lado de piratinenses e pelotenses, formaram uma Brigada Ligeira, cujo comando foi entregue ao coronel Manoel Lucas de Oliveira, destacado filho de Piratini, que fora no passado Ministro da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense **(38)**. Lucas de Oliveira deslocou-se da Orqueta, em Pelotas, até São Borja.

Em Ordem do Dia, de 19 de outubro de 1865 do 2º Corpo em Uruguaiana foi dada a seguinte constituição à Brigada Lucas de Oliveira (Brigada Ligeira):

12º Corpo de Cavalaria GN Pelotas

27º Corpo de Cavalaria GN – Piratini

30º Corpo de Município de Canguçu.

Por esta mesma Ordem do Dia, Theófilo de Souza Mattos, comandante dos canguçuenses, foi promovido de capitão a tenente coronel da Guarda Nacional. **(39)**

A unidade canguçuense, inicialmente 30º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, após a conquista de Curuzu foi rebatizada de 11º Corpo Provisório de Guardas Nacionais e ao final da guerra, segundo concluí do general Tasso Fragoso, passou a denominar-se 14º Corpo de Voluntários de Cavalaria.

30º CORPO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU (40)

Sob a denominação acima, a tropa de Canguçu teve a seguinte organização pela Ordem do Dia citada:

ESTADO-MAIOR

- Ten. Cel. Comandante – Theófilo de Souza **MATTOS**
- Major Fiscal – Capitão Reformado José Joaquim **CALDEIRA**
- Tenente Ajudante – Ex-Sargento do 2º RC Linha (Regimento Osório) Antônio Claro **BORGES**
- Tenente Quartel Mestre – José Maria **PINTO**
- Alferes Secretário – José Pinto Sampaio **d'AZEVEDO**
- Porta - estandartes:

Guarda Nacional – José Próspero da **SILVA**

Guarda Nacional – Feliciano José **CARDOSO**

1ª Companhia

Capitão: Zózimo da **SILVA SOARES**
Tenente: José Maria **RIBEIRO**
Alferes: Joaquim Cezar da **LUZ** (Guarda Nacional)

2ª Companhia

Capitão: Joaquim Maurício **GONÇALVES**
Tenente: José Dias da **SILVEIRA**
Alferes: Joaquim Antônio **CARDOSO**

3ª Companhia

Capitão: Casimiro Antônio da **SILVA**
Tenente: Napoleão **REBERVEL**
Alferes: Eneas Ignácio **LEAL**

4ª Companhia

Capitão: José Antônio **LESSA**
Tenente: Zeferino Pimentel de **PY**
Alferes: Victorino Marcelino **d'ORNELLAS**

11º CORPO PROVISÓRIO DE GUARDAS NACIONAIS EM CURUZU

Em Curuzu a tropa canguçuense passou a ter denominação acima e a seguinte constituição **(41)**:

Comandante: Tenente Coronel Theófilo de Souza **MATTOS**
Fiscal: Major Joaquim José Rodrigues **CANDIÉ**
Tenente Ajudante: Antônio Claro **BORGES**
Alferes porta-estandartes: José Próspero da **SILVA**
Victor **TORRES**
Sully José de **SOUZA**

1ª Companhia

Capitão: Zózimo da **SILVA SOARES**
Tenente: Ezequiel da **SILVA SOARES**
Alferes: José Maria **CORREIA**

2ª Companhia

Capitão: Joaquim Maurício **GONÇALVES**
Tenente: José Dias da **SILVEIRA**
Alferes: José Feliciano **CARDOSO**

3ª Companhia

Tenente: José Maria **RIBEIRO**

Alferes: José Pinto de Sampaio **AZEVEDO**

4ª Companhia

Capitão: José Mateus de **OLIVEIRA**

Nas Ordens do Dia do 2º Corpo é citado o Tenente Franklin Máximo **MOREIRA**.

Pesquisas do grupo Flor de Lácio, integrado por Marlene Coelho, levantou depois os seguintes canguçuenses participantes da Guerra do Paraguai **(42)**:

Major Belchior Jacinto **DIAS**, capitães José **GOMES DE ARAÚJO**, Florentino F. **DUARTE** e Horácio **CRUZ PIEGAS**, Henrique **BARBOSA** e José Joaquim **CALDEIRA**, tenentes Claro José de **MOURA**, João José Rodrigues **SOARES**, Francisco **BARBOSA**, José **PICANÇO** e Baltazar Pinto **RIBEIRO**, Alferes Florentino Furtado de **SOUZA** e José Fernando **VERGARA**, Diogo Pereira **NUNES** e Constantino Coelho dos **SANTOS**.

Na conquista do forte de Curuzu foram feridos os seguintes canguçuenses:

Tenente: Antônio Claro **BORGES**

Sargento: Boaventura Francisco da **SILVA**

Cabos: João Silveira **DIAS**

Serafim Silveira **DIAS**

Porfírio Teixeira e **MELLO**

Soldados:

Crescêncio Lopes de **MORAES**

Franklin José de **OLIVEIRA**

Manoel Antônio **ROSA**

conforme parte anexa de Combate do tenente coronel Theófilo de Souza Mattos, sobre a ação em Curuzu **(43)**.

Segundo o Grupo Flor de Lácio, participaram da luta os irmãos: capitães Gabriel, Glaudêncio e Juvêncio **NUNES GARCIA** e tombaram em campanha ou em combate, os seguintes canguçuenses:

Capitão: Henrique **BARBOSA** (tifo)

Capitão: José Antônio **SERRA**

Tenente: Sezefredo **BORGES**

Sargento: João **MORALES** (tifo)

Participaram além, segundo e tradição oral colhida pelo grupo citado:

Antônio **SOARES**, Antônio **PEREIRA DUARTE**, Baltazar **NUNES GARCIA**, Camilo **PEREIRA**, Domingos **BEDERAIDE**, Florêncio **LEAL**, João José da **FONSECA** e Serafim Creut **GOULART**.

A lista está longe de ser completa. Necessita ser cortejada com as relações publicadas nas ordens do Dia de Osório.

O COMANDANTE DOS CANGUÇUENSES NA GERRA DO PARAGUAI

THEÓPHILO DE SOUZA MATTOS (1819-1872). Nasceu em Canguçu. Era neto e filho de um dos fundadores de Canguçu, Antônio de Souza Mattos. Foi casado com Francisca Gomes de Borba, neta e filha dos fundadores de Canguçu, Manoel José Gomes e Malaquias José de Borba **(44)**.

Abastado fazendeiro no rio Camaquã, em 1864 foi eleito vereador, cumulativamente com as de Capitão da Guarda Nacional. Eclodindo a Guerra do Paraguai, foi encarregado de formar um corpo pelo Barão de Porto Alegre e conduzí-lo para o campo de batalha.

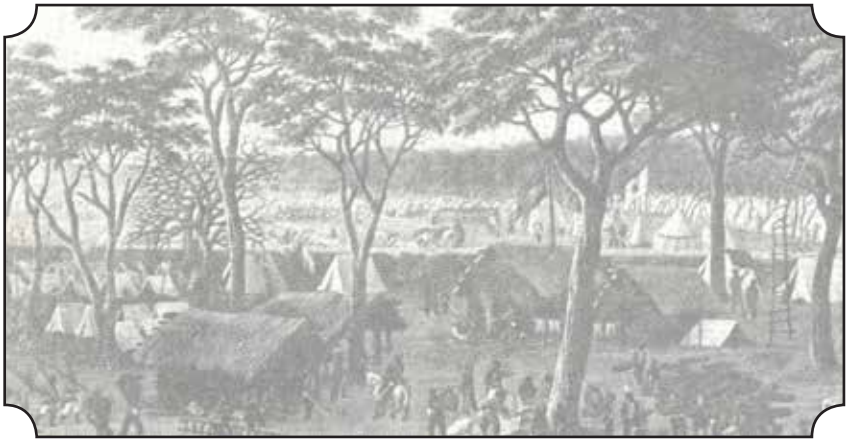
Na vitoriosa conquista de Curuzu comandou a força canguçuense dando ao final dela a seguinte parte de combate **(45)** dirigida a seu superior imediato:

"Em cumprimento à ordem de V. S., tenho a honra de participar que na tomada do Forte de Curuzu na manhã de ontem, tomou parte o Corpo a meu comando, protegendo a Infantaria que atacou. Os oficiais e praças do dito Corpo portarão-se como deviam, avançando com patriotismo e denodo.

Congratulo-me com V. S.ª pelo brilhante feito d'armas que obteve o 2º Corpo de Exército a que tenho a honra de pertencer.

Junto a esta, remeto a relação nominal dos oficiais e praças que foram feridos durante o combate. Acampamento junto às ruínas de Curuzu, 4 de setembro de 1866.

Ass. Theófilo de Souza Mattos – Tenente Coronel"



Aspecto da Fortaleza de Curuzu conquistada pelo 2º Corpo do Exército ao comando do Conde de Porto Alegre, do qual fazia parte o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu ao comando do Ten. Cel. Theóphilo de Souza Mattos, nosso bisavô materno. (De pintura a cores de Tenente argentino Cândido Lopes levado para o Teatro de Guerra pelo presidente Mitre da Argentina).

Após Curuzu, o próximo passo para o 2º Corpo de Exército foi Curupaiti que assim descrevi **(46)** em palestra aos alunos do Curso de Engenharia do CPOR/Recife em 1970 e depois publicado sob o título **Centenário do término da Guerra do Paraguai**, em Maceió: Tribunal de Contas ,1971. Feitos 1.000 exemplares distribuídos as escolas de Maceió pelo 20º Batalhão de Caçadores

Ataque - ao forte de Curupaiti.
Ataque impetuoso e avassalador.
Cai a primeira linha de trincheiras.
Os aliados sob mortífero fogo.
E o espaço até a segunda?
O próprio inferno terrestre!
A batizes - bocas de lobo, mar de lama e fogo!
Tempestades de chumbo e um fosso intransponível!
E por fim – o nosso recuo.
Eis os preciosos ensinamentos do desastre de Curupaiti.
Pagos com pesado tributo – mais de 4000 baixas.

Ataque frontal – a uma posição fortificada,
sem proceder-se a completos reconhecimentos.
Descoordenação dos ataques de flanco e fixação frontal.
E por fim – falta de Unidade de Comando.
Curupaiti repercutiu na Corte.
Era impositivo o Comando Único – Exército – Marinha.
Caxias foi nomeado para a função,
E convidou Osório a retornar.
E duas esperanças passaram a embalar
- os corações dos soldados brasileiros".

Eis como os canguçuenses atuaram em Curupaiti, classificada de hecatombe por Osório e segundo parte de seu comandante dirigida a seu superior **(47)**:

"Sendo pedido a este comando uma relação nominal das praças mortas, feridas contuzas e extraviadas,cumpre-me participar não ter este Corpo que lastimar perda alguma, em conseqüência de não ter entrado em fogo".

Acampamento junto ao forte Curuzu, 23 de setembro de 1866.

Ass: Theófilo de Souza Mattos – Tenente Coronel".

Escaparam pois os canguçuenses de participarem do desastre que vitimou, segundo Pedro Calmon, cerca de terça parte da tropa atacante,

Nota: Como instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras,1978/80, coordenamos e muito enriquecemos, com pesquisas anteriores e mapas a obra **Brasil História Militar**. Volta Redonda; AMAN/Gazetilha, 1978, que até hoje é usado como livro texto dos cadetes. Obra em que a Guerra do Paraguai é descrita do ponto de vista militar. Em 1982, a convite, realizamos palestra original sob o título A Guerra do Paraguai um laboratório de Arte Militar pouco explorado, que foi publicado pela atual **Revista do Exército**, em sua edição jan/mar 1982, páginas 89/94 e creio úteis para um sistema de defesa do Mercosul.

RETORNO DA GUERRA

Antes de 1870, o Corpo ao mando do Tenente Coronel Theófilo retornou a Canguçu, onde foi recebido com muitas

homenagens. Segundo a tradição, ele faleceu em Bagé, em 1872, aonde se encontrava a negócios e em visita a parentes das famílias Borba e Mattos que para lá haviam migrado e vítima de males adquiridos em campanha.

Deixou grande descendência em Canguçu que ligou-se à família Moreira através de cinco casamentos realizados por seus filhos com cinco irmãos da família citada **(48)**.

Uma visão realista desse conflito poderá ser obtida de dois clássicos de nossa literatura militar, escritos por dois ilustres oficiais do Exército, que participaram da guerra e que atingiram após posições de destaque:

Dionísio Cerqueira em suas **Reminiscências da guerra do Paraguai** e o Visconde de Taunay em suas **Memórias (49)**. A melhor e mais completa obra sobre a guerra em sua parte operacional, é a **Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai** do general Tasso Fragoso **(50)**.

Nota: Produzimos para a Escola de Estado-Maior do Exército, **Brasil conflitos Externos** 1500-1945. Ver em Livros no site www.resenet.com.br/users/ahimtb

DESCRIÇÃO DO ATAQUE DE CURUPAITI POR UM CANGUÇUENSE

O capitão Henrique José Barbosa, canguçuense que combateu em Curupaiti noutra unidade, assim descreveu o combate em carta à família:

"No dia 22 de abril atacamos o forte de Curupaiti. Infelizmente fomos rechaçados depois de um forte combate. Às sete da manhã começou o bombardeio da nossa Esquadra que durou até meia hora depois do meio-dia. Logo depois principiamos o combate das forças de terra que durou até as cinco da tarde. As nossas forças montavam de dezoito a vinte mil homens. A do inimigo ignoramos, porque sempre estiveram acobertados com as muralhas dos fortes. Tomamos todo o primeiro entrincheiramento, mas o segundo não nos foi possível conseguir. Tivemos de nos retirar com grande prejuízo, ficando os paraguaios de posse de suas posições.

Tivemos de prejuízo entre o Exército do General Mitre (Presidente da Argentina) e o nosso, perto de 4.000 homens entre mortos e feridos. Do inimigo não sabemos o prejuízo. O que posso afiançar é que chovia tantas balas de fuzil e artilharia que não posso calcular como escapamos com vida. Do Corpo de Canguçu não morreu ninguém, porque não entrou em combate". (51)

O capitão Barbosa desde 1855 já estava prestando serviço militar em Jaguarão. Pelas cartas recebidas por sua família, conclui-se que entre 1855 e 1865, a sua Grande Unidade guarnecia a fronteira com o Uruguai, ora com a Argentina.

Na fase inicial da guerra, por ocasião da invasão paraguaia do Rio Grande do Sul, esteve ao comando do general Davi Canabarro. Por ocasião da invasão do Paraguai passou integrar o 2º Corpo de Exército do Conde de Porto Alegre, com o qual participou dos combates de Curuzu e Curupaiti, onde se encontrou com seus conterrâneos, ao comando do tenente coronel Theófilo de Souza Mattos. Após Curupaiti, passou a integrar o 13º Corpo de Pelotas ao comando do major Vasco Pereira da Costa **(52)**.

O capitão Barbosa assim registrou a chegada de Caxias para assumir o comando da guerra após o desastre de Curupaiti:

"Por aqui corre que o general Caxias diz, que por estes dois meses está concluída a guerra, mas eu não sei no que ele se fia. Não vejo jeito. Deus queira que assim seja. Feliz daqueles que não vieram cá. Avisa nossos irmãos e pais que eu sofro estes trabalhos e os que já estão por aqui, porque não vejo outro remédio. Os trabalhos de fortificações são terríveis. Trabalha-se dia e noite sem descanso. Pouco se dorme. Os alarmes todas as noites estão alucinando nossa gente. Enfim isto aqui é um aperto, Caso nunca visto. Não vão pensar que estes serviços não são feitos por mim porque sou apenas um dos mandões e não faço serviço pesado?" **(53)**

Em carta de 27 Fev. 1867, do forte Curuzu, escreveu ainda gozar saúde e finalizou com esta ironia ao Serviço de Saúde:

"Temos sofrido três inimigos: primeiro os médicos, segundo a peste e terceiro os paraguaios".

O capitão Barbosa escreveu muitas cartas que merecem ser publicadas e comentadas. Ele faleceu vítima de tifo entre a conquista de Humaitá e a Dezembrada. Seu cinto com dinheiro retornou à família, através de um amigo a que o confiou antes de morrer. **(54)**

CANGUÇU DA GUERRA DO PARAGUAI À ABOLIÇÃO

Segundo Michael Mulhal, inglês que percorreu o Rio Grande do Sul em 1871, a Vila de Canguçu possuía uma população de 1.800 habitantes. Esta condição a fazia o 14º núcleo populacional da Província, somente superada por Porto Alegre (40.000); Rio Grande (18.000); Pelotas (18.000); Jaguarão (6.000); São Leopoldo, Uruguaiana e Cruz Alta (3.000); Bagé e Alegrete (2.000), Rio Pardo, São Borja, Cachoeira e Jaguarão (2.000).

O viajante citado escreveu à certa altura: "Se fizermos uma excursão ao Faxinal de Canguçu (região do Faxinal) encontraremos os netos de um grupo de colonos portugueses que aqui chegaram, no século XVIII, e cujos hábitos de ordem, virtude e indústria ainda são bem preservados por seus descendentes" **(55)**.

Esta situação está bastante alterada para pior hoje e acreditamos que os descendentes dos povoadores do Faxinal em Canguçu, perderam sua identidade e desconhecem suas origens. Sobre a vizinha colônia alemã de São Lourenço.

"A colônia tem tido muito sucesso. Compreende 1.637 pessoas com 340 famílias que cultivam 342 colônias e plantam grandes quantidades de cereais e legumes para os mercados de Pelotas e Rio Grande **(56)**.

Nesta época, Canguçu possuía em sua sede 145 casas, das quais 8 sobrados, ou seis a mais que em 1857. Destes, três eram ao lado do antigo Sobrado Velho, um ao lado da Igreja, outro da família Valente e um último parte do curtume que pertenceu à família Morales. Os curtumes eram em número de 6. Existiam 2 ferrarias, 1 selaria, 1 farmácia e 2

açougues. Além da administração municipal, existia uma delegacia de Polícia dividida em 5 subdelegacias e 3 quarteirões de paz, um tabelião, um escrivão de órfãos e ausentes, uma coletoria, um juizado municipal de órfãos, capelas e resíduos **(57)**. Decorridos 10 anos e com apoio em **Descrição do Município de Canguçu** enviado pela Câmara Municipal à Biblioteca Nacional no Rio e que lá localizei, **(58)** a situação de Canguçu era a seguinte: A sua população total era de 14.456 hab., sendo 2.956 escravos e a da vila de 2.500 habitantes dos quais 109 escravos. A indústria de curtumes florescia e seus produtos tinham aceitação internacional. No ano anterior fora criada a sua primeira sociedade – O Edem Canguçuense e no ano da descrição uma biblioteca na referida sociedade. Como obras públicas a descrição mencionou a cadeia, a igreja, o cemitério e três fontes. A cadeia era a que foi construída em 1842 pelo chefe farroupilha Chico Pedro e que conheci e foi demolida quase um século depois 1939, para dar lugar a que existiu no local do atual Teatro Municipal atual. Era o "quarto de hóspedes" segundo ele **(59)** onde estiveram 4 presos, altos chefes farroupilhas. O cemitério era o atual, estabelecido desde 1878. As fontes eram as do Ouro, da Prata e do Ferro, pontos turísticos e românticos do Canguçu imperial, além da fonte da Saudade de propriedade da família Ferreira Monteiro, junto à esquina das ruas Júlio de Castilho, com 24 de Maio, construída após. **(60)**

Casa onde nasceu em 13 de setembro de 1888, Conrado Ernani Bento, construída por seu avô materno Antônio Ferreira Monteiro. E na foto seguinte o autor, em 1972, mostrando a Fonte da Saudade que ali existe tendo a seguinte inscrição: A CANGUÇU, NESTA FONTE A FAMÍLIA FERREIRA MONTEIRO LHES DEIXA UMA SAUDADE 1888.

Cacimba da Prata em 1912 em foto de Rafael Crecco, a mais importante das três principais que abasteciam a população de Canguçu. Sua nascente ficava na frente do Hospital de Canguçu. (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento)

Menciona o aparecimento de ouro pelo lado da serra, bem como o carvão que ninguém tem explorado e a existência de tigres, Refere a abundância de peixes no rio Camaquã das espécies dourado, pintado, grumatão, curvina, bagre, voga e jundiaí que sustentavam as populações a sua margem e não fora a distância, poderia abastecer Canguçu. Registrou uma epidemia de tifo em 1863, que vitimou muitos canguçuenses.

A PONTE DO PASSO DO ACAMPAMENTO NO PIRATINI (PONTE DO IMPÉRIO)

Como melhoramento digno de registro, por sua repercussão provincial e internacional, cite-se a inauguração, no térmico da Guerra do Paraguai, da ponte do Passo do Acampamento no rio Piratini pelo governo imperial. **(61)**

Em 1861 o vereador pelotense, Domingos José de Almeida, em sua quinta e última legislatura e ex-ministro da Fazenda da República Rio-Grandense e seu cérebro **(62)**, propunha a construção da ponte naquele local e justificava, em ampla memória, a razão da escolha. Nesta época segundo ele, a construção da ponte referida fora prometida pelo Barão de Mauá. Domingos José de Almeida, em 7 Mai. 1861, reconheceu o local com o engenheiro Mr. Buck, fazendo-se acompanhar por representante de Canguçu – o capitão Ezequiel Marcelino Vieira **(63)**.

O Passo do Acampamento possui este nome desde o tempo das guerras contra os espanhóis 1763-77. Ali acampou Rafael Pinto Bandeira com seus cavalarianos ligeiros, para previnir um ataque de Rio Grande, ou infiltração adversária por aquela direção. Mapa da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso o assinala **(64)**.

Segundo anotação feita em 1933, pelo prefeito Conrado Ernani Bento, em foto da ponte tirada por Júlio G. de Mattos, ela foi contratada pelo Vice-Presidente da Província, Dr. Joaquim Vieira da Cunha, em 1868 e construída de 1869-70 por Hygino Correia Durão. Foi orçada em 360 contos de réis.

ABOLICIONISMO EM CANGUÇU

Já abordamos o assunto em **O Negro e descendentes na Sociedade do RGS** do qual transcrevemos o trecho a seguir: **(65)**

"A primazia da fundação de clubes abolicionistas e sociedades libertadoras de escravos no Rio Grande do Sul requer muitos estudos para que seja estabelecida sem risco de injustiças.

As sociedades libertadoras, acreditamos, objetivavam a

libertação de escravos menores e os clubes abolucionistas a abolição total.

Exemplificando:

Em 1870, em Canguçu, no âmbito da maçonaria local foi criada uma Sociedade Libertadora. Esta, por ocasião do retorno dos filhos do local da Guerra do Paraguai, os homenageou com a alforria de duas escravas menores, de nome Elvira e Maria Conceição, compradas de seus amos a 600 réis cada.

A cerimônia foi realizada ao ar livre, sobre um cerro junto à cidade, que desde então passou a denominar-se **Cerro da Liberdade**.

Falou na ocasião o orador da loja maçônica local, Antônio Joaquim Bento, professor municipal régio.

Este cerro, monumento natural, foi demolido e transportado para o Rio Grande para aterrar áreas do Superporto, em completo desprezo ou ignorância às mensagens cívicas nele contidas.

O Clube Abolicionista do local foi fundado em 1884, como repercussão do ato cearense de libertação total de seus escravos.

Foram os abolucionistas mais destacados deste clube: Bernardino Pinto Ribeiro, Antônio Manoel da Costa e Enéas Gonzaga Moreira.

Canguçu era o 2º da Província em número de escravos em 1887 e sua Câmara os declarou todos livres, em 2 de abril de 1888.

A seguir, o clube abolucionista local foi dissolvido, em cerimônia ao ar livre, no Cerro da Liberdade.

Dentro desta distinção entre Clube ou Centro Abolucionista e Sociedade Libertadora, acreditamos que a Porto Alegre caiba a primazia no Brasil da organização de uma Sociedade Libertadora, e a Pelotas, no Rio Grande do Sul, a da organização de um Clube Abolucionista, em 21 de agosto de 1881.

Souza Docca, em sua **História do Rio Grande do Sul** fornece alguns subsídios de como transcorreu a campanha

abolicionista naquele Estado, dentro dos fracos elementos de que pode dispor.

Em 1883, o Ceará e logo após a Amazônia declararam livres todos os seus escravos.

O primeiro local a seguir esses gestos, no Rio Grande do Sul, foi Quaraí, ao "declarar livres seus escravos em 3 de agosto de 1884".

Seguiram-se a Quaraí, segundo se conclui de Souza Docca:

Caí (16 Ago. 84); Viamão (21 Ago. 84); São Leopoldo (26 Ago. 84); Gravataí (agosto 84); Porto Alegre, Alegrete, São Borja, Montenegro, Camaquã, Torres e Santo Ângelo (7 Set. 84); São Luiz Gonzaga (14 Set. 84); Itaqui, Rosário, Santo Amaro e Vacaria (15 Set. 84); Júlio de Castilhos (21 Set. 84); Santana, São Gabriel, Taquara, Bagé, Passo Fundo, Solledade e Pinheiro Machado (28 Set. 84); Pelotas (16 Out. 84); Lavras (2 Dez. 85), Uruguaiana (1º Dez. 85) e Canguçu (2 Abr. 88).

Conclui-se que os municípios não citados só libertaram seus escravos por força da Lei Áurea de 13 de Maio de 1888.

O Almanaque da Província do ano de 1887 publicou o número de escravos da Província do Rio Grande do Sul por município.

Apresento estes dados em ordem decrescente de número de escravos:

Rio Grande – 844; Canguçu – 839; Encruzilhada – 645; Cachoeira – 464; São José do Norte – 408; Piratini – 391; Pelotas – 341; Caçapava – 323; Gravataí – 279; Herval – 258; Santa Vitória – 255; Santo Antônio da Patrulha – 252; Rio Pardo – 232; São Jerônimo – 225; São Francisco de Paula – 225; Osório – 220; Santo Amaro – 109; São Martinho – 157; São Sepé – 153; Jaguarão – 142; Soledade – 140; Cruz Alta – 131; D. Pedrito – 117; Pinheiro Machado – 112; Lagoa Vermelha – 93; Bagé – 82; Arroio Grande – 73; e Porto Alegre – 58.

A situação em que encontrei o Cerro da Liberdade em

1972 foi documentada em fotografia e descrita com um alerta cívico e ecológico no **Diário Popular** de Pelotas **(66)**, de 19/3/1972.

Quando da cerimônia de libertação dos escravos menores em Canguçu descrita, presidia a Província do Rio Grande o destacado historiador e homem público e também abolucionista em 1871, segundo Mulhall **(67)**, o Barão Homem de Mello.

Ele faleceu em 1918 na base do majestoso maciço de Itatiaia, que avisto da sala de onde redijo estas linhas, **(68)** em minha casa no Jardim das Rosas – Itatiaia – RJ.

Nota: O Barão Homem de Mello é meu patrono de cadeira na Academia Itatiaiense de História por nós fundada em 1992.

Sobre o negro tenho muito escrito e sido premiado. Em 1975 obtivemos o 1º lugar no Biênio da Imigração e Colonizão do Rio Grande do Sul com a pesquisa então publicada. **O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul 1636/1975**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro,1975, bem como o 1º lugar em Concurso sobre o Negro no Exército publicado sob o título O Exército e a Abolição – pensamento e ação, e na Revista **A Defesa Nacional**, nº 738, jul/ago 1988, p. 7/37. Ai conclui como Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar em seu centenário em 1987, que o Clube Militar através de seu Presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, havia sido decisivo para a Abolição, ao protestar contra o uso do Exército como Capitão de Mato. E isto forçou a Princesa Isabel a abolir a Escravidão, passando o Exército a ser por um período tratado de Redentor e a Princesa Isabel até hoje de Redentora. Em 2006 publicamos o artigo no **O Gaúcho** 32, Combate de Porongos – um assunto que já havia transitado e julgado na História da Revolução Farropilha. Um trabalho restropectivo em defesa da tese de não traição dos Lanceiros Negros, defendida pela maioria dos historiadores gaúchos e ora ressuscitada com êxito com apoio da Mídia, por uma minoria, sem ser dada a chance ao povo gaúcho de ouvir os dois lados. E esta controvérsia prossegue.

CAPÍTULO 5

Canguçu
DA REPÚBLICA
À REVOLUÇÃO DE 30

ANTECEDENTES

Durante a Revolução Farroupilha, Canguçu como 1º e 3º distritos de Piratini, da primeira capital da República Rio-Grandense, possuiu ardorosos republicanos, conforme temos abordado em trabalhos que focalizam aquele Decênio Heróico **(1)**. Os **Anais do Arquivo Histórico do RGS** também o têm demonstrado à luz de documentos que vêm publicando **(2)**.

O próprio chefe legalista que lá operou – o tenente coronel Francisco Pedro de Abreu reconheceu este fato em suas **Memórias** ao escrever a certa altura: **(3)**

Em 20 de janeiro de 1843 "com o fito de bater uma partida que diziam estar pelo arroio Pantanoso", passei o São Gonsalo e recebendo cavalhada em mau estado marchei direto à Capela de Canguçu, a reconhecer a força do inimigo de mais de 200 homens ao mando do chefe rebelde de Bento Gonçalves que não ataquei por falta de bombeiro (informante), mau terrreno "**e serem ali os moradores (de Canguçu) todos farrapos**". Nesta ocasião é que foi travado o combate da Picada do Iguatemi de 24 Jan. 1843, mencionado **(4)**.

Dentre os ardorosos farrapos canguçuenses atravessou os tempos o coronel Joaquim Teixeira Nunes – "O Coronel Gavião" e a "maior lança farrapa", segundo o general Tasso Fragoso **(5)**, e descendente das famílias primeiras

de Canguçu.

Foi ele o primeiro a portar a Bandeira da República Rio-Grandense no Te Deum, em Piratini, celebrado pelo Padre Miguel Justino Garcez Moncada, segundo vigário de Cerrito (Vila Freire) **(6)**, em regozijo pela eleição de Bento Gonçalves à Presidência da República Rio-Grandense.

Cerimônia presenciada, registrada e relatada sob a forma de **Apontamentos para a Revolução de 1835-45**, pelo antigo tenente farrapo – o canguçuense Manoel Alves da Silva Caldeira, atendendo à solicitação dos historiadores Alcides Lima, em 1888 **(7)** e Alfredo Ferreira Rodrigues, em 1898. **(8)**

O sentimento republicano após dormitar desde a paz de Ponche Verde em 1845, por cerca de 38 anos na serra dos Tapes, acordou forte, em 1883, com a fundação, no atual quinto subdistrito de Canguçu, do Clube Republicano sob a presidência do citado tenente farroupilha, nesta oportunidade coronel da Guarda Nacional.

Segundo Simões Lopes Neto, este Clube teve a seguinte constituição **(9)**: Presidente: Coronel GN Manoel Alves da Silva Caldeira; Vice – David (Mattos) Soares da Porciúncula **(10)**; Secretários – Francisco C. Antigueira e João Paulo Prestes **(11)**; Tesoureiro – João José da Fonseca e Diretores – Francisco de Souza Oliveira **(12)**, Francisco Pedro Ribeiro, Auto Juvêncio Prestes, Arthur Walcur Moreira, Ezequiel José da Fonseca, Pedro Gonçalves de Medeiros e Manoel Ferraz Leite.

Esta fundação teve lugar após delegação de Canguçu haver em 23 de fevereiro de 1882, segundo Souza Docca, participado em Porto Alegre da instalação da Convenção Republicana e, em 15 de março de 1883, do 1º Congresso Republicano Rio-Grandense, ao lado de representações de 19 outros municípios e de outros 13 clubes republicanos. Representou Canguçu o velho farrapo Manoel Alves da Silva Caldeira.

Por esta mesma época que começou a pregação republicana em Canguçu. Na Câmara Municipal pelos vere-

adores Leão Silveira Terres e Carlos Norberto Moreira. No futuro tiveram destacada atuação comunitária e integraram o "Grupo dos 27" que se declararam favoráveis à República. **(13)**

Pela imprensa local, no jornal **Crisálida**, pregava a República Genes Gentil Bento. Segundo J. Simões Lopes Neto ele "foi desde os mais verdes anos um sonhador, cheio de fé, do ideal republicano, ao qual deu com os melhores impulsos de seu coração de moço, as primícias de sua inteligência, na tribuna e na imprensa, em Canguçu e fora, salientando-se entre os poucos, mas intimerados pregadores de novo credo" **(14)**.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A Proclamação da República em Canguçu inicialmente não causou maiores problemas. Ela foi conhecida oficialmente através da comunicação a seguir transcrita: **(15)**

"Estado do Rio Grande do Sul

Governo em Porto Alegre, 18 de novembro de 1889.

Sr. Presidente e demais vereadores da

Câmara Municipal de Canguçu.

Pelo governo Provisório aclamado no Rio de Janeiro, fui nomeado Governador Político do Rio Grande do Sul.

Como tal, cabe-me comunicar a V. Mces que por decreto de 15 do corrente, foi proclamado forma de governo à República Federativa, constituindo as Províncias, os Estados Unidos do Brasil.

Pedro de Alcântara, imperador deposto, partiu ontem com sua família no paquete "Alagoas" para a Europa, fornecendo-lhe o governo 5.000 contos para ocorrer as despesas e mais o subsídio de 800 contos, até que sobre este ponto se pronuncie a próxima Assembléia Constituinte.

Conto com a leal coadjuvação de V. Mces, a quem Deus guarde.

Ass: Marechal José Antônio Correia Câmara

Visconde de Pelotas"

A Câmara Municipal, após deliberar, aderiu à República

e oficiou ao Marechal Câmara, congratulando-se com sua investidura e prometendo cooperar em tudo o que fosse possível **(16)**.

O Marechal Câmara e 2º Visconde de Pelotas (1824-1893), nasceu em Porto Alegre **(17)**. Era neto do marechal Patrício Correia Câmara que em 1776, como major, no comando dos Dragões do Rio Pardo, atravessara o atual município de Canguçu proveniente de Santa Tecla e com destino ao Taim **(18)**. Ingressou no Exército onde fez carreira rápida e brilhante. Na guerra do Paraguai destacou-se sobremodo, como comandante de brilhantes cargas de Cavalaria. Em Avaí foi promovido, de coronel a general com estas palavras de Caxias, admirado pelo brilho de sua atuação após uma de suas memoráveis cargas – "general Câmara: Louvo-o por suas brilhantes cargas". Foi o chefe brasileiro que comandou o último lance da guerra, ao derrotar o marechal Solano Lopes em Cerro Corá, em 1º de março de 1870. Era o Ministro da Guerra quando do falecimento do Duque de Caxias em 7 Mai. 1880 **(19)**. Como Ministro da Guerra foi autor de preposição da construção de uma ferrovia estratégica ligando Rio Grande a Canguçu, com a finalidade de "em caso de ataque a Rio Grande, evacuar os meios para Canguçu e ali oferecer resistência ao invasor". Foi quem mandou construir o velho casarão do Parque da Redenção que tivemos a honra de habitar em 1951-52, como aluno da Escola Preparatória de Cadetes e que dia a dia se agiganta na História do Ensino Militar no Brasil a partir de 1905, em que foi Escola de Guerra **(20)**.

O Imperador D. Pedro II veio a falecer no exílio. A bandeira brasileira com a qual seu corpo foi coberto em Paris, encontrava-se em poder de pessoa intimamente ligada a Canguçu por laços de família e agora artísticos como o restaurador da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu – o professor Adail Bento Costa **(21)**.

Proclamada a República, foi nomeada para dirigir Canguçu uma junta municipal com a seguinte constituição:

- Martiniano LAFUENTE **(22)**

- Francisco Antônio MEDEIROS
- Pompílio Gomes da CRUZ

Nota: Estamos escrevendo a História do Casarão da Várzea, que abriga atualmente o Colégio Militar de Porto Alegre, onde funciona a Delegacia Gen. Rinaldo Pereira da Câmara da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que fundamos e presidimos. O General Rinaldo é neto e biógrafo do Marechal Câmara e foi casado com uma filha do grande mestre canguçuense André Leão Puente.

REVOLUÇÃO DE 93

Proclamada a República pouco após surgiram sérias divergências entre os republicanos rio-grandenses, "que ganharam mas não levaram", e os liberais e, particularmente, os conservadores que continuaram praticamente no poder no Rio Grande do Sul.

Aquelas divergências prosseguiram entre republicanos rio-grandenses, liderados pelo Dr. Júlio de Castilho, e os federalistas (antigos liberais e monarquistas) reunidos na União Nacional, sob a liderança do Dr. Gaspar Silveira Martins.

Em 13 de maio de 1890, em Porto Alegre, foi aceso o estopim que culminou com a sangrenta e fratricida Revolução de 93 no Rio Grande do Sul, ou Guerra Civil 1893/95 na Região Sul. Isto ao ser dissolvida à bala, manifestação dos republicanos, comemorativa do 2º aniversário da Abolição. A dissolução do Congresso Nacional em 1891 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio de todos os presidentes de Estado à exceção de Lauro Sodré no Norte e a conseqüente renúncia daquele marechal, repercutiram em Canguçu negativamente.

Em 28 de fevereiro de 1892, reuniram-se 91 canguçuenses na sua Intendência e assinaram um manifesto de apoio à derrubada de Júlio de Castilhos, em 12 de novembro último, **(24)** e que foi substituído por uma Junta Governativa, obrigando os chefes republicanos a emigrarem. Da República até a deposição de Castilhos o Rio Grande teve

18 presidentes.

Em 31 Mar 1892, foi criado em Bagé o Partido Federalista, cuja chefia coube a Gaspar Silveira Martins.

Em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos conseguiu retomar a Presidência do Estado, em Porto Alegre, do Marechal Câmara. Mas este a transferiu ao general hononorário Joca Tavares, em Bagé.

Em Canguçu, o coronel Bernadino da Silva Mota e o tenente coronel Manoel Pedroso de Oliveira mobilizaram forças em apoio a Júlio de Castilhos **(25)**.

Em 24 de junho de 1892, 35 canguçuenses republicanos assinaram na Intendência um manifesto em solidariedade a Júlio de Castilhos **(26)**.

E daí por diante, de divergência em divergência, de incidente em incidente que envolveram muitos assassinatos políticos, republicanos e federalistas caminharam para o banho de sangue que foi a Revolução Federalista – batizada por estudiosos desse evento, como “Revolução de Bárbaros”, “Revolução da Degola” ou “Revolução Maldita”.

Banho de sangue que por uma ironia do destino, os líderes das duas facções, filosoficamente pacifistas: Gaspar Silveira Martins, por convicção, liberal, e Júlio de Castilhos, por convicção, positivista, não conseguiram evitar ou ao menos amenizar.

Segundo Ângelo Dourado, a Revolução de 93 **(27)** “é a mais horrorosa que o tempo registra”. Por esta razão é uma página em branco de nossa história que os historiadores têm procurado omitir, sob o argumento de “não abrir feridas cicatrizadas”. O Rio Grande do Sul sentiu até 1923, um complexo de culpa pelos padrões de violência atingidos por esta Revolução, contrariando a tradição de Firmeza e Doçura do gaúcho brasileiro histórico. Firmeza traduzida pela coragem, bravura e garra no combate. Doçura traduzida depois do combate vitorioso, pelo respeito como religião, à vida, à honra, à família, à propriedade e aos direitos do vencido.

*Assunto que abordamos em **Autoria dos Símbolos**

do RGS (28) como de inspiração filosófica da Revolução Farroupilha.

Tradição praticada como regra na Revolução Farroupilha, por ambos os contendores naturais do Rio Grande do Sul e retomada na Revolução de 23, denominada, em contraposição a de 93, de "Revolução de Cavalheiros", **(29)** apesar de dirigida no campo militar por veteranos da Revolução de 93, como no caso dos canguçuenses Juvêncio Maximiano Lemos e Zeca Neto (nascido na família Mattos no 5º subdistrito de Canguçu e de onde saiu aos 8 anos). Nosso objetivo aqui não é o de interpretar a Revolução de 93, tão carente de fontes, atitude ainda inoportuna do ponto de vista histórico, mas, sim, fornecer alguns dados para uma interpretação madura e corajosa que um dia será feita e o deve ser dessa revolução, à procura de lições que evitem a incidência dos rio-grandenses em outro erro dessa natureza. Esta Revolução teve repercussão muito negativa em Canguçu, como em outras localidades como se verá. Em criança, apesar do abrandamento provocado em 30, pela Aliança Liberal, ainda percebi alguns gaúchos, ao menos em conversas e ameaças, se mostrarem adeptos da Firmeza e Amargura traduzida pelo costume de degola do adversário, valor cultivado por alguns gaúchos uruguaios e argentinos, conforme os paraguaios registraram em recente obra **Rugidos de los Leones (30)** sobre a Guerra do Paraguai. Tradição, segundo Afonso Arinos, de origem moura, transplantada para a Espanha **(31)** e dali para a Argentina e Uruguai, e deste último, segundo alguns estudiosos, por expressivos contingentes uruguaios que tomaram parte na Revolução de 93.

Nota: Em 1993 muito pesquisamos e escrevemos sobre esta Revolução em nível nacional, estadual e local. E acredito que ninguém o tenha feito com o fizemos, para resgatar a História, como instrumento de verdade e justiça. E entre vários estudos destacamos.

História da 3ª Região Militar 1889/1953. Porto Ale-

gre: 3ª RM, 1995. v.2. Trabalho do ponto de vista do Exército e que havia sido sufocada e manipulada a verdade, inclusive comprometendo a memória de Canguçu e seus lideres, com falsidades que ganharam foros de verdade, por não terem sido rebatidas. Convém que canguçuenses consultem esta obra disponível nas bibliotecas de Aparecida, a Municipal e da ACANDHIS etc.

O massacre federalista de Rio Negro em Bagé em 28 nov. 1893. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Volume 154, nº 378, jan/mar. 1993, p.55/88. Importante para resgatar a verdade sobre a Revolução de 93 em Canguçu e em Piratini que tiveram seus filhos que integravam a Cavalaria Civil a serviço dos governos federal e estadual, ao comando do Cel. Maneco Pedroso degolados inermes em núnero de cerca de 300 por responsabilidade, que fontes históricas apontam para José Tavares, irmão de Joca Tavares, cujo pai havia sido vencido por Antônio Netto em Seival em 10 de setembro de 1836, 57 anos antes, comandando piratinienses, canguçuenses, cerritenses e bageenses. Seria uma resposta?

A Revolução Federalista em Canguçu. **Revista do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL)**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993 p.139/150. (Obra em que vários autores abordam aspectos vários desta Revolução).

O sítio do rio Negro in: **Canguçu reencontro com a História**. Porto Alegre, IEL, 1983 (Assunto que tentaram degolar esta nossa obra que havia sido apanhada pelo secretário de Cultura do Estado Luiz Carlos Barbosa Lessa, que a prefaciaria e devolvido não a min, mas ao prefeito de Canguçu de então, um médico, e por pessoas de sua equipe, o traindo e fazendo uma análise covarde e improcedente do livro por haver tocado num assunto intocável para estas pessoas. O sítio do rio Negro, cuja versão falsa e consolidada não podia ser revisada, o que fizemos a partir daí para impedir que Canguçu fosse transformado numa lixeira da História.

AS LIDERANÇAS MILITARES DA REVOLUÇÃO EM CANGUÇU

No campo militar, as maiores lideranças de ambas as facções em luta ligam-se a Canguçu. O general Honorário do Exército Hipólito Pinto Ribeiro, chefe militar republicano e vencedor de Inhanduí era canguçuense.

O general Gumersindo Saraiva (do Amaral) "O Napoleão dos Pampas", era bisneto de Manuel Saraiva do Amaral, um dos primeiros povoadores de Canguçu e filho do canguçuense Francisco Saraiva do Amaral, como o provou o genealogista Carlos Rheingantz **(32)**.

Tem produzido trabalhos sobre esta Revolução o ilustre confrade e amigo Arthur Ferreira Filho, já falecido a cujas obras **(33)** o leitor interessado recorrerá para detalhes que ultrapassem o comunitário. Outros detalhes da revolução, que extrapolem a comunidade, serão abordados ao tratarmos do filho ilustre de Canguçu – Hipólito Pinto Ribeiro.

Nota: O coronel Arthur Ferreira Filho de que fomos amigos e admirador prefaciou nossos trabalhos **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RS** e **História do Brasil através de seus fortes**. Porto Alegre: GBOEX,1982. Criamos na AHIMTB cadeira especial com o seu nome, ocupada pelo ilustre historiador caxiense Mario Gardelin, que muito tem divulgado nossas obras pela Universidadde de Caxias do Sul.

MOVIMENTAÇÃO DA TROPA DE CANGUÇU (34)

Em 19 Fev 1893. Sob o comando do coronel Bernadino Motta e João da Luz, deixaram Canguçu 350 homens. Missão: Proteger as ferrovias junto à fronteira entre Jaguarão e Santana, e fornecer 50 homens para integrarem o 2º Batalhão da Reserva do Estado.

Fazia 14 dias que o general Silva Tavares havia lançado uma proclamação aos gaúchos, concitando-os a lutar contra o governo de Júlio de Castilhos, depois do que invadiu o Rio Grande do Sul a partir de carpintaria, no Uruguai.

Em 2 Mar. 1893. Sob o comando do coronel Mano-

el Pedroso deixou Canguçu uma coluna de 200 homens. Missão: Integrar, em Bagé, coluna ao comando do general João Teles, num total de 1.200 homens. Coluna que obrigou os federalistas a levantarem o cerco a que submeteram Santana.**(35)**

Em 4 Mai. 93. O canguçuense general Hipólito Pinto Ribeiro foi o comandante da vitoriosa batalha de Inhanduí. Nela tomaram parte sob o seu comando Salvador Pinheiro Machado, coronel Manuel do Nascimento Vargas (pai do Dr. Getúlio Vargas), Tupi Caldas, Aparício Mariense, e capitão Setembrino de Carvalho, mais tarde o pacificador da Revolução do Padre Cícero no Ceará, do Contestado no Paraná e Santa Catarina e da Revolução de 23 no Rio Grande do Sul. Do lado federalista lutaram nesta batalha os generais Silva Tavares e Salgado, Gumersindo e Aparício Saraiva, Juca Tigre, Torquato Severo, Vasco Alves e outros **(36)**.

Em 12 Mar. 93. Com reforços de mais 300 homens recebidos em fins de março de Canguçu e Piratini, o general Carlos Telles travou o combate de Upamoroti, na tarefa de impedir a reinternação no Uruguai dos derrotados em Inhanduí. Neste combate destacou-se a cavalaria integrada por canguçuenses e piratinenses, ao comando do coronel Manuel Pedroso de Oliveira.

Nota: Na História da 3ª RM, v.2 esclareço a verdadeira versão da participação de tropas civis de Canguçu e Piratini na deposição do governo paralelo do Rio Grande do Sul estabelecido em Bagé pelo General Revolucionário de 93 Joca Tavares nas páginas 32/44, 59. A tropa foi a 4ª Brigada Civil organizada em Pelotas ao comando do General Honorário Luiz Alves, tendo como uma espécie de Chefe de Estado-Maior o historiador Alfredo Varela e tendo como integrantes civis recrutados em Pelotas, Piratini, Pinheiro Machado, Encruzilhada, São Lourenço do Sul e Camaquã. Relevante a parte do intendente de Canguçu Coronel Bernardino Mota nas páginas 40/42 a nós fornecidas em Bagé em 93, do Arquivo do General Luis Alves filho de Piratini, por um seu descendente que fora nosso colega no Ginásio

Gonsaga. Isto desarma a argumentação contra os coronéis Bernadino Mota, que escapou de ser degolado em Rio Negro por estar guarnecendo a bomba de Candiota e do Cel. Maneco Pedroso degolado em Rio Negro. Recomendo aos canguçuenses a leitura destes dados reveladores de uma manipulação então montada.

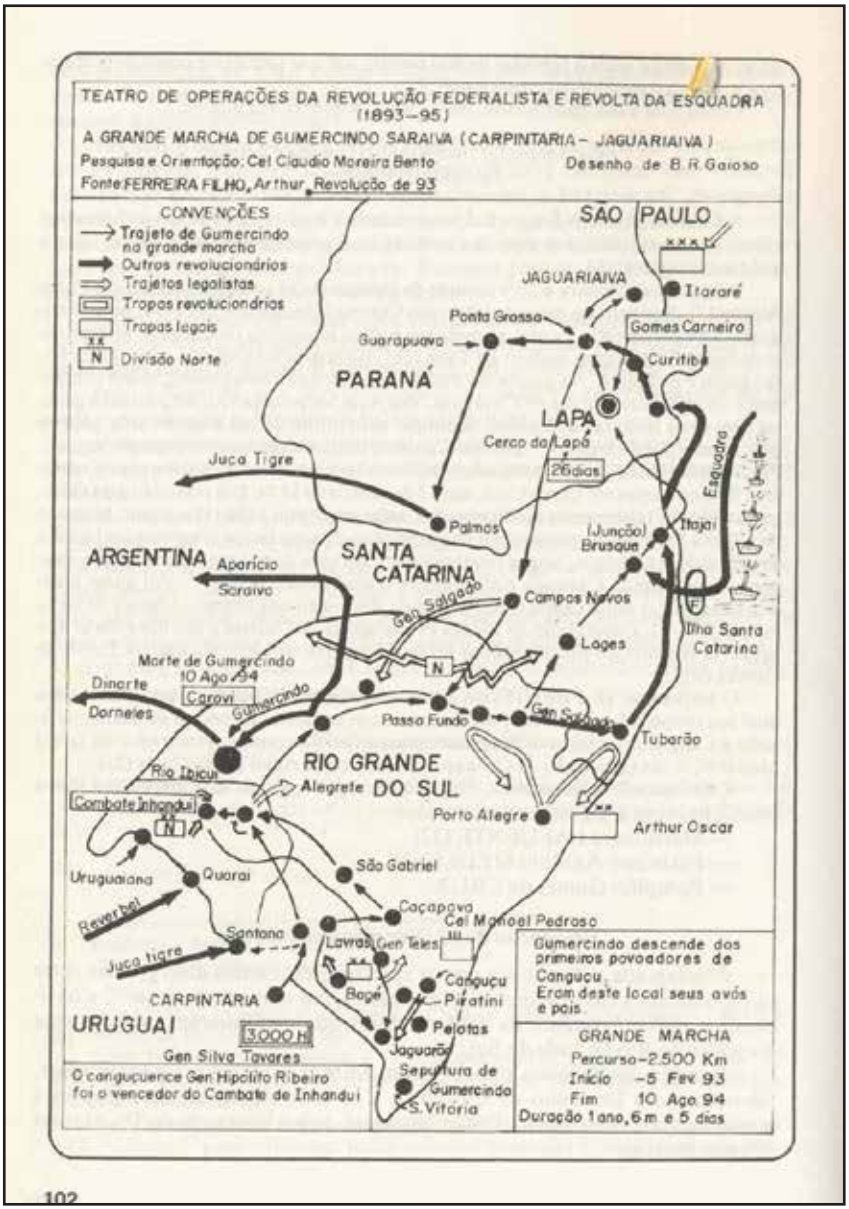
A GRANDE MARCHA DE GUMERSINDO SARAIVA

Gumersindo Saraiva após Inhanduí não se internou no Uruguai. Prosseguiu em seu deslocamento conforme registrei em mapa anexo. **(37)**

Considerando 5 fev. 93 com o início de sua marcha e 10 de agosto de 94, dia de sua morte em Carovi, ele percorreu neste ínterim (1 ano, 6 m e 5 dias), 2.500Km a cavalo e o seguinte itinerário conforme mapa citado: **Ida** – Carpintaria – Santana – Inhanduí – Lavras – Jaguarão – Caçapava – São Gabriel – Alegrete – Cruz Alta – Passo Fundo – Lages – Brusque – Lapa – Ponta Grossa – Jaguariaiva. **Volta** – Ponta Grossa – Campos Novos – Passo Fundo – Carovi.

Consideramos Gumersindo Saraiva o maior líder de combate dessa Revolução no sentido técnico-militar. Pesquisa da Escola de Comando e Estado-Maior assim caracterizou a sua liderança **(38)** "Líder militar nato, sincero de propósitos, corajoso, justo, rústico e afetivo a seus liderados". Os troncos dos Saraiva Amaral eram do 4º subdistrito de Canguçu. Pouco a pouco eles foram cruzando o Piratini para o município de Arroio Grande. Gumersindo teve seu aprendizado militar nas lutas internas do Uruguai.

Nota: Em 1993 convidados pelo Governo do Paraná participamos como historiador militar, de simpósio tendo abordado em palestra, O sítios de Bagé e da Lapa duas resistências épicas na História Militar do Brasil. Publicada na Revista **A Defesa Nacional** nº 767, jan/mar.1995 p. 105s. Nosso trabalho como os demais não foram publicados no Paraná em razão de incêndio na Assembléia do Paraná. Nesta Revista nº 766 publiquei. As repercussões do combate do Cerro do Ouro, no Paraná.



Em março de 1861, Canguçu prestes a completar o seu 4º ano como município, eram alunos de sua Escola Primária, dirigida pelo professor régio Antônio Joaquim Bento, então com 25 anos, os constantes da relação aqui publicada e a nós fornecida pelo pesquisador Fausto Vasques, descenden-

te dos vereadores canguçuenses no Império, Manoel Jesus Vasques, em 3 legislaturas e seu ao que parece sobrinho, e vereador duas vezes, Miguel de Jesus Vasques Filho, concunhado do Cel. Genes Gentil Bento, patrono de cadeira na ACANDHIS, e concunhado do avô do grande arquiteto Oscar Niemayer, o projetista de Brasília, e segundo o citado genealogista Fausto Vasques.

O nº 2 Leão Silveira Terra foi, em realidade, o mais tarde Cel. Leão Silveira Terres, com ilustre descendência em Canguçu, mas que mudou o nome de Terra para Terres, e hoje é patrono de cadeira na ACANDHIS. Estudava com ele seu irmão mais velho Felipe Terra e ambos filhos da viúva Maria Terra.

O nº 10, Martiniano Lafonte, passou a se assinar como Lafuente.

O nº 13 Henrique Maria Lopes, nascido em Portugal deixou ilustre descendência em Canguçu e teve destacada atuação comunitária. Dele descendia o Cel. Fernando Oscar Lopes.

O nº 18 José Vicente de Almeida era filho de Vicente Ferrer de Almeida, também patrono de cadeira na ACANDHIS, que foi oficial do Corpo de Lanceiros negros farrapos e o primeiro funcionário do município de Canguçu e do qual descende Odilon de Almeida Meskó. Foi com ele que veio seu sobrinho político o professor Antônio Joaquim Bento, por filho de uma irmã de sua esposa.

O nº 22 Eneas Moreira era irmão de Carlos Norberto Moreira e de Franklin Máximo Moreira e filhos de José Ignácio Moreira, antigo secretario do Ministério do Interior e Justiça da República Farroupilha que veio de Piratini como o 1º funcionário da Justiça do recém criado município de Canguçu e que casou com filha de José Serafim da Silveira que presidiu por largo período o Legislativo, em Piratini, da República Rio Grandense. Eneas Gonzaga foi líder abolicionista local.

O nº 32 Carlos Norberto Moreira um ano mais moço que seu irmão Eneas Moreira é o nosso avô materno e nosso patrono na AHIMTB.

A relação a seguir é um documento histórico valioso do inicio da História da Educação em Canguçu. Nomes que descendentes desses alunos poderão melhor identificar:

1 - José Joaquim Alves Bezerra, 10 anos; 2 - Leão Silveira Terra, 10 anos; 3 - Patrício Ribeiro da Cunha, 13 anos; 4 - Leciona Pereira das Neves, 10 anos; 5 - Fenício Paulo de Freitas, 7 anos; 6 - Casimira d'Araújo e Silva, 11 anos, 7 - Baltazar d' Araújo e Silva, 9 anos; 8 - Haurindo José Cardoso, 9 anos; 9 - José Augusto Pompeo Burlamaque, 7 anos; 10 - Martiniano Lafonte, 7 anos; 11 - Claudiano Francisco da Rocha, 11 anos; 12 - Antônio Manoel de Sá Mesquita, 11 anos; 13 - Henrique Maria Lopes, 12 anos, português; 14 - Antônio Joaquim Pinto, 8 anos; 15 - Luiz Joaquim da Luz, 13 anos; 16 - José Maria da Luz, 9 anos; 17 - Gaudêncio Francisco Diniz, 12 anos; 18 - José Vicente de Almeida, 12 anos; 19 - João Ventura da Silva, 11 anos; 20 - Zósimo Francisco de Oliveira, 10 anos; 21 - Antero Soares da Silveira, 10 anos; 22- Enéas Moreira, 10 anos; 23 - Horácio Rodrigues da Cruz, 13 anos; 24 - Fernando Rodrigues da Cruz, 11 anos; 25 - Antônio Bernardes Marçal, 8 anos; 26 - Pedro Paulo Marçal, 8 anos; 27 - Sotero Rodrigues Cardoso, 11 anos; 28- Felippe Ferreira Terra, 13 anos; 29 - Joaquim Paulo de Freitas, 8 anos; 30 - Gaudencio Morais da Silva, 10 anos; 31 - Danilo Bento da Rosa, 12 anos; 32 - Carlos Norberto Moreira, 9 anos; 33- Gaudêncio José da Silveira, 11 anos; 34 - Affonso Machado Bittencourt, 11 anos.

Em 1861 foi erguido o prédio onde funcionou a atual Secretaria de Educação e Cultura de Canguçu e mais tarde nele residiu o professor Antônio Joaquim Bento, que morava em casa que existiu no fundo do terreno, à esquerda do citado prédio e onde segundo consta funcionou por algum tempo a escola do Professor Antônio Joaquim Bento, e cujo retrato e de sua esposa Izabel Vaz Bento estão no Museu Municipal.

Em 1861 a Câmara de Vereadores de Canguçu em sua 2a legislatura era constituída dos seguintes vereadores eleitos em 7 de setembro de 1860:

Antônio Pompeu Burlamarque (presidente): Manoel An-

tônio Duarte. José Joaquim Bezerra: Francisco José dos Santos; Maurício Rodrigues da Silva; Clarimundo Hipólito Pereira da Silva 3 José Antônio Pimenta (reeleito).

Ao lado da igreja sobrado construído em 1861, antes da Guerra do Paraguai, substituindo outro que existiu no local. Foi sede da 1ª Escola Régia para meninos que funcionou inicialmente no antigo sobrado, no local onde hoje se ergue a Câmara de Vereadores e também residência por algum tempo do professor Antônio Joaquim Bento com sua família. Ultimante servira como Secretaria de Educação. Nos anos 30, 40 e 50 ali residiu Guilherme Klein, agrimensor. (Foto: Arquivo Conrado Ernani Bento)

O SÍTIO DO RIO NEGRO

A página mais negra dessa revolução foi escrita em Bagé, no chamado Sítio do Rio Negro. (próximo de Hulha Negra atual) O general Tavares invadiu de novo o Rio Grande. Ao tentar atacar Bagé foi repelido. Decidiu então atacar uma força de menos de 1.000 homens do marechal Isidoro Fernandes. E a seguir escreve Arthur Ferreira Filho: **(39)**

"O marechal governista deixou-se surpreender em campo raso por todos os lados. Logo os federalistas que conta-

vam com o triplo de combatentes, dispondo de numerosa Cavalaria, cortaram-lhe todos os recursos, inclusive a àgua que abastecia o acampamento. Depois de enérgica resistência dos coronéis Manoel Pedroso e Utales Lupi, a força republicana rendeu-se. Numerosos prisioneiros, entre os quais os coronéis Manoel Pedroso **(40)** e Cândido Garcia foram degolados. Os jornais favoráveis ao governo avaliaram o número de 300 vítimas, no que deve haver exagero. Embora o degolamento não constituísse novidade, naquela feroz guerra civil, o morticínio do Rio Negro, pela categoria de algumas vítimas, pelos requintes de ferocidade de que se revestiu, alcançou uma tremenda repercussão contrária".

Entre os sitados no Rio Negro encontravam-se, segundo a tradição, muitos canguçuenses e piratinienses. Sabemos terem sobrevivido ao sítio os canguçuenses João Paulo Prestes, Joaquim Soares e o piratiniense Antero Pedroso de Oliveira em circunstâncias que abordaremos em local próprio ao tratarmos desses personagens.

Segundo ainda a tradição oral, a ser confirmada por fontes históricas, o general Hipólito Pinto Ribeiro ficou indignado e tratou de alcançar os chefes responsáveis, pelo massacre do Rio Negro, onde pereceram muitos canguçuenses e piratinienses.

Em fevereiro 1894 infligiu catastrófica derrota em Sarandi, ao coronel Davi Martins, a maior sofrida pelos federalistas **(41)**. Depois, próximo a Encruzilhada, derrotou por completo o coronel Marcelino Pina de Albuquerque, segundo Aristóteles Vaz, o comandante do degolamento de civis governistas no Sítio do Rio Negro.

Nota: Nos referimos antes a nosso trabalho esclarecedor sobre este genocídio sob o titulo, O massacre federalista do Rio Negro em Bagé na Revista do IHGB, nº 378, 1993 e do qual somos hoje sócio emérito, Revista de circulação internacional e, além, na História da 3ª RM 18789/1953 citada.

ÚLTIMO ANO DA REVOLUÇÃO – 1895

Em 26 de fevereiro, sob o comando do coronel Leão Sil-

veira Terres **(43)**, travou com canguçuenses e piratinienses sob seu comando, um combate em Piratini, contra forças do general Guerreiro Vitória.

Em 2 de abril foi organizado em Canguçu o 34º Corpo da Guarda Nacional sob o comando do tenente coronel João Paulo Prestes **(44)**.

Em 24 de julho, sob o comando do canguçuense general Hipólito Ribeiro, foi travado o último combate da Revolução. O general Hipólito surpreendeu, em Campo Osório, força ao comando do almirante Saldanha da Gama, que ao tentar escapar a cavalo, foi alcançado e lanceado. Sua morte foi uma grande perda para a Marinha e para o Brasil, bem como a do general Gomes Carneiro na Lapa – PR, frente às forças de Gumersindo Saraiva. A paz foi assinada em Pelotas, 23 de agosto de 1895. O cel. Savaget mais tarde herói em Canudos, esteve em Canguçu segundo concluímos das Memórias de Zeca Netto.

Nota: Segundo informações da ilustre prima Leontina (Bento) Aguiar Valente o General federalista Marcelino Pina entrou em Canguçu e cercou a Intendência onde se encontrava o intendente Cel. Bernadino Mota. E a sua retirada pacífica de Canguçu foi negociada entre um Cunha que residia no sobrado ao lado da Igreja e que a cavalo dialogava com Laranja Hermes Bento que representava o intendente. E chegando a um acordo o chefe federalista se retirou em direção a Encruzilhada, onde teve um incidente com o promotor local revelado pelo saudoso amigo falecido Humberto Castro Fossa na **Revista do CIPEL 1993** e que era o historiador local.

CONSEQÜÊNCIAS PARA CANGUÇU

A revolução durou 31 meses e fez cerca de 1.000 vítimas, além de causar graves prejuízos econômicos. Ela dividiu a família rio-grandense e por extensão a família canguçuense. Eduardo do Wilhemy, professor em Canguçu, no início do século, em artigo no **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul** assinala que Canguçu sofreu "uma recessão e reetrocesso econômico com a Revolução" **(45)**,

em razão principalmente da migração para outras localidades com seus patrimônios, de tradicionais famílias canguçuenses do tempo do Império, deixando suas residências ao abandono. A Igreja que na Revolução Farroupilha foi inclusive restaurada pelo chefe legalista Chico Pedro **(46)** nesta ocasião teria sido profanada, e seus livros históricos extraviados, conforme assinalou seu pároco, em 1908. O grupo Flor de Lácio, integrado por normalistas canguçuenses, descendentes de veteranos de ambas as facções, e liderado por Marlene Barbosa Coelho, ao proceder pesquisas sobre esta revolução, sentiu o peso negativo da mesma e iniciou a descrevê-la com estas palavras: **(47)**

"Revolução que se caracterizou por atos repulsivos de sanguinarismo selvagem... Ela nasceu de ressentimentos entre homens que na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos."

Canguçu não foi envolvido diretamente pela Revolução, como local de combates ou de trânsito de facções em luta. Os canguçuenses que dela participaram lutaram na fronteira e parte deles foi relacionado pelo grupo citado **(48)** com complementos do autor. Esta revolução dividiu os lares canguçuenses. A necessidade de abrandar os efeitos dessa divisão foi a criação em 1896 do Clube Harmonia, de inapiração maçônica, com finalidade de harmonizar a família canguçuense, tão traumatizada pelos efeitos dessa luta fratricida. Assim mesmo esta idéia foi aceita com dificuldade. Sua diretoria presidida por seu fundador Flanklin Máximo Moreira foi integrada por republicanos e federalistas canguçuenses. Entre os últimos José Albano de Souza e Severiano Nascimento.

A Revolução de 93 encerra uma preciosa lição para Canguçu. Pois, tentar desconhecê-la é correr o risco de repetí-la um dia.

Simões Lopes Neto, em 1912, ao elaborar Histórico de Canguçu a omitiu por completo, por inoportuna e inconveniente sua abordagem. **(48)**

Em 1891 a Vila de Canguçu possuía 1.600 habitantes e 194 casas. Já havia tido no início a migração, face às agita-

ções resultantes da República.

Nota: No centenário desta Revolução a estudamos bastante junto com a Revolta na Armada em várias publicações onde destacamos: O massacre federalista do Rio Negro em Bagé em 28 nov. 1893. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. v.154, nº 378, jan/mar 1993. **História da 3ª Região Militar 1889;1953**. Porto Alegre: 3ª RM, 1995 v.2, p.77/143. Os cercos de Bagé e da Lapa duas resistências épicas da História Militar do Brasil. **Revista A Defesa Nacional**. nº 767, jan/mar 1995. A **Revolução Federalista** em Canguçu in: Revolução Federalista. Porto Algre: CIPEL1993 e várias outras relacionadas pelo correspondente da ACANDHIS Corálio Cabeda, na **Revista do IHGRGS** de 2003. Acreditamos que defendemos a comunidade canguçuense de manipulações da História envolvendo seus filhos e que permaneciam sem resposta. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. Razão de repetirmos as fontes de nossos estudos, já mencionadas em notas anteriores. Abordamos aspectos da mesma na Revista do IHGRGS (49).

INTENDENTES DE CANGUÇU 1889-1930

As fotos deles estão intronizadas no Salão Nobre da Casa da Cultura Professora Marlene Barbosa Coelho que classifico de Sacrário Cívico de Canguçu, em razão de eventos e reuniões relevantes para a construção de Canguçu, desde 1901.

Primeiro: Coronel GN Bernadino da Silva Motta. (50)

Foi nomeado intendente provisório, em 20 de setembro de 1893, durante a Revolução de 93. Foi assistido em sua administração pelo seguinte Conselho Municipal Provisório:

Cel. Leão Silveira **Terres**, Henrique Maria **Lopes (51)**, Marcelino **Gonçalves da Silva (52)**, João Antônio **Morais** e Ernesto Barcelos do **Amorim**.

Este governo durou menos de um ano.

Segundo: Coronel Leão Silveira Terres (1ª vez)

Nomeado intendente, assumiu o cargo em 28 de agosto de 1894 pela primeira vez.

Terceiro: Coronel Leão Silveira Terres (2ª vez)

Escolhido em eleição em 21 de setembro 1896 continuou no cargo, como primeiro intendente eleito.

Teve como vice intendente: Tenente Coronel João Paulo Prestes.

Quarto: Coronel Hipólito Gonçalves da Silva. (53)

Tomou posse em 21 de setembro de 1900 junto com o Conselho Municipal integrado por: **(54)** Antônio Florício **Duarte**; Joaquim Antônio **Barbosa**; Baltazar Raimundo **Martins**; Dario Mota de **Freitas (55)**; José Bernabé **Souza**; Nicolau Ferreira **Duarte** e Florício Ribeiro de **Souza**.

Quinto: Coronel GN Leão Silveira Terres (3ª vez)

Tomou posse em 21 de Setembro 1904. Faleceu no exercício da função, em Mai1905, sendo substituído pelo vice-intendente Coronel Genes Gentil Bento.

Integraram o Conselho Municipal: Antônio Florêncio Duarte **(56)**; José (Zeca) Albano de Souza; Antônio (Tita) Barbosa **(57)** e Nicolau Dutra.

UM PERFIL BIOGRÁFICO (58)

Coronel Leão Silveira Terres (1850-1905). Natural de Canguçu. Era filho de Manoel Joaquim da Silveira Terra, de Santa Vitória do Palmar e Maria do Nascimento Vasques, que migraram para Canguçu, em 1850, em companhia dos filhos João Manoel, Joaquim e Felipe, que mais tarde combateram na guerra do Paraguai ao comando do general Osório. O nome Terres foi dado pelo padre Hipólito Ribeiro, sob o argumento de que "Terra não era nome de gente". A migração para Canguçu foi em razão do clima de guerra iminente contra Oribe e Rosas. Em 1864, aos 14 anos, perdeu o pai ficando arrimo da mãe. Nesta ocasião começou a trabalhar como caixeiro de seu tio Manoel de Jesus Vasques e a servir de sacristão do padre José Fontes que lhe serviu de professor. Passado algum tempo, ganhou, por merecimento, a condição de sócio de seu tio. Como comerciante ambulante percorreu todo o município. Com 17 anos administrava uma casa comercial em Canguçu, outra em Piratini e outra no

Uruguai aonde se deslocava para proceder balanços duas vezes ao ano. Com 20 anos foi nomeado subdelegado de Polícia e logo depois delegado e juíz de paz, reeditando na vida pública o sucesso da vida civil. Em 1873 casou com Bernardina Santos **(59)**, filha do senhor da Estância do Cristal **(60)**. Foi o líder do grupo dos 27 que aderiram a República na primeira hora e "integrado pelos irmãos Franklin Máximo e Carlos Norberto Moreira; João Paulo Prestes; Teófilo Moreira; Joaquim Nunes Garcia; Juvêncio e Maneco Prestes; João dos Santos; Joaquim Paula Freitas; Antônio Medina; Henrique Maria Lopes; Abel Soares Campos; Lúcio Antônio da Rocha e outros, segundo seu filho Leão dos Santos Terres **(61)** em carta a nós dirigida.

Foi nomeado Coronel da Guarda Nacional. Presidiu a Comissão Executiva designada pela Junta Municipal, a primeira administração republicana de Canguçu, durante três anos e meio. Presidiu o Conselho Municipal por um ano. Foi intendente nomeado em 1893-96, durante a Revolução de 93.

Em 26 de janeiro de 1895, comandando 80 canguçuenses e piratinienses, escaramuçou em Piratini contra forças do general revolucionário Guerreiro Vitória, forte de 600 homens. Pressionado, ocupou o divisor Piratini-Canguçu, evitando assim que o adversário, ao invés de rumar para Canguçu se dirigisse a Camaquã. Foi eleito intendente de 1896-1900 e após para o quatriênio 1905-1908, interrompido por sua morte no primeiro ano.

Das inúmeras manifestações de pesar por sua morte, registro a seguinte, de autoria do professor Eduardo Wilhelmy **(62)**: "O nome de Leão Terres pode ser repetido por todos sem ódio nem rancores. Foi generoso, condescendente e leal mesmo com os que com ele divergiam. Amou sua família com extremado afeto. Dedicou os seus serviços à terra que lhe serviu de berço. Foi bom, prestativo e humanitário para os necessitados e aflitos. Ao dizer adeus a este mundo deixa eternas saudades". Fez a oração fúnebre do coronel Leão Terres, o coronel Genes Gentil Bento, vice intendente.

Nota: Ele é patrono de cadeira da ACANDHIS que lhe

prestou homenagem por ocasião do seu centenário, em seção no Clube Harmonia, com a presença de numerosos descendentes. Nesta seção a ACANDHIS criou a Comenda do Cerro da Liberdade e com ela fui o primeiro a ser agraciado pelo Conselho da Medalha, na qualidade de presidente da ACANDHIS e Grão Mestre da referida comenda.

Em março de 1861, Canguçu prestes a completar o seu 4° ano como município, eram alunos de sua Escola Primária, dirigida pelo professor régio Antônio Joaquim Bento, então com 25 anos, os constantes da relação aqui publicada e a nós fornecida pelo pesquisador Fausto Missel Vasques, descendente dos vereadores canguçuenses no Império, Manoel Jesus Vasques, em 3 legislaturas e seu ao que parece sobrinho, e vereador duas vezes, Miguel de Jesus Vasques Filho, concunhado do Cel. Genes Gentil Bento. E repetimos.

O nº 2 Leão Silveira Terra foi, em realidade, o mais tarde Cel. Leão Silveira Terres, com ilustre descendência em Canguçu, mas que mudou o nome de Terra para Terres,. Estudava com ele seu irmão mais velho Felipe Terra e ambos filhos da viuva Maria Terra.

O nº 10 Martiniano Lafonte, passou a se assinar como Lafuente.

O nº 13 Henrique Maria Lopes, nascido em Portugal deixou ilustre descendência em Canguçu e teve destacada atuação comunitária. Dele descendia o Cel. Fernando Oscar Lopes.

O nº 18 José Vicente de Almeida, era filho de Vicente Ferrer de Almeida, também patrono de cadeira na ACANDHIS, que foi oficial do Corpo de Lanceiros Negros farrapos e o primeiro funcionário do município de Canguçu e do qual descende Odilon de Almeida Meskó. Foi com ele que veio seu sobrinho político o professor Antônio Joaquim Bento, por filho de uma irmã de sua esposa.

O nº 22 Eneas Moreira era irmão de Carlos Norberto Moreira e de Franklin Máximo Moreira e filhos de José Ignácio Moreira, antigo secretário do Ministério do Interior e Justiça da República Farroupilha que veio de Piratini como o 1° fun-

cionário da Justiça do recém criado município de Canguçu e que casou com filha de José Serafim da Silveira que presidiu por largo período o Legislativo, em Piratini, da República Rio Grandense. Eneas Gonzaga foi líder abolicionista local.

O nº 32 Carlos Norberto Moreira um ano mais moço que seu irmão Eneas Moreira é o nosso avô materno e nosso patrono na ACANDHIS.

A relação a seguir é um documento histórico valioso do inicio da História da Educação em Canguçu. Nomes que descendentes desses alunos poderão melhor identificar

1 - José Joaquim Alves Bezerra, 10 anos; 2 - Leão Silveira Terra, 10 anos; 3 - Patrício Ribeiro da Cunha, 13 anos; 4 - Leciona Pereira das Neves, 10 anos; 5 - Fenício Paulo de Freitas, 7 anos; 6 - Casimiro d'Araújo e Silva, 11 anos, 7 - Baltazar d'Araújo e Silva, 9 anos; 8 - Haurindo José Cardoso, 9 anos; 9 - José Augusto Pompeo Burlamaque, 7 anos; 10 - Martiniano Lafonte, 7 anos; 11 - Claudiano Francisco da Rocha, 11 anos; 12 - Antônio Manoel de Sá Mesquita, 11 anos; 13 - Henrique Maria Lopes, 12 anos, português; 14 - Antônio Joaquim Pinto, 8 anos; 15 - Luiz Joaquim da Luz, 13 anos; 16 - José Maria da Luz, 9 anos; 17 - Gaudêncio Francisco Diniz, 12 anos; 18 - José Vicente de Almeida, 12 anos; 19 - João Ventura da Silva, 11 anos; 20 - Zósimo Francisco de Oliveira, 10 anos; 21 - Antero Soares da Silveira, 10 anos; 22- Enéas Moreira, 10 anos; 23 - Horácio Rodrigues da Cruz, 13 anos; 24 - Fernando Rodrigues da Cruz, 11 anos; 25 - Antônio Bernardes Marçal, 8 anos; 26 - Pedro Paulo Marçal, 8 anos; 27 - Sotero Rodrigues Cardoso, 11 anos; 28 - Felippe Ferreira Terra, 13 anos; 29 - Joaquim Paulo de Freitas, 8 anos; 30 - Gaudencio Morais da Silva, 10 anos; 31 - Danilo Bento da Rosa, 12 anos; 32 - Carlos Norberto Moreira, 9 anos; 33- Gaudêncio José da Silveira, 11 anos; 34 - Affonso Machado Bittencourt, 11 anos.

Em 1861 foi erguido o prédio onde funcionou al Secretaria de Educação e Cultura de Canguçu e mais tarde nele residiu o professor Antônio Joaquim Bento, que morava em casa que existiu no fundo do terreno, à esquerda do citado

prédio, e onde segundo consta funcionou por algum tempo a escola do Professor Antônio Joaquim Bento, cujo retrato e de sua esposa Izabel Vaz Bento estão no Museu Municipal.

Sexto: Coronel Genes Gentil Bento (1ª vez)

Teve a auxiliá-lo o Conselho Municipal integrado pelos seguintes nomes, a concluir por foto da época **(63)**:

Antônio Florêncio **Duarte**, José Albano de **Souza (64)**, Antônio **Barbosa** e Nicolau **Dutra**.

Nota: Antônio Florêncio Duarte (Nico Duarte) era cunhado de Genes Gentil Bento e pai de Izaura (Bento) Duarte Rodrigues, que foi esposa de Vador Rodrigues. Ele faleceu centenário e a festa de seu aniversário muito movimentada foi registrada em Livro Histórico de Canguçu instituído pelo prefeito Conrado Ernani Bento e que integra documentação do Arquivo do Museu de Canguçu, recolhido pela professora Marlene Barbosa Coelho do Arquivo Municipal. Antônio Barbosa (Tita Barbosa) é o avô de Luiz Carlos Barbosa Lessa, era dono da forte casa comercial A Cubana que existiu na esquina da rua Silveira Martins com a General Osório, ao lado do antigo Hotel Telesca.

CANGUÇU EM 1905 SEGUNDO WILHELMY

O professor Eduardo Wilhelmy no final de 1905 publicou trabalho sobre o título: "Vila de Canguçu – Descrição Geográfica (**65)**". Ele escreveu em certo trecho, para caracterizar a recessão e retrocesso econômicos atravessados por Canguçu após a Revolução de 93.

"O escritor dessas linhas conhece a vila desde 1869, quando pela primeira vez aqui chegou em suas viagens pelo Estado.

Depois de sua estada ali, como fotógrafo viajante, ainda visitou a maior parte das vilas e cidades do sul. Porém, exceto Bagé e Jaguarão, achei que Canguçu era a Vila mais animada dentre todas. Uma alegre e laboriosa população a habitava e todos os estancieiros de importância tinham casas na vila que habitavam, senão sempre, pelo menos o maior tempo do ano. E hoje? De todas estas famílias muito poucas

restam morando aqui. Vários chefes já morreram e outros se mudaram para o Uruguai e Pelotas, etc... Suas casas se vão desmoronando desde o tempo da Revolução de 93. Outros venderam suas casas por menos de terça parte do custo. Lembro somente a do falecido Horácio Piegas que a intendência comprou por 12 contos de réis, quando este palacete custou uns 38 contos de réis. (É a atual Casa da Cultura de Canguçu).

E finalizava: "O vagaroso progresso que se nota na vila e município contrasta com a inteligência geralmente bem notável de seus habitantes. Em um meio acanhado, longe dos centros populosos, muitos caracteres não se definem, muitas inteligências permanecem ocultas. Vê-mo-lo pelos muitos filhos daqui que hoje, noutros pontos, Pelotas e Porto Alegre, ocupam posição digna na sociedade, já por sua ilustração, já por sua atividade nos cargos públicos e particulares que bem desempenham".

O professor Wilhelmy era natural de Stetin, Alemanha. Ligou-se inicialmente por casamento à família de Jacob Rheighantz, o colonizador de São Lourenço. Manteve o prestigiado e moderno Colégio Osório em Pelotas a partir de 1880, no regime de internato, no qual adotava revolucionário e moderno processo de ensino, segundo Fernando Luiz Osório **(66)**, "incluindo a abolição dos castigos corporais".

Foi professor e líder religioso protestante na Flórida, em Canguçu, onde preparou a primeira geração de canguçuenses com curso universitário. Médicos: Drs. Luiz de Oliveira Lessa, Paulo Mesko que foi diretor do Hospital da Polícia Militar de São Paulo, Teófilo Mattos e o jurista e mais tarde desembargador Cândido Correia de Paiva **(67)**.

Possuo retrato de Firmina Percília Moreira, nossa avó, tirado por esse fotógrafo no término da Guerra do Paraguai. E muitas outras fotos da época foram por ele tiradas. Angelo Moreira O estudou no **Diário Popular**, Pelotas, 15 out. 1981.

Nota: Estivemos em Canguçu em 16 e 17 de abril de 2004, onde inclusive realizamos um agradável passeio de moto ao longo do itinerário Canguçu - Posto Branco - Esta-

ção de Radares - Descida Pela Estrada das Tropas - Estrada da Produção - Pedágio - Vila Dos Campos - Retorno Pela Estrada Velha a Canguçu. Percorremos em longas caminhadas matinais as ruas de Canguçu. E de tudo nos ficou a surpreendente impressão de que Canguçu havia retomado em progresso o que Eduardo Whilelmy havia constatado antes da malfadada Revolução de 93. Notei quanta diferença entre o Canguçu de 1983 quando lancei a 1ª edição deste livro com o Canguçu de 21 anos mais tarde. Votos de que Canguçu progrida bastante e principalmente culturalmente. Pois ele merece! Sai orgulhoso e surpreso pelo progresso da cidade de Canguçu que eu jamais podia ter imaginado. Creio que isto se deveu ao progresso de sua colônia alemã, fenômeno que não se verifica em outras cidades da fronteira.

CANGUÇU EM 1908 – SEGUNDO LASSANCE CUNHA

O autor citado, em obra específica sobre o Rio Grande do Sul **(68)**, fornece os seguintes dados sobre Canguçu: População: total 25.000, da Vila 1.200 (falho) e Densidade 10 hab/km. Valor da terra 50.000 réis a légua quadrada. Casas de comércio no município 86 com um capital total de 120 contos. Arrecadação: Federal – 85 contos, Estadual – 48 contos e Municipal – 36 contos de réis. O rebanho do município contava com: vacuns – 150.000; cavalares – 30.000; muares – 6.000; lanígero – 10.000; suínos – 25.000 e caprinos – 10.000.

O arroz estava sendo plantado no Bom Será. O autor citado revela o agricultor e inventor canguçuense Joaquim Mendes da Motta que em 8 anos havia selecionado o trigo Brasil, o único a receber medalha de ouro na última exposição estadual, além de ter sido premiado no referido certame com os seus inventos: Cultivador dos Campos e Horticultor Brasileiro. Joaquim era casado com Cecília, filha única do citado professor Wilhelmy, hoje patrono de cadeira na ACANDHIS.

No final de seu trabalho registra o projeto ferroviário Caçapava – Minas de Cobre – Rio Camaquã – Canguçu – Pelotas não concretizado, mas talvez viável doravante com a

crise energética, com uma versão ferroviária da Estrada da Produção Sul.

Sétimo: Coronel GN Genes Gentil Bento (2º vez)

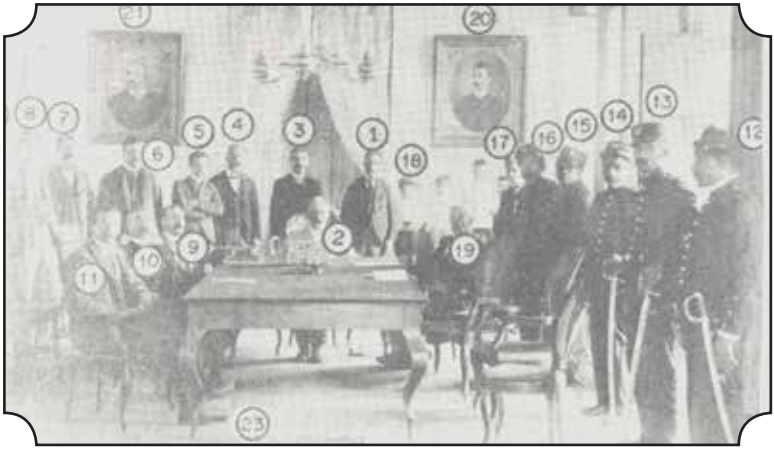
Tomou posse em 23 de junho de 1908, após a eleição, continuando no cargo que exerceu por três anos no impedimento de seu titular falecido.

Com apoio em foto tirada, em 7 out. 1910, na Chacrinha, de propriedade de Carlos Norberto Moreira, eram as seguintes as autoridades de Canguçu: Conselho Municipal: Antônio Florêncio Duarte **(69)**, José Ribeiro de Souza **(70)**, José de Souza Oliveira **(71)**, Bento Claro Cunha **(72)**, Luiz Ferreira Porto **(73)**, Belarmino Pereira de Moraes e Gregório Estevam Motta **(74)**.

Juízes: Dr. Cézar Dias – de Comarca e Dr. Eufrasio Mário de Oliveira – Distrital. Promotor: Manoel R. Rodrigues do Prado. Notário: - Conrado Ernani Bento **(75)**. Delegado de Polícia: - Ângelo Marques de Souza. Secretário do Intendente: - Ciro Mattos Moreira **(76)** e professor João Gualberto Pinto Bandeira **(77)**.

Este intendente produziu relatórios de suas administrações dos quais encontrei referências no catálogo de autores da Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande, não os encontrando no local, em 1973. **(78)**

O juiz Dr. Cézar Dias Atingiu o mais alto posto na magistratura rio-grandense. **(79)**



CONSELHO MUNICIPAL DE CANGUÇU EM 1905

Identificados: 1 – Cel. Genes Gentil Bento – intendente; 2 – Antônio (Nico) Duarte – Presidente do Conselho; 4 – Avelino Luz – Fundador da Imprensa em Canguçu; 8 – Democrata Prestes (conselheiro); 9 – Antônio (Tita) Barbosa; 10 – Nicolau Dutra; 11 – José Albano de Souza. Outras Identificações: 17 – Conrado Ernani Bento aos 17 anos e 12-16 – integrantes da Guarda Municipal. 23 – Salão Nobre da Prefeitura. (Fonte: Arquivo Foto "Conrado Ernani Bento").

Nota: Neste Salão Nobre onde a ACANDHIS foi fundada e presidimos muitas de suas seções em seus 18 anos. E costumamos denominá-lo de Sacrário Cívico da comunidade canguçense por haver sido palco faz 106 anos, de reuniões cívicas e administrativas de grande significado para Canguçu. Nela inclusive funcionou a Câmara de Vereadores por algum tempo a partir de 1946. Nele estão as fotos intronizadas de todos os intendentes e prefeitos que administraram Canguçu depois da Proclamação da República.

Oitavo: Coronel Genes Gentil Bento (3ª vez) (80)

Foi reeleito e empossado em 1912, ano em que Canguçu comemorou festivamente o centenário da criação da Freguesia de Canguçu, por ato de D. João IV.

A convite do intendente Genes Gentil Bento, o então jornalista J. Simões Lopes Neto e hoje nosso maior escritor regionalista, produziu histórica reportagem sob o título "O Município de Canguçu – Bosquejo Histórico", que foi publicada nas páginas 55 a 64, do nº 4 da **Revista do Centenário de Pelotas (81)** e até hoje a mais importante fonte histórica de Canguçu.

Realizou reportagem fotográfica da vila de Canguçu, o fotógrafo e tipógrafo Rafael Crecco. Reportagem traduzida em artísticos álbuns, hoje fonte histórica de grande valor **(82)**. Rafael Crecco liga-se às origens do cinema de Canguçu.

Segundo a reportagem citada, Canguçu possuía uma população de 30.000 habitantes sendo 600 na sede, distribuídas em 200 residências sujeitas à taxa predial. **(83)**

Segundo Simões Lopes Neto, os dados que obteve lhe foram fornecidos pelas seguintes pessoas conforme registrou e agradeceu: “Com o concurso dos estimados anciãos: Querino Picanço, Graciliano Carvalho, Manoel Medina e outros, contemporâneos e figurantes de muitos acontecimentos e, do lúcido espírito dos senhores João Paulo Prestes, Martiniano Lafuente e Carlos Norberto Moreira, bem como da tenaz e vigilante inquirição do Sr. Coronel Genes Gentil Bento, do Sr. César Dias, padres José Bem e Eiffel, Dr. Erico R. da Luz, Theóphilo Moreira **(84)**, João Miguel de Moraes e tantos outros dedicados auxiliares, pudemos coligir e registrar o que fica por estas despretenciosas páginas. A todos os nossos melhores agradecimentos”. **(85)**

Portanto, a J. Simões Lopes Neto, além de outros tantos títulos, cabe o de preservador da memória de Canguçu. Pois, não fora esta reportagem, aquela memória estaria bastante comprometida, em que pese haver se equivocado ao afirmar que em Canguçu Velho existira uma redução jesuítica e não como em realidade, foi a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783/89.

A parte fundamental da reportagem de J. Simões Lopes Neto sobre as origens de Canguçu é de autoria do filho ilustre de Canguçu e seu instalador em 1857, Comendador José Manoel Gomes de Freitasm destacado historiador rio-grandense e filho ilustre de Canguçu, conforme o prova seu batistério, **(86)** e patrono de cadeira da ACANDHIS.

Data desta época o acesso a Canguçu pela direção da Estrada da Produção. Antes era feito por leste e por sudoeste. Segundo a tradição, o acesso foi aberto para obrigar os veículos a passarem pelo interiopr da vila, sem condições de desviá-la para sonegar impostos devidos à municipalidade.

Em 1915, com o apoio de sua administração, reiniciou a construção da torre norte da Igreja, que foi concluída em 1917.

Nota: Na Bibiblioteca Rio Grandense ao consultar seu catálogo fomos informados da existência ali dos relatórios anuais do intendente Cel. Genes Gentil Bento. Os solicitando para consulta, fomos informados que eles dali foram retirados

pelo Dr. Osvaldo Muller Barlem para elaborar o seu discurso comemorativo do centenário do município de Canguçu. E nesta ocasião ele já havia falecido e se extraviado lamentavelmente os referidos relatórios como preciosas fontes de História de Canguçu. Genes Gentil Bento deixou um arquivo pessoal encadernado que inicialmente ficou com o seu filho Antônio Monteiro Bento e ao este falecer ficou com o seu neto Ernani Bento Zanota que nos transferiu e o entregamos a guarda de seu neto José Moreira Bento, cuja esposa ocupa a cadeira Cel. Genes Gentil Bento na ACANDHIS.

CHEGADA DO 1º AUTOMÓVEL EM CANGUÇU

O dia 6 de agosto de 1911 asssinalou a chegada do primeiro automóvel em Canguçu trazido, desde Pelotas, pelo intendente coronel Genes Gentil Bento, em pleno inverno.

Foi um Humber, cedido por empréstimo para aquele momento histórico pelo Dr. Plotino Duarte, médico pelotense. O auto veio dirigido pelo motorista Avendano.

Foi um dia de grande festa na comunidade. O automóvel desfilou entre a população formando alas, a partir da entrada da vila, na rua Silveira Martins, após transpor o passo da Olaria.

Parte da população, constituída em caravana, foi esperar o automóvel na Picada da Rosa que leva esta denominação desde o ano de 1876, quando ali morou José da Rosa. Contam os antigos que este foi o acontecimento que mais despertou a curiosidade popular. E que foram inúmeras as cenas cômicas que então verificaram, que incluíram desconfianças e temores determinantes de fugas, por ocasião da aproximação de tal engenho.

Acompanhava em outro automóvel, o coronel Genes Gentil Bento, o intendente de Piratini. Infelizmente ele chegou de breque à sua comuna, em conseqüência das condições precárias da estrada, não terem permitido a sua chegada de automóvel a Piratini.

Em 14 de Agosto, 3 dias após a chegada do Cel. Genes, chegaram a Canguçu de automóvel os ilustres excursionistas

pelotenses, coronéis Pedro Osório e Antenor Cunha e o Dr. Ildefonso Simões Lopes, que assim confirmaram aquela possibilidade.

O Coronel Genes Bento é abordado adiante em Filhos ilustres de Canguçu.

Nono: Coronel Joaquim Maria Soares (86)

Tomou posse em 23 de julho 1916 no cargo de intendente para o qual fora eleito.

O coronel Joaquim descende dos Soares da Silva, primeiros povoadores de Canguçu. Foi durante 15 anos subintendente do então 2º distrito de Canguçu. Veterano da Revolução de 93 foi comandado do general Izidoro Fernandes. Aprisionado no cerco do Rio Negro, conseguiu libertar-se no combate de Sarandi, quando passou a servir na coluna do canguçuense general Hipólito Pinto Ribeiro.

O coronel Joaquim nasceu em 15 Janeiro 1854. Foi abastado estancieiro em Canguçu. Casou em 1890 com Ana Ribeiro Soares de cujo consórcio nasceu o capitão Antônio (Antoninho) Soares **(87)** que residia em São Lourenço do Sul e que atuara em Canguçu na Revolução de 23. Nestor Jost, ex-Presidente do Banco do Brasil, que foi delegado de Polícia em Canguçu em 1938, ligou-se por laços de família à do nosso biográfado.

Décimo: Coronel Avelino Borges

Assumiu em 1920 o cargo para o qual fora nomeado provisoriamente por indicação do então Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, ex-intendente Genes Gentil Bento. Era natural de Encruzilhada do Sul. Foi destacado chefe republicano **(88)**.

Décimo primeiro: Dr. Raul Azambuja (89)

Assumiu em 1921 por nomeação. Seu governo abrangeu o delicado período da Revolução de 23. Médico humanitário, participou ativamente da vida social em Canguçu, onde inclusive presidiu o Clube Harmonia. Era pelotense. Sob impulso da admiração que os canguçuenses lhe tributavam retornou a

Canguçu na década de 50 onde clinicou por algum tempo.

Nota: Seu neto Flávio Azambuja Kremer tem muito escrito sobre a História de Canguçu, local pelo qual devota grande afeição. Além disto coleciona preciosas fontes de História de Canguçu. E ambos descendem direto do ten cel Jerônimo de Azambuja que foi inspetor da Capela Curada de Canguçu em 1800, para cuja construção contribuiu com a maior soma, conforme escrevemos na História desta igreja e lançada em 1999.

Décimo segundo: Coronel Orlando Cruz (90)

Teve como vice-intendente o Senécio Martins Cunha **(91)**.

Orlando Cruz era natural de Canguçu (antigo Cerrito). Como capitão participou da Revolução de 93. tomando parte em diversas ações. Na Revolução de 23 integrou o Corpo Provisório de Pelotas, tendo se destacado no combate de Passo do Mendonça. Consta haver combatido no Cerro Partido, na entrada oeste de Canguçu, na Pacheca e em Canguçu-Velho e finalmente em Pelotas, onde teve de assumir o comando de uma unidade, por morte em combate de seu comandante, ocasião em foi promovido a major. A imprensa de Pelotas criou então uma legenda em torno de seu nome, em razão da coragem e bravura reveladas no comando de seu posto na Sociedade Agrícola, o único que não rendeu-se, em reação ao ousado feito do general Zeca Neto de conquistar Pelotas.

Em novembro de 1924 passou o governo para seu substituto. Promovido a tenente coronel foi comandante do 19º Corpo Auxiliar da Brigada Militar.

Sua administração é sintetizada pelo jornal 20 de Setembro **(92)** de Piratini.

Nota: Nosso artigo Os 80 anos da tomada de Pelotas pelo GeneraL Zeca Neto na publicação do **CIPEL** de 2003, esclarece bem a sua atuação no episódio. Seu filho Juca nosso querido amigo “Juquina foi oficial da Brigada Militar. O Cel. Orlando, pobre passou seus últimos dias esquecido num porão da Prefeitura, onde foi encontrado morto fazia algum tempo, segundo Odilon de Almeida Meskó.

Décimo terceiro: Capitão Cyro Moreira (93)

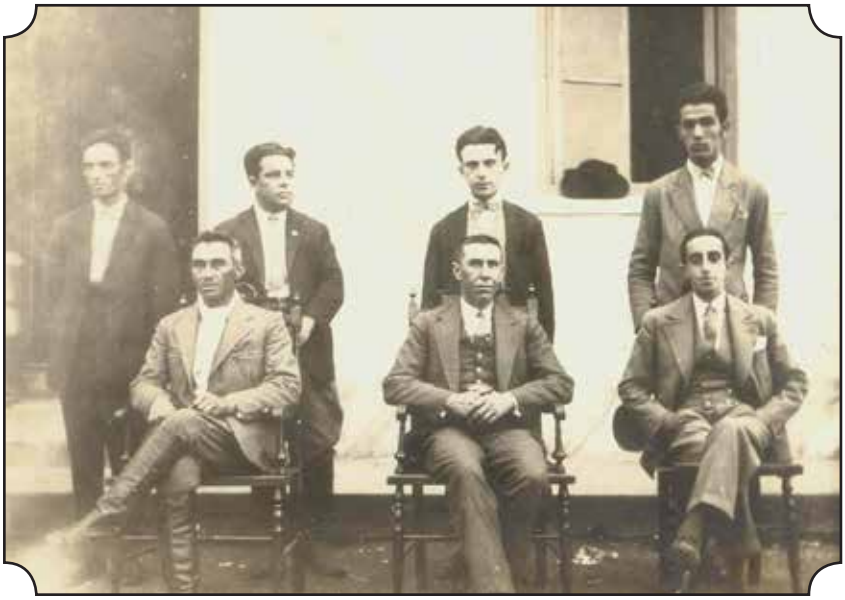
Tomou posse em 20 de Setembro de 1928. tendo por Vice-Intendente José Claro Cunha. Foi assessorado pelo seguinte Conselho Municipal **(94)**: Francisco de Paula R. dos Santos; Pedro Celestino Dias; Pedro Moreira; Theofilo Moreira; Alteçor Almeida e José de Souza Oliveira, sendo os três últimos do Partido Libertador.

Cyro Moreira interrompeu o seu mandato em setembro de 1930, para assumir as funções de Coletor Estadual, passando as de intendente a seu substituto – Foi o último intendente eleito de Canguçu, antes da Revolução de 30 que criou o cargo de prefeito. Cyro Moreira foi secretário do Intendente Coronel Genes Gentil Bento, conselheiro municipal e coletor estadual, inclusive no vizinho município de São Lourenço do Sul. Retornando a Canguçu em 1945 foi candidato a prefeito. Era filho de Carlos Norberto Moreira e Firmina Matos Moreira, nossos avós maternos.

Ao assumir a Intendência, o jornal **20 de Setembro** desejou-lhe profícua gestão após referir tratar-se de: "Cidadão probo, espírito culto, ponderado, progressista, de quem o povo de sua terra muito espera, pois não lhe faltam qualidades de caráter comprovadas em longos anos de vida pública" **(95)**.

Nota: Ele era pai de Firmo Duarte Moreira e de Firminha Moreira Jorge, esposa de Cláudio Jorge em seu primeiro casamento e do Major Ângelo Pires Moreira, destacado historiador pelotense. É seu neto Gilberto Moreira Mussi ex-prefeito de Canguçu e deputado Estadual. Em sua gestão Gilberto contou com o apoio e assessoria da Delegacia da Academia Brasileira de História por nós integrada como acadêmico e mais por Irmã Firmina Simon, Laedi Bachini Bosembeker e Marlene Barbosa Coelho e o radialista Adão Jesus Marques Pereira. Foi o inicio de uma cruzada cultural comunitaria, na 1ª Semana de Canguçu, no seu 121º aniversário da criação de Canguçu em 1978 e a nos relatada, em carta pela Irmã Firmina Simon, e incluída no 2º volume dos originais de **Canguçu Reencontro com História**. p 366/378 com uma apreciação das contribuições de Gilberto Mussi e professoras Marlene

Barbosa Coelho e Laedi Bachini Bosenbecker. A pedido foi omitida a Irmã Firmina. Hoje todos integram a ACANDHIS como acadêmicos, sendo que a irmã Firmina como patrona de cadeira ocupada pela Irmã Cecília Rigo, presença marcante na comunidade como o fora a Irmã Firmina Simon.



Reunião na fazenda de Gentil Goulart da Silveira no Rincão do Progresso para alistamento de eleitores em 1927. Sentados, da esquerda para a direita Gentil Goulart da Silveira meu padrinho de batismo, 4 anos mais tarde e pai do patrono de cadeira na ACANDHIS Raul Silveira e avô dos irmãos membros da ACANDHIS Dr. Amilton, Luis Carlos e Maria da Graça Valente da Silveira. Ciro Moreira que seria eleito intendente no ano seguinte é avô do acadêmico Gilberto Moreira Mussi e pai do acadêmico Major Ângelo Pires Moreira e do sócio honorário da ACANDHIS Firmo Duarte Moreira, por sua vez pai do patrono de cadeira Clovis Rocha Moreira. E Juiz de Canguçu na época. De pé da esquerda para a direita Tertuliano Moreira, genro de Gentil Silveira, Conrado Ernani Bento, notário e Oficial de Registro de Imóveis, pai do autor e hoje Patrono da ACANDHIS, Firmo citado foi escrivão do Civil e Crime, e Gordiano Mota, que foi residir em Rio Grande em 1937 e genro de Vidal Soares. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento).

REVOLUÇÃO DE 23 (97)

De fins de janeiro a 14 de dezembro de 1923, o Rio Grande do Sul e Canguçu por extensão, foram envolvidos pela Revolução de 23, denominada "Revolução de Cavaleiros" em "razão da violência contra o adversário vencido, ter sido exceção, enquanto na de 93 fora quase regra", segundo estudiosos das mesmas.

Foi a Revolução do período republicano que mais envolveu diretamente Canguçu.

Suas causas remotas ligam-se a divergências entre Júlio de Castilhos que conseguiu ver aprovada a Constituição de 91 do Rio Grande do Sul, de inspiração positivista, contra o ponto de vista de Assis Brasil. Suas causas próximas ligam-se à eleição, pela 5ª vez consecutiva, à Presidência do Rio Grande do Sul, do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. A oposição, liderada por Assis Brasil, imaginou a seguinte estratégia:

Desfechar uma guerra de guerrilhas contra o Governo Estadual, criando o clima ideal para o Presidente da República Arthur Bernardes, para cuja eleição Borges de Medeiros fora contra, intervir no Rio Grande do Sul e pacificá-lo ao custo da queda de Borges.

Arthur Bernardes chegou à Presidência com forte reação militar. Agindo com prudência, declarou-se neutro e atuou no sentido de pacificar o Rio Grande, o que fez através do general Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra. Militar que fora comandado, como capitão de Artilharia, no combate de Inhanduí pelo vencedor do mesmo – o canguçuense general Hipólito Ribeiro, pai de Hipólito Ribeiro, que atuará em Canguçu nesta revolução como se verá.

Caso fracassassem as gestões do general Setembrino, Arthur Bernardes transferiria o problema ao Congresso.

Os revolucionários e legais partiram para as coxilhas e para as serras do Caverá, do Herval e dos Tapes, dispostos a lutarem por suas verdades de arma em punho: Os revolucionários, pela revogação da Constituição de 91 e derrubada do Presidente do Estado. Os legais, pela defesa da lei, da

ordem e da legitimidade de mandado do Presidente do Estado.

Esta Revolução teve as seguintes conseqüências: o Presidente do Estado permaneceu; o governo Federal não interveio; ficou proibida a reeleição do Presidente do Estado e a designação por este do vice-presidente; os revolucionários foram anistiados; a minoria assegurou sua representatividade no plano federal e estadual; o processo eleitoral evoluiu, sem, no entanto, adotar o voto direto; criou-se condições de união dos rio-grandenses em torno de uma candidatura à Presidência do Brasil, concretizada na Aliança Liberal que votou em Getúlio Vargas e esteve unida na Revolução de 30, "ou de pé pelo Rio Grande"; reforma da Constituição do Rio Grande, escoimando-a dos pontos mais atritantes que originaram as divergências Assis Brasil – Júlio de Castilhos. Embora os revolucionários não tenham sido vitoriosos no campo militar, venceram no campo político, com o aperfeiçoamento resultante de suas lutas.

Nesta revolução se fez presente a tradição rio-grandense de Firmeza e Doçura, ou um retorno ao espírito dos farroupilhas simbolizados, pelos dois amores-perfeitos em seu brazão. **(98)** Ou seja, no combate ou na tribuna lutar com firmeza, bravura e garra. Depois do combate, respeito à vida, à família, à honra e à propriedade do vencido. O general Osório foi um símbolo e uma das maiores expressões do gaúcho histórico firme e doce.

Esta revolução possuiu uma interessante característica, qual seja a de guerra psicológica, traduzida pelo exagero das ações militares, quanto aos efetivos em presença, baixas e vantagens táticas e estratégicas. Na falta de armas recorreu-se ao movimento, evitando-se o combate. Nas cidades, os jornalistas revolucionários, através da Imprensa, se encarregavam de conduzir a guerra psicológica sobre o governo Central, o do Estado e Povo do Rio Grande.

Esta estratégia que classifico de Guerra a gaúcha foi utilizada na Grande Marcha da Coluna Miguel Costa /Prestes na Revolução de 1924/26. Coluna imprópria e injustamente

denominada Coluna Prestes, por manipulação ideológica, pois em realidade ela foi comandada pelo mais tarde General Miguel Costa, fato reconhecido publicamente por Prestes em programa de TV em presença do citado e bravo soldado Miguel Costa, hoje patrono de cadeira na AHIMTB, e dedicada a Polícia Militar de São Paulo onde ele é um de seus ícones.

REVOLUÇÃO DE 23 EM CANGUÇU (99)

Em Canguçu serão seus maiores protagonistas dois de seus filhos. Do lado revolucionário José Antônio Mattos Neto, consagrado como Zeca Neto, sobrinho do general Antônio Neto, vencedor do combates de Seival e proclamador da República Rio-Grandense em Campo do Menezes, **(100)** e neto de Antônio de Souza Mattos, um dos primeiros povoadores de Canguçu **(101)**. Do lado governista, o Cel. Juvêncio Maximiano Lemos, em verdade, da família Nunes Garcia. **(102)** Ambos eram veteranos da Revolução de 93, onde lutaram lado a lado, ombro a ombro e descendentes de veteranos farroupilhas, tanto os Nunes Garcia quanto os Mattos Neto. **(103)** Quando o general Antônio Netto faleceu, seu sobrinho Zeca Netto tinha 15 anos e votava-lhe grande admiração militar.

O primeiro, comandou o que denominou a 4ª Divisão do Exército Libertador e o segundo a 3ª Brigada Provisória, constituída de 4 corpos comandados pelos tenentes coronéis José Lucas Martins, Francelisio Meireles, Alfredo Nunes Garcia e Hipólito Ribeiro. Este filho do canguçuense que foi destacado chefe de Cavalaria no Paraguai e chefe militar de expressão na Revolução de 93. **(104)**

O efetivo previsto da 3ª Divisão Provisória era de cerca de 1.000 homens distribuídos em 4 corpos e o da Divisão Libertadora cerca de 200 homens. O cenário dos confrontos foram os municípios de Camaquã, São Lourenço, São Jerônimo, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval e Pelotas **(105)**, ou mais propriamente a Serra dos Tapes, base no passado de guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira contra os

espanhóis e dos farroupilhas até 1844. Em razão disso, partidários de Zeca Neto, em momentos de exaltação romântica o chamaram de “Condor da Serra dos Tapes”. Seus adversários ironicamente o chamaram de “Zeca Veado”, em função da seguinte tática que adotou, para evitar um confornto armado com tropas mais numerosas, melhor organizadas, equipadas e instruídas e que não foi entendida e que assim interpreto.

Desenvolver uma guerra de guerrilhas, tirando o máximo partido da rapidez de movimento, do terreno dobrado cheio de cobertas e alternativas de itinerários, mudados de inopino e com freqüência e da segurança pelas informações sobre o adversário (informantes) escuta telefônica, etc.

Em Canguçu, Zeca Neto conseguiu a adesão do coronel João Paulo Prestes, veterano da Revolução de 93 e sobrevivente, como o coronel Juvêncio Lemos, do Cerco de Bagé o segundo e, do de Rio Negro o primeiro.

Nota: São patronos de cadeiras os citados Hipólito Pinto Ribeiro, Zeca Netto e Juvêncio Lemos o que demonstra o caracter apolítico da ACANDHIS, como um pódio consagrador dos grandes filhos de Canguçu, idependente de suas divergências com outros consagrados patronos. Enfim isenção para que a História seja instrumento de verdade e justiça, no caso de verdade e justiça comunitária.

OPERAÇÕES EM CANGUÇU – SÍNTESE (106)

1º Mar.: Zeca Neto ocupou Camaquã após o combate da Lagoa das Guampas, na barra do Arroio Velho.

2 Mar.: Neto ocupou Canguçu reforçado por contingente do local, chefiado por João Paulo Prestes, após reação do intendente Dr. Raul Azambuja que retirou-se para a Estação Cerrito. Na confusão foi ferido levemente, por um disparo acidental, Raul Soares então com 15 anos e depois advogado local.

24 Mar.: Após suprir, recompletar e remontar, a coluna Zeca Neto deixou a vila de Canguçu com destino a São Jerônimo.

28 Mar.: Entrou na vila em sua perseguição Juvêncio Lemos. Momento fixado em foto que integra arquivo de meu pai **(107)**.

17 Abr.: Teve lugar o combate do Passo do Mendonça no qual perdeu a vida o ilustre canguçuense João Paulo Prestes. Este combate teve lugar após Neto ocupar Encruzilhada (3 Abr.), São Jerônimo, Camaquã (14 Abr.) e Dores de Camaquã (15 Abr.).

18 Abr.: Após o combate acima, Neto atingiria a estância, em Canguçu, do coronel Francisco Mattos **(108)**.

19 Abr.: Neto entrou em Canguçu pela segunda vez onde permaneceu três dias **(109)**.

23 Abr.: O Corpo do Francelisio Meireles, depois de escaramuçar, no passo do Pantanoso e na Coxilha do Fogo, com tropas de José Luiz Brizolara e Antero Pedroso de Oliveira, entrou na vila de Canguçu.

7 Mai.: Revolucionários e governistas escaramuçaram, em Canguçu, na estância de Gabriel Borges.

7 Jul.: Em pleno inverno, Neto ocupou Canguçu pela quarta vez após operar junção com Estácio Azambuja e ocupar Pinheiro Machado (9 Mai.), Herval (29 Mai.) e Piratini (4 Jul.).

10 Jul.: Entrou em Canguçu o Corpo de Francelisio Meireles.

16 Jul.: Neto escaramuçou com tropas de Francelisio Meireles em Iguatemi e cemitério do Posto Branco. **(110)**

18 Jul.: Tem Lugar o combate do Cerro Partido a oeste da Vila de Canguçu. Neto estivera acampado entre o arroio Coronilha e o Pantanoso e Francelisio na Estância de Antero Soares de Paiva, entre os arroios Pantanoso e das Pedras.

19 Jul.: Após entrar, no dia anterior, em Canguçu pela quarta vez, Neto deixou Canguçu que foi reocupado por Francelisio.

30 Jul.: Camaquã foi bombardeada por um avião pilotado por Noêmio Ferraz. No dia seguinte Neto entrou nesta localidade.

8 Ago.: Neto transpôs o Passo da Pacheca no rio Cama-

quã e rumou para Canguçu.

14 Ago.: Teve lugar em Canguçu-Velho, sede da antiga Feitoria Real do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu (1783-1789), o mais violento combate, entre Neto e Corpos dos tenentes coronéis Nunes Garcia e Hipólito Ribeiro, que será estudado mais adiante.

15 Ago.: Após Canguçu-Velho, Neto foi operar em Pinheiro Machado e no município de Bagé, fazendo junção pela segunda vez com Estácio Azambuja, descendente de um dos primeiros povoadores de Canguçu, o coronel Jerônimo de Azambuja.

7 Set.: Encontro da Atalaia, no Rincão dos Cravos, próximo ao passo do Acampamento, entre Neto e Hipólito Ribeiro.

7 Out.: Encontro entre Neto e Francelisio no arroio Sutil e passo Mariazinha do Camaquã, em Canguçu.

15 Out.: Escaramuças entre Neto e Francelisio no passo Bom Será do Camaquã. Neste dia, Adolfo Barbosa Brockmann ocupou Canguçu. **(111)**

29 Out.: Tomada de Pelotas por Neto, o último e mais ousado feito dessa revolução. Neste evento histórico destacou-se, do lado do governo, o canguçuense capitão Orlando Cruz, comandante da força que defendia a Sociedade Agrícola, o único reduto que não rendeu-se. Este local ficava onde foi construído o Entreposto de Leite em Pelotas, no hoje Largo do Vernetti, legalista que tombou morto naquele local.

3 Nov.: Neto ocupou a Vila de Camaquã, após 8 meses de operações sem ser alcançado, e por haver realizado o ousado feito de grande repercussão psicológica – a conquista de Pelotas onde se reequipou, e se rearmou. Aí veio alcançá-lo o armistício de 7 de novembro. Em 14 de Dezembro foi celebrada a Paz de Pedras Altas.

COMBATE DO CERRO PARTIDO (18 JUL)

Teve lugar na entrada W de Canguçu. Neto partiu das nascentes do arroio Coronilha e tomou posição no Cerro

Partido, entre o balneário João Paulo e a antiga Estrada das Tropas. Francelisio veio da estância de Antero Soares de Paiva. O choque teve início com os governistas tomando posição na altura da estrada defronte ao Sindicato Rural atual, onde próximo existe ou existiu a sepultura de um morto nesta ação. Francelisio avançou e quase ocupou o Cerro Partido na tentativa de envolver a direita de Neto. Este, pressionado, retraiu pela estrada das tropas na direção de Cerro do Baú, depois de 8 horas de escaramuças. Neto perdeu aí o tenente Gumersindo Escobar Duarte. **(112)**

O local onde se deu este combate é no orográfico das bacias do Piratini, Camaquã e Lagoa dos Patos. Quem estiver de posse desse conjunto, barra qualquer progressão vinda da direção de Piratini e através dos Passo das Carretas, Marinheiro, do Vao dos Prestes e da Armada no rio Camaquã. Aí Rafael Pinto Bandeira postou em 1777-78 a guarda da Coxilha Santo Antônio e, em 1843, Chico Pedro de Abreu fez suas trincheiras para cobrir-se naquelas direções, sendo atacado por Antônio Neto, tio de Zeca Neto que aí lutava.

Estas alturas barram todo e qualquer movimento que proveniente de Pelotas pretenda, através de Canguçu, atingir Piratini, Caçapava e Encruzilhada. A Geo-HIstória Militar tem confirmado sua importância. A área junto às nascentes do Pantanoso, historicamente tem servido para o acampamento de tropas militares desde a luta contra os espanhóis. Ela pertence hoje, na maior parte, ao Sindicato Rural.

A denominação de Cerro Partido remonta o período de guerra 1763-77 contra os espanhóis. Ela deriva do espigão que mergulha no antigo balneário João Paulo, ser partido a leste e apresentar-se como uma parede de pedra. É um acidente muito característico.

Nota: Banho do João Paulo se refere a João Paulo avô do srs Agobar e Baltazar (Macota) Duarte e não a João Paulo Prestes como se acreditava. No trecho acima figuram as expressões Bom Será e Rincão dos Cravos que seriam corruptelas em mapas das palavras Bom Ceral (cera) e Rincão dos Escravos que ali teriam existido. Outra seria Rincão dos

Melões que seria corruptena de Rincão dos Mulões

COMBATE DE CANGUÇU – VELHO (113)
(14 de Agosto 1923)

Neto acampou em Canguçu-Velho junto às ruínas do Mangueirão de pedra e sobrado que haviam pertencido à sede Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu. Ali esperava o major Adolfo Brockmann que com um piquete fora a Pelotas buscar armas e munições. A posição dominante é apoiada ao norte pelo cerro Canguçu. A leste era limitada por uma vegetação mais cerrada sobre elevações da Favila, último reduto dos índios Tapes e conhecida no tempo do Império por terra dos Tapes. Neste local justamente, encontravam-se os corpos ao mando dos coronéis Garcia Nunes e Hipólito Ribeiro e uma fração do 5º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar, ao comando do capitão Campos Pacheco. A sentinela do acampamento de Neto notou certa movimentação na Fávila. Foi reconhecer o local o capitão Herculano Dutra, comandante da vanguarda, na certeza geral que era o major Brockmann que retornava. Ao mandar, o que julgava amigos, aproximarem-se, teve lugar o início do combate sob a forma de tiroteio que logo a seguir generalizou-se, durando do meio-dia até o anoitecer, Neto retraiu com seus homens até às cercanias de Canguçu, reagrupando-os no Posto Branco. A fração mais duramente atingida foi a do major Herculano Dutra. Ao retrair combatendo, seus homens foram sendo abatidos em diversos locais da Fávila, até a velha Feitoria, onde alguns depois foram sepultados. Em 1953, Conrado Ernani Bento, mandou exumar os restos desses combatentes e colocá-los em cemitério especial ao lado da estrada defronte a casa de Ricardo Schellin. **(114)**

Os restos mortais dos revolucionários major Álvaro Ribeiro Lemos e do tenente Jorge Edjalde foram sepultados no cemitério local e a guarda perpétua dos mesmos foi confiada ao povo de Canguçu **(115)**.

Segundo MORAES, Victor, Reminicências de 23, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 Set. 1981 (suplemento) com

apoio em parte do Cel. Hipólito Ribeiro, houve 22 mortos revolucionários e 6 governistas. Entre os primeiros: major Àlvaro Lemos, de Pelotas; tenente Jorge Edjalde, de Porto Alegre; Ávila, de Pinheiro Machado. Entre os últimos mortos: sargento Anselmo e soldado João, enviados para Canguçu para onde foram transportados os feridos e idem o sargento Ballejas falecido em Pelotas e, no local do combate, tombaram os soldados Barbosa, Viera e Luiz Nunes. Conclui-se que o combate de Canguçu-Velho provocou 28 mortos, sendo, portanto, o mais violento desta revolução.

Nota: Novamente escrevemos sobre este combate em 2003, com apoio nas **Memórias de Zeca Neto**, bem como na R**evista do CIPEL** 2003 - Os 80 anos da tomada de Pelotas pelo General Zeca Neto, integrando e interpretando diversas fontes, além de havermos abordado o assunto na **História da 3a RM 1889-1953**.

Em 1972 integrante da Comissão de Historia do Exército, visitamos o local onde nosso pai prefeito, mandara exumar de covas razas os mortos no combate de Canguçu Velho e os colocou numa Encruzilhada e protegidos por uma cerca de arame, como aparece na foto como autor e seu filho Carlos Norberto, hoje Capitão de Mar-e-Guerra da Marinha do Brasil e responsável pela administração do site da AHIMTB. Retornando em 2000 encontrei no local um enorme cemitério com um expressivo templo religioso. (Fonte: Foto de Jesus Martins Bento)

TENENTE-CORONEL JOÃO PAULO PRESTES

Comandou o contingente de Canguçu nessa revolução até tombar morto em ação, no combate de Passo do Mendonça, atingido por um balázio na fronte, ao carregar sobre uma posição adversária que punha em sério risco a vida de seus comandados. Era um homem justo, bom e idealista. Era sobrevivente do Cerco do Rio Negro, em Bagé, do qual escapou ao custo de grandes sacrifícios e sofrimentos. Comandou, em 1995, o 34º Corpo da Guarda Nacional local. Desde 1883, como secretário do primeiro Clube Republicano de Canguçu, sua ação comunitária foi destacada. Foi o vice-intendente e conselheiro municipal. Atuou muito na Imprensa local e como advogado. Era líder maçon. Por ocasião da Gripe Espanhola, agigantou-se pelos desvelos que teve com "o risco da própria vida", com os canguçuenses atingidos por este mal. Deixou grande descendência. Seu nome ilustre merece uma homenagem que o imortalize na memória local. Está sepultado em Canguçu no mausoléu da família Prestes que tanto soube honrar e elevar. Era um bravo. **(116)** Serviu Canguçu durante 40 anos. O museu de Canguçu possui sua foto.

Nota: O Prefeito Conrado Ernani Bento entronizou sua foto no Salão de Honra da Prefeitura e agora integrando a Casa da Cultura. A homenagem que então lhe foi prestada foi registrada no **Livro de Registro Histórico** mandado abrir pelo citado prefeito e existente no Museu Municipal. Ele foi consagrado patrono de cadeira da ACANDHIS.

VETERANOS CANGUÇUENSES DE 23 (117)

Além dos citados e com apoio no Grupo Flor de Lácio:

Governistas: Antônio Soares, Antônio Coutinho da Rocha, Hugo Motta (Pai de Dilermando Mota) e Francisco Andronico Mota (morto em Passo do Mendonça), Joaquim Carvalho Motta, Antônio Francisco Pinto, Celso Cardoso, Sílvio Rosa, Antônio Morales. (A relação é incompleta).

Revolucionários: Juvêncio Prestes, Leonidas Damasceno, Leão dos Santos Terres, Alteçor Almeida, Adolfo Bro-

ckmann, Walter e Waldemar Oliveira Prestes, Djalma, José, Valdemar e Tarcílio Moreira Mattos **(118)**, Mário Freitas da Silveira, Pedro (Pedrinho) Carvalho Motta, (Pai do falecido Cel. da Brigada Jaques Mota **(119)**, João Alcídio Prestes e Maurício Luz. (A relação é imcompleta).

O LIVRO HISTÓRICO DA IGREJA E A REVOLUÇÃO DE 23

O padre Alberto Balaguer Valor, assim assinalou a Revolução de 23, no Livro Tombo da Igreja N. S. da Conceição **(120)**:

"Por temor ao bandido que me havia agredido e foi solto, fui para Cerrito Velho (Vila Freire). A revolução estourou em março. Todas as forças, ao contrário da Revolução de 93, respeitaram a Igreja. Os combates foram travados nas coxilhas e não no interior da vila".

O padre fora agredido pelo espanhol Henrique dos Reis que na Espanha era casado com uma sobrinha sua. Foi um incidente grave ocorrido em 6 Jan. 1922, e relatado por "ARI EROM" (Firmo Moreira) **(121)**, em 1957, no **Álbum do Centenário de Canguçu**.

No citado livro de Tombo, o vigário Padre Bem havia feito o seguinte registro sobre a Revolução de 93:

"O padre foi afugentado da Igreja, que teve suas portas escancaradas e foi ordenado o saque em seu interior, onde, à guisa de cocheiras, foram introduzidos cavalos" **(122)**. O padre em 93 era conhecido como Miguelsito.

Em 1843, o chefe legalista Chico Pedro havia respeitado a Igreja que inclusive restaurou com o auxílio dos soldados, seguramente seguindo orientação do mais tarde Duque de Caxias, seu comandante imediato **(123)**. A revolução de 93, batizada de "Revolução de Bárbaros", contrastou, pois, com as de "Cavalheiros", de 1835-1923. E fez outras considerações em torno do possível destino dos terrenos doados em 1800 de N. S. da Conceição reduzidos, na época, a somente aos na qual ela foi erigida **(124)**. É um mistério que não decifrei.

Nota: No livro **Os 200 anos da Igreja N. S. da Conceição**

já citado esclareci esta questão e o papel desempenhado pelo provedor e vice provedor da Irmandade N. S. da Conceição, nossos bisavós Theophilo de Souza Mattos e Antônio Joaquim Bento que encaminharam requerimento a Câmara de Deputados do Império em 1863. ver p. 37/39.

A História do Exército através de sua Comissão de História que eu integrava distinguiu a Coluna de Zeca Neto que atuou em Canguçu com duas fotos **(125)**.

Segundo o coronel Hipólito Ribeiro, depois do combate de Canguçu-Velho onde teve espatifado seu binóculo por uma bala perdida, foi presenteado com os binóculos Lümor e Zeiss do major Álvaro Lemos e do general Zeca Neto, sendo que o último pelo capitão Tertuliano Mota que mais tarde, nos anos 30, morreria em ação policial ao tentar prender Zifinho Fonseca, também morto na ocasião.

Nota: Depois de redigido este trabalho conheceremos as **Memórias de Zeca Netto**. Palegre, Martins Livreiro, 1982, Elas foram objeto de artigo nosso sob o título – "Zeca Netto – traços de seu perfil militar" publicado em maio 83 no **Diário Popular** de Pelotas e comunicado em seções dos institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil com sedes no Rio.

Nelas Zeca Netto assinala a passagem por Canguçu, na Revolução de 93, de coluna do Cel. Claudio Savaget, mais tarde general comandante de uma das colunas que arrazou Canudos na Guerra de mesmo nome, em 1897 na Bahia. O artigo citado atualiza o presente trabalho.

CAPÍTULO 6

Canguçu
Da Revolução ao Centenário em 1957

Os republicanos e libertadores canguçuenses se uniram na Frente Única em pról da eleição do Dr. Getúlio Vargas para a Presidência da República.

Para propagar as idéias da Frente Única foi editado o semanário **O Liberal**, dirigido por Conrado Ernani Bento e Henrique de Souza Oliveira, tendo como redatores os Drs. Sisínio Bastos de Figueiredo, José Moreira Leivas, Ângelo Graña Garcia e Walter Oliveira Prestes. O referido jornal além de propugnar pelo candidato Getúlio Vargas, até a eleição do Dr. Júlio Prestes, passou a preparar os canguçuenses para a Revolução de 1930 que estourou em 3 de outubro, chefiada por Getúlio Vargas, contando com o apoio dos governos de Minas Gerais, Paraíba e vários núcleos do Nordeste, chefiados por Juarez Távora. Após 21 dias, o movimento estava vitorioso. Foi deposto o Presidente da República Washington Luiz. Em seu lugar foi investido o Dr. Getúlio Vargas e no Governo do Rio Grande do Sul, como interventor, o general Flores da Cunha. No dia 3 de Outubro o intendente Ciro Moreira, que havia transmitido o governo dias antes para o Vice-Intendente José Claro de Almeida, para assumir o cargo de coletor, recebeu telefonema que algo anormal ocorria em Pelotas e Porto Alegre. Dirigindo-se ao Telégrafo, seu agente comunicou-lhe haver recebido telegrama de Pelotas informando que a revolução rebentara simultaneamente em

Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Santa Maria e outros locais, tendo como chefe Getúlio Vargas e auxiliares Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. A notícia foi comunicada à população que a recebeu com grande satisfação. Logo após, o Vice-Intendente recebeu telegrama de Flores da Cunha comunicando-lhe haver assumido a Secretária de Estado e que a Revolução, vitoriosa no Estado, seguia sua marcha vitoriosa por todo o País.

Nos dias 4 e 5, representantes dos partidos Liberal e Republicano, identificados com a Revolução e seus ideais, fundaram a junta Revolucionária de Canguçu, integrada por três representantes de cada partido, em sua maioria integrantes da direção e redação do semanário **O Liberal**, órgão da Frente Única. Foi a seguinte a constituição da Junta:

- José Claro de Almeida – Presidente **(1)**
- Conrado Ernani Bento – Vice-Presidente **(2)**
- Dr. Ângelo Graña Garcia – 1ª Secretário **(3)**
- Dr. Luiz Oliveira Lessa – 2ª Secretário **(4)**
- Henrique Oliveira **(5)** e Walter Oliveira Prestes **(6)**

A junta, após fundada, passou a vigiar e fiscalizar hotéis, automóveis em trânsito e a censurar nos Correios e Telégrafos. Expediu circulares visando assegurar a ordem no interior e a impedir a formação de tropas por quem não estivesse autorizado por ela. Numerosos voluntários apresentaram-se à Junta Revolucionária para seguir com a Revolução. A Junta os colocou à disposição dos chefes do movimento que dispensaram o concurso por desnecessário. Fugiram de Canguçu com cavalo, armas e bagagens, os jovens Celso e Nélson Rodrigues para participarem do movimento. **(7)**

No dia 24 de outubro chegou comunicação à Junta Revolucionária de que o movimento estava vitorioso no Brasil.

O ponto de reunião de acompanhamento da Revolução foi na Agência dos Telégrafos, onde seu agente Alberto Bandarra foi alvo de manifestação popular, pela solicitude e colaboração, além do dever, prestados às autoridades e povo.

A noite, a vitória da Revolução foi comemorada com um baile no Clube Harmonia, que então, mais do que nunca, fez

juz a seu nome de Harmonia colocado logo após a Revolução de 93, para unir a família canguçuense dividida por aquela luta fratricida e agora unida pela Frente Única.

Em 24 de dezembro assumia a prefeitura o Major Ulisses Coelho que fora nomeado por Flores da Cunha. Após quatro meses foi substituído por Conrado Ernani Bento, diretor de **O Liberal** e Vice-Presidente da Junta Revolucionária que governara Canguçu de 5 de outubro a 24 de dezembro de 1930.

Nota: Nelson e Celso eram filhos de Salvador (Vador) Rodrigues e de Isaura Bento Duarte e filha do primeiro matrimônio de Antônio (Nico) Duarte com uma filha do professor Antônio Joaquim Bento e irmã do Cel. Genes Gentil Bento,

A sede do telégrafo era na moradia de Alberto Bandarra, belo prédio que se localiza na esquina da general Osório com a Cel. Genes Gentil Bento em diagonal com a Praça de Esportes Dr. Jaime de Farias. Neste prédio funcionou longo tempo depois o Posto de Higiene.

PREFEITOS DE 1930 – 1957

Da Revolução de 30 até o centenário, Canguçu teve os seguintes prefeitos eleitos ou nomeados cujas fotos estão no Salão Nobre da Casa de Cultura:

Primeiro: Major Ulisses Coelho

Assumiu em 24 Dez. 30, provisoriamente. Era natural de São Pedro do Sul, onde organizara um batalhão revolucionário. Depois fiscalizou em Porto Alegre o 2ª BI da Brigada Militar. Residiu com sua família na Prefeitura.

Segundo: Conrado Ernani Bento

Foi nomeado prefeito em 23 maio de 1932, pelo general Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul e de quem recebeu integral apoio para dotar Canguçu de iluminação elétrica em 1933. Para auxiliá-lo contou com Conselho integrado por: Antônio Valente **(8)**, Belchior Jacinto Dias **(9)** Gentil Goulart da Silveira **(10)**. Nesta época instalou-se em Canguçu o atual Colégio N. S. Aparecida e em sua frente o Sanatório do Dr. João Swintd, grandes melhoramentos comunitários.

INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA

Data do Império a iluminação pública do município. Sua iniciativa coube a Câmara de Vereadores, 1884-1888, composta por Francisco Medeiros, Bernardino Pinto Ribeiro, Patrício A. Puente, Gregório Motta da Luz e Miguel Jesus Vasques Filho. Mandaram adquirir em Pelotas 50 lampiões a querosene para a municipalidade e 40 para diversos moradores. *

• O Arquivo Conrado Ernani Bento possui várias fotos que registram o tempo dos lampiões na vila. Ainda em 1938, na extremidade da praça Gen. Floriano, em diagonal com o Clube Harmonia, existiu um poste com o lampião remanescente daquela época.

Em 31 de dezembro de 1933, foi inaugurada solenemente a luz elétrica em Canguçu. O fato foi registrado com destaque pela edição de 3 de janeiro de 1934 do **Diário Liberal** de Pelotas **(11)** do seguinte modo:

"Para a inauguração solene da luz elétrica de Canguçu veio de Pelotas uma caravana presidida pelo Cel. Joaquim Augusto de Assunção, como representantes do general Flores da Cunha. Ela foi recebida à tardinha na entrada de Canguçu, pelo prefeito Conrado Ernani Bento e população em geral, depois do que dirigiram-se para a Prefeitura onde foi realizado um banquete. Falou na ocasião o Sr. Alberto Mattos Bandarra em nome do povo de Canguçu, tecendo elogios à obra administrativa e pessoa do major Conrado Ernani Bento e agradecendo ao general Flores da Cunha o apoio emprestado pelo Estado para a concretização daquela obra. A seguir o prefeito, Conrado Ernani Bento saudou o Interventor Federal, na pessoa do Cel. Joaquim Assunção. Este agradeceu e se congratulou com o povo de Canguçu pelo melhoramento introduzido pelo edil canguçuense.

A seguir o prefeito convidou o povo para assistir à cerimônia de inauguração, tendo o Cel. Joaquim Assunção cortado a fita inaugural e o prefeito Conrado Ernani Bento ligado a chave geral, ficando deste modo inaugurada a luz elétrica em Canguçu.

Discursaram nesta ocasião o Dr. Luís Simões Lopes Filho saudando a mulher canguçuense e o Dr. Walter Oliveira Prestes fazendo uma análise das possibilidades econômicas do município e encarecendo a construção da ferrovia São Pedro do Sul – Pelotas, tão fundamental ao progresso canguçuense".

Foto da inauguração da luz elétrica em 31 dez 1933, data colocada na foto pelo prefeito Conrado Ernani Bento. Em primeiro plano a praça recém urbanizada aproveitando os coqueiros que existiam na primitiva. Ao fundo, da esquerda para a direita, o sobrado onde residia Guilherme Klein, a igreja e no espaço entre a igreja e a Prefeitura, terreno baldio, antigo cemitério sobre o qual seria construído o Colégio Irmãos Andradas e casa construída pelo padre Valor no inicio dos anos 20, A prefeitura e ao seu lado a antiga Cadeia de Canguçu mandada construir pelo Chefe Imperial Chico Pedro ou Moringue e depois usada pelo Capitão Antônio Sampaio de 1846/50, atual patrono da Arma de Infantaria do Exército, como seu posto de Comando. Ele foi herói da batalha de Tuiuti, a maior batalha travada na América do Sul, nome hoje denominação histórica do 9º Batalhão de Infantaria Motorizada de Pelotas. Em primeiro plano o casal Tertuliano e Mosa Silveira Moreira, pais do Cel. Genes Gentil (Gege) Moreira e que serviu longo tempo na citada unidade. (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento, prefeito na ocasião)

Aspecto da Praça Marechal Floriano Peixoto, no dia 31 dez. de 1933 da inauguração da luz elétrica em Canguçu. Em primeiro plano o Stand Bar, construido pela Prefeitura e alguns anos depois dali removido. Hoje no local existe monumento a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Foi conservado um poste da iluminação pública anterior. Vê-se a cerca de madeira da praça onde o menino José Moreira Bento sentou-se e caiu batendo com a nuca no chão que lhe produziu corte no couro cabeludo. A praça foi reformada por completo, conservando até o desenho original da época. O Stand Bar foi explorado algum tempo por José Nogueira, "Zé Gordo" e que ali teria instalado o primeiro rádio em Canguçu. Era um bom clarinetista e saxofonista e líder do Jazz Tupi que fundou. (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento)

A instalação da luz elétrica custou na ocasião à municipalidade a quantia de 200 contos de réis e o seu motor funcionou cerca de 20 anos sem grandes problemas até ser complementado por outro e finalmente encampado pela CEEE.

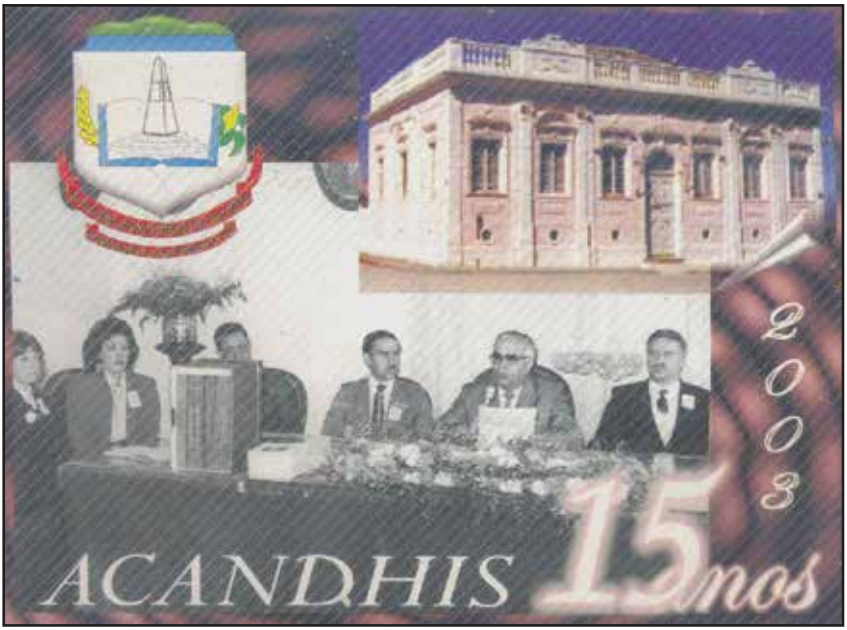
Prestaram seus serviços à Usina Municipal onde sacrificaram muitas das noites de suas vidas em meio ao barulho e a solidão entre outros: Antônio Casarin João Escursione, Fritz, José Gonzales e Albino Rick.

Terceiro: Conrado Ernani Bento

Continuou no cargo para o qual fora eleito em 1935,

mandato interrompido com o advento do Estado Novo.

Nota: Organizamos o Arquivo Conrado Ernani Bento que foi apresentado a ACANDHIS em cerimônia fotografada em foto convite para a comemoração dos 15 anos da ACANDHIS.



Na foto aparecem da esquerda para a direita Vanja Rocha Wiskow (secretária), Professora Marlene Barbosa Coelho (coordenadora), Corálio Cabeda, Gilberto Moreira Mussi (ex prefeito de Canguçu), Cel. Cláudio Moreira Bento, (presidente da ACANDHIS) e Odilon de Almeida Meskó (Prefeito de Canguçu). Sobre a mesa o Arquivo do Prefeito Conrado Ernani Bento em 4 volumes encadernados e hoje na casa de seu filho José Moreira Bento. No alto, a esquerda, o brasão da ACANDHIS elaborado pela sócia efetiva da ACANDHIS Maria da Graça Valente Silveira ao lado do prédio da Casa da Cultura onde se reúne a ACANDHIS e hoje Casa da Cultura Marlene Barbosa Coelho, como ato de justiça na voz da História. (ACANDHIS)

Quarto: Dr. Jaime de Farias

Assumiu em 19 jan. de 1938 o cargo de prefeito para o qual fora nomeado pelo interventor. Sua administração durou

até 31 out. de 1945, final do Estado Novo. Data de sua administração o antigo conjunto Forum, Cadeia Civil, Delegacia de Polícia, que existiram no local onde hoje se ergue o Teatro Muncipal e a Praça de Esportes Dr. Jaime de Farias, Grupo Escolar, etc. que é abordada pela **Opinião Pública** de Pelotas, 4 set. de 1944.

ELEVAÇÃO DE CANGUÇU À CIDADE

Canguçu foi elevada a cidade, por Decreto nº 311 de 2 de março de 1938, do Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas.

A cerimônia de instalação teve lugar em 1º de janeiro de 1939, obedecendo ao seguinte programa:

09:00 horas – Hasteamento do pavilhão nacional pelo prefeito, falando na ocasião o juiz distrital Dr. Fernando Pacheco **(12)**. "Soprava o vento oeste". A cerimônia contou com grande assistência popular.

09:30 horas – Missa campal defronte à igreja e oficiada pelo frei João Brower. Dirigiu o coral a madre Eustachia, diretora do então Colégio N. S. Aparecida.

10:30 horas – Cerimônia de instalação da cidade, no Salão Nobre da Prefeitura pela comissão presidida pelo Dr. João de Barros Cassal, (juiz de Direito) secretariada por Conrado Ernani Bento, como Notário e Oficial do Registro de Imóveis e integrada por Dr. Jaime de Farias, Prefeito Municipal, Dr. Fernando Pacheco, Juiz Municipal, Frei João Brower – **(13)** Pároco de Canguçu, Dr. Walter Oliveira Prestes – advogado, Dr. Raul Soares – advogado, Dr. José Mendonça – Diretor da Casa de Saúde Cristo Rei **(14)**, Victor Petrucci – comerciante e José Albano de Souza.

Usaram da palavra o Dr. Barros Cassal e os advogados Walter Prestes e Raul Soares. A cerimônia foi encerrada com a leitura da ata por Conrado Ernani Bento que após foi assinada por todos.

21:00 horas – Concentração popular defronte ao Clube Harmonia, ocasião em que foi lida a ata da instalação da cidade de Canguçu pelo Sr. Lúcio Rodrigues, secretário do

prefeito. Foi feita ampla cobertura fotográfica por Egídio Camargo e a situação de Canguçu na época foi abordada em reportagem pelo **Diário Popular**. **(16)**

Dec. Municipal nº 3 de 30 de jul. 38 estabeleceu o seguinte "Art. 1º - Fica estabelecida como área urbana da cidade de Canguçu a compreendida entre os dois arroios que a circundam pelos lados Leste e Oeste. Partindo do ponto de confluência dos referidos arroios, no Moinho de Dona Florência, segue pelo arroio de lado Leste até encontrar a sua nascente no potreiro de herdeiros do casal de José Francisco Jorge, deste ponto por uma linha reta até a estrada geral até enfrentar a casa onde funciona o Colégio N. S. da Aparecida, daí em linha reta encontrar Cacimba de Ouro e deste ponto segue pelo arroio de Oeste abaixo até o ponto de partida na confluência dos dois arroios.

Art. 2º - A área suburbana da cidade de Canguçu tem por limites uma linha que partindo das pontas da cancha na estrada que vai a Iguatemi, na divisa das propriedades dos herdeiros do casal de José Francisco Jorge e João de Loreto Jacondino, daí uma linha reta até o encontramento das três estradas que vão ao Arroio do Moinho, Colônia São Manoel e cidade de Pelotas, por esta até o encontramento da estrada que partindo da sede vai também a Pelotas, por esta até o seu encontramento na estrada que vai a Piratini, por esta até o travessão que liga essa mesma estrada à estrada de Iguatemi e por esta até o ponto de partida". **(17)**

Nota: Acima aparecem os nomes de José Francisco Jorge e João Loreto Jacondino. Os dois são troncos das famílias canguçuenses Jorge e Jacondino.

CANGUÇU NA ELEVAÇÃO À CIDADE (18)

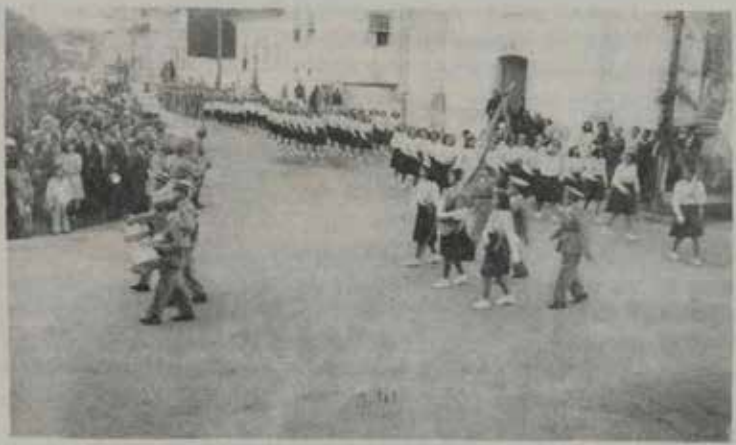
Área: 409.093 Km dos quais 217.090 usados na pecuária, 192.003 na agricultura e 35.000 mais ou menos recobertos de matas. População: 60.000, sendo 3.000 na cidade. Em cerca de 8.000 estabelecimentos agrícolas estima-se foram produzidos:

Em sacos: 70.000 de batatas; 30.000 de trigo; 80.000 de

milho e 15.000 de feijão.

Em arrobas: 50.000 de alpiste; 50.000 de fumo e 30.000 de cascas (curtir).

Cerimônia de elevação de Canguçu à cidade em 1939. Da esquerda para a direita: Conrado Ernani Bento — Notário lendo a ata alusiva ao ato; Dr. Jaime de Farias — Prefeito Municipal; Dr. Barros Cassal — Juiz de Direito e Dr. Fernando Pacheco — Juiz Municipal (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento).



Semana da Pátria — 1943. Aspecto do desfile do Colégio N.S. Aparecida na rua da Igreja que conservava ainda seu aspecto imperial. O conjunto arquitetônico Igreja e sobrado, ao lado (1861) despertaram a atenção do governador Ildo Meneghetti e comitiva. O autor é tamboreiro que aparece por último. (Foto: Arquivo Conrado Ernani Bento).

Em quilos: 50.000 de piretro; 30.000 de manteiga e 1.000 latas de mel. O rebanho era estimado em 150.000 bovinos, 30.000 eqüinos, 2.000 asininos, 30.000 ovinos, 2.000 caprinos e 20.000 suínos.

O município possuía 3 torrefações de café, 4 fábricas de manteiga, 2 pequenas de conservas, 3 de beneficiar fumo, 15 moinhos de grãos, 1 fábrica de pó de mosquito, 17 olarias, 30 ferrarias e 210 casas de comércio. A lavoura possuía 38 trilhadeiras a motor e 4 a força animal.

Iniciou a funcionar a Casa de Saúde Cristo Rei sob a direção do Dr. José Mendonça, depois de interrompida com a ida do Dr. João Swindt para a Alemanha em função da 2ª Guerra Mundial.

CANGUÇU EM 1942

Canguçu foi visitado em 8 março 1942 pelo interventor federal do Rio Grande, general Osvaldo Cordeiro de Farias, que pouco mais de um ano depois comandou a Artilharia Divisionária da FEB na Itália, Sua visita foi registrada por ampla e elucidativa reportagem fotográfica publicada pelo **Diário Popular (19)**, 17 maio 42, p. 7, constando arrecadação, produção agrícola e pecuária e ex-titulares da comarca.

O interventor lançou a pedra fundamental do Grupo Escolar **(20)** e do Forum.

Releva nesta reportagem o trabalho de saneamento e fiscalização realizado pelo Posto de Higiene nº 11, local, que mudou a face de Canguçu quanto a medidas sanitárias. Fato que testemunhamos em criança como de grande relevância e que tributamos ao general Cordeiro de Farias. Relatório do Posto registrava: População de Canguçu: - 60.000, dos quais cerca de 2.000 na sede habitando 287 prédios dos 319 existentes. Dos 23 vagos, o estavam por imposições do regulamento sanitário, sendo que 9 foram condenados pela Higiene. As privadas primitivas foram substituídas por fossas biológicas de diversos tamanhos e tipos que atendiam 319 prédios. Foram eliminados da

área urbana criações de suínos, cavalares, vacuns e modificados substancialmente os padrões sanitários das casas comerciais, particularmente açougues, padarias e tambos de leite.

Antes, com freqüência, havia grande incidência de tifo, coisa que nos enchia de temor. O papel educativo do ponto de vista sanitário desse Posto de Higiene foi de grande relevância, embora na época bastante combatido por contrapor-se a costumes tradicionais. Foi seu primeiro diretor o Dr. Joaquim Barros Coelho. **(21)** Enfim Canguçu passou por uma revolução sanitária, coisa que assisti, em Pernambuco, a 60 Km ao sul de Recife e junto a BR 201, somente 28 anos após, pelo interventor que visitava Canguçu e que seria por ele governada após.

2ª GUERRA MUNDIAL

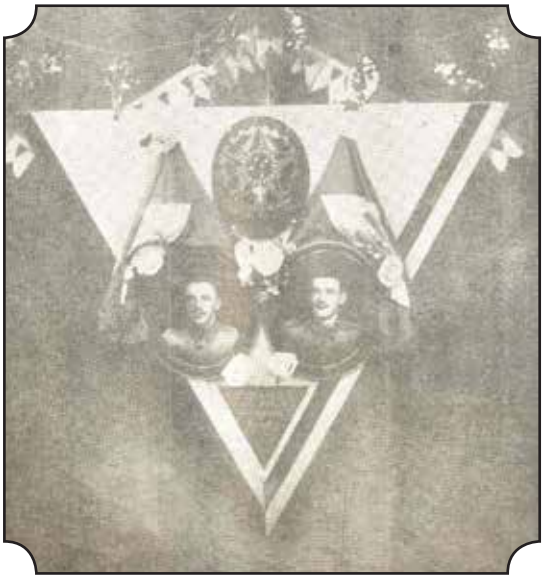
De 1939-45 teve lugar a Segunda Guerra Mundial que ao seu final contou com a participação bélica do Brasil através de sua FEB.

Muitos canguçuenses atravessaram o Atlântico para combater na Itália, terra de Garibáldi seu reunificador e que na Revolução Farroupilha esteve em Piratini e Canguçu **(22)**.

Dentre os 21 bravos rio-grandenses que tombaram na Itália, em defesa da Liberdade, figuram dois canguçuenses que representam cerca de 10% das perdas do Rio Grande do Sul.

São eles:

Hortêncio da Rosa do 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio. Filho de João Pedro Rosa e Jovelina Matias. Tombou em ação em Zoca – Itália em 22 Abril 1945. Foi agraciado com as medalhas: Campanha da Itália, Sangue do Brasil e Cruz de Combate de 2ª Classe. Sua unidade na época é o tradicional Batalhão Sampaio, do Rio, homenagem, a Antônio Sampaio patrono da Infantaria do Exército que comandou uma Companhia de Infantaria em Canguçu 1846/50 depois da Revolução Farroupilha.



Este quadro foi iniciativa do fotografo Egídio Camargo, sócio honorário da ACANDHIS. Foi inaugurado na Semana da Pátria e por longos anos figurou em seu Estúdio Fotográfico e hoje se encontra no Museu Municipal. Egidio pai do Cel. Adonai Camargo, que se encaminhou para a carreira militar após estímulo de nós recebido em visita ao citado Estúdio. Fizemos homenagem póstuma a Egídio Soares Camargo em artigo no Liberal, Canguçu em cerca (c.1975). Fonte: BARROS, Aluízio. **Expedicionários sacrificados na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1957. página 183 (foto quadro) e referências aos dois, p.153 e 154.

Soldado Izidoro Matoso do 6º Regimento de Infantaria Filho de Gregório Matoso e de Augusta Matoso. Ferido em ação faleceu em 15 de abril 1945 em posto de Tratamento a menos de um mês do final da guerra. Foi agraciado com as medalhas: Campanha da Itália, Sangue do Brasil e Cruz de Combate de 2º Classe. Seu nome está inscrito em bronze em monumento no quartel de Caçapava – SP, o atual 6º BI Mtz.

Eles incorporaram no então 9º RI de Pelotas, atual 9º BI Mtz – Batalhão de Tuiuti. Os restos mortais de ambos encontraram-se sob o Monumento dos Mortos da II Guerra Mundial, no aterro do Flamengo, no sexto e nono conjuntos de túmu-

los, a contar da entrada, conforme localização que procedi em 1968. Sobre este monumento o Papa João Paulo II rezou missa no Rio de Janeiro.

As conseqüências da guerra na comunidade foram sentidas pelos racionamentos de luz e de gasolina. Pelo racionamento da última, a adoção do transporte automóvel a gasogênio, incluindo o que fazia a linha de Canguçu – Pelotas.

Ao final da guerra o jornal **Opinião Pública** de Pelotas noticiou o desenvolvimento da vila dos Campos, fundada em 1883 por Abel Machado de Campos **(24)**, pai de Abel e Sabino Soares Campos. Terra berço destes dois heróis.

Nota: Publicamos em 1995 no Jubileu do Dia da Vitória a obra **As Forças Armadas e a Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial**, Volta Redonda: Gazetilha, 1995, com prefácio e capa do General Pínio Pitaluga, membro da AHIMTB e que comandou A Cavalaria Mecanizada da FEB. Obra há pouco reeditada pela AHIMTB com prefácio do Presidente da ANVFEB – Porto Alegre Vet FEB José Conrado de Souza, membro da AHIMTB. Obra que serve de moldura para melhor se compreender o esforço e sacrífício destes dois filhos de Canguçu que assim seriam vistos pelo grego Péricles

"Aquele que morre em defesa da sua pátria faz mais por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas."

No centro da praça de Canguçu voltada para a rua General Osório existe monumento em homenagem aos dois heróicos canguçueses.

Em 15 de junho de 1945, a convite da Associação Nacional de Veteranos da FEB proferimos palestra alusiva aos 60 anos do Dia da Vitória sobre a atuação da FEB na Itália e a certa altura recordamos nossas ligações com a FEB que hora as reproduso.

"E agora aos 75 anos, com o nosso prazo de validade vencido, um pouco de nossas memórias relativas a ligações com o Exército e a sua gloriosa FEB."

Tomamos conhecimento da existência do Exército em Canguçu, meu torrão natal, onde pela primeira vez aos 10 anos conhecemos um jovem oficial do Exército que instalou

sua residência nos fundos de uma enorme chácara de nossa avó materna, Firmina Moreira, com vistas a construção de trecho da ferrovia Canguçu - Pelotas. Chama-se Hélio Ibiapina Lima (e aqui esta presente), o qual por seu gênio acolhedor deixou seu nome gravado na memória local e elevando alto o nome do Exército naquele rincão distante, no qual a sua maior avenida é a Exército Nacional. No local onde levantara seu acampamento hoje existe o Estádio Municipal como o nome de nosso saudoso pai Conrado Ernani Bento. Com o tenente Ibiapina aprendi a técnica de um nadar moderno que ele lá introduziu chamado Crowl austrialiano e eu fazia inveja a meninada. Não sei se foi por sua influência que escolhi a Arma de Engenharia.

Pouco depois soube da existência da FEB e acompanhei a mobilização de conterrâneos para integrá-la, quando já possuía 12 anos. E me recordo do embarque de todos que foram para a FEB e entre eles dois conhecidos que seguiram para a Itália e lá tombaram em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial. Eram os soldados Hortêncio Rosa e Izidro Matoso que representaram 10% dos gaúchos mortos na FEB, cifra bastante expressiva num estado com numerosos municípios. E vez por outra orgulhosamente visito seus túmulos e neles deposito uma flor em nome de minha comunidade.

Em 1945, aos 14 anos aprendi e muito cantei a Canção do Expedicionário no Ginásio Gonzaga em Pelotas, como pensionista. Acontece que o irmão lassalista Prefeito e que era o encarregado da Disciplina do Ginásio, possuía um irmão sargento na FEB. E no cinema do Ginásio ele pintou um enorme navio simbolizando o retorno vitorioso da FEB e dentro da recepção que ele sonhava fui escolhido como um dos componentes do coro para cantar o Hino do Expedicionário, em espetáculo que ele levaria mais tarde depois do Dia da Vitória a todo o Ginásio. Naquele tempo havia missas todos os dias e os pensionistas iniciavam os cantos por mim. E esta missão eu teria mais tarde na Academia Militar ao retornar do Parque de Instrução e ouvir esta ordem do cadete comandante – Atenção A canção da Engenharia pelo cadete Bento

– começar! E eu a iniciava –“ Se for mister partir um dia para a guerra ...”

Mais tarde soube que o autor da letra fora o depois meu saudoso amigo General Jonas Correia e a música de sua 1ª esposa e os progenitores do nosso acadêmico General Jonas Correia Neto. E foi o General Jonas Correia que me honrou fazendo as orações com as quais fui recebido nos institutos de História e Geografia Militar do Brasil e no Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1950 fui soldado e cabo na 3ª Companhia de Comunicações, acantonada no 9º Regimento de Infantaria em Pelotas, de onde recordo passando pelo pátio ou desfilando em continência ao comandante Coronel Berzelius, o Tenente Febiano Sérgio Gomes Pereira, o hoje presidente da ANVFEB, aqui presente, que nos convidou para esta palestra. Lá tive a felicidade de ter como monitor o 2º Sargento Eliarte , expedicionário da FEB, onde fora corneteiro do General Zenóbio da Costa. Foi com ele que aprendi lições com exemplos, alguns baseados na sua experiência na FEB, sobre Virtudes Militares.

Mais tarde oficial da citada companhia de Comunicações, em Cachoeira do Sul, tenho orgulho de haver dirigido carta ao Marechal Mascarenhas de Morais denunciando fato covarde do assassinato de um ex-combatente com neurose que se escondera no fundo de um quintal e atirava pequenos torrões de terra que assustaram moças reunidas na casa. E estas chamaram, recordo um advogado local que era cônsul do Uruguai. E a atitude deste sem chamar a polícia foi disparar tiros contra o local de onde eram jogados os torrões. E ao verificarem o local constataram que ali havia sido assassinado um ex-combatente neurótico que se enfiara pátio a dentro. Recebi resposta do Marechal a qual por longo tempo era junto com a minha certidão de casamento e mais a de dois filhos, hoje oficiais de nossa Marinha, que eu as guardava numa caixa de sapatos, como a minha documentação mais importante.

Mais tarde, servindo no 1º Batalhão Ferroviário lá existia

na minha companhia, como civil, um expedicionário também com neurose e que trabalhava como braçal e com baixo rendimento. E surgiu um insensível que conseguiu que o Nicanor fosse mandado embora. Aí alguém comunicou ao Ministro Teixeira Lott o fato e ele mandou ordem expressa para readmitir Nicanor.

Servindo no então VI Exército, na 5ª Seção, recordo palestras que fazia no meio estudantil sobre a participação da FEB na Itália, num estilo como o que o demos início a presente palestra (meio poesia).

Lá fui encarregado de coordenar, sem prejuizo de minhas funções, o planejamento, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. E nosso primeiro desafio foi lá lembrar em monumento a atuação da FEB através de placa de bronze nele colocada, contendo palavras proferidas pelo General Mascarenhas de Morais em 9 de julho de 1945, ao ali, simbolicamente, depositar os louros conquistados pela FEB na Itália. E lá deixamos inscritas em bronze estas suas palavras.

"Nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da nacionalidade brasileira. Daqui ela partiu e já atravessa mais de 3 séculos, passando vitoriosamente por Passo do Rosário, Monte Caseros, lançando-se de Lomas Valentinas a Monte Castelo, Castelnuevo, Montese e Fornovo."

Como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro e sempre em contato como o General Celso Daltro Santos, recordo que lhe sugeri e ele aceitou nossa colaboração, na elaboração de uma Revista Militar Brasileira dedicada a FEB e a nossa sugestão de que a capa da mesma dali por diante passasse a ser ilustrada. E a primeira foi uma alegoria por nós indicada de um combatente da FEB portanto seu fuzil e atrás dele o pavilhão nacional.

No dia 23 de abril de 1972, início das comemorações do Sesquicentenário da Independência, o **Correio Braziliense** nos confiou a elaboração de sua edição histórica na qual assi-

namos 4 matérias. Uma sobre os Dragões da Independência, outra sobre a História do Exército em Brasília outra intitulada O Adeus as Armas de um herói da FEB, alusão a passagem para a reserva do Ten. Cel. Nestor Silva. Uma quarta foi sobre Hipólito da Costa o fundador da Imprensa Brasileira, cujo traslado dos seus restos mortais da Inglaterra então sugerira. Personagem cujo seu tetraneto Coronel Aviador Fernando Hipólito da Costa era sobrinho e afilhado do Marechal Castelo Branco, conforme destaco em nosso livro ora publicado sobre o personagem

Como instrutor de História Militar na AMAN em 1978/80 introduzimos a História da FEB, em livro texto que coordenamos de **História Militar do Brasil** e no livro de nossa lavra **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**, publicado pelo EGGCF com apoio do Estado – Maior do Exército. Nele introduzimos, uma análise da 1ª Batalha dos Guararapes, à luz dos fundamentos da Arte Militar, e outra no mesmo sentido, do combate de Monte Castelo. Obras que faz mais de 26 anos servem os cadetes da AMAN.

Como comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá, em 1981/1982 existiam lá, cerca de 40 ex-combatentes da FEB que dali haviam saído. Eles se mostravam arredios com desatenções recebidas. E tratamos de fazer com que retornassem a freqüentar o Batalhão e os tratava com a atenção que mereciam e inauguramos na entrada do Pavilhão de Comando uma placa metálica contendo os nomes de todos os febianos e alertando os soldados da guarda de que os que tinham os nomes naquela placa possuíam liberdade total no batalhão como heróis de guerra. E me distinguiam quando falecia um deles, cujo sepultamento não poderia ser feito até que eu chegasse no local.

Mas no batalhão existiam heróis da Defesa Territorial de Fernando de Noronha que operaram em praias de mar alto, meios descontínuos improvisados para o desembarque de suprimentos e equipamentos e de pessoal na ilha e que chegaram ao ponto de construírem um trapiche para o desembarque dos canhões de Costa na ilha que até hoje lá perma-

necem. Aí, como justiça, coloquei defronte a placa do pessoal da FEB uma com o nome daqueles bravos pontoneiros de Fernando de Noronha. E os retratos dos que mais se destacaram em comandos no Museu Juarez Távora que então criáramos.

Em 1983, no centenário do Marechal Mascarenhas de Morais, fomos distinguidos pelo professor Pedro Calmon, para, interpretando os sentimentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, falar sobre o Marechal em sessão concorrida, tendo nossa oração sido publicada na Revista daquela instituição em seu volume 344, jul/set. 1983.

Na chefia do Arquivo Histórico do Exército 1985/1991, reunimos numa Sala Especial no 1º andar, todo o Arquivo Oficial da FEB, cujo conteúdo era monitorado por um índice. Foi uma cerimônia muito expressiva ao tempo que era Secretário do Exército o General Jonas de Morais Correia Neto e comandante do atual CML o General Heraldo Tavares Alves de quem fomos Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar, no centenário desta entidade, em 1987.

Recordo que o jornalista William Wack lançou em 1985 o livro **As duas faces da Glória** pela Nova Fronteira, com colocações que provocaram indignadas respostas de escritores ex-combatentes. E que entramos nesta luta, publicando artigo As duas faces da glória em a **Defesa Nacional** n.º 755. Artigo este selecionado pelo Curso de Preparação a ECEME e que mereceu este comentário inicial da Revista " Trata-se de uma resposta bem fundamentada às colocações de William Waak em livro, relativas a atuação da Força Expedicionária Brasileira em território europeu." E por nossa resposta fomos cumprimentados pelo Ministro do Exército e por seu Chefe de Gabinete.

Fomos convidados a seguir, pela Nova Fronteira, editora da família de Carlos Lacerda, para elaborarmos verbetes sobre a participação de nossas Forças Armadas e Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial, para que fossem integrados num Dicionário Inglês sobre a 2ª Guerra Mundial que lamentavelmente não saiu.

E então os aproveitamos para editar o trabalho sob o título **A Participação das Forças Armadas e da marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial**, em 1995, nos 50 anos do Dia da Vitória, com prefácio e capa da lavra do nosso falecido acadêmico emérito, o heróico General Plínio Pitaluga, hoje nome de um dos refeitórios de cadetes da AMAN, junto com o Aspirante Mega. Trabalho ora reeditado com prefácio do nosso acadêmico emérito Veterano da FEB Conrado José de Souza

No Projeto História do Exército na Região Sul que estamos desenvolvendo desde 1994 e que já conta com 9 volumes publicados, sempre colocamos os nomes dos ex-combatentes da FEB oriundos de cada brigada focalizada.

E na **História do Comando Militar do Sul**, demos especial destaque biográfico ao Marechal Mascarenhas de Morais, como comandante da Zona Militar Sul e ao Sargento Max Wolf, como o maior herói da FEB, e nascido naquela área.

A pedido das escolas de Sargentos do Sul e da ESA, pesquisamos e publicamos trabalho sob o título **Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em operações de guerra, na Itália**.

Agora nos 60 anos do dia da Vitória em nosso informativo O Guararapes 45 dedicado a evocar esta efeméride, divulgamos matérias sobre a FEB de autoria de nosso patrono de cadeira na AHIMTB, Cel. Jarbas Passarinho e dos acadêmicos eméritos Cel. Germano Seidl Vidal, Vet José Conrado de Souza e nossas, enfocando a defesa da memória do Marechal Mascarenhas de Morais agredida por um "magarefe da honra alheia", na definição de Jarbas Passarinho em seu artigo. Artigo ofensivo divulgado pela **Revista Nossa História** que provocou respostas diversas inclusive do nosso Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, através de seu ilustre, Presidente General Aureliano Moura. E a resposta de nossa Academia de História Militar Terrestre foi amplamente divulgada através do seu **O Guararapes** 45, no site de nossa Academia que registra mais de 50.000 visitas. Artigo que mereceu do Presidente deste Clube Militar General Lessa, apreciação elogiosa em comunicação que nos enviou.

Na presidência de sessões da Academia de História Militar Terrestre e em especial nas escolas do Exército, sempre destaco a presença de veteranos da FEB, sintetizando suas atuações e pedindo um salva de palmas para eles por suas contribuições para a defesa da Democracia e da Liberdade Mundial.

Há 7 anos atrás, em 8 de abril de 1998, fomos agraciados com a Medalha Mascarenhas de Morais, pela ANVFEB e em 2002 e 2003 com as medalhas da Vitória e Sangue de Heróis da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

Estas nossas considerações são para demonstrar o nosso carinho e respeito pessoal e o da Academia de História Militar Terrestre do Brasil pelos feitos da FEB e de seus integrantes. Academia que conta como seus patronos de cadeiras, na condição de historiadores militares, os marechais João Batista Mascarenhas de Morais e Humberto de Alencar Castelo Branco e, mais os generais Francisco de Paula Cidade, Antônio de Souza Júnior, e Coronel Francisco Ruas Santos, patrono em vida, além dos seguintes oficiais relacionados indiretamente com a atuação da FEB, o Marechal Estevão Leitão de Carvalho e o General Severino Sombra que integraram a Comissão Brasil e Estados Unidos em Washington e o General Aurélio de Lira Tavares que representou o Brasil em Berlim junto aos aliados. E como acadêmicos eméritos, por haverem ajudado a fazer a História da FEB e a escrito e a divulgado, os generais Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Carlos de Meira Mattos, Plínio Pitaluga, Domingos Ventura Pinto Filho e coronéis J. V. Portella Ferreira Alves, Elber de Mello Henriques, Germano Seidl Vidal , Cecil Wall Barbosa de Carvalho e Celso Rosa.

Esta tem sido nossa atuação relativamente a FEB, na tentativa de evitar a tendência hoje de retorno a este quadro assim assinalado pelo General Tasso Fragoso, ao retornar de função na Argentina e expresso no seu prefácio ato de contrição, em seu célebre livro "**A Batalha do Passo do Rosário**", em 1922.

"Logo aos primeiros passos de minha vida militar, senti

com mágoa a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci, sem demora, não só que me faltava o conhecimento dos fastos da Pátria, mas sobretudo os seus grandes feitos militares"

E mais ele havia se formado na Escola da Praia Vermelha onde sob a influência de um Positivismo mal interpretado no campo militar e de um bacharelismo que colocava em 2º plano o profissionalismo militar, ele escreveu que seus colegas ali riam com desprezo dos veteranos do Paraguai que desfilavam com seus peitos cobertos de medalhas.

Agora muito emociado por estas lembranças das quais muito me orgulho passo a abordar, como interpreto, como historiador militar e integrante da geração seguinte a da FEB, nos 60 anos depois de 8 de março de 1945, "Dia da Vitória, o desempenho operacional da 1ª Divisão Expedicionária da FEB."

Nota: Acabo de ser agraciado com a Medalha Marechal Machado Lopes que comandou A Engenharia na FEB e foi um meu antecessor no comando do 4º Batalhão de Engenharia de Combate 1942/43 e ambos fomos destacados por Armelin Guimarães em sua **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.496 e 497. De nós entre os diversos atos nossos que referiu mencionou"; Oficial dotado de nobre visão comunitária", o que muito nos emocionou.

A ATERRAGEM DO 1º AVIÃO EM CANGUÇU

Consta, que a partir de 1928, começaram a cruzar os céus canguçuenses os primeiros aviões. Este fato no início, como não poderia deixar de ser, causava grande curiosidade, levando todos à rua, principalmente por ocasião de vôos razantes. E Conrado Ernani Bento, anotou:

"Em 16 de Dezembro de 1941, o piloto Fonseca tentou aterrizar na pista improvisada na frente da casa de Firmina Matos Moreira, minha sogra. Não fez por falta de largura suficiente na pista devido ao vento lateral leste reinante na manhã desse dia", segundo anotou Conrado Ernani Bento, em foto do vôo razante do referido aparelho 777.

Em 15 de julho de 1945, pousou em Canguçu o primeiro avião, fato que foi assim descrito em carta ao autor por seu piloto, o Dr. Osvaldo Muller Barlém, então Juiz de Direito de Canguçu e em 28 de maio de 1957, em resposta a várias questões por mim formuladas relativas a sua atuação em Canguçu. “Minha primeira aterrissagem em Canguçu, foi a 15 de julho de 1945, conforme minha caderneta de vôo. Viajei direto de Rio Grande a Canguçu. O avião era um “Aeronca”, tipo turismo, então com motor de 65 HP e prefixo PPGA. Levei uma hora entre a Base Aérea de Rio Grande, na chamada Ilha Antônio Pradel, até a cancha de carreiras na propriedade da viúva Firmina Moreira. Fui pela manhã e voltei à tarde”.

Na segunda aterragem do Dr. Barlém, o avião teve ao final da pista a ponta da hélice partida em conseqüência de um pequeno acidente em pista precária, agravada por vento desfavorável.

A tarde, após a hélice ter sido remendada pelo carpinteiro Lolito, um surdo-mudo, foi tentada a decolagem. Porém tão logo o avião iniciou sua corrida o remendo se desfez. Em conseqüência o avião desviou seu itinerário e cresceu sob o povo que o assistia, causando pânico e correrias sem vítimas a lamentar. O avião conseguiu levantar cerca de dois metros, e foi cair em cima de um galpão, onde estatelou-se sem danos para seu piloto. Dias depois a aeronave retornou por via rodoviária para Rio Grande.

Nesta ocasião, ao convidarem por brincadeira um gaúcho canguçuense para fazer parte do Aeroclube de Canguçu, a ser fundado, atribuíram-lhe o seguinte comentário:

“– Não conte comigo, amigo! Eu sou meio protestante destas coisas. E lhe digo mais! Isto só vai ter serventia para este povo se desgraçá. Não vê que outro dia aquele tal de “treco treco” quando foi arçá vôo, ficou tafoneiro, pendeu prum lado e foi cair bem em riba de um galpão. E isto para a sorte do Dr. Barleim, senão ele andaria inté hoje lá em riba, só na volta no más, tal qual oveia abichada na oreia”.

Aterragem do 1º Avião em Canguçu – 15 Julho 1945. Fotos Históricas

Na primeira o avião iniciando a aterrissagem em meio a grande assistência. Eu assisti como aluno da 1ª série do Ginásio Gonzaga em Pelotas em férias.

Na 2ª foto vê-se ao fundo, defronte o avião de gorro de couro e lenço de pescoço o Dr. Osvaldo Barlém, tendo a sua esquerda, ao centro, seu amigo Conrado Ernani Bento. A esquerda da foto Silvino Borges e a seguir Oscar Caldeira. (Foto do Arquivo Conrado Ernani Bento e por ele comentadas no verso)

Posteriormente os canguçuenses Newton e Nilson Prestes e Alaor Nunes Rodrigues praticaram por algum tempo pilotagem.

Quinto: Dr. Osvaldo Muller Barlém

Assumiu o cargo de Prefeito na condição de Juiz de Direito.

O Dr. Barlém era natural de Rio Grande. Formou-se em Direito em 1929 em Porto Alegre. Tomou parte na Revolução de 30 nas forças do capitão Alcides Etchegoyen, tendo participado de combates em São Paulo. Foi Juiz Distrital em Rio Grande. Depois foi juiz de Direito, função que o trouxe a Canguçu. Desenvolveu intensa atividade como conferencista, jornalista, escritor e tradicionalista. Foi Prefeito de Canguçu por alguns meses após a queda do Estado Novo em 1945. Segundo me declarou em carta, sua administração "tratou de amparar as classes pobres, entre elas o operariado da Prefeitura, cujos salários eram muito baixos". Foi deputado estadual em 1959, ocasião que assumiu a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e em 1967 presidiu a Comissão de Reforma Constitucional. Foi um dos fundadores do CTG Mate Amargo de Rio Grande. Faleceu, como deputado, quando em visita a Piratini **(26)**. Foi orador oficial em 1957 **(27)** do Centenário de Canguçu. Era muito apreciado pelos canguçuenses, onde praticava futebol amador.

Sexto: Dr. Jaime de Farias

Exerceu o cargo até próximo às eleições municipais para descompatibilizar-se e concorrer a vice-prefeitura.

O Dr. Jaime de Farias era natural de Sapiranga, formou-se em Medicina. Chegou em Canguçu por volta de 1910, onde se estabeleceu como médico e passou a ter destacada atuação comunitária. Em 1923 integrou a coluna revolucionária ao comando do General Zeca Netto.

Médico humanitário consta ter sido o primeiro formado a radicar-se em Canguçu. Durante sua gestão como prefeito, conseguiu canalizar para Canguçu o apoio estadual, particularmente para os setores de Educação e Saúde. Sua obra administrativa profícua foi registrada pela Imprensa **(28)**. Sob sua administração em Canguçu a sede tornou-se cidade em 1º de janeiro de 1939 **(29)**. Por sua destacada atuação em Canguçu, torrão que amou e dignamente serviu durante 35 anos, a comunidade o imortalizou através da Praça de Esportes Dr. Jaime de Farias que ele construiu e no estádio Dr. Jaime de Farias do E. C. América, para cuja construção concorreu como administrador, além de ser dado seu nome a uma escola do interior e a uma rua em Pedro Osório.

A maior homenagem no entanto foi a de ter sido eleito vice-prefeito em 1946, apesar de seu eleitorado conhecer seu falecimento em São Paulo, onde se recolhera em tratamento. Não sobreviveu para ver inaugurado o Grupo Escolar, obra que devotava especial carinho. O Dr. Jaime casou com Izaura Nunes Garcia, descendente dos primeiros povoadores de Canguçu, deixando descendentes radicados em Pelotas **(30)**.

Sétimo: Dr. Victor Marques Porto (31)

Tomou posse em 1º janeiro 1948 para o cargo de Prefeito para o qual fora eleito. Foi substituído em seus impedimentos pelo Presidente da Câmara – Dr. Walter Oliveira Prestes.

Em sua administração os trilhos da ferrovia Canguçu-Pelotas atingiram a primeira e teve início, em 1951 o tráfego regular de trens Canguçu-Pelotas. Foram inaugurados o Posto Agropecuário e as sedes de dois escritórios bancários e fundado Hospital Coronel Júlio Limeira, cuja vida e obra ligou-se intimamente à cidade de Itajubá e à unidade local ali sediada que comandei de 1981/82. O coronel Limeira foi sepultado em Delfim Moreira, próximo a Itajubá.

A Estação Ferroviária quando da chegada do 1º trem em Canguçu (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)

Oitavo: Conrado Ernani Bento (32)

Tomou posse em 1º Janeiro 52 para o cargo para o qual foi eleito. Teve como vice-prefeito: Hércio Dias de Almeida **(33)**.

Data desta administração o início do calçamento da cidade; o surgimento, em 1953, do jornal **A Voz de Canguçu**; a colocação da pedra Fundamental do Ginásio N. S. Aparecida e a inauguração do Hospital Júlio Limeira construído com o concurso do 1º Batalhão Ferroviário do Exército, e a reforma do prédio da Prefeitura, construído na época em que o prefeito nascera, por Horácio Piegas.

Fundação do 1º ginásio em Canguçu em reunião no Salão Nobre da Prefeitura, que denomino de Sacrário Cívico de Canguçu e hoje da Casa de Cultura Marlene Barbosa Coelho. Sentados

da esquerda para a direita: não identificado, Dr. Walter O. Prestes (advogado), Waldemar Fonseca (coletor estadual), Cláudio Jorge (Escrivão do Registro Civil), Dr. Osvaldo M. Barlem (Juiz de Direito e falando) e o Prefeito Conrado Ernani Bento, presidindo a histórica reunião. Atrás do Dr. Barlem, Lúcio Rodrigues Secretário da Prefeitura e o Chefe do Posto de Higiene Dr. Cirilo. De pé esconstado idenficamos Ruy Pinheiro (oficial de Justiça) pai de Cairo Moreira Pinheiro e a sua direita Baltazar (Macota) Duarte. (Fonte: Foto do Arquivo Conrado Ernani Bento). Muito batalhou por esta idéia Egidio Camargo. A importância dessa iniciativa bem avaliaram Walter Prestes e Conrado Ernani Bento que tiveram de mandar estudar fora seus filhos. O primeiro, 3 filhos e o segundo, 4 filhos. (Foto do Arquivo Conrado Ernani Bento).

Conrado Ernani Bento (1888-1966). Nasceu em Canguçu em 13 Set 1888. era filho de Genes Gentil Bento **(34)** e Maria Conceição (Noca) Monteiro Bento, ambos hoje nomes de ruas em Canguçu. Seu nome de batismo era Conrado Monteiro Bento que depois foi acrescido de Ernani. Conrado era uma homenagem ao marechal Conrado Niemayer, seu parente político pelo lado materno e que havia se destacado na guerra do Paraguai, como engenheiro militar, que fez arriscadas subidas nos balões mandados vir dos Estados Unidos, pelo Marquês de Caxias, para reconhecer as posições inimigas de Humaitá **(35)**.

Com 1 ano foi morar na Barra do Rio Grande onde passou parte de sua infância e depois em Itapoã. No primeiro lugar testemunhou, aos 7 anos, e parte da Esquadra Brasileira que se revoltara, forçar e penetrar a barra do Rio Grande, em 1895, trazendo a bordo tropas desde Santa Catarina. Este episódio ficou marcado fundo em sua memória, particularmente as mulheres dos soldados desembarcando famintas, entregarem-se ao saque desenfreado de galinhas, porcos, etc. Fez seus estudos em Pelotas, sob a severa direção de seu avô Antônio Joaquim Bento que em 1857 fora o primeiro professor régio de Canguçu. Dos 14 aos 16 anos viveu as alegrias da vida de uma grande estância em Cerrito, administrada por seu pai.

Em 1905 retornou à vila de Canguçu para dela apartar-se somente em 1965. Acompanhou seu pai, escolhido para ser vice-intendente, e logo após intendente por morte do titular o coronel Leão Silveira Terres. Em 1913 casou com Cacilda Mattos Moreira, filha de Carlos Norberto Moreira e Firmina Percília Borba Mattos **(36)**.

Em 12 Jan. 1911, após ter sido secretário do intendente seu pai, assumiu os cargos de Notário e Oficial do Registro de Imóveis que exerceu até 13 setembro de 1958, ao ser aposentado por idade. Sua pouca vivência escolar foi compensada por uma grande curiosidade e sede de saber, responsáveis, ao longo de sua existência, pelo acúmulo, como autodidata, de apreciável cultura geral.

Tinha especial predileção por História, Ciências Naturais e Direito Civil. Preocupava-se com a preservação da História de Canguçu. Na impossibilidade de escrevê-la a infra-estruturou com o alentado arquivo bibliográfico, documental e iconográfico que reuniu e anotou pessoalmente, incluindo documentos originais sobre o povoamento de Canguçu, hoje, todos em nosso poder, constituindo o Arquivo Conrado Ernani Bento, base do presente trabalho. Sua vida política teve início em 1930. Foi prefeito de Canguçu por três vezes e em 1963, concorreu à Prefeitura contra uma coligação. Em matéria rodoviária seu grande sonho era atingir a BR-101, sem passar por Pelotas, o que encurtaria a distância Canguçu-Porto Alegre.

Presidiu o Clube Harmonia por três vezes, sendo que na primeira vez o dotou de luz elétrica. Seu nome liga-se à instalação da Escola Normal N. S. Aparecida, Sanatório João Swindt, Hospital Júlio Limeira. Traços de sua vida e obra foram publicados pela Imprensa **(37)**. Como filho, de uma coisa sou testemunha, do imenso amor que dedicava às pessoas e coisas de Canguçu. Faleceu à meia-noite de 5 para 6 de novembro de 1966, na Santa Casa, em Pelotas. Hoje seu nome foi dado a uma das ruas de Canguçu. Nesta administração mandou exumar os restos mortais de quatro mortos no combate de Canguçu-Velho, dando aos mesmos

sepulturas condignas. Foi dado seu nome ao Ginásio de Esportes de Pedro Osório e erigido monumento à sua memória defronte à casa em que residiu.

Nota: Hoje leva seu nome o Ginásio de Esportes de Canguçu e em 1988, em seu Centenário, foi consagrado Patrono da Academia Canguçuense de História pela sua dedicação em reunir, anotar e preservar as fontes da História de Canguçu. Em seu centenário publicamos plaqueta **Conrado Ernani Bento**. Rio de Janeiro; Edição do autor e distribuída na fundação da ACANDHIS.

O Hospital de Canguçu fundado em 14 nov. 1948 e inaugurado em 12 de janeiro de 1956, conforme anotou o prefeito Conrado Ernani Bento a máquina nesta foto. Data, 12 dias do término de seu 3º e último mandato com prefeito. Ao fundo a Chácara de Firmina Moreira, hoje completamente tomada por construções e na época espaço para Campo de Futebol, Cancha de Carreiras e pista de pouso. (Foto: Arquivo Conrado Ernani Bento e por ele anotada a máquina)

Nono: Dr. Jacques Machado da Rosa (38)

Tomou posse em 1º janeiro 56 para o cargo o qual fora eleito. Teve como vice-prefeito o Dr. Victor Marques Porto.

Sob sua administração Canguçu festejou o centenário

de sua criação como município. Como homenagem à sua administração transcrevemos trechos de entrevista que concedeu ao **Diário Popular** de Pelotas pos ocasião de centenário **(39)**.

"Estradas – "Governar é abrir estradas", como dizia o Presidente Washington Luiz". Os governos de Canguçu que me antecederam seguiram à risca esta máxima, tanto que possui o município uma rede rodoviária de mais de 4.000Km.

Para conservar toda esta rede, envidamos enormes esforços e podemos dizer que apesar da inclemência do tempo, pode-se viajar pelo município em qualquer direção. Não temos a veleidade de afirmar que nossas estradas sejam ótimas, mas podemos afirmar que conservamos todas elas trafegáveis.

Melhoramos e aumentamos nosso parque rodoviário com aquisição de novas máquinas que foram acrescidas às adquiridas nas três administrações que me antecederam.

Consertamos pontes velhas e construímos algumas, colocamos bueiros, arrebentamos pedras. Enfim, procuramos tudo fazer para o livre trânsito.

Concorreu decisivamente para isto, a criação e distribuição oportuna pelo governo do estado, da Taxa de Transportes. Melhoramentos. Na cidade procuramos fazer alguns melhoramentos indispensáveis ao urbanismo.

Construímos a Casa do Centenário. Estamos empenhados a fundo junto ao governo estadual para a construção da hidráulica municipal e assim a cidade terá solucionado seu problema capital.

Canguçu pela sua altitude de 420 metros e seu clima, torna-se-á a Petrópolis da Zona Sul do estado, pois será procurada para ponto de veraneio por aqueles que preferem o clima de serra, fugindo aos verões das baixadas.

O problema de energia elétrica será melhorado através da encampação pela C.E.E.E. o que permitirá a instalação de alguma indústria.

Instrução pública tem-nos merecido todo cuidado. Aliás, Canguçu está bem servido nesta parte graças aos esforços

das administrações que me antecederam.

A municipalidade mantém 110 aulas isoladas que são complementadas por 3 escolas rurais e 4 grupos escolares do Estado, além de diversas comunidades religiosas para a educação de seus filhos próximo de seus estabelecimentos.

Ótima situação financeira: Considerando o que vai neste particular pelo país, estado e maioria dos municipios a situação do município é ótima.

Assim é que na data magna de seu centenário, Canguçu se apresenta como uma das comunas campeãs no que concerne à sua situação financeira.

Obelisco: "Mandamos erigir na praça principal um obelisco em homenagem aos fundadores de Canguçu, cumprindo assim, um dever de gratidão da população atual para com os mortos do passado e que primeiro pisaram e desbravaram esta terra e que, além de viverem em nossos corações, viverão na praça pública, para despertar na posteridade, amor e dedicação a Canguçu". **(40)**

O Dr. Jacques desapareceu no desempenho do cargo de prefeito da comunidade que ele dignamente serviu com invulgar espírito público.

Dentre as homenagens que lhe foram prestadas pela comunidade agradecida, destaco aquela em que foi dado seu nome à Casa do Centenário, construída em sua administração. Completou seu mandato João de Deus Nunes – o Presidente da Câmara de Vereadores. O Dr. Jacques é nome de rua em Pedro Osório.

1º CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

Em 28 de janeiro de 1957 tiveram lugar as comemorações do Centenário da criação de Canguçu, município gêmeo de Passo Fundo. A cerimônia contou com a presença do governador do Estado, engenheiro Ildo Meneghetti e dos deputados Arno Arnt, Braga Gastal e Joaquim Nunes (filho de Canguçu). O orador oficial foi Dr. Osvaldo Muller Barlém. As comemorações foram assinaladas pelos seguintes eventos:

- Inauguração de um obelisco em homenagem aos pri-

meiros habitantes de Canguçu, cujos nomes que a presente pesquisa revelou, na época eram por completo desconhecidos.

- Inauguração da Casa do Centenário, contígua ao Clube Harmonia. Ela resultara da reforma de um dos mais antigos prédios da localidade e que servira no início do século como Clube Antero Cunha e depois Clube Borges de Medeiros e após Grupo Escolar Irmãos Andradas ou André Puente e que em 1952 quase incendiou, com as fagulhas desprendidas do incêndio do sobrado velho. O evento foi asssinalado pela edição das seguintes publicações: **Diário Popular**, Pelotas Jan/Fev. 1957. **Opúsculo** nº 131 do IBGE referente a Canguçu. **Album do Centenário**, organizado pelo tipógrafo Tribuno Montagna, sob os auspícios da Comissão dos Festejos, no qual figura pesquisa sobre o Clube Harmonia, que extraímos da leitura de suas atas. **Jornal Centenário**, Canguçu, 22 junho 1957 editado em Rio Grande por R. Anselmi.

Nota: Foi em 1956, com vistas ao Centenário de Canguçu que iniciamos a pesquisar a sua História, mas nossa colaboração não foi aproveitada no Álbum então editado pela Prefeitura, comemorativo do Centenário, que creio atendeu mais a critérios políticos do que a critérios históricos, ficando muito aquém da publicação de João Simões Lopes Neto sobre Canguçu no centenário da Feguesia em 1912, que foi a base de partida de nossa pesquisa que culminou com a publicação deste livro em 1983, pelo Instituto Estadual do Livro e este ora reeditado no sesquicentenário de Canguçu, bastante ampliado e ilustrado.

ÚLTIMAS ADMINISTRAÇÕES 1957 – 1980

Canguçu foi administrado neste período pelos seguintes prefeitos e interventores: Dr. Francisco Carlos dos Santos **(42)**; João de Deus Nunes; Dr. Emir Squef Waldemar Fonseca **(44)**; João de Deus Nunes (2º vez) e Gilberto Moreira Mussi **(45)**. Merece nossa homenagem, por motivo de fa-

lecimento e destacada e moderada ação como vereador e prefeito, por três vezes, o seguinte canguçuense: João de Deus Nunes (1909-1972). Nasceu em Canguçu. Descendia dos povoadores de Canguçu. Era filho de Ataliba Nunes e de Branca Mattos Rocha. Era bisneto pelo lado materno do tenente_coronel Theófilo de Souza Mattos, comandante dos canguçuenses na guerra do Paraguai. Pelos Rochas consta, descendia do célebre capitão cabo Rocha (Manoel Vieira Rocha), herói farroupilha, morto em ação na ilha do Fanfa. Faleceu com 68 anos, em 8 de abril de 1973, sendo sepultado no jazigo da família no interior.

Queca Nunes como era carinhosamente conhecido deixou descendentes **(46)**. O **Diário Popular** fez-lhe a seguinte e merecida referência póstuma **(47)**:

"Político por vocação, exerceu essa atividade desde moço, sendo vereador, eleito pelo antigo Partido Libertador, e assumindo a Prefeitura, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, por motivo do falecimento do titular da Prefeitura, o médico Jacques da Rosa, cujo mandato lhe coube concluir.

Mais tarde, concorreu e elegeu-se Prefeito de sua terra, pela Frente Democrática em 1963, desempenhando o cargo de 64 a 69. Em 1972, atendendo a convocação dos seus correligionários, voltou a disputar o pleito, pela Aliança Renovadora Nacional, sendo eleito, mais uma vez.

Por três vezes, igualmente, presidiu a Associação dos Municípios da Zona Sul. De início, assumiu o cargo em substituição ao titular, o então prefeito de Pelotas, Edmar Fetter. mais tarde, por eleição, cumpriu dois mandatos de presidente da mesma Associação.

O sepultamento de João de Deus Nunes ocorreu ás 16 horas de sexta feira, no cemitério da família, localizado na fazenda de sua propriedade, no interior do município, depois de ter sido velado o corpo, de manhã, na residência enlutada, e de tarde, no Salão Nobre da Prefeitura, que denomino de Sacrário Cívico de Canguçu.

Presenciaram as cerimônias fúnebres, autoridades e

povo de Canguçu – onde o extinto, a par de sua atividade pública, desfrutava da admiração, da amizade e o carinho da sociedade em geral. Comitivas dos municípios de Pelotas, Pedro Osório, Arroio Grande e São Lourenço do Sul, o deputado federal Alexandre Machado da Silva, os deputados estaduais Victor Bacchieri e Oscar Westendorf; a sra. D. Neiva Fetter, esposa e representante do Dr. Edmar Fetter, que estava ausente desta cidade; o vereador pelotense Élbio Abreu, representando o presidente da AZONASUL, prefeito Rubens Emil Corrêa; os prefeitos Flávio Pereira, de Arroio Grande, e Ronald Spi, de São Lourenço, além de outras autoridades sul-rio-grandenses.

"Com o desaparecimento de João de Deus Nunes, perde Canguçu um dos seus filhos ilustres e que legou a sua terra um acervo inestimável de relevantes serviços."

Era um homem bom. Liderava seus conterrâneos sem rancores e ressentimentos. Admirava muita sua atuação como espectador, à distância. Ao longo da História de Canguçu, João de Deus Nunes se inscreveu ao lado de Leão da Silveira Terres, Genes Gentil Bento e Conrado Ernani Bento entre os quatro canguçuenses que chefiaram o executivo por três vezes, sendo que duas por eleição.

Seu pai Ataliba Nunes foi vice-prefeito de 1938-1945.

Nota: O prefeito Odilon Almeida Meskó se insere hoje nesta relação. Foram prefeitos Nelson Edi da Costa Grigoleti (1º jan. 1889 a 1º jan. 1993) e Domirio de Avila Camargo (1º jan. 1993 a 1º jan. 1996). Este foi substituido por Odilon Almeida Meskó que assumiu pela 2ª vez em 1º jan. 1997, e foi reeleito para outro periodo que findou em 1º jan. 2005, sendo substituído pelo atual Cássio Luiz Freitas Mota. E todos eles têm sido atenciosos presidentes de Honra da ACANDHIS, dentro da idéia de que desenvolver e preservar a Memória Histórica é um dever do Estado e no caso do Município de Canguçu, a qual tem sido desenvolvida a baixo custo pela Academia Canguçuense de História. E confirmar isto é obra de simples raciocínio e verificação.

Escreveu sobre os intendentes e prefeitos de Canguçu, complementando nossas colocações sobre os mesmos até 1957. O então prefeito Odilon Almeida Meskó na **Revista dos 200 anos de Canguçu** da ACANDHIS em 2000, as páginas 26 e 29 com maiores detalhes e para onde remeto o leitor.

CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO

Pela Lei nº 3.735, de 3 de abril de 1959 que criou o município de Pedro Osório Canguçu perdeu os distritos de Cerrito e Vila Freire que o integraram durante 102 anos. Lamentavelmente, o novel município, em menos de 15 dias de sua instalação, foi assolado por uma grande catástrofe em conseqüência da inusitada enchente do rio Piratini que, inclusive, na noite de 15/16 de abril, às 13:30 horas, derrubou as pontes ferroviárias e rodoviária junto à estação do Cerrito, jogando-as a 500 metros. O pároco frei Cristóvão de Vacaria registrou a tragédia em todas as suas dimensões no livro **Rebelião das Águas**. **(48)**

Nota: Com a nossa ajuda escreveu a história de Pedro Osório e Cerrito atuais Genes Leão Bento em **Raízes de nossa História** e que o visitei em 2005 em companhia dos historiadores Cairo Moreira Pinheiro e Flávio Azambuja Kremer.

ADMINISTRAÇÃO ATUAL DE CANGUÇU

Ao concluirmos este capitulo, em 5 de agosto de 1980, em Resende – Rio de Janeiro – era a seguinte a administração de Canguçu **(49)**:

Prefeito: Gilberto Moreira Mussi, Vice – Ernesto Maurício Arnt Neto, Chefe Gabinete – Hermes Moreira Nunes. Secretário de Administração e Finanças – Apoecides Correa Borges. Secretária de Educação e Cultura – Laedi Bachini Rosenbecker. Secretário de Obras e Desenvolvimento – Josino de Souza Bezerra. Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social – José Wanderlei Duarte Goulart **(50)**. Inspetor Sanitário – Lucini Goulart Bezerra. Presidente da LBA – Norma de Souza Pinheiro Rocha e Diretor do DER – Osvaldo Martins Portelinha.

Vereadores: Carolino Ança Filho; Erlindo Rodrigues Borges; Hermes Ribeiro de Souza Filho **(51)**; José Marques da Silva; Albino Alberto Antônio Strelow; Adão Jesus Marques **(52)**; Pereira (suplente em exercício); Dr. Sílvio Neutzling; Francisco Assis Morales Nunes; Anatalino Silveira Vergara; Breno Schelin Hastes; Dr. Luiz Geraldo Telesca Mota, Odilon Almeida Mesko **(53)**, Edison Lessa Goulart, Waldomiro Pereira Picanço, Ervino Zarnot, Pedro de Oliveira Luiz, Adão Jesus Coelho da Silva e Clóvis Carniato **(54)**.

CONCLUSÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES DE CANGUÇU 1893-1980

- Profissões principais:

•**Pecuaristas:** 1- Bernardino Mota, 2- Leão Silveira terres, 3- Hipólito Gonçalves, 4- Joaquim Maria Soares e 5- João de Deus Nunes – Total – 6.

• **Funcionários públicos:** 6- Genes Gentil Bento, 7- Orlando Cruz, 8- Ciro Moreira, 9- Conrado Ernani Bento, 10- Waldemar Fonseca e 11- Gilberto Moreira Mussi. Total - 6.

• **Médicos:** 12- Dr. Raul Azambuja, 13- Dr. Jaime de Farias, 14- Dr. Jaques Machado da Rosa,15- Dr. Carlos dos Santos e 16- Dr. Emir Squeff. Total - 5.

• **Comerciante:** 16- Victor Marques Porto - 1.

• **Graus de parentesco:** O nº 9 é filho de 6, cunhado de 8 e tio avô político de 11. Este por sua vez bisneto político de 1. O nº 2 é tio avô político de 15. O nº 5 é parente político de 13 e de 9 e afim de 8 e 11.

• **Naturalidade:** São filhos de Canguçu os de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 15 e forasteiros os de números 12, 13, 14 e 16 ou todos os médicos menos, o nº 15.

• **Período de governo:** Governaram três vezes sendo que duas por eleição os de número 2, 6, 9 e 5.

O prefeito é Odilon Meskó, descendente de Vicente Ferrer de Almeida, primeiro funcionário público de Canguçu em 1857. O prefeito Odilon como presidente de Honra da ACANDHIS publicou artigo intitulado Poder Executivo – titu-

lares 1893-1999 e o verador Conrado Ernani Bento Neto sócio efetivo da ACANDHIS publicou artigo O Poder Legislativo 1857- 2.000.

SEMANA LEGISLATIVA DE CANGUÇU 2004

A convite e como presidente da ACANDHIS contribuimos neste evento em sessão da ACANDHIS na Câmara na noite de 4 de maio de 2004, com a seguinte materia de nossa lavra que foi lida por vários membros acadêmicos, a qual aqui transcrevo em razão de sua importância histórica para as atuais e futuras gerações canguçueses e, a nossa apresentação ao final feita pela ACANDHIS.

SEMANA LEGISLATIVA DE CANGUÇU EM 2004
CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Pelo Cel. Cláudio Moreira Bento
Presidente da Academia Canguçuense de História

Em 28 de janeiro de 1857, Lei Provincial criou o município de Canguçu junto com o de Passo Fundo. Isso depois de Canguçu haver integrado por 36 anos, como distrito, o município de Piratini, desde que este fora criado em 15 de dezembro de 1830, por Decreto do Imperador D. Pedro I, 3 meses e 22 dias antes deste abdicar, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho D. Pedro II.

Ao ser proclamada a República Rio Grandense, o distrito de Canguçu passou a subordinar-se a ela por cerca de 9 anos, como distrito de Piratini, a capital farroupilha, ocasião em que Canguçu foi considerado pelos imperiais “como o distrito de mais perigo e mais farrapo” do vasto município de Piratini.

O município de Canguçu foi criado pelo deputado imperial Brigadeiro Jerônimo Coelho, presidente da Província, um catarinense considerado o fundador da imprensa de Santa Catarina e que fora o Ministro da Guerra que emitira as diretrizes seguidas pelo então Barão de Caxias na Pacificação da Revolução Farroupilha.

Jerônimo Coelho atendeu, na criação do município de Canguçu, a pedido do Major Bernardo Pires, mártir do com-

bate do Seival, simbolista farrapo, autor da primeira bandeira da República Rio Grandense que foi pela primeira vez desfraldada no dia 6 de novembro de 1836, pelo heróico canguçuense então Major Joaquim Teixeira Nunes, e no dia da eleição em Piratini, como Presidente da República, do Coronel Bento Gonçalves da Silva, hoje nosso patrono de cadeira na Academia Piratiniense de História que presidimos e fundada em 6 de julho de 2003, no CTG 20 de Setembro, em Piratini.

Bernardo Pires, cuja vida e obra resgatamos em **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul...** publicada em 1971 pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e depois em **O Exército Farrapo e os seus chefes**, volume 2.

Bernardo Pires do qual descendem em Canguçu os Pires Terres e os Pires Moreira. Destes destaco os acadêmicos da ACANDHIS Gilberto Moreira Mussi, seu trineto, ex-prefeito de Canguçu e ex-deputado estadual e o Major Ângelo Pires Moreira, seu bisneto e historiador e tradicionalista pelotense.

Para organizar o município de Canguçu foram para ele designados dois antigos farrapos: Vicente Ferrer de Almeida e José Ignacio Moreira. Vicente Ferrer como funcionário da Câmara de Canguçu e que teve seu trineto Odilon Almeida Meskó como prefeito municipal de Canguçu, além de o haver representado na Assembléia Legislativa Gaúcha e como seu vereador.

Veio com o Vicente Ferrrer de Almeida, natural da região atual de Lavras, o seu sobrinho político e com 22 anos, professor régio Antonio Joaquim Bento, filho de um antigo farrapo Antônio Bento que fora como farrapo o primeiro professor de Alegrete e que combatera na Guerra Cisplatina junto com Vicente Ferrer e ambos no posto de Alferes, após o que casaram em Piratini com duas irmãs Mattos de Guimarães, filhas de José Mattos de Guimarães, que construiu um moinho em Piratini, no hoje arroio do Moinho, além de construir a primitiva igreja de Piratini do tempo da Revolução Farroupilha, e também signatário da ata de instalação do município de

Piratini, em 7 de junho de 1832, junto com Bento Gonçalves, Bernardo Pires, José Serafim Silveira que foi eleito vereador junto com Vicente Lucas de Oliveira que foi o primeiro presidente da Câmara de Piratini e que seria o último Ministro da Guerra farrapo e na Guerra do Paraguai comandou uma Brigada do 3º Corpo de Exército, a qual pertenceu o 30º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu, assunto a que nos reportaremos mais adiante

O professor Antônio Joaquim Bento, foi o primeiro professor régio do município de Canguçu e membro do Partido Liberal, concorreu a eleição de deputado provincial sem no entanto conseguir se eleger.

Dele descendem, o seu filho o Coronel Genes Gentil Bento que foi intendente de Canguçu de 1905 a 1917, por 12 anos; o seu neto Conrado Ernani Bento, que foi prefeito de Canguçu em três ocasiões por cerca de 12 anos; o seu bisneto José Moreira Bento que integrou esta Câmara de Vereadores por curto período e o seu trineto o vereador Conrado Ernani Bento Neto, atual vereador desta Câmara de Vereadores.

Veio como primeiro serventuário da Justiça em Canguçu o já citado antigo farrapo Ignácio José Moreira que fora uma espécie de Chefe do Gabinete do Ministério do Interior farrapo, do Cel. Ulhoa Cintra, natural de São João Del Rey. Jovem José Ignácio que certa feita fora aprisionado pelos imperiais em Pelotas junto com o seu irmão Pedro, conforme noticiou o jornal farrapo **O Povo**.

José Ignácio Moreira era genro de José Serafim Silveira já citado e o presidente da Câmara de Piratini, quando elevada a Legislativo da República Rio-Grandense. Personagem que continuou a presidir a Câmara de Piratini depois da Pacificação da Revolução Farroupilha e que em Canguçu possui larga descendência entre os Silveiras e os Moreiras .

Em Canguçu 5 filhos de José Ignácio Moreira casaram com 5 filhos do Ten. Cel. Honorário do Exército Theóphillo de Souza Matos, vereador da terceira Legislatura da Câmara de Vereadores de Canguçu no Império e que teve a missão

de comandar na Guerra do Paraguai o já citado 30º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu. Presidia a Câmara de Canguçu nesta ocasião Joaquim Antonio Lessa, ancestral do canguçuense Dr. Luiz de Oliveira Lessa que foi personagem de Simões Lopes Neto no conto "Coma mais um queijo".

Eram filhos de José Ignácio Moreira Franklin Máximo Moreira, bisavô do historiador e acadêmico da ACANDHIS Cairo Moreira Pinheiro e veterano da Guerra do Paraguai e que fundou o Clube Harmonia e era irmão e amigo de Carlos Norberto Moreira, que foi vereador liberal da 8ª e 9 ª Câmara de Vereadores no Império. Carlos Norberto como Presidente do Clube Harmonia foi quem adquiriu a sua primeira sede no local onde hoje se ergue a Prefeitura de Canguçu.

Franklin Máximo é avô de Fernando Krusser Moreira que foi vereador da 4ª Câmara de Vereadores de Canguçu em 1959, junto com seus primos Clóvis Rocha Moreira e José Moreira Bento, bisneto e neto de Carlos Norberto.

De Carlos Norberto Moreira descendem como seus bisnetos o vereador Conrado Ernani Bento Neto e o ex-prefeito e deputado estadual Gilberto Moreira Mussi e seu irmão o ex-vereador Breno Moreira Mussi.

A Câmara de Canguçu foi instalada solenemente no dia 23 de julho de 1857, há 147 anos atrás. Presidiu a cerimônia o Comendador Manoel José Gomes de Freitas, canguçuense nascido em 1811 e então presidente da Câmara de Piratini e ao qual se deve a memória sobre a fundação de Canguçu como curato em 1800, mais tarde publicada na **Revista do Centenário de Pelotas nº 4**, em 1912, por João Simões Lopes Neto, o maior escritor regionalista gaúcho.

Comendador Manoel José Gomes de Freitas que foi destacado historiador gaúcho além de deputado provincial, o consagramos como o patrono da Academia Piratinense de História e que em Canguçu entre outros descendentes registramos D. Ceres Silveira Prioto e Ari Silveira Borges.

Comendador Manoel José também patrono de cadeira na Academia Canguçuense de História ocupada pelo acadê-

mico Flávio Azambuja Kremer que sobre seu patrono ilustre realizou notável e original biografia.

Isto é o que nos competia considerar nesta Semana Legislativa de Canguçu, sobre o início de Canguçu em 1857 e a projeção atual daqueles personagens citados nos seus descendentes na Administração de Canguçu e em especial como legisladores.

A eleição da 1ª Câmara de Vereadores de Canguçu ocorreu em 3 de março de 1857 e foram eleitos 7 vereadores.

Na instalação do município foram empossados somente cinco: Presidente José Rodrigues Soares e mais José Antônio Pimenta, Domingos José Borges, Ignácio Francisco Duarte e Manoel Jesus Vasques.

A Câmara de Vereadores funcionou por cerca de 32 anos no local da 3ª e 4ª casas, da esquerda para a direita, na quadra da igreja e no local onde funcionou o primeiro cinema na década de 30.

Serviu de Secretário na instalação de Canguçu Vicente Ferrer Almeida que registrou com detalhes o ato de instalação do Município de Canguçu.

E vale repetir que é trisavô materno do atual prefeito de Canguçu Odilon Almeida Mesko e ex-integrante desta Câmara de Vereadores e casado com a trineta do Professor Antônio Joaquim Bento.

Estes fatos cobertos por espessa camada de pátina dos tempos os resgatamos desde 1956 em diversos trabalhos e em especial na nossa obra **Canguçu, reencontro com a História** editado em 1983, pelo Instituto Estadual do Livro e que em breve o colocaremos na Internet no site da ACANDHIS, e da AHIMTB e se possível o reeditaremos;

Tarefa na qual fomos reforçados a partir de 1988 com a fundação da Academia Canguçuense de História que se orgulha de haver resgatado o que foi possível da bela História de Canguçu que fora deixada se perder pelas gerações que nos antecederam.

Trabalho de resgate da História de Canguçu pelos membros da ACANDHIS que se acham publicadas na **Revista**

dos 200 anos de Canguçu em que atuamos como o seu organizador, onde, as páginas 30 e 31 o vereador e sócio efetivo da ACANDHIS Conrado Ernani Bento Neto resgatou a História do Poder Legislativo de Canguçu em 1857-2000.

Isto foi o que nos foi possível apresentar como introdução nesta histórica sessão, na impossibilidade de estarmos presente na Semana Legislativa de Canguçu em 2004, como seria nosso desejo.

Um grande abraço a meus conterrâneos canguçuenses de nascimento e de coração, com votos de que se empenhem na gloriosa e cívica missão de pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os valores culturais, morais e históricos de Canguçu, para que eles não sejam novamente sepultados pela pátina dos tempos, de onde os resgastamos com enorme e demorado esforço desde 1957.

Aqui nos cabe agradecer o trabalho da vice presidente da ACANDHIS e presidente em exercício, a acadêmica professora Yonne Maria Sherer Bento, cidadã canguçuense, por ato de justiça na voz da História, desta Câmara de Vereadores de Canguçu, por haver em nossa ausência física, mas não espiritual, presidido a ACANDHIS por mais de 10 anos com a ajuda solidária de seus acadêmicos e sócios efetivos, onde também destacamos a falecida acadêmica professora Marlene Barbosa Coelho nossa parceira de pesquisas sobre a História de Canguçu, desde antes de 1957.

Votos de sucesso nesta noite e de que os representantes do Povo de Canguçu em reforço estudem a possibilidade junto com o Poder Executivo de propiciarem por meio de Lei Municipal uma sala condigna para que a Academia Canguçuense de História possa guardar e preservar os seus arquivos sobre o passado de Canguçu.

Pois a ACANDHIS muito se orgulha de haver feito a sua parte nestes 15 anos de intenso e proficuo trabalho de pesquisa, preservação, culto e divulgação da História, das Tradições e dos valores morais, culturais e históricos da comunidade canguçuense. Pois constatar isto é obra de

simples raciocínio e verificação. Enfim ela ajudou os governos de Canguçu em sua responsabilidade de Estado. Ou seja o desenvolvimento da Memória Histórica de Canguçu.

BREVE CURRÍCULO DO AUTOR DESTE ESTUDO PELA ACANDHIS

O **Coronel Cláudio Moreira Bento** nasceu em Canguçu em 19 de outubro de 1931, filho de Conrado Ernani Bento e Cacilda Moreira Bento. Estudou no Colégio Nossa Senhora Aparecida de 1938-1944. Ingressou no Exército em 1950 onde fez carreira tendo cursado todos os seus cursos e servido no Sul, Centro Oeste, Sudeste e Nordeste do Brasil. É historiador militar consagrado, autor de cerca de 70 obras e mais de 1000 artigos em periódicos do Brasil e Estados Unidos dos quais possui trabalhos publicados nos anais da Câmara Federal e assembléias legislativas de Goiás e Minas Gerais e Câmaras de Recife e Resende. É cidadão itatiaiense, itajubense e resendense e foi agraciado com as comendas Conde de Resende, e com a J. Simões Lopes Neto pelas Câmaras de Resende e Pelotas e premiado pela Associação Rio Grandense de Imprensa e Assembléia Legislativa gaúcha por sua pesquisa "**O gaúcho fundador da imprensa brasileira**" que ora irá publicar. Em 1997 foi conferencista na Câmara de Deputados em Simpósio sobre a Guerra de Canudos, onde defendeu historicamente as forças do Exército, de 13 Policias Militares e de um Batalhão Civil Baiano que combateram os revoltosos de Antônio Conselheiro. Conferência que figura nos Anais da Câmara Federal

Integra cerca de 30 entidades nacionais e estrangeiras de História onde se destacam as academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e Uruguai.

Esta é uma síntese de nosso conterrâneo Cel. Bento fundador e presidente da ACANDHIS e suas relações com o Legislativos federal, estaduais e municipais e que tem sempre procurado levar alto e longe, como soldado e historiador, o nome de Canguçu.

CÂMARAS DE VEREADORES DE CANGUÇU 1946/2007

Primeira Câmara de Canguçu, de 01 Dez. 46 até 31 Dez. 51, foi instalada sob a Presidência do Juiz Eleitoral Dr. Osvaldo Müller Barlém. Constituição: Dr. Walter Oliveira Prestes, Manoel Pompílio da Fonseca, Sílvio Silveira Duarte, Guido Otto, Darci Gomes Duarte, Juvêncio Iraci Damasceno, Luiz Ferreira Porto, Ildefonso José Bandeira, Mauricio José Vargas, Alberto Wienke e Dr. José Teófilo de Mattos. Suplentes que assumiram: Francisco Soares Meskó, Bruno José da Fonseca, Dr. Graciano de Souza Oliveira e Feliciano Barcelos Nunes (Chaninho). Esta Câmara decretou e promulgou em 28 de janeiro de 1.948 a Lei Orgânica de Canguçu.

Segunda Câmara de Canguçu, de 31 Dez. 51 até 31 Dez. 55. Constituição: Cláudio Francisco Jorge, Dr. João Francisco Goulart, Lúcio Nunes Rodrigues, Waldemar Fonseca, Guido Otto, Arnóbio da Motta, Augusto Palm Sobrinho, João Borges da Silva, Dr. Nede Terres Nunes, Olavo Gomes Duarte, Ely Corrêa Coelho. Suplentes que assumiram: Henrique Hinz, Alfredo Júlio Wahast e Ildefonso Bandeira, (sendo que o último por renúncia de Ely Coelho), José Manoel Almeida, Lourival Oreques, e Joaquim Pedro de Vargas. Esta Câmara aprovou em 30 Dez. 52, os **Estatutos dos Funcionários Públicos do Município**.

Terceira Câmara de Canguçu, de 31 Dez. 55 até 31 Dez. 59. Constituição: João de Deus Nunes, Waldemar Fonseca, Arnóbio Falcão da Motta, Lúcio Nunes Rodrigues, Carlos Goulart da Silveira, Dr. Newton Lúcio Prestes, Reinaldo Alfredo Albrecht, Guilherme Müller, Hermes Moreira Nunes, Áureo Gonçalves Klain e João Borges da Silva. Suplentes que assumiram: Carolino Ança Filho, Sady Soares da Silva, Ito Godinho Feijó e Hilário Cecílio de Souza. Foi nesta legislatura que a Câmara transferiu-se da Prefeitura para a Casa do Centenário. Por morte do Prefeito Dr. Jaques da Rosa Machado, assumiu a Prefeitura Joaquim de Deus Nunes, Presidente da Câmara, por estar vago o cargo de Vice Prefeito.

Quarta Câmara de Canguçu, de 31 Dez. 59 até 31 Dez.

63. Constituição: Lúcio Nunes Rodrigues, Fernando Krüsser Moreira, Galileu Alceu de Paiva, Waldemar Fonseca, Carolino Madeira, José Manoel da Fonseca, João Borges da Silva, Sady Soares da Silva, Dr. Emir Squeff, José Moreira Bento, Fernando Ribeiro Sinotti. Suplentes que assumiram: Carolino Ança Filho, Baltazar Nunes Duarte, Hugo Blödorn, Clóvis Rocha Moreira, Joaquim J. de Souza, Joaquim Jacinto Nunes, Dr. Newtton Prestes, Nei Motta Martins e Karl Wolf. Nesta gestão José Moreira Bento foi obrigado a renunciar por ser serventuário da Justiça, fator de incompatibilização.

Quinta Câmara de Canguçu, de 31 Dez. 63 até 31 Dez. 67, Constituição: Dr. Victor Bachieri, Dr. Francisco Carlos dos Santos, Waldemar Fonseca, Mozart Oliveira, Carolino Madeira, Guido Otto, Dr. Emir Squeff, João Borges da Silva, Ernesto Mauricio Arndt Filho, José Francisco de Mattos e Francisco Willar. Suplentes que assumiram: Rubens G. Pinheiro, Walter Motta da Rocha, Karl Wolf, Hilário de Souza, Jaime Campos, Carolino Ança Filho e Willy Krieger.

A Revolução de 1.964, através dos Al-5, AI-14, AI-15, de 10 Dez. 65, 1° Jul. 66 e 16 Julho 66, introduziu alterações a respeito de vagas e licenças de vereadores, sobre a sucessão Municipal, posteriormente desfeita daqueles atos revolucionários pelo Presidente João Figueiredo.

Sexta Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 69 até 31 Jan. 63. Constituição: Dr. João Alberto Goulart da Fonseca, Odilon Almeida Meskó, Basílio de Souza Barbosa, Sebastião Ribeiro Neto, Waldomiro Picanço, Dr. José Francisco de Mattos, Dr. Breno Moreira Mussi, Álvaro Aguiar do Amaral, Carolino Ança Filho, Luiz Rodrigues e Sílvio Palm. Esta Câmara votou e aprovou a **Segunda Lei Orgânica do Município de 30.12.71**.

Sétima Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 73 até 31 Jan. 77. Constituição: Basílio de Souza Barbosa, Waldomiro Pereira Picanço, Nelson Otto, Rubens Goulart Pinheiro, Dr. Luiz Geraldo Telesca Motta, Edison Lessa Goulart, Odilon de Almeida Meskó, Dr. Breno Moreira Mussi, Hermes Ribeiro de Souza Filho, Adão Jesus Marques Pereira, Álvaro Aguiar

do Amaral, Áureo Gonçalves Klain e Breno Schellin Härter. Suplentes que assumiram: Delaine Goulart de Campos e Anatalino Silveira Vergara. Renunciou por haver assumindo as funções de Juiz de Direito, o vereador Dr. Breno Moreira Mussi.

Oitava Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 77 até 31 Jan. 80. Constituição: Carolino Ança Filho, Erlindo Rodrigues Borges, Hermes Ribeiro de Souza Filho, José Marques da Silva, Albino Antônio Alberto Strelow, Breno Schellin Härter, Dr. Silvio Neutzling, Anatalino Silveira Vergara, Francisco de Assis Morales Nunes, Dr. Luiz Geraldo Telesca Motta, Odilon Almeida Meskó, Edison Lessa Goulart, Waldomiro Pereira Picanço, Ervino Zarnott, Clóvis Carniato, Pedro de Oliveira Luiz e Adão Jesus Coelho da Silva. Suplentes que assumiram: Robaldino Sigales dos Santos, Álvaro Aguiar do Amaral e Adão Jesus Marques Pereira. Esta Câmara votou e aprovou a **Terceira Lei Orgânica do Município**.

Nona Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 83 até 31 Dez. 88. Constituição: Adão Jesus Coelho da Silva, Adão Jesus Marques Pereira, Albino Strelow, Anatalino Silveira Vergara, Apoecides Corrêa Borges, Clovis Carniato, Daltro Tavares, Felício Nilton da Silva, Hermes Ribeiro de Souza Filho, José Marques da Silva, Joaquim Paulo Machado Nunes, Luiz Carlos Valente das Silveira, Marçal Teixeira Von Hausen, Pedro de Oliveira Luiz, Salazar Ribeiro de Souza, Tailor Almeida dos Santos, Waldemar Frederico Bosenbecker.

Décima Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 89 até 31 Dez. 92. Constituição: Augusto Eugênio Carniato Pegoraro, Carlos Rodnei Ribeiro Jacondino, Claudiomar Pereira da Cunha, Conrado Ernani Bento Neto, Daltro Tavares, Darci Nornberg, Edison Lessa Goulart, Emir Squeff Filho, Francisco Romeu da Silva Vilela, Gilmar Oriente Mussi, Hélio Ernesto Hoffmann, José Brockmann de Mattos, Otelmo Otto, Pedro de Oliveira Luiz, Robaldino Sigales dos Santos, Sergio da Silva Barcelos, Tailor Almeida dos Santos, Ubiratan Cardoso Rodrigues e Wanderlin Schmalfuss.

Décima Primeira Câmara de Canguçu, de 31 Jan. 93

até 31 Dez. 96. Redução do número de vereadores de 19 para 10. Constituição: Cláudio Roberto Rosa Quevedo, Conrado Ernani Bento Neto, Hermes Ribeiro de Souza Filho, Jesus Soares, Luiz Claudio Barros Martins, Otelmo Otto, Pedro de Oliveira Luiz, Pedro Osório Pereira, Tailor Almeida dos Santos e Wanderlin Schamalfuss.

Em 13 de maio de 1.993 assumiram os vereadores: Ailto Rodrigues de Melo, Carlos Eugênio Carniato Pegoraro, Daltro Tavares, Francisco

Romeu da Silva Vilela, Gilberto Döring Degar, Hélio Ernesto Hoffmann, Nilso Pinz, Renato de Assis Marques Morales e Uviratan Cardoso Rodrigues.

Décima Segunda Câmara de Canguçu, a de 31 Jan. 97 até 31 Dez. 2.000. Constituição: Ailto Rodrigues de Meio, Airton Fonseca Almeida, Arion Borges Braga, Carlos Eugênio Carniato Pegoraro, Claudio Roberto da Rosa Quevedo, Conrado Ernani Bento Neto, Daltro Tavares, Eloina Bubolz Böhm, Francisco Romeu da Silva Vilela, Gilberto Döring Degar, Hermes Ribeiro de Souza Filho, Jesus Soares, Luiz Claudio Barros Martins, Mariza Helena Dias de Aquino Eslabão, Niro Nornberg, Otelmo Otto, Pedro de Oliveira Luiz, Pedro Ozório Pereira e Wanderlin Shmalfuss.

Décima Terceira Câmara de Canguçu a de 31 Jan. 2.000 até 31 Dez. 2.004. Constituição: Ailto R. de Mello, Alex S. da Silva, Arion Luiz B. Brag, Breno Treichel, Carlos Alberto V. da Silva, Carlos Eugênio C. Pegoraro, Conrado Ernani Bento Neto, David dos S. Casarim, Eloina B. Bohn, Francisco Romeu da S. Vilela, Gilberto D. Degar, Hélio Ernesto Hoffman, Ingmara Kruger, Joaquim Paulo M. Nunes, Luiz Cláudio B. Martins, Mariza Helena de A. Elasbão, Niro Norberg, Otelmo Otto e Waldelin Schmalfuss.

Câmara atual

Constituição: Aito Rodrigues de Mello, Alex Silveira da Silva, Arion Luiz Borges Braga, Ernesto Maurício Carlos Arntd Neot, Francisco Romeu da Silva Vilela, Gilberto Doring Degar, Hélio Ernesto Hoffman, Joaquim Paulo Machado Nunes e Luis Mello de Assil.

CAPÍTULO 7

Filhos Ilustres de Canguçu

FILHOS ILUSTRES DE CANGUÇU 1800 – 1957

Sob o título acima estudaremos os filhos da comunidade canguçuense falecidos cujas obras, de 1800-1957, se projetaram fora de seus limites, elevando bem alto o nome de Canguçu. Além de uma homenagem justa, esperamos seja a presente abordagem um estímulo a que outros filhos de Canguçu sigam seus exemplos. Outro critério foi limitar o estudo aos filhos ilustres com as respectivas biografias encerradas por falecimento.

CORONEL JOAQUIM TEIXEIRA NUNES (1802 –1845) (1)
- A maior lança farrapa -

Alegoria sobre Teixeira Nunes e seus lanceiros negros que publicamos em Nosso livro **O negro e descendentes na Sociedade do RGS**. p.170.

Nasceu por volta de 1802 em Canguçu, no Vale do Camaquã. Descendia de um dos três irmãos Teixeira Nunes que figuram entre os povoadores de Canguçu **(2)**.

Por ocasião da Guerra Cisplatina (1825-1828), que terminou com a independência definitiva do Uruguai, Teixeira Nunes dela participou. Assistiu a morte de seu bravo comandante e destacado lanceiro, o Barão de Cerro Largo e Mal. José de Abreu, então conhecido como o "Anjo da Vitória" **(3)**.

A morte de Abreu deu-se num entrevero, em Passo do Rosário, quando ao tentar conter um ataque de Lavaleja, foi atirado pela Cavalaria deste, contra os quadrados de Infantaria de Calado. Teixeira Nunes foi, nesta campanha, alferes do 25º Corpo de Artilharia Montada Guarani, onde adquiriu a prática de liderança em combate e conhecimentos de tática, que o elevariam à condição de um dos mais destacados oficiais da República Rio-grandense, como também o foi, junto com Canabarro, Garibaldi, das maiores expressões militares da República Juliana, em Santa Catarina, por terem criado condições, com a tomada de Laguna, após longa e heróica expedição por terra e água, desde a barra do Camaquã, para que esta república fosse proclamada.

Manuel Alves Caldeira, canguçuense que participou da revolução Farroupilha assim traçou o perfil do herói conterrâneo:

"Teixeira Nunes foi um dos oficiais de maior nomeada que possuiu a Revolução Farroupilha. Era uma lança das primeiras.

Com o corpo de lanceiros a seu mando, alongava-se do exército, para operar com seus próprios meios, em qualquer parte que o inimigo aparecesse.

Era o terror dos seus inimigos. Onde carregava o corpo de lanceiros ao seu comando surgia a vitória. Teixeira era humano. Durante a peleja matava por ser contingência da luta, e depois da vitória não morria um só prisioneiro. Era um oficial que sabia fazer a guerra de recursos. Esbelto e galhardo, apresentava-se à frente de seu corpo na ocasião

do combate.

Oficial que manejava a lança com invulgar destreza, de estatura mais alta do que baixa, montando garbosamente seu cavalo, sobranceiro, seria capaz de dominar qualquer inimigo. Sua voz de comandante feria os ouvidos. Possuía invulgar espírito militar.

Em novembro de 1836, Teixeira Nunes era major do Corpo de Lanceiros Negros (corpo formado por pretos escravos e libertos), a esse tempo comandados pelo tenente-coronel Joaquim Pedro Soares.

No dia 6 desse mês, feita a eleição para Presidente da República, realizou-se na igreja de Piratini um "Te Deum". E quando as autoridades do novel Estado do Rio-Grandense e a massa popular em cortejo solene, se dirigiam para o templo, ia à frente deles pela primeira vez desdobrado à luz do céu, o pavilhão tricolor, o símbolo da República Rio-Grandense.

E quem o conduz, fremente de emoção e entusiasmo, ufano da glória de ser o primeiro a carregar a bandeira gaúcha, é o major de lanceiros Joaquim Teixeira Nunes.

Dentro de pouco tempo seria ele o comandante dos lanceiros negros. E à frente dessa força praticaria façanhas sem conta, intervindo em inúmeros combates, até ornar os punhos com os galões de coronel".

Teixeira Nunes, por seu raro valor como líder de combate, habilidade em conduzir operações de guerras prolongadas, vivendo de parcos recursos locais e a legenda de combatente humano e generoso que se criou em torno de seu nome, seria tratado pelo título honroso de "O Bravo dos bravos".

Ele foi um dos mais constantes combatentes farroupilhas. Sua consagração como soldado adveio da expedição que relizou por terra à Laguna-SC, coadjuvado por Garibaldi por água, resultando a Proclamação da República Juliana. Esta, em sinal de reconhecimento, o promoveu a coronel, e fez de Garibaldi o comandante de sua esquadrilha naval.

Ao apossar-se, sem reação, de Laguna, em virtude de

retraimento do comandante daquela praça, além dos navios de guerra que auxiliou Garibaldi e John Griggs a aprisionar ou colocar fora de combate, reforçou consideravelmente sua logística, ao cair em seu poder quatorze barcos abarrotados de mercadorias, seis bocas de fogo, cerca de 500 armas e para mais de 36.000 cartuchos carregados.

Em ordem do Dia, após a vitória alcançada, Teixeira Nunes assim se expressou ao agradecer a ação de seus bravos comandados:

"Iguais se não maiores respeitos e considerações adquiriu o capitão José Garibaldi, comandante da força naval da República. Em nome da Pátria agradeço-lhe a maneira como desempenhou a parte do plano de ataque que lhe coube executar, fazendo uma jornada de mais de duas léguas por terra (transporte dos lanchões "Seival" e "Farroupilha"), sendo o primeiro a lançar-se n'água para desencalhar o lanchão "Seival" preso ao baixio do Camacho".

Teixeira Nunes, ao chegar em Laguna, lançou proclamação vasada nos seguintes termos:

"Irmãos catarinenses, empunhai as armas conosco e arrancai a segunda província ao diadema do segundo Pedro: Mostrai porém, que os verdadeiros livres, mesmo no afã da guerra, sabem manter a ordem obedecer as leis e respeitar a propriedade...".

Em seguida, fez chegar aos líderes catarinenses uma carta circular, cujo teor reproduzimos a seguir:

"Proclamando a independência de Santa Catarina, não penseis que isto afetará os interesses do Brasil, do solo sagrado dos brasileiros, pois que a República Rio-Grandense, conscienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, não tem tanto a peito, quanto a federação aos estados seus irmãos".

Após derrotado Garibaldi no mar, Teixeira Nunes foi forçado a retrair sob forte pressão de João Fernandes, chefe legalista. Atravessou o canal de Laguna a nado, indo reunir-se com Canabarro no Passo do Camacho.

Havendo discordância sobre operações futuras entre Canabarro e Teixeira Nunes, enquanto o primeiro se dirigiu ao Rio Grande, Teixeira Nunes convicto de que perdeu uma batalha, mas não a guerra, dirigiu-se para o planalto e com ele Garibaldi, agora infante, e Anita e Rosseti, todos já ligados por laços de amizade.

Na margem norte do rio Pelotas, no interior de um mangueirão de pedra, feriu-se um cruento e encarniçado combate que passou à história, com o nome de Santa Vitória. Nele, Teixeira Nunes, tendo Garibaldi no comando de sua Infantaria, infringiu fragorosa derrota na Divisão da Serra ou de São Paulo, ao comando do brigadeiro Xavier da Cunha.

Este combate possibilitou-lhe entrar triunfalmente em Lages, vila que encontrou com os cofres raspados e sem administração, o que procurou refazer, bem como a refazer os uniformes de sua tropa, dando contas precisas de tudo aos seus superiores de Caçapava.

Em Lages, Teixeira Nunes, agora com o comando militar e político, procurou tratar o povo como amigo, dirigindo a guerra não contra a população, mas contra os defensores do governo. Procurou ignorar atitudes hostis e, habilmente, por todos os meios, conquistar a confiança dos simpatizantes da causa, revelando mais um positivo aspecto militar de sua personalidade.

Sobre sua visão política e estratégica, podemos concluir muito boa, pelos termos de carta abaixo, em que advogava a manutenção de Santa Catarina e sobretudo de Lages:

“Esta fronteira (Lages), é de primeira importância para nós, seja com respeito ao grande rendimento de tropas de gado, seja porque daqui podemos manter em observação não só a Província de Santa Catarina, como também São Paulo e vigiar com maior facilidade os distritos de Vacaria, Cima da Serra e Missões. Logo deve ser este ponto guarnecido, por uma força correspondente às infinitas vantagens que o mesmo apresenta”.

Sabendo Teixeira Nunes que tropa do coronel Antônio

Albuquerque Mello andava em seu encalço, saiu à procura da mesma na direção de Curitibanos, onde se feriu o combate de Marombas. Nele, Teixeira Nunes, após um sucesso inicial, caiu em emboscada, sendo salvo pela Infantaria de Garibaldi que o acolheu.

Salvou-se da destruição total, ao embrenhar-se numa mata, através da qual atingiu Lages no 5º dia, após indescritíveis sofrimentos no matagal.

Anita Garibaldi extraviou-se neste combate. Sendo presa por Albuquerque Mello, conseguiu empreender uma fuga épica, vindo a encontrar-se com a coluna de Teixeira Nunes e com Garibaldi, em Vacaria.

No Rio Grande, juntamente com Garibaldi e sob o comando de Bento Gonçalves, tomou parte do indeciso combate de Taquari, no qual comandou uma Brigada Ligeira de Cavalaria.

Posteriormente, sob o comando de Bento Gonçalves, se destacou no ataque de S. José do Norte, no qual combateram a seu lado seus velhos amigos de tantas jornadas na República Juliana, Garibaldi e Rosseti.

Aí, Teixeira Nunes, "Coronel Gavião", bateu-se com um denodo sem precedentes, fato reconhecido em ordem do dia de Bento Gonçalves.

Depois foi operar os lados de Bagé, atacou Jaguarão, em 19 dez. 43.

Os lanceiros negros de Teixeira Nunes, foram, em grande número, recrutados nos municípios atuais de Arroio Grande, Canguçu, Cerrito Piratini, Pinheiro Machado, Herval, Bagé, Camaquã, São Lourenço do Sul, Pelotas, Pedro Osório, Caçapava e Encruzilhada do Sul e fornecidos pelos estancieiros e charqueadores farroupilhas.

Finalmente, após uma dedicação extremada ao ideal republicano farroupilha, Teixeira Nunes, num encontro com Chico Pedro, "após combater como um bravo, com o brio e heroísmo que lhe eram peculiares", foi atingido por um lançaço fatal de um adversário, vindo a morrer de lança em punho, vítima da arma em cujo manejo se celebrizara".

Ao homem que desfraldou e portou pela primeira vez o pavilhão tricolor da República Rio-Grandense, coube o privilégio de comandar no Rio Grande, a última reação armada do ideal republicano farroupilha. Ideal que não viveu para ver concretizado para todo o Brasil, 45 anos após.

Foi por certo pensando no bravo canguçuense Teixeira Nunes e nos seus bravos lanceiros, com os quais Garibaldi conviveu e padeceu irmanado, na longa odisséia desde sua derrota naval em Laguna, até o frustrado ataque a São José do Norte, que escreveu em suas Memórias e cartas estes trechos:

"Os gaúchos rio-grandenses eram homens habituados a todas as privações, e nunca de uma só boca ouvi lamentação de fome e sede; ao contrário, mesmo em tão dolorosa situação, desejavam combater".

"Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca vi em nenhuma parte, homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes, que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das gentes".

Quando a Europa celebrava Garibaldi como a figura mais romântica do mundo, ele se lembraria do canguçuense Teixeira Nunes, seu comandante na retirada da República Juliana.

"E repassando na memória as vicissitudes da minha vida no vosso meio, em 6 anos de atividade de guerra, de constante prática de ações magnânimas, como que em delírio exclamo! Onde estão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira Nunes e tantos valorosos lanceiros que não me lembro!

Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam os seus osssos; e que vossas belíssimas patrícias, cibram de flores esses santuários das vossas glórias".

O final do maior lanceiro farrapo foi assim descrito por seu citado conterrâneo, o tenente farrapo Manuel Alves

Caldeira e seu comandado como porta-bandeira no combate de Rio Pardo **(5)**.

Por ordem de Canabarro, após Porongos, Teixeira Nunes foi acampar no arroio Chasqueiro. Aí foi a procurá-lo Chico Pedro.

"Chico Pedro marchava pela estrada real na direção do passo onde se achava Teixeira Nunes – o seu inimigo dos mais temíveis e respeitado... O inimigo carregou sobre a força de Teixeira Nunes que não podendo sofrer as cargas foi derrotada e perseguida de morte em morte. O cavalo de Teixeira Nunes foi boleado e assim mesmo ele seguiu defendendo-se com sua lança. Mas foi também boleado com a dita lança e não podendo mais manejá-la, foi rodeado pelos que de mais perto o seguiam e deram-lhe um tiro em uma coxa. A seguir caiu do seu cavalo, ocasião em que chegava Chico Pedro ao qual disse – Coronel não me deixe matar. Chico Pedro seguiu e virando a cara para o lado disse: - Não matem o homem. Teixeira tinha feito um sinal de socorro e morreu".

A História do Exército publica alegoria que refere a sua ação e a de seus lanceiros negros em Porongos. **(6)**

Nota: Abordamos Teixeira Nunes nas obras **A Grande Festa dos Lanceiros**. Recife: UFPE,1971, sobre a inauguração do Parque Osório em Tramandai e em **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1991.2v. E fornecemos dados sobre ele ao ator Douglas Simon, que o representou na novela **A Casa das sete mulheres**, atendendo a seu pedido pela Internet. Teixeira Nunes é patrono de cadeira na ACANDHIS. Ele acaba de ser abordado no livro **Lanceiros Negros** dos jornalistas Geraldo Hasse e Guilheme Kolling. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

MANOEL JOSÉ GOMES DE FREITAS (1811-1884)
– Historiador –

Jornalista, historiador e político. Nasceu em Canguçu em 23 Abr 1811, conforme o comprova o genealogista Carlos Rheingantz, com apoio em seu batisfério. Como o

vilamento de Piratini em 1830 para lá transferiu-se, viveu e faleceu em 1884. Em 18 Ago 1837 casou em Piratini, capital da recém proclamada República Rio-Grandense com Ana Leopoldina Dias, sua prima irmã, filha de Manoel Jacinto Dias e Ana Antônia Gomes, naturais de Maldonado e que figuram entre os povoadores de Canguçu. Era filho de Inácia Gomes de Jesus e José de Freitas Santiago, que figuram entre os primeiros povoadores de Canguçu. Era primo irmão de Francisca Gomes de Borba, esposa do tenente coronel GN Theóphilo de Souza Mattos **(7)** comandante dos canguçuenses na guerra do Paraguai e cunhado de João José Gomes da Costa e Silva – o primeiro professor de meninos de Pelotas, cuja aula, embora criada em 1820, foi aberta em 1833 e fechada em 1835-44 durante a Revolução Farroupilha e reaberta em 1845 **(8)**. Aula na qual estudou Antônio Joaquim Bento, primeiro professor régio de meninos em 1857 da vila de Canguçu. Manoel José foi o instalador do município de Canguçu, em 1857, como presidente da Câmara de Vereadores de Piratini. Sua atuação foi mais como historiador geral brasileiro e regional. Produziu vários trabalhos a maioria inéditos. Sobre ele escreveu Guilhermino César **(9)** "destacou-se na segunda metade do século anterior como uma curiosa figura de erudito... Autor de numerosos trabalhos sobre história geral e regional. Com as iniciais de G de F, publicou na Arcádia, da cidade de Rio Grande os seguintes trabalhos: "Os jesuítas, sua criação, introdução no Brasil e motivos de sua expulsão de Portugal e seus domínios (1869)" e "Vila de Piratini – Notícia histórica geográfica e descritiva". Publicou ainda: Apontamentos dos fatos diretos ou relativos à História do Brasil e Lista das batalhas de 758 AC até 1866. Entre seus trabalhos inéditos: "Bosquejo das nações e personagens notáveis da história universal e pátria – 2v e "Apontamentos históricos e geográficos da Província do Rio Grande do Sul". O Almanaque Literário e Estatístico do RGS (1889-1917) após seu falecimento em 1888, publicou de 1903-1017 cerca de 47 trabalhos históricos de sua autoria, versando basicamente sobre

biografias **(10)**. É de sua autoria memória sobre Canguçu, transcrita por J. Simões Lopes em Município de Canguçu – Bosquejo Histórico – Cap ll – **(11)**.

Davi Almeida o estuda em sua História de Piratini.

Pedro Villas-Boas relaciona seus Apontamentos dos fatos... como editado em 1869, em Rio Grande, na Tipografia O Diário e com 352 páginas **(12)**.

A obra citada mereceu elogiosas referências do então Presidente da Província, Barão Homem de Mello, mais tarde destacado historiador vice-presidente do IHGB e que faleceu, em 1918, na sopé do maciço das Agulhas Negras junto hoje da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende – RJ, onde redigimos estas linhas, num intervalo de nossas funções de Instrutor de História Militar.

Tivesse vivido noutra época e não confinado em Piratini, por certo teria se destacado nas letras históricas do Brasil.

Ele liga-se as famílias Dias, Gomes, Borba, Mattos, Silveira que povoaram Canguçu por volta de 1800 **(13)** e que em parte migraram para Bagé.

Sua obra merece ser reunida e estudada mais profundamente por especialistas em literatura rio-grandense. Acredito tenha sido o rio-grandense de sua geração que mais produziu sobre História, embora confinado em Piratini, na Serra dos Tapes.

Nota: Foi estudado por Flávio Ajambuja Kremer em seu discurso de posse na ACANDHIS e o consagramos patrono da Academia Piratiniese de História.

FELISBERTO IGNÁCIO DA CUNHA (1824-1896) – O BARÃO DE CORRENTES –

Nasceu em Canguçu, em 11 Nov 1824, conforme o comprova o genealogista Carlos Rheingantz, autor da obra Titulares do Império. Descendia dos primeiros povoadores de Canguçu **(14)** cujos nomes ficaram em sua geografia através da Coxilha dos Cunha e Arroio do Bica, seu avô materno. Foram seus pais José Ignácio da Cunha e Zefe-

rina Gonçalves da Cunha. Ele mais tarde charqueador em Pelotas, segundo o **Almanaque Literário e Estatístico do RGS**.

Em Pelotas "criou-se e recebeu a instrução que naquelas remotas épocas havia, tirando, com a sua natural inteligência e vivacidade, dela todo o possível aproveitamento."

Muito criança foi para o Rio de Janeiro, onde esteve de caxeiro alguns anos em casa de um parente, que era estabelecido com casa de fazendas.

De volta ao estado dedicou-se ao comércio, e em sociedade com o primo e cunhado Felisberto José Gonçalves Braga, montou um estabelecimento de charqueada sobre o arroio Pelotas nas proximidades do passo do Retiro. Tendo mais tarde desfeito a sociedade, fez negócio com seu avô materno Antônio Ferreira Bicca e tomou a gerência da fazenda de criação de gados que possuía na costa do arroio Jaguari, no Uruguai.

A sua inteligência e atividade postas em ação deram a essa estância uma época de notável prosperidade.

Por morte de Antônio Ferreira Bicca, ele tratou de liquidar esse negócio. Associou-se aos irmãos Barcellos, Boaventura, Luiz e Eleutherio, dos quais era parente e amigo, num estabelecimento de charqueada, de que assumiu a gerência externa.

No fim de pouco tempo, ativo e empreendedor, dando largo desenvolvimento aos seus negócios, além de sócio da firma Cunha & Barcellos, era sócio gerente de Cunha & Belchior, e parte da de Cunha & Irmão, em que era associado a seu irmão Possidônio. Fazia trabalhar as charqueadas de Vicente lopes e Antônio José de Azevedo Machado, situada no cotovelo do arroio Pelotas.

Além disso, tendo herdado por morte de seu pai José Ignácio da Cunha, uma fazenda de criação de gado no início de Jaguari, no Uruguai, e comprando outra na costa do rio Piratini, multiplicava-se para dar pontual direção aos seus negócios e fazê-los prosperar.

Grandes prejuízos teve depois, quando, por um convênio feito entre os charqueadores, após a abertura da barra do S. Gonçalo, de obrigar os navios de barra fora a virem carregar no porto desta cidade, viu-se forçado a exportar por sua conta de vendas desastrosas.

Nem por isso desanimou. Continuou a lutar como um forte que era, escudado sempre na sua proverbial lisura e honestidade.

O conceito que sempre mereceu na sociedade e as simpatias que soube grangear, são testemunho as posições que ocupou, recusando outras para as quais não sentia disposição.

Por ocasião da guerra com a república Oriental do Uruguai em 1864 que motivou o rompimento de hostilidades do Paraguai, foi comandante da guarnição da praça de Pelotas.

Membro ativo e influente do Partido liberal, foi em 1878 nomeado comandante superior da Guarda Nacional desta comarca.

Por serviços prestados ao país, foi também pelo governo imperial nomeado oficial da Ordem da Rosa, condecoração que em tal grau dava honras militares.

Benévolo e generoso, eram sem número os benefícios que diariamente com toda a singeleza praticava.

Franca era sempre a sua bolsa para os nobres cometimentos que em Pelotas se promoviam. Não houve um único trabalho meritório do progresso ou de altruísmo ao qual ele não estivesse associado. Todas as instituições pias o tiveram no número dos seus devotados auxiliares, levando a elas concurso franco e generoso.

Tão bom coração, passou través da política calorosa das pequenas localidades, sem gerar ódios nem ressentimentos. Tão sincero e leal foi sempre, que, partidário decidiu como era, tinha ainda tantos amigos entre os seus como entre os adversários, que nele reconheciam um homem guiado por um espírito de justiça e de eqüidade.

Quando desta vida se apartou, levou tranqüila consciência porque neste mundo o mal não fez, nunca feriu, e muito suavisou dores.

Os pequenos defeitos foram de sobra resgatados pelas grandes qualidades que possuía. Era um coração grande e um espírito reto que as grandes causas impulsionavam, que quando com a palavra pregava era sincero e lógico com o nobre exemplo que dava. Quando esposava uma causa, essa era sempre nobre e alevantada.

O seu espírito marchava sempre na vanguarda do progresso.

Senhor de escravos, foi abolicionista quando só o eram aqueles que escravos não tinham.

Antes da lei de 28 de setembro, ele já a tinha adotado para as suas escravas. Antes da libertação do município de Pelotas, já ele havia concedido liberdade a seus escravos, incondicional a muitos e, aos outros, com prestação de serviços a curto prazo.

Em atenção a esses alevantados exemplos, o gabinete abolicionista do conselheiro Dantas concedeu-lhe o título de Barão de Correntes.

Estimado e venerado por todos que o conheceram, no dia 19 de Dezembro de 1896, às 2 horas e 20 minutos da manhã, morria como um justo, circundado das lágrimas brotadas de corações saudosos.

No dia 11 de Novembro, robusto e com aparência de vigorosa saúde, completara os setenta e dois anos de idade".

O Barão de Correntes, ilustre filho de Canguçu, concorreu com a doação de terras para o estabelecimento da Colônia de São Lourenço em 1857 **(15)** nas margens do arroio Correntes do qual deriva seu título.

Fernando Osório o estuda **(16)**.

Nota: É patrono de cadeira na ACANDHIS ocupada pela genealogista e acadêmica Alda Maria de Morais Jaccottet.

GENERAL HIPÓLITO PINTO RIBEIRO (1824-1900)
– O guerreiro vencedor de Inhanduí –

Foto retirada da História
do Exército Brasileiro. 3v .1972

Nasceu em Canguçu por volta do ano da Independência, em prédio que existiu no local onde foi construída a Igreja do Salvador, esquina da rua Júlio de Castilhos com a avenida Exército Brasileiro **(17)**. De origem humilde sua vida transcorreu entre aventuras e brincadeiras na sede da freguesia **(18)**. Durante a Revolução Farroupilha lutou por seus ideais até próximo do seu final como a maioria dos canguçuenses. Combateu contra os imperiais sob o comando de Netto e Bento Gonçalves nos dois combates de Canguçu e em outros entreveros. Ao final alistou-se como voluntário. Durante a guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 vamos encontrá-lo integrando, como alferes, o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira de Bagé, ao comando do intrépido tenente coronel Osório. Na Batalha de Monte Caseros ou Moron, de 2 Fevereiro 1852, nas portas de Buenos Aires, recebeu a seguinte citação, em Ordem do Dia do Marquês de Caxias, juntamente com o tenente Luiz Pedro Osório: "Louvo o tenente Luiz Pedro Osório e o Alferes Hipólito Pinto Ribeiro, ambos do 2º Regimento de Cavalaria, pela bravura e comportamento com que se distinguiram no esquadrão de atiradores a que pertenciam".

Pouco depois atingiu o posto de capitão, ocasião em que deixou o Exército e ingressou na Guarda Nacional, passando a dedicar-se à pecuária na região de Santana e Uruguaiana.

Segundo o coronel Arthur Ferreira Filho que o estudou e assim apreciou suas ações **(19)**.

"Mas naquele tempo, as mutações do clima internacional se processavam com muita rapidez, e os homens de vocação guerreira não tinham direito a repouso prolongado".

Assim, quando o Império resolveu intervir na República Oriental do Uruguai, a favor do general Venâncio Flores, o herói farroupilha Antônio de Souza Neto, residente naquele país vizinho, reuniu uma Brigada de Cavalaria Ligeira, com a qual fez a vanguarda do Exército do Sul que, sob o comando de João Propício Menna Barreto, se dirigia para a praça forte de Paissandu.

Hipólito comandava um corpo da Brigada de Neto, que o convocara como amigo e homem de confiança. Terminada a Campanha do Uruguai, de lá mesmo seguiu essa força, fazendo a vanguarda do Exército de Osório que marchava para o Paraguai. Com ela ia o major Hipólito Ribeiro. Dessa campanha, donde saiu com o renome de um dos melhores chefes de Cavalaria, e voltou com o posto de Coronel. A princípio, sob as ordens de Souza Neto, e depois de Andrade Neves, o Vanguardeiro. Hipólito bateu-se e brilhou em Tuiuti, Avaí, Lomas Valentinas e em inúmeros combates e reconhecimentos, merecendo promoções a golpes de bravura e talento militar. É várias vezes citado em ordem de dia do Comando em Chefe.

Vencida a guerra, o Governo Imperial o distinguiu com o posto de Brigadeiro-Honorário e aproveitou seus serviços como comandante de Fronteira, em Uruguaiana. Antes da proclamação da República, aderiu à idéia republicana, ou melhor, reintegrou-se na idéia que o empolgara nos dias de sua mocidade em Canguçu.

Aliando-se a Pinheiro Machado, tomou parte na propaganda e apoiou energicamente a chefia de Júlio de Castilhos desde os primeiros dias da República. Quando este estadista foi deposto em 91, Hipólito Ribeiro foi um dos chefes que imigraram com o Pinheiro Machado e voltaram trazendo forças para o restabelecimento da ordem repu-

blicana.

E quando a exasperação dos ânimos culminou com a revolução, Hipólito organizou em Uruguaiana, onde residia, uma Divisão constituída de tropas do Exército, da Guarda Nacional e civis que tomou o nome de Divisão Oeste. Os revolucionários já se aproximavam de Uruguaiana, quando o velho combatente, fazendo junção com a Divisão Norte, e assumindo o comando geral desse agrupamento, por ser mais antigo no generalato do que Lima, saiu ao encontro do inimigo, conquistando brilhante vitória para as armas republicanas na batalha de Inhanduí.

No desenrolar da Revolução, o general Hipólito, já na idade de setenta anos, desenvolveu extraordinária atividade guerreira, perseguindo e batendo várias colunas rebeldes. Surpreendeu e derrotou o coronel Davi Martins, nas Caneleiras, infligindo, logo depois, ao mesmo chefe rebelde, catástrófica derrota no Passo do Sarandi.

Posto este adversário fora de ação, Hipólito partiu contra o coronel Marcelino Pina, derrotando-o nas pontas do Arroio Ponche Verde e, sem lhe dar quartel, persegue-o até as proximidades de Encruzilhada, onde o surpreendeu e destroçou definitivamente.

Foram ainda elementos de sua Divisão, que venceram, em Campo Osório, o almirante Saldanha da Gama, no combate em que pereceu esse ilustre marinheiro.

Antes de finda a guerra civil, o brigadeiro-honorário Hipólito Ribeiro recebeu do Governo republicano as honras de general de Divisão.

Restabelecida a paz, ocupou um lugar na Assembléia dos Representantes e chefiou o Partido Republicano numa grande zona da Fronteira.

Depois, desgostou-se com Júlio de Castilhos que sustentou a candidatura do Dr. Romagueira Correia a intendente municipal de Uruguaiana, contra a opinião do velho general.

Seu temperamento não combinava com a posição de resignado, nem se conformava com o papel neutral de mero

espectador. Não obstante a idade avançada, esse lutador possuía um físico vigoroso e uma formidável reserva moral de energias.

Seu verdadeiro lugar, posto que fez cinco campanhas no espaço de cinqüenta anos, não deve ser na história política, mas na história militar.

Pertence de direito à galeria onde se alinham os nossos melhores generais do passado".

Hipólito Ribeiro teve por mestres as maiores expressões da Cavalaria Brasileira. Inicialmente, o general Neto, depois Chico Pedro de Abreu e como alferes o mais tarde general Osório e atual Patrono da Arma de Cavalaria. Como major o general Antônio Neto, com o qual obrou prodígios em Potrero Pires, na Batalha de Tuiuti e, finalmente, com o general Andrade Neves de quem foi o vanguardeiro. Sendo Andrade Neves considerado o "Vanguardeiro", cabe a Hipólito o título de "Vanguardeiro do vanguardeiro".

No início do século foi dado seu nome a uma rua e uma praça de Canguçu. A praça desapareceu na década de 30 (entre ruas Saldanha Marinho e Hipólito Ribeiro e Júlio de Castilhos). A rua com seu nome, da estação ferroviária até a general Osório foi rebatizada de Exército Brasileiro. Hoje existe o CTG Hipólito Ribeiro – "O Vanguardeiro" inspirado em trabalho de nossa autoria. Era seu irmão Bernardino Pinto Ribeiro que foi vereador em Canguçu no Império.

Durante a Guerra do Paraguai recebeu grave ferimento, em 21 de outubro de 1867, em ação nas imediações de Humaitá. Nesta guerra comandou o 10º Corpo Provisório de Cavalaria, a 8ª Brigada de Cavalaria e 4ª Brigada da 3ª Divisão de Andrade Neves.

Nas Ordens do Dia do 1º Corpo de Exército **(20)** são encontradas referências elogiosas que o caracterizam: "inteligência e tino que o distinguem", inexcedível comandante. Recebeu a medalha do Mérito Militar. A História do Exército publicou sua foto **(21)**.

Nota: É patrono de cadeira na ACANDHIS, ocupada pela acadêmica Alliete Martins Ribeiro.

GENERAL Revolução de 23
JOSÉ ANTÔNIO MATTOS NETTO
– ZECA NETO (1851-1947) –

Foto publicada na História
do Exército em 1972.

"O último caudilho da família Mattos Neto." **(22)**

Nasceu por volta de 1854, no atual 5º subdistrito de Canguçu, no seio da família Mattos, a qual pertencia sua mãe Rafaela Mattos, mulher afeita às lides guerreiras, viúva de dois militares e no terceiro casamento com Florisbelo Neto, veterano farroupilha, irmão do general Antônio Neto. Era sobrinho do Ten. Cel. GN Theófilo de Souza Mattos que comandaria os canguçuenses na Guerra do Paraguai. Nasceu após a guerra contra Oribe e Rosas. Viveu em Canguçu até cinco anos de seu vilamento.

O Rio Grande já vivia o clima de guerra próxima que ocorreria em 1864-70, quando viveu a parte de sua juventude, dos 14 aos 20 anos.

Foi um autêntico campeiro e tapejara (conhecedor dos caminhos) do Rio Grande. "Gabava-se de ser capaz de ir a cavalo de Camaquã até Montevidéu" sem molhar as patas do

seu cavalo". Criou-se entre os Mattos e os Netos, destacados e tradicionais revolucionários do Decênio Heróico **(23)**.

Sobre sua vida e obra. além do que já abordamos ao tratarmos da Revolução de 23, em Canguçu, dele escreveu nosso ilustre confrade Arthur Ferreira Filho **(24)** e veterano dessa revolução do lado governista:

"José Antônio Neto, sobrinho do farroupilha general Antônio de Souza Neto, era abastado fazendeiro no município de Camaquã."

Na Revolução de 93 comandou um corpo de patriotas castilhistas no posto de tenente coronel. Mais tarde rompeu com o chefe de seu Partido, sendo em 1923 dos primeiros a sair a campo contra o Governo de Borges de Medeiros. Sua coluna que se chamou "4ª Divisão do Exército Libertador", ficou famosa pela rapidez de movimentos com que, em parte, supria a deficiência de material bélico. E graças à grande mobilidade que imprimiu à sua tropa, logrou furtar-se a encontros decisivos com os coronéis Hipólito Ribeiro (filho) e Francelino Meireles que tenazmente o perseguiam.

Bateu-se vantajosamente no Passo do Mendonça, contra o coronel José Lucas Martins, conseguindo livrar-se do cerco que lhe preparava a Brigada Juvêncio de Lemos. Sempre perseguido de perto, o caudilho cruzou durante meses a região de suas proezas, Camaquã, S. Jerônimo, Canguçu, Encruzilhada, Pinheiro Machado, Pelotas, sem nunca de deixar surpreender.

Apenas uma vez, reprimido por Hipólito Ribeiro, viu-se obrigado a lutar em condições desfavoráveis, em Canguçu Velho, sujeitando-se a séria derrota.

Ali perdeu muitas praças e vários oficiais, escapando-se ele próprio a duras penas. Foi quase ao findar da Revolução que Zeca Neto realizou sua maior façanha. Surpreendeu e tomou a cidade de Pelotas, ocupando-a quase totalmente, por algumas horas, não obstante a valorosa resistência oposta pela pequena guarnição republicana. A ocupação de Pelotas não foi propriamente uma vitória militar, não apenas pela desproporção numérica, entre as forças atacadas, como

porque fora incompleta e efêmera. A ocupação não alcançou toda a área da cidade, não conseguiu silenciar a totalidade dos pontos de resistência, e durou umas poucas horas, somente.

Mas fora, inegavelmente, um feito útil à Revolução, tanto pela repercussão política favorável, como porque, na rica cidade sulina, onde o caudilho contava com inúmeros simpatizantes, fácil lhe fora se abastecer dos víveres e munições de que carecia com premência.

Ademais, o fato de conseguir atacar a segunda cidade do Estado, sem que a Brigada Juvêncio de Lemos o impedisse, deve ser levado a crédito de Zeca Neto, velho caudilho de setenta e dois anos, que assim dava provas de uma capacidade de agir e movimentar tropas que só deveria esperar de um fogoso guerreiro de trinta anos. Houve um momento, na Revolução de 1923, em que Zeca Neto, numa de suas meteóricas incursões, chegou a estar à vista da Capital do Estado, na atual cidade de Guaíba, naquele tempo chamada Pedras Brancas.

Registrou-se, então, considerável susto popular em Porto Alegre. As famílias recolheram-se ante a espectativa de um combate. Os estrategistas de cafés revisavam seus cálculos, enquanto os boatos de todas as cores fervilhavam nas ruas.

O velho Largo dos Medeiros manteve seu prestígio, fazendo-se o centro das informações alarmantes.

Já alguns governistas cumprimentavam com mal disfarçada subserviência, certos figurões da oposição, como quem aplaina o terreno para o futuro incerto.

Aníbal estava às portas de Roma.

Entretanto, a aproximação de Zeca Neto era de todo inofensivo, pois, mesmo que não houvesse o rio Guaíba pelo meio, restaria ainda a circunstância decisiva de não possuir o caudilho a menor condição material para atacar uma cidade bem guarnecida, como se achava Porto Alegre naquela ocasião.

Nem Zeca Neto pretenderia mais do que se mostrar à

sede do Governo para efeito de prestígio e propaganda. Feita a paz de Pedras Altas, (14-12-1923), Neto voltou às atividades de fazendeiro, dedicando-se também ao aliciamento eleitoral para as fileiras da oposição. Mas, em face de novo surto de rebeldia no Estado, em 1826, não se conteve. Emigrou para o território uruguaio e lá reuniu apreciável grupo de companheiros à frente dos quais cruzou, de regresso, a fronteira rio-grandense, invadindo o Estado em tropel de guerra. Estava, então, com setenta e cinco anos de idade. Seu vigor físico era ainda perfeito, podendo, como demonstrou, montar a cavalo sem se utilizar dos estribos, mas já não encontrou ambiente para repetir as façanhas anteriores. Companheiros de valor, como Dario Crespo e outros da passada campanha, desta vez, não o quiseram acompanhar, e o caudilho se deixou cercar por indivíduos tais como João Castelhano, de tenebrosa memória. À sombra do nome do caudilho foram praticados crimes repulsivos, como o degolamento do delegado de polícia de S. Sepé, Capitão da Brigada Militar, homem benquisto por gregos e troianos naquela cidade.

Zeca Neto já não podia conter os impulsos inferiores de seus comandados.

Essa campanha felizmente durou pouco. Depois de algumas escaramuças, o caudilho foi derrotado pelo coronel Hipólito Ribeiro e perseguido, sem quartel, pelo comandante de vanguarda do "Destacamento Hipólito", tenente coronel Delfino Silveira, sendo obrigado a regressar à República vizinha, desanimado e sem condições para tentar novas aventuras.

Zeca Neto que era um homem educado, de feitio aristocrático, gostando de trajar com elegância, deixara crescer a barba, prometendo não a raspar enquanto Borges de Medeiros estivesse no Governo.

Cumpriu a curiosa promessa, mas, para isso, teve que esperar até 1928, quando o estadista republicano venceu o último qüinqüênio.

Com a barba longa e grisalha, um tanto hirsuta, o caudilho apresentava não o aspecto de um bondoso avô, ou de

um velho homem de ciência, mas o de um sanhudo veterano da Guerra do Paraguai.

Após a Revolução Constitucionalista, emergência em que o caudilho libertador ficou solidário com a ditadura de Getúlio Vargas, veio a exercer um lugar de direção no partido fundado e chefiado por Flôres da Cunha.

Como o golpe de 1937, que implantou o Estado Novo, extinguindo os partidos políticos e proibindo qualquer atividade partidária, afastou-se para sempre da vida pública.

Viveu muito ainda. Conservou até o fim uma rara fortaleza de ânimo e acentuado espírito de luta.

Com mais de noventa anos, ainda se exercitava, diariamente, no tiro ao alvo.

Aos que manifestavam estranheza, ante o treinamento bélico do general nonagenário, ele respondia com visível convicção:

"Ninguém sabe o que nos reserva o dia de amanhã".

E continuava atirando, para não perder o hábito.

Sobre Zeca Neto Barbosa Lessa escreveu "Coxilhas Coloradas" que aborda aspectos de sua vida **(26)**. Foi aclamado general em 1923 por seus liderados.

A História do Exército publica sua foto e aborda sua participação na Revolução de 23 **(27)**. Martins Livreiro, Palegre acaba de editar suas **Memórias**, que referi no **Tradição**, Porto Alegre, 15 mai. 83, p.3.

Nota: Escrevemos sobre ele na **Revista do Clube Militar** e no jornal **Tradição,** artigo General Zeca Netto – traços de seu perfil militar jan/fev. 1984. E o resgatamos em análise militar na **Revista do CIPEL** 2003, Os 80 anos da Tomada de Pelotas pelo general Zeca Netto. Ele é patrono de cadeira na AHIMTB que é ocupada pelo acadêmico por Armando Eciquo Peres. Suas **Memórias** foram publicada pelo Dr. Sérgio da Costa Franco.

ANDRÉ LEÃO PUENTE (1855-1920) (28)
- O Grande pedagogo rio-grandense -

Percorrendo a Praça da Matriz em Porto Alegre, deparei

com um busto contendo, no granito que o sustenta, a seguinte inscrição:

"André Leão Puente.
Morto, vive no coração de seus alunos. 11/04/1855".

Quem foi André Leão Puente para merecer tão grande homenagem dos seus alunos no mais importante logradouro do Rio Grande do Sul, ao lado do majestoso monumento erigido em 1906, em memória de Júlio de Castilhos e defronte ao Palácio Piratini, Assembléia Legislativa e Catedral Metropolitana? Vejamos. André Leão Puente, segundo Achylles Porto Alegre, "era natural de Canguçu", filho de simples, mas honrada família. Nasceu na sede da então Freguesia de Canguçu elevada à condição de vila em 1857, dois anos após o seu nascimento em 11 de abril de 1855.

Em Canguçu passou sua infância, tendo freqüentado a aula régia sob a direção do primeiro professor para meninos do município, Joaquim Antônio Bento.

Seu professor, impressionado com a excepcional aplicação de seu discípulo, o encaminhou para a Escola Normal de Porto Alegre, destinada aos jovens de talento que não dispusessem de recursos financeiros para cursar uma Academia.

Munido de um atestado de pobreza fornecido pelo vigário José Joaquim Fontes e de uma recomendação de seu mestre, o jovem André deixou Canguçu rumo a Porto Alegre.

Durante o curso dedicou-se de maneira inexcedível aos estudos, adquirindo, em breve, uma sólida cultura profissional e geral.

Ao diplomar-se foi nomeado professor público em sua terra natal, a vila de Canguçu. Sua permanência ali foi de 1774-1884. Logo em seguida, em reconhecimento aos seus excepcionais dotes como professor, foi transferido para Bagé para um cargo superior.

Em 1894, após assistir em Bagé os horrores da malfadada Revolução Federalista de 1893, pediu demissão do serviço público e retornou a Porto Alegre.

Ali passou a lecionar na Escola Brasileira, onde se des-

tacou como excelente professor de Português e Geografia, tendo dirigido o internato da Escola até 1900.

Durante todo o tempo em Porto Alegre e até 1895 dedicou-se à produção de um livro didático de português, calcado nos mais modernos métodos pedagógicos alemães, aprendido inclusive, com o professor Eduardo Willelmy, natural de Stetin, Alemanha, que possuía uma Escola em Pelotas, e que por ocasião da Revolução de 93, radicou-se em Canguçu, na Florida, como professor e fotógrafo.

Sua obra intitulada **Gramática Portuguesa**, foi lançada no ano de 1895 e logo adquiriu vasta circulação pela grande receptividade que despertou entre a juventude do Rio Grande do Sul, por sua clareza, pureza e objetividade.

Em 1895, apolítico, mas simpatizante da corrente federalista chefiada por Gaspar Silveira Martins, foi convidado para retornar ao serviço público.

Aceitando o convite, foi ocupar as cadeiras de História e Geografia do Colégio Complementar. A par de seus deveres oficiais ministrava aulas particulares.

Em suas novas funções oficiais confirmou-se o pedagogo sempre atento aos progressos da pedagogia.

Achylles Porto Alegre em sua **História Popular de Porto Alegre** dedicou-lhe duas páginas. Assim referiu ao ilustre mestre filho de Canguçu:

"Há homens que nunca morrem, apenas se ausentam fisicamente, estando sempre vivos no pensamento de quantos com eles trataram em vida. Pertence a este número – André Leão Puente. De uma delicadeza aristocrática, o seu trato era gentil e cativante. A sua voz, de uma doçura desafetada, tornava a sua palestra singularmente atraente. O seu olhar era suave e carinhoso, nenhum de seus alunos jamais o viu irritado.

Seus alunos nunca esqueceram o mestre admirável que lhes formou o espírito, o caráter e o coração. Alguns adquiriram fortuna com a lição que receberam. O mestre, porém, morreu pobre, legando à família um nome honrado e imperecível.

O professor por menos que seja, deixa sempre um grande legado aos que lhe ouviram as lições. O tesouro da sabedoria é o tesouro dos tesouros". **(30)**

André Leão Puente ao retornar a Canguçu como professor, 1874-84, foi co-fundador em 1881, junto com Eneas Gonzaga Moreira de sua primeira biblioteca, na Sociedade Eden Canguçuense. Biblioteca que foi dissolvida por ocaião da Revolução de 93 e o que sobrou foi incorporada à Biblioteca do Clube Harmonia.

Publicou no **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul 1889-1917** os seguintes trabalhos sobre superstições: Em 1889 – "O arco da velha"; "Os lobisomens e as almas do outro mundo"; "Maus olhares e quebrantos" e "As benzedeiras e simpatias". Em 1890 – "O Jardim Público de Pelotas e o Calor que acompanha a chuva". Em 1891 – "Os cacos" e "Nova Era". Em 1892 – "Os dois cortesãos". Em 1893 – "O aprecimento de uma titã" e, em 1894 - "Pobre Rio Grande". **(31)**

Produziu mais os seguintes trabalhos: "O Mártir da Independência", peça teatral que encenou em Bagé e que enaltecia a figura de Tiradentes.

O gosto pelo teatro, adquiriu com seu primeiro professor Antônio Joaquim Bento que em 1858 organizou e dirigiu, segundo Simões Lopes Neto, o primeiro grupo teatral em Canguçu **(32)**. Em prédio antigo que existiu no local da atual Câmara de Vereadores. A vida de André Puente, como professor, teve início aos 17 anos, quando lecionou na estância de Horácio da Cruz Piegas. Após substituir por algum tempo seu primeiro professor, foi cursar a Escola Normal.

Faleceu em 23 Out 1920. Foi dado seu nome ao G.E Irmãos Andradas. É nome de Escola em Canoas e de rua em Porto Alegre, próximo ao Colégio Bom Conselho onde lecionou e onde funcionava em 1983 o Instituto Estadual do Livro e Arquivo Histórico do RS. É sua parenta a canguçuense professora Florisbela (Florzinha) Puente Barbosa.

Nota: André Puente é patrono de cadeira na Academia

Canguçuense de História ocupada pela acadêmica Laedi Bachini Bosembecker.

CORONEL GN GENES GENTIL BENTO (1863-1931)
– O administrador público republicano –

Nasceu em Canguçu em 1863, um ano antes do início da Guerra do Paraguai. Era filho de Antônio Joaquim Bento – o primeiro professor de meninos do município de Canguçu, e de Izabel Vaz Bento, ambos da região do passo Maria Gomes do rio Piratini e mais tarde estação do Cerrito. Fez seus estudos em Canguçu sob a direção do pai. Mais tarde, estudou e lecionou no colégio Sul-Americano em Pelotas. Por volta de 1887 casou com Maria da Conceição Monteiro Bento. Sua participação na campanha republicana foi descrita por J. Simões Lopes Neto, o príncipe de nossos escritores regionalistas e seu contemporâneo: **(33)**

"Genes Gentil Bento foi desde os mais verdes anos um sonhador cheio de fé do ideal republicano, ao qual deu os melhores impulsos de seu coração de moço, as premissas de sua inteligência, na tribuna, na imprensa, alhures e em Canguçu, salientando-se entre os poucos mais intemeratos pregadores do novo credo. Proclamada a República ocupou diversas comissões, revelando no desempenho delas o valor de sua competência, correção e zelo".

Em 1890 ocupou comissão de carácter administrativo para a construção dos molhes da barra do Rio Grande **(34)**. Aí foi-lhe alcançar a Revolução de 93 e a Revolta na Armada. Depois, morou em Itapuã, no exercício de funções administrativas ligadas à navegação da Lagoa dos Patos. Passado o agitado período da consolidação da República, procurou melhores perspectivas na administração privada. Administrou por alguns anos uma estância em Estação do Cerrito, em sociedade com seu proprietário.

Em 1904 foi chamado a servir sua terra natal na qualidade de vice-intendente.

Em 1905, por falecimento do intendente coronel Leão dos Santos Terres, completou o seu mandato e foi eleito e

reeleito intendente de Canguçu, funções que exerceu até Jul. 1916, ou seja, por mais de 11 anos e meio (15 Fev. 1905 – 25 Jul. 1916). Em 1912, o autor regionalista citado escrevia: **(35)**

"O que fez e o que lutou desde 1905 o coronel Genes Bento partindo de um momento de rudes dificuldades e intolerantes agitações, o sucesso de seu esforço é a recompensa de sua dedicação nestes largos sete anos de vida pública. Dizem-no melhor que as palavras, a situação próspera do município, a justiça que lhe tributam os adversários e a arregimentação sólida do partido que chefia".

Ainda, em 1916, foi convocado pelo Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, para o exercício sucessivo das seguintes funções de confiança de 1816-1921: Subchefe de Polícia da 6ª Região com Sede em Jaguarão; Subchefe de Polícia da 1ª Região com sede em Porto Alegre, Chefe de Polícia do Estado (função equivalente hoje de Secretário do Interior) e, finalmente, de Secretário da Presidência do Estado. Do exercício dessas funções de confiança deixou muito bem desenvolvido e organizado arquivo encadernado, hoje em poder de um neto **(36)** e importante fonte histórica do Rio Grande do Sul 1916-1922.

No exercício de suas funções de subchefe e chefe de Polícia do Estado fez diversas intervenções pacificadoras em nome do Partido Republicano, traduzidas pelo exercício temporário das funções de intendente de São Luiz Gonzaga, São Francisco de Paula e Herval do Sul. Representou pessoalmente o Presidente do Estado e agiu em seu nome em diversas situações.

Ao tranferir-se para Porto Alegre, o fez com toda a família, permanecendo em Canguçu seu filho Conrado Ernani Bento.

Em 1921 foi nomeado Notário do 3º Ofício de Porto Alegre, na rua da Ladeira, atual cartório Dorneles, que por muitos anos levou seu nome.

Faleceu em Porto Alegre em 16 de março de 1931, onde se encontra sepultado junto com a esposa. Dentre as publicações que ensaiam sua biografia registre-se o jornal **Esta-**

do do Rio Grande, Porto Alegre, 16 mar. 1931.

Em Canguçu e Porto Alegre existem ruas com o seu nome.

Foi criador em 1913 do Colégio Elementar de Canguçu que por transformações sucessivas é o Grupo Escolar de Canguçu. Existe selo municipal de Canguçu com sua efígie. Segundo escreveu **A Federação** como parte de seu necrológio **(37)**:

"Exerceu cargos de destaque como a chefia e subchefia de Polícia e Secretaria da Presidência do Estado, desempenhando no período de 1916 a 1920, por incumbência do egrégio Dr. Borges de Medeiros, missões políticas em Pinheiro Machado, Lagoa Vermelha, Erexim, Uruguaiana, Vacaria, Jaguarão, Cruz Alta, São Borja, Santa Maria, São Leopoldo, São Francisco de Paula, Passo Fundo, Alegrete, Montenegro, São Luiz, Santo Amaro e Triunfo.

Quando da Revolução de 1923, com carinho organizou a Guarda Republicana de Porto Alegre. Foi membro Comissão Executiva do Partido Republicano, sendo Vice-Presidente de Honra do Centro Republicano Júlio de Castilhos".

Nota: É patrono de cadeira na ACANDHIS e seu Arquivo Pessoal se encontra na Casa de seu neto José Moreira Bento para onde o levamos. O historiador Sérgio da Costa Franco, em **Gente e Coisas da Fronteira Sul**. Porto Alegre:-Sulina, 2001, em "O dissidio entre os chimangos: carlistas e zeferinistas" as p.131/174, descreve a pacificação deste complexo dissídio pelo Cel. Genes Gentil Bento. O Cel. Genes possuia três irmãs. Uma casou com Antônio (Nico) Duarte do qual nasceu Isaura esposa Vador Rodrigues com grande descendência. Outra com Genuíno Aguiar e sogros de Antônio (Antonico) Valente com grande descendência em Canguçu e uma terceira casou em Pelotas, tendo como filho Adail Bento Costa. Eram seus irmãos Hermes Laranja Bento, avô de Maria Cândida, esposa de Zeferino Couto Terres e José (Cazusa) Monteiro Bento que foi o primeriro engenheiro agrônomo a se formar em Pelotas e depois professor da Escola Eliseu Maciel. A esposa do Cel. Genes Gentil possuia

duas irmãs. Uma casou com Miguel Vasques Filho, com descendentes em Porto Alegre, entre eles o pesquisador Fausto Missel Vasques e a outra casou com um oficial do Exército da familia Niemeyer sendo neto do casal, segundo Fausto Vasques, o arquiteto Oscar Niemayer. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul possui no acervo Borges de Medeiros varias correspondência trocadas pelo Dr. Borges e o Cel. Genes, conforme nos foi mostrado pelo historiador Sérgio da Costa Franco.

Em 2005 desenvolvemos por intermédio de meu sobrinho José Leonardo Bento Vianna pesquisas para localizar os restos mortais do Cel. Genes e esposa para os levar para Canguçu. Depois de muitas pesquisas foram localizados no túmulo de sua nora que foi casada com seu filho Antônio Monteiro Bento, o que estava sob o controle de Glaci, a única descendente de Antônio, solicitando que aguardássemos oportunidade, mais tarde, para fazer esta esperada exumação e traslado para Canguçu. Ocupa sua cadeira a Professora Yonne Maria Sherer Bento.

D. OTAVIANO PEREIRA DE ALBUQUERQUE (1866-1949)
- O Arcebispo canguçuense -

Nasceu em Canguçu em 1866, no início da Guerra da Tríplice Aliança 1865-70. Ali viveu sua infância e adolescência, tendo como primeiro professor Antônio Joaquim Bento. Em 1884, com 18 anos, ingressou no Ginásio N. S. da Conceição de São Leopoldo. Em 1888 foi transferido para o Seminário de Porto Alegre. Em 16 Set 1888 foi sagrado padre na Catedral de São Francisco de Paula em Pelotas. Lecionou no seminário de Porto Alegre onde depois foi vigário do Menino Deus. Foi pároco em Rio Grande. De 1904-1914 esteve em Roma como Vigário Geral. Lá foi sagrado bispo em 1914 pelo Papa Bento XV e nomeado 2º bispo do Piauí. Tomou posse em sua diocese em 23 Set. 1914. Seu lema era: “Impulchritutine paces”. Nesta diocese teve as seguintes iniciativas: Criou o Cabido Honorário; nomeou 13 cônegos; promoveu a vinda das irmãs do Coração de Maria para os hospitais; deu início

à construção do Colégio Diocesano; criou a prelazia de Bom Jesus da Gurgueia, em 24 Dez. 1920, erigiu a paróquia S. Benedito, transformando-a em Matriz. Em 1922 foi elevado a primeiro arcebispo de São Luiz do Maranhão, dirigindo esta arquidiocese por 13 anos. Depois foi nomeado Arcebispo de Campos RJ onde faleceu, em 3 de janeiro de 1949, com 83 anos, sendo sepultado na catedral.

Em 2 de janeiro de 1922, antes de ser elevado a arcebispo do Maranhão, visitou Canguçu, sua terra natal. Sua visita foi assim registrada no Livro de Tombo da Igreja Matriz, bem como a carta que enviou ao pároco, peça literária de rara beleza:

"D. Otaviano chegou a Canguçu às onze horas e meia, tendo sido recebido na entrada Sul pelo Intendente Dr. Raul Azambuja, povo em geral e Banda do Clube Harmonia. Foi-lhe oferecido um banquete no Novo Hotel, tendo falado na ocasião, o promotor Edgar Gama. Visitou à noite o Clube Harmonia, onde dissertou sobre o tema "Harmonia". Pernoitou na casa do Intendente (local do Clube Harmonia).

No outro dia, compareceu na Intendência, onde foi lido o decreto municipal, pelo qual foi dado seu nome, a antiga rua das Flores.

À noite, na Igreja, proferiu bela conferência na qual deu mostras da grande eloqüência de que era possuidor. Na manhã do dia seguinte, visitou a Cacimba do Ouro, de saudosa memória de sua infância passada em Canguçu.

Às duas horas da tarde partiu para Pelotas, após haver feito elevada contribuição para a reconstrução da sacristia destruída por incêndio.

Foram seus colegas de infância, entre outros, Genes Gentil Bento e André Puente, segundo recordou".

Nota: D. Otaviano possui rua com o seu nome em Canguçu e é patrono de cadeira na ACANDHIS. Deixou o Piaui por desinteligências como o padre que era interventor e recolheu-se ao Seminário São Bento, no Rio. Ali organizou a primeira Páscoa dos Militares da qual não participou o Ministro da Guerra Gen. Bda. José Fernandes Leite de Castro que

combatera como major na Artilharia Francesa na 1ª Guerra de onde trouxe sua esposa que fora casada com um francês e em cuja disputa levou a melhor. Por não haver se confessado foi observado pelo Arcebispo D. Otaviano: "não se confessou por haver tirado a esposa de outrem", segundo me informou o historiador do Seminário. Quando dirigiamos o Arquivo Histórico do Exército recebemos a missão de confirmar, a pedido da assessoria do Presidente Figueiredo se um soldado nascido em Campos e morto na Intentona Comunista em 35, no Regimento de Infantaria da Praia Vermelha havia sido morto como rebelde comunista ou não. Pois ele figurava como rebelde e sua irmã escrevera um livro sobre o seu irmão e pedira que o Presidente Figueiredo prefaciasse. Pesquisando encontramos um depoimento do Arcebispo D. Otaviano ao Presidente a Getúlio Vargas afirmando a inocência do soldado em foco, por conhecer a sua família muito religiosa da cidade de Campos. Resultado foi comprovada a participação do soldado seu irmão sem nenhum envolvimento politico no caso. Foi uma vitória moral para ela.

CORONEL JUVÊNCIO MAXIMIANO LEMOS (1874-1954) – O herói valoroso e leal da Brigada Militar –

Este ilustre canguçuense, nascido em 22 nov. 1874 foi assim estudado por nosso ilustre confrade Tarcísio Antônio Costa Taborda **(39)**:

Iniciou sua vida pública na Brigada Militar do Estado, já nos campos de luta em 1893, tomando parte destacada em vários combates, tendo sido um dos bravos do sítio de Bagé, feito memorável onde foi gravamente ferido, conforme consta em sua caderneta de apontamentos militares:

"Novembro: A 27 recolheu-se com o destacamento a Bagé tomando parte na resistência e defesa da cidade, que se achava sitiada pelas forças revolucionárias. Dezembro: A24 foi ferido por bala de fuzil e, na mesma data, baixou ao hospital de sangue. Em 1894 – janeiro: Levando o sítio da cidade de Bagé, a nove, foi pela Ordem do Dia Regimental nº 62, daquela data, louvado pela maneira com que se houve

durante o mesmo sítio e pela bravura com que, comandando a primeira companhia, tomou uma trincheira ao inimigo, em 24 de dezembro, sendo nessa ocasião gravamente ferido.

Em novembro do ano seguinte, 1894, ainda em sua caderneta de assentamentos militares, lê-se:

Pela ordem do dia do Comando da Brigada, nº 176, de primeiro, foi público ter o Governo da República lhe concedido as honras do posto de tenente do Exército.

Em maio de 1895, pela ordem do Dia do comando da Quinta Divisão sob o número dois, de onze, foi louvado "pelos serviços prestados à Divisão, especialmente no memorável sítio de Bagé, e pela abnegação e valor com que se conduziu.

No ano de 1902, já no posto de major, seguiu com a ala esquerda do 1º Batalhão de Infantaria para a região colonial do Alto Taquari, em diligência contra um fanático, chamado José Munche. Pela ordem do dia do Comando da Brigada, nº 412, foi louvado, em nome do Presidente do Estado, "pelo tino, critério e inteligência com que dirigiu as operações contra o grupo de bandidos e fanáticos que infestava a zona colonial do Alto Taquari, onde, em penosas diligências, atento à escabrosidade do terreno e as constantes chuvas, conseguiu exterminar completamente aquela horda perturbadora da ordem pública".

Foi em 1903 organizador e comandante da ala esquerda do 1º Regimento de Cavalaria, em Santa Maria. Foi comandante do Corpo desde 1913, época em que também organizou o 2º Regimento da Cavalaria, sediado em Livramento.

Durante a Revolução de 1923, foi comandante e organizador da 2ª Brigada Provisória do Oeste e, logo a seguir transferido com o seu Estado-Maior para a 3ª Brigada Provisória do Sul, que também organizou e comandou.

Por ocasião da sedição de 1925, comandou um destacamento de forças à disposição do Governo Federal, do qual fazia parte o 4º Batalhão de Infantaria Montada, hoje 4º Batalhão de Caçadores em Pelotas de que foi ainda organizador e primeiro comandante.

Nestas funções prestou à Pátria relevantíssimos serviços de vigilância nas fronteiras com o Uruguai e Argentina, merecendo do general Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria as mais elogiosas referências.

Em 1926, achando-se doente no hospital de Uruguaiana, pediu transferência para o Hospital da Brigada Militar, na Capital do Estado, recebendo, ainda, do mesmo Comandante da Divisão de Cavalaria, o seguinte:

"Elogio – Ao se afastar desta Divisão o Coronel Juvêncio Maximiliano Lemos, distinto camarada, velho mantenedor da ordem da Disciplina e da Lei, que, por motivos de saúde, seguiu para o Hospital Militar da Brigada, faça-o com dor d'alma por me ver privado da coadjuvação profícua de tão brilhante chefe. Desejo que melhore o seu estado de saúde, a fim de que continue a prestar seus serviços ao Governo do Estado e da República".

Pouco depois, ainda por motivo de saúde, solicitou reforma do serviço ativo da Brigada Militar, no posto de Coronel graduado, visto não haver mais do que um coronel na mesma força estadual. O Governo do Estado fê-lo incluir no Almanaque da Brigada entre os coronéis ativos, vistos receber vencimentos deste posto.

A par de sua vida de soldado, "honrado, valoroso e dedicado, que nunca mediu sacrifícios para o integral e exato cumprimento de seus deveres", conforme seu assentamento militar, o coronel Juvêncio desempenhou, ainda, importantes comissões, como as de Intendente Provisório e, posteriormente Intendente eleito dos municípios de Bagé (duas vezes) e Livramento, bem como a de subchefe de Polícia do Estado, na mesma cidade de Livramento.

Os acontecimentos políticos locais, que culminaram com a anulação da eleição de 11 de Fevereiro de 1909, fizeram com que o Governo do estado provesse a administração de Bagé, para evitar a acefalia. Assim, pelo Decreto nº 1459, de 11 de abril, resolveu nomear um intendente provisório, que exerceria as funções de intendente, convocaria eleições municipais e exerceria as funções do Conselho Municipal.

Depois, em 1929, para contornar nova crise política, seu nome foi outra vez lembrado. As eleições desse ano foram objeto de recurso, apresentado ao Tribunal de Apelação do Estado, pelos candidatos do Partido Libertador, Drs. Luiz Mércio Teixeira e Carlos Kluwe. Acirrados estavam os ânimos políticos. No âmbito estadual, se formava a Frente Única, e havia necessidade de levar a união até os municípios, não podendo, por isso, continuar a luta local. Oswaldo Aranha, vindo a Bagé, promoveu a pacificação, que concluía com a retirada dos recursos interpostos, a renúncia dos membros do governo municipal, e a eleição de um intendente republicano, do agrado das duas correntes, um vice-intendente libertador, cinco conselheiros libertadores e quatro republicanos. Quando da escolha do intendente, foi apresentado o nome do Dr. Adolpho Luiz Dupont, com o qual não concordou uma forte corrente maragata, integrada pelo jornalista Fanfa Ribas e pelo Dr. Cândiso Gaffrée. Levado o caso à presença do Presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, reunidos os chefes políticos locais, nasceu o nome do Coronel Juvêncio Maximiliano Lemos como o capaz de aglutinar todos os grupos, dado o prestígio que gozava em nosso município, pelas suas qualidades pessoais.

Candidato da Frente Única, foi eleito e empossado em 3 de março de 1930, e tendo apoiado o movimento revolucionário de 3 de outubro, foi em 1º de dezembro de 1930 confirmado no cargo como Prefeito, em cujo lugar permaneceu até 8 de novembro de 1932.

Sua gestão foi muito proveitosa para os negócios municipais.

Na cidade de Pelotas, onde fixou residência depois de reformado, exerceu ainda os cargos de diretor do Colégio Municipal Pelotense e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Não obstante o seu precário estado de saúde, o coronel Juvêncio prestava, nos últimos anos, seus serviços a várias instituições sociais e culturais dessa cidade, fazendo parte de suas respectivas diretorias.

Muito jovem, com vinte e um anos incompletos, casou em Bagé, com D. Gertrudes Jardim Lemos.Faleceu na cida-

de de Pelotas, em 12 de janeiro de 1952.

Em complemento poderíamos dizer com o apoio em informações de seu neto Coronel Inf. QEMA Juvêncio Saldanha Lemos: Seu avô viveu na Coxilha do Fogo em Canguçu até os 19 anos onde era inspetor de quarteirão. Deixou Canguçu num cavalo zaino para participar da Revolução, sendo logo destacado para integrar a Brigada Militar. Foi ferido no sítio de Bagé com um projétil de fuzil que perfurou-lhe o pulmão. Ao falecer, a imprensa de Pelotas deu ampla e justa cobertura ao fato **(40)**. A última homenagem lhe foi prestada pela Santa Casa de Misericórdia da qual era "Irmão Grande Benfeitor" através da palavra de Miguel Soares da qual destaco este trecho:

"Coronel Juvêncio Lemos. Nobre amigo. Devotado companheiro. Felizes os que partem como tu, deixando uma copiosa lista de benefícios, uma comovedora esteira de saudades. A tua personalidade foi sempre a mesma: inalterável, ao serviço do Dever, da Honra e do Bem. Até nas campanhas políticas que torcem e desfiguram os homens, tu, comandando forças governistas, combatendo os rebeldes norteados por um ideal diverso do teu, nunca deles merecestes uma palavra de censura ou menosprezo. Eras até aí o cavaleiro "Sans peur e sans reproche" **(41)**.

O coronel Juvêncio Lemos, ao qual Canguçu até hoje não homenageou, talvez por desconhecimento de sua naturalidade, deixou descendentes **(42)**.

O Batalhão de Polícia Rural Montada em Santana do Livramento que organizou e foi o primeiro a comandar chama-se Batalhão Coronel Juvêncio. O Museu Davi Canabarro possui objetos que lhe pertenceram.

Nota: O Coronel Juvêncio é patrono de cadeira na ACANDHIS ocupada pelo acadêmico Carlos Eugênio Meireles. E muito de suas ações descrevemos em artigo, Os 80 anos da tomada de Pelotas por de Zeca Neto em 1923. É avô de nosso paticular amigo o historiador Cel. Juvêncio Saldanha Lemos, membro acadêmico da AHIMTB.

Preservadores da Memória de Canguçu.

Na foto a seguir na parte superior, o Cel. Genes Gentil Bento e sua esposa e estimuladora Conceição (D. Noca) Monteiro Bento. O Cel. Genes promoveu a vinda a Canguçu em 1912 do jornalista J. Simões Lopes Neto (hoje patrono de cadeira na AHIMTB) que produziu monografia de grande relevância para a elaboração deste trabalho, além de haver preservado e transmitido a seu filho abaixo, valiosas fontes da História de Canguçu. Na parte inferior Conrado Ernani Bento que colecionou anotou, preservou e transmitiu ao autor fontes históricas que em conjunto, estruturaram significativamente **Canguçu reencontro com a História**, razão de sua consagração como patrono da ACANDHIS.

Nota: Depois da edição Canguçu reencontro com a História em 1983, foram produzidas outras obras históricas sobre Canguçu que inventariamos a seguir:

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu – síntese histórica**. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal de Canguçu/ ACANDHIS, 1991. Apresentação pelo prefeito Nelson Edi Grigoltti.

(_____). **A Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu 1783/89**. São Lourenço do Sul – localização. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal de Canguçu/ ACANDHIS, 1992.

(_____). **Conrado Ernani Bento**. Rio de Janeiro: Ed/autor, 1988. Distribuida na Fundação da ACANDHIS.

(_____). **Canguçu 200 anos**. Resende-RJ: GBOEx/ ACANDHIS, 2000. Prefácio do cel. Omar Lima Dias, presidente do GBOEx.

(_____). **Os 200 anos da igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu 1800/2000**. Resende-RJ: ACANDHIS, 1999.

(_____). **Piratini um sagrado símbolo gaucho farrapo**. Resende: ACANDHIS, 2000.

(_____). Antologia do CIPEL. Publicou assuntos de interesse de Canguçu anos 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 2000, 2002 e 2003.

(_____). (Organizador) **ACANDHIS - Revista dos 200 anos de Canguçu**. Resende-RJ ACANDHIS, 2000. Com artigos dos seguintes membros da ACANDHIS ou convidados apresentados em ordem alfabética: ADÃO JESUS M. PEREIRA, ADRIANO TELESCA MOTA, ALDA MARIA DE MORAIS JACCOTTET, ALLIETE MARTINS RIBEIRO, AMILTON VALENTE DA SILVEIRA, ÂNGELO PIRES MOREIRA, ANNA LUIZA OLIVEIRA DE S. TOMAZ, ANTÔNIO CARLOS DE S. OLIVEIRA, ARMANDO ECIQUO PERES, BASÍLIO DE S. BARBOSA, CAIRO MOREIRA PINHEIRO, CARLOS EUGÊNIO MEIRELES (SARAVÁ), CARLOS NORBERTO MOREIRA (in memoriam), CECÍLIA RIGO (irmã franciscana), CERES DA ROSA GOULARTE, CLAUDIO MOREIRA BENTO, CLÁUDIO NELSON FONSECA, CONRADO ERNANI

BENTO NETO, DARCY SOARES DE FREITAS, DOMIRIO CAMARGO, ÉLIDA DE ÁVILA CANEZ, FLÁVIO AZAMBUJA KREMER, GILBERTO MOREIRA MUSSI, GLADIS H. GOULART, IVETE POSSAS DA SILVEIRA, JARDEL VALENTE MOREIRA, JOSÉ LINO DIAS, JOSÉ MOREIRA BENTO, LAEDI BACHINI BOSENBECKER, LÚCIO NEWTON PRESTES, LUIZ CARLOS VALENTE DA SILVEIRA, MARIA DA GRAÇA VALENTE DA SILVEIRA, MARIA HELENA FONSECA RODRIGUES, MARIA DE LOURDES BRANDÃO JORGE, MARLENE BARBOSA COELHO (in memoriam), MOACYR PEREIRA DE MATTOS, NELSON EDI GRIGOLLETTI, NILSON MEIRELES PRESTES, NORMA ROCHA, ODILON DE ALMEIDA MESKÓ, OSORIO SANTANA FIGUEIREDO, ROSENDA BARBOSA TELESCA, SEBASTIÃO RIBEIRO NETO, VANJA ROCHA WISKOW, YONNE MEIRELES PRESTES, YONNE MARIA SHERER BENTO e ZOMAR M. DE OLIVEIRA.

BOSENBECHER. Laedi Bachini, **História de Canguçu** didático escolar. Canguçu: Ed. da autora, 1989.

JACOTTET, Alda Maria Morais. Caderno de Genealogia. **Obstinadas famílias de Canguçu-RS** (Livro de batismos nº 1 B de batismos 1813-1819. Pelotas: Ed. autora, 1999, Prefácio de Marlene Barbosa Coelho)

NEVES, Ilka Guittes.**Canguçu-RS Primitivos moradores, primeiros batismos 1800-1813**. Pelotas: Editora Universitária, 1998. Prefácio de Cláudio Moreira Bento).

No conjunto de fotos (pág. 288) alguns destaques canguçuenses; Eneas Gonzaga Moreira abolicionista e co-fundador da primeira biblioteca de Canguçu. André Leão Puente destacou-se no magistério estadual e foi co-fundador da primeira biblioteca de Canguçu. Cel. Juvêncio Maxiamiano Lemos. Foi prefeito de Bagé e Livramento Organizou o 4º Batalhão da Brigada em Pelotas. Dr. Luiz Oliveira Lessa foi o primeiro canguçuense a formar-se em Medicina, salvo mais preciso juizo. Foi prefeito de Piratini para onde levou seu parente também canguçuense Dorvalino Lessa, mais tarde

ANEXO — B
ALGUNS DESTAQUES CANGUÇUENSES

Ennes Gonzaga Moreira, líder abolicionista, co-fundador da primeira biblioteca de Canguçu. Foi funcionário da Coletoria Estadual. (Fonte: Arq. Conrado Ernani...)

André Leão Puente, destacou-se no magistério estadual. É co-fundador da primeira biblioteca de Canguçu. Possui em Porto Alegre monumento em sua memória e é o nome da rua IEL e Arquivo Histórico.

Cel. Juvêncio Maximiliano Lemos. Nasceu na Coxilha do Fogo. Foi prefeito de Bagé e Livramento. Foi o organizador do Batalhão de Polícia Montada de Santana que leva seu nome e do 4º BC da Brigada em Pelotas. (Foto: Ten. Cel. Inf. Juvêncio Saldanha Lemos).

Dr. Luiz Oliveira Lessa, foi o primeiro cangu-çuense a formar-se em Medicina. Foi prefeito de Piratini nos anos 30. Descende dos primeiros povoadores. (Foto: Arq. Conrado Bento)

destacado prefeito de Piratini e hoje patrono de cadeira na Academia Piratiniense de História onde na inauguração de sua cadeira, em 17 abril 2004, no antigo Palácio da República Rio Grandense, recordamos esta preciosa lição comunitária que então deu. Logo depois da Contrarevolução de 1964 ele foi procurado por um grupo político que procurava com um delegado a tiracolo a fazer repressão de politicos tido como "subversivos". Perguntado se em Piratini havia subversivos respondeu; "Em Piratini nos somos uma família muito unida e a nossa roupa suja nós lavamos em casa." E os aproveitadores seguiram em frente. Este é o ambiente que sempre sonhei para minha comunidade de que a amizade e o respeito estejam acima, mas muito acima de questões de natureza poíltica. Pois como pode se deduzir deste trabalho os canguçuenses integram hoje uma grande familia de bisnetos, trinetos etc, de muitos dos fundadores de Canguçu. Que a lição do canguçuense Dorvalino Lessa em Piratini, esteja sempre presente na memória dos canguçuenses, hoje uma grande família unida por laços de sangue misturados e consolidados desde 1800 portanto, nos 200 anos de Canguçu.

E com estas palavras encerramos este trabalho que esperamos seja útil as gerações de Canguçu, usuários da INTERNET.

Na foto que segue podemos ver A MULHER CANGUÇUENSE EM QUATRO GERAÇÕES **MÃE:** Francisca Gomes de Borba (Mattos) filha de povoadores de Canguçu e esposa do Tenente Cel GN Theófilo de Souza Mattos, comandante dos canguçuenses na Guerra do Paraguai. **FILHA:** Fermina Percília (Borba) Mattos Moreira esposa de Carlos Noberto Moreira e mãe de Eucaris, Ciro, Alice, Afonso Celso, Carlos Licurgo, Orlando, Valter, Joana e Cacilda. **NETA:** Cacilda (Mattos) Moreira Bento esposa de Conrado Ernani Bento e mãe do autor e, de Adail, Carlos I, Luiza, Carmem, Genes, Carlos II, Marpha, Ernani, José, Jesus. Maria Arlete. **BISNETA:** Alda(Moreira) Barbosa Lessa, filha de Antônio (Tita) Barbosa e de Eucaris. Esposa do Dr. Luiz Oliveira Lessa e mãe dos drs. Paulo e Luiz Carlos Barbosa Lessa.

A MULHER CANGUÇUENSE EM QUATRO GERAÇÕES

MÃE

Francisca Gomes de Borba (Mattos) filha de povoadores de Canguçu e esposa do Ten. Cel. Theófilo de Souza Mattos comandante dos canguçuenses na Guerra do Paraguai

FILHA

Fermina Percília Borba Mattos (Moreira) esposa de Carlos Norberto Moreira e mãe de Eucaris, Ciro, Alice, Afonso Celso, Carlos Licurgo, Orlando, Valter, Joana e Cacilda

NETA

Cacilda Mattos Moreira (Bento esposa de Conrado Ernani Bento e mãe do autor e de Adail, Carlos I, Luiza, Carmem, Genes, Carlos II, Marfa, Ernani, José, Jesus e Maria

BISNETA

Alda Moreira Barbosa (Lessa) filha de Antônio (Tita) Barbosa e de Eucaris. Esposa do Dr. Luiz Oliveira Lessa e mãe dos drs. Paulo e Luiz Carlos Barbosa Lessa

CAPÍTULO 8

Canguçu Reencontro História
- Complemento -

LANÇAMENTO DO LIVRO CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA 1983

Em 1983 sob os auspícios do Instituto Estadual do Livro (IEL), na gestão do Secretário de Cultura Luis Carlos Barbosa Lessa e por ele prefaciado, foi lançado de nossa autoria uma síntese de nossa pesquisa **Canguçu reencontro com a História**.

Capa do livro marron e editados 600 exemplares e hoje esgotado

O autor em 1983, no Salão Nobre da Casa da Cultura, hoje Marlene Barbosa Coelho, entregando ao Prefeito Odilon Almeida Meskó um exemplar do livro Canguçu reencon-

tro com a História e um exemplar encadernado da pesquisa completa em grande parte inédita. Aparece na foto o Cel. Omar Lima Dias, representando o comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, colega de turma do autor o qual em 2000, como presidente do GBOEx, patrocinaria trabalho do autor **Canguçu 200 anos** (Arquivo Conrado Ernani Bento).

FUNDAÇÃO DA ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA, 13 SETEMBRO DE 1988

Em 13 de setembro de 1988, centenário de Conrado Ernani Bento, no Salão Nobre da Casa de Cultura, fundamos a Academia Canguçuense de História tendo sido aclamado como seu patrono Conrado Ernani Bento, por seu trabalho de colecionar e preservar fontes de História de Canguçu que tornaram possível o lançamento, 5 anos antes, de nosso livro **Canguçu reencontro com a História – Um exemplo de reconstituição de memória comunitária, 1ª ed**. Documentos que reunimos em arquivo que denominamos Conrado Ernani Bento.

Nesta data lançamos plaqueta de nossa lavra intitulada **Conrado Ernani Bento**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1988. Trabalho esgotado e distribuído na ocasião da fundação da ACANDHIS.

O evento foi registrado em ata e imortalizado em fotos preservadas em Álbum de fotos organizado pela então secretária e hoje acadêmica Vanja Rocha Wiskow, que registram fotos de todos os eventos da ACANDHIS desde então.

PLAQUETA MUNICÍPIO DE CANGUÇU FORMAÇÃO HISTÓRICA 1991

Em 1991, com o apoio da Prefeitura Municipal publicamos o trabalho em epígrafe, abordando aspectos geológicos, antropológicos, botânicos, topomínicos, estratégicos, econômicos, políticos militares, sociais, culturais, bibliográficos de Canguçu e lançado na ACANDHIS no Salão Nobre

da Casa de Cultura e, como comunicação, às reuniões anuais dos Encontros de Micro História (em Erechim) e no do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, em São Gabriel.

A esquerda plaqueta **Município de Canguçu - formação histórica** e a direita plaqueta **Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu 1783/89 Localização** (em Canguçu Velho), ambas patrocinadas pela Prefeitura Municipal em 1971 e 1972, no governo do Prefeito Nelson Edi Grigolleti, presidente de Honra da ACANDHIS (Arquivo do autor), o que atuou dentro do princípio de que preservar e desenvolver a Memória histórica de um município, estado ou do Brasil é um dever moral do Estado.

PLAQUETA REAL FEITORIA DO LINHOCÂNHAMO DO RINCÃO DO CANGUÇU LOCALIZAÇÃO 1783/89, EM CANGUÇU VELHO

Sumário

-Apresentação pelo autor 2
-Carta do autor ao Prefeito Nelson Edi Grogolleti. 3
-Controvérsias e dúvidas na História do Brasil 5
-Localização do Rincão do Canguçu em fontes primárias 7
-Plano do terreno do Rincão do Canguçu levantado em 1783, pelo Capitão Inf. Eloi Portelli, como engenheiro 8

-Ilha Canguçu e atualmente da Feitoria entendimento 13
- Cap. Mor de Laguna – SC Paulo Rodrigues Xavier. Prates 15
- Um apoio oportuno e elucidativo de Ilka G. Neves 18
- Anexo - Relação de trabalhos do Cel. Cláudio Moreira Bento de âmbito nacional, estadual regional sobre a Real Feitoria do Linhocânhamo no Rincão do Canguçu em Canguçu Velho 1783/89 20
- Notas ao texto (40 notas) 21
- Transcrição artigo do autor no Diário Popular 19/7/87 23
Dúvidas sobre a localização da Real Feitoria.
A exata localização da Real Feitoria.
A ilha da Feitoria é uma restinga.
Explicação da denominação arroio do Padre.
Onde se localizavam as sementeiras de linho.
A sede da Real Feitoria em Canguçu Velho.
Um canal navegável arroio Corrente a dentro.
Possíveis origens das denominações Canguçu.
Real Feitoria um exemplo de contribuição do Exército
- Dados do autor. 27

Nota: Plaqueta publicada para consolidar pesquisas do autor iniciadas em 1970 e que hoje estão encadernadas com índice em nosso poder.

CANGUÇU 200 ANOS – OBRAS PUBLICADAS PELA ACANDHIS

A ACANDHIS teve destacada participação nas comemorações dos 200 anos da fundação de Canguçu em 2000. Sob sua égide foram publicadas as seguintes obras, que completam expressivamente a obra **Canguçu reencontro com a História** publicada 17 anos antes,

- **Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu**.

- **Canguçu 200 anos**, em 2000.

- **Revista da ACANDHIS nos 200 anos do Curato de Canguçu, 2000**.

- Canguçu em Artigos, no site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

Livros de nossa autoria. A esquerda **Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição 1800/2000**. Resende: ACANDHIS/ Graf Patronato, 1999. A direita **Canguçu 200 anos**. Resende: ACANDHIS/Graf Patronato, 2000. Obras cujos sumários apresentamos a seguir, para orientar os leitores e pesquisadores da História de Canguçu. (Fonte Arquivo do Autor).

LIVRO 200 ANOS DA MATRIZ N. S. DA CONCEIÇÃO DE CANGUÇU

Sumário

Apresentação	7
Contexto histórico	8
Primeiros tempos da Igreja Matriz	11
Contribuíram para a sua construção	14
Permissão para fundar Canguçu	23
Párocos da Igreja	27
Prédio da matriz – breve histórico	28
História das imagens da Matriz	34
Resumo histórico dos principais eventos	36

Minhas lembranças da Igreja Matriz 50
Notas ao texto 54
Dados do autor 62
Homenagem especial 63
Academia Canguçuense de História 64
Paróquia N. S. da Conceição hoje 66
(Acadêmico Luiz Carlos Valente da Silveira).

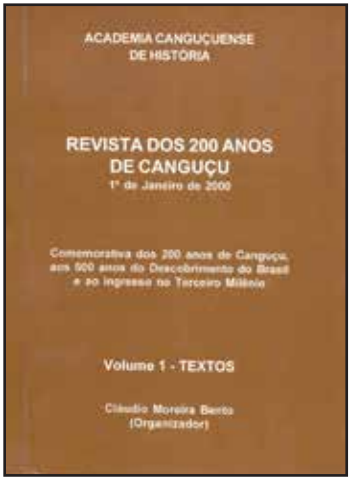
LIVRO CANGUÇU 200 ANOS

Apresentação do cel. Omar Lima Dias
Presidente do GBOEX 07
Introdução 10
- PRIMEIRA PARTE -
Canguçu 200 anos de existência - A fundação 12
- SEGUNDA PARTE-
Canguçu 200 anos - Efemérides 17
- TERCEIRA PARTE -
Canguçu na História Militar 62
- ANEXOS -
A lenda canguçuense da Pedra das Mentiras 72
O autor e sua obra 74
Cartas de estímulo 78
Fotos históricas 79
Membros da ACANDHIS 84

IMPORTANTE: Nesta obra o autor revela os nomes dos primeiros povoadores e as quantias dos que contribuíram para a construção da Capela Curada. São apresentadas diversas fotos históricas do Arquivo Conrado Ernani Bento. E posto um fim as dúvidas que surgiram de os terrenos de N. S. Aparecida terem sido dela tirados ilegalmente, os quais foram absorvidos pelo Império, segundo despacho de requerimento enviado a Câmara de Deputados do Império pelos provedor e vice provedor da Irmandade N. S. da Conceição e do Santíssimo Sacramento da matriz Theóphilo de Souza Mattos e Antônio Joaquim Bento.

Revista dos 200 anos de Canguçu nº 1 da ACANDHIS. Resende: ACANDHIS/Graf Patronato, 2002 (pelo autor organizada).

Neste número a História de Canguçu ganhou um grande reforço com novos estudos realizados por acadêmicos, sócios efetivos e colaboradores conforme sumário a seguir:



SUMÁRIO

Por um esquecimento da editora, não foram impressos no sumário os nomes dos autores de artigos e os números das páginas com respectivos assuntos, dificultando a consulta e localização de cada artigo e os nomes de seus responsáveis pelas matérias, o que ora fazemos, dando oportunidade aos possuidores da referida revista, introduzirem cópias xerox na referidas revistas para mais facilidade de Consulta.

- Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
Presidente da ACANDHIS
Apresentação pelo Organizador da Revista 05
- Acadêmica Yonne Maria Sherer Bento
vice presidente da ACANDHIS
- Academia Canguçuense de História (ACANDHIS)
- Histórico 10
Cel. Cláudio Moreira Bento
- Introdução - Canguçu 200 anos de existência
- a fundação 14

Acadêmica Maria da Graça Valente da Silveira
- Histórico da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu 18
Acadêmica Yonne Maria Sherer Bento
- Párocos da Igreja N. S. da Conceição de Canguçu - titulares - 1800-2000 22
Prefeito Odilon Almeida Meskó
- Poder Executivo de Canguçu - titulares - 1893-2000 26
Vereador Dr Conrado Ernani Bento Neto
- Poder Legislativo de Canguçu - integrantes 1857 - 2000 30
Acadêmico Dr Newton Meireles Prestes
- História do Poder Judiciário em Canguçu 37
Tabelião José Moreira Bento colaborador
- Cartórios de Canguçu 1848-2000 40
Basílio de Souza Barbosa
- Evolução Histórica do Ensino em Canguçu 1857-2000 43
Acadêmica Ione Meireles Prestes
- Histórico da Escola Estadual Irmãos Andradas 1913-2000 47
Acadêmica Laedi Bachini Bosenbecker
- Colégio N. S. Aparecida (histórico) 50
Eng Agrônomo Nelson Edi Grigoletti
- Evolução histórica da Agricultura em Canguçu 1783-2000 53
Sócio efetivo Darcy Soares de Freitas
- Associações rurais de Canguçu 56
Acadêmico Gilberto Moreira Mussi (ex-prefeito)
- Comércio e Indústria em 200 anos 60
Bancário Domírio Camargo, ex-prefeito de Canguçu
- Síntese histórica da rede bancária de Canguçu 63
Acadêmica Rosenda Barbosa Telesca
- Assistência à saúde em Canguçu - histórico 67
Acadêmica Yonne Maria Sherer Bento
- Assistência social em Canguçu - evolução 73

Cronista Social Norma Rocha
- A luz elétrica em Canguçu 1933-2000 78
Acadêmica Vanja Rocha Wiskow
- Telégrafo Correios e Telefonia em Canguçu 81
Dr. Sebastião Ribeiro Neto, Jardel Moreira Valente e Adão Jesus M. Pereira
- Rádio difusão em Canguçu 1959-2000 85
Acadêmico Dr. Amilton Valente da Silveira
- Clube Harmonia - síntese histórica 1896-2000 89
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Canguçu - História Militar - síntese 93
Acadêmica Maria Helena Fonseca Rodrigues
- Canguçu na Revolução Farroupilha 98
Acadêmicos Cláudio Moreira Bento e Moacyr Pereira Mattos
- Transportes e Transportadores em Canguçu 102
Acadêmica Ivete Possas da Silveira
- A saga da Vila dos Campos 110
Acadêmico Carlos Eugênio Meireles
- Os símbolos de Canguçu e o significado do Pentágono 113
Sócio Efetivo Dr Nilson Meireles Prestes
- Arquitetura em Canguçu antigo 119
Acadêmica Marlene Barbosa Coelho (post mortem) e sócia efetiva Elida Canez
- Museu Municipal de Canguçu - Cap. Henrique José Barbosa 120
Acadêmica Ceres da Rosa Goulart
- Vida Cultural em Canguçu - aspectos 122
Patrono de cadeira Carlos Norberto Moreira (post mortem)
- Poesia manhã na serra 125
Acadêmica Irmã Cecília Rigo
- Três homenagens à História de Canguçu (em poesias) 127
Correspondente Osório Santana Figueiredo
- O livro Canguçu 200 anos - uma apreciação 130

Trovador José Lino Dias (Veterano do Batalhão Suez)
- Duas canções históricas 132
Acadêmica Marlene Barbosa Coelho
- Poesia Cerro da Liberdade 134
Sócia efetiva Maria de Lourdes Brandão Jorge
- Poesia Canguçu antigo 135
Acadêmica Anna Luiza de S. Oliveira Thomaz
- Canguçu terra da minha infância 135
Eng Antônio Carlos de Souza Oliveira
- Canguçu a meio século 138
Acadêmico Armando Eciquo Peres
- História do MTG e IHTRGS em Canguçu
- depoimento 1 139
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- O decano Instituto de História e Tradições
do Rio Grande do Sul 143
Acadêmico Cairo Moreira Pinheiro
- Tradicionalismo gaúcho em Canguçu
- depoimento 2 147
Acadêmica Alliete Martins Ribeiro
- Cultura popular em Canguçu - Clube Recreativo
América 151
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- A lenda canguçuense da Pedra das Mentiras 155
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Canguçu do período áureo das tropas para as
charqueadas de Pelotas 157
Sócio efetivo Dr. Adriano Telesca Motta
- Ensaio sobre a colonização alemã 162
Acadêmicos Cel. Cláudio Moreira Bento
e Major Ângelo Pires Moreira
- O cinema em Canguçu 166
O pioneiro no futebol Esporte Clube Cruzeiro 1
Acadêmico Luis CarlosValente da Silveira
- Esportes em Canguçu 170
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Esportes e outras agremiações de futebol pioneiras 171

Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Itararé Foot Ball Club - nascimento 173
Colaborador Zomar de Oliveira
- América Futebol Club - nascimento 174
Sócia efetiva Gladis Hackbart
- Esporte Club Canguçuense - nascimento 175
Colaborador Cláudio Nelson Fonseca
- depoimento -
- Futebol em Canguçu atualidade 177
Acadêmica Alda Maria Jaccottet
- Canguçuenses de 200 anos - obstinadas famílias 179
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Respingos e arremates 182
Acadêmico Flávio Azambuja Kremer
- O livro e sua importância 191
Acadêmico Cel. Cláudio Moreira Bento
- Fontes de História de Canguçu 192
- Agradecimentos 210

OBRA DOS LEMES DA ILHA DA MADEIRA AOS MATOS MOREIRAS E BENTOS DE CANGUÇU EM 2005

Obra de nossa autoria resultado de pesquisas genealógicas realizadas por vários genealogistas e no caso deste livro no re-

ferente as famílias de Canguçu abordadas figuram da esquerda para a direita: O autor, Luiz Carlos Barbosa Lessa, Moacyr Mattos e Cairo Moreira Pinheiro que de longa data realiza pesquisas genealógicas sobre as famílias Mattos e Moreira. Esta obra recebeu o seguinte comentário do genealogista e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia.

Comentário do genealogista brasileiro Dr. Victorino Coutinho Chermont de Miranda vice presidente do IHGB
ao livro do autor
Dos Lemes da Ilha da Madeira aos Mattos Moreira e Bento de Canguçu- RS

"Rio de Janeiro 27 de julho de 2006
Prezado Cel. Bento

Muito agradeço seu livro de família. E todos, aliás, deveriam se impor a tarefa de pesquisarem a sua, para que não se perca a história de cada família, e com ela, a memória de seus integrantes. Até porque somos todos elos de uma cadeia que vem de longe, passa por nós e segue em direção ao futuro. Se a cadeia se parte, perde-se a história e com ela um pouco de nós mesmos. Avante pois !

Folgo em dizer-lhe que eu encontrei na sua Genealogia uns parentes, pois sou Leme, por dois lados, pelos Mariantes, de minha vó paterna de origem açoriana e pelos Buenos de meu avô paterno, bisneto que era do General Bento Manoel Ribeiro que você biografou. Ele também Leme e, portanto seu parente remoto, e descendentes ambos de Pedro Leme e Helena.

Com renovados agradecimentos, pela leitura do seu livro. Receba o abraço cordial deste seu confrade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e já agora seu bi-parente. Ass: Victorino Coutinho Chermont de Miranda."

Comentário de retorno do autor a carta acima transcrita: Em Canguçu foi organizada a Genealogia intitulada ADALEME - Associação dos Descendentes e Afins dos Lemes a qual pertenço, bem como os generais Bento Gonçalves da Silva, General Revolucionário Zeca Netto, sobrinho

do general Antônio de Souza Netto, com laços familiares com os Buenos e, Luiz Carlos Barbosa Lessa, o filósofo do Tradicionalismo Gaúcho. Creio que descende dos Lemes o general revolucionário de 23 Honório Lemos. Eram filhos de Ana Rodrigues Sene, minha trisavó e elo na minha genealogia com os Lemes, segundo a genealogista Ilka Guittes Neves, o meu bisavô Cel. Theophilo de Souza Mattos que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai e minha tia bisavó Rafaela Mattos, mãe do citado General Zeca Netto e casada com um irmão do citado general Antônio Netto, o vencedor de Seival e proclamador da República Rio Grandense com apoio de piratinienses, canguçuenses, bageenses e piratinienses que formavam a Divisão Liberal de Antônio Netto. Sendo assim os dois Bentos da Revolução Farroupilha eram parentes.

Canguçu na Internet

No site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que presidimos contam diversos artigos sobre Canguçu ali colocados pelo administrador do site nosso filho Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, o autor da capa da presente edição

Site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

ARTIGOS PUBLICADOS ATÉ NOV. 2006

Concessão da Medalha Cerro da Liberdade em 23/JUN/06
Um filho de Canguçu nas Revoluções de 1893 e 1923
Os Mattos e Moreiras de Canguçú - RS
(Árvore Genealógica)
Pedro Osório e Cerrito - Antecedentes Históricos
Relatório das atividades do Cel. BENTO no Rio Grande,
como Presidente da AHIMTB, do IHTRGS e da Academia
Canguçuense de História (19 a 17SET05)
A Maçonaria e a Abolição em Canguçu
Município de Canguçu - RS: Formação Histórica
Professor Antônio Joaquim Bento (1832-1915)

(O 1º Professor régio para meninos do município
de Canguçu em 1857)
CANGUÇU - Seus Palacetes, Sobrados e
Casarões do Século XIX
Município de Canguçu - RS: Formação Histórica
Canguçu em nossas guerras e revoluções
Em Canguçu Velho - Canguçu-RS.
A sede da Real Feitoria do Linhocânhamo
do Rincão do Canguçu
Major Ângelo Pires Moreira 1913/2006

COMENDA DO CERRO DA LIBERDADE
CRIADA PELA ACANDHIS

Visão em preto e branco da comenda Cerro da Liberdade
da ACANDHIS
COMENDA DA ORDEM CERRO DA LIBERDADE

INSTITUÍDA PELA ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA

Justificativas

Em 1870 ao retornarem da Guerra da Tríplice Aliança contra Paraguai, os canguçuenses, que lá combateram como integrantes do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu, foram recebidos pela comunidade canguçuense com uma cerimônia, no cerro que desde então ela consagrou como Cerro da Liberdade. E como comemoração do retorno dos canguçuenses que lutaram no Paraguai, em defesa da integridade e soberania do Brasil e da liberdade de um país irmão de cruel Ditadura, foram ali libertadas duas escravas menores.

Cerimônia esta que marcou em Canguçu o início do processo emancipador de seus escravos e que teve seu final 40 dias antes da Lei Áurea, por ato da Câmara de Vereadores de Canguçu que decretou a libertação de todos os escravos do município.

Cerro da Liberdade do qual ao seu lado se avistava o Cerro do Ataque, onde em 6 de novembro de 1843, no 6º aniversário da República Rio Grandense, seus dois líderes militares, generais Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Neto, tentaram libertar Canguçu do domínio Imperial, no cruento combate que ali teve lugar e que passou a História como o 2º Combate de Canguçu, e ao custo de preciosas vidas de republicanos farrapos, em prol do ideal só conquistado, 47 anos mais tarde, com a Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Ideal este para o qual concorreram 1/4 de canguçuenses integrantes da Divisão Liberal de Antônio que venceram em Seival, em 10 de setembro de 1836, e no outro dia, em Campo do Meneses, proclamaram a República Rio Grandense que durou cerca de 9 anos, República Rio Grandense da qual Canguçu, como distrito do enorme município de Piratini, cuja sede fora escolhida como capital da República Rio Grandense, era considerada pelos

imperiais “como o distrito de mais perigo e mais farrapo”.

Não podem ser esquecidos os dois heróicos chefes farrapos, hoje patronos de cadeiras na Academia Canguçuense de História, o Cel. Joaquim Teixeira Nunes, o comandante dos Lanceiros Farrapos que combateram para confirmar as liberdades de antigos escravos e o Tenente Manoel Alves da Silva Caldeira, porta bandeira do Corpo de Lanceiros Negros no combate de Rio Pardo em 1838, a maior vitória militar da República Rio Grandense. Personagem que em Canguçu escreveu suas Memórias sobre a Revolução Farroupilha que foram usadas por historiadores do Decênio Heróico. E foi ele que representou Canguçu em Porto Alegre, sob a liderança de republicanos gaúchos históricos, com vistas a Proclamação da República que teve lugar em 15 de Novembro de 1889.

E foi em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial que canguçuenses integraram na Itália a Força Expedicionária Brasileira dos quais dois de seus heróicos filhos lá tombaram, representando a expressiva percentagem de 10% dos mortos expedicionários do Rio Grande do Sul, dos cerca de 500 municípios que o integram.

CRIAÇÃO DA COMENDA CERRO DA LIBERDADE PELA ACANDHIS EM 10 SETEMBRO DE 2005

A Academia Canguçuense de História desejosa de perpetuar na memória da comunidade canguçuense de suas gloriosas tradições, relacionadas com Liberdade e também, de Liberdade e Igualdade, decidiu criar a Comenda Cerro da Liberdade, para lembrar aquele cerro que por cerca de um século foi um monumento natural local, até antes de ser arrasado.

Comenda Cerro da Liberdade a ser conferida nos aniversários da Academia Canguçuense de História e em outras oportunidades extraordinárias, decididas por seu Presidente e Grão Mestre da Comenda Cerro da Liberda-

de e a personalidades diversas e atendendo aos seguintes critérios:

- Em reconhecimento a estímulos, solidariedade, apoio administrativo, histórico e financeiro as atividades fim (História de Canguçu) e meio (custeio financeiro) da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS).

- Em reconhecimento a trabalhos de valor histórico, em benefício da pesquisa, preservação, culto e divulgação da História, Tradições e Valores culturais, históricos e turísticos de Canguçu.

- Em reconhecimento a canguçuenses que tenham projetado e elevado o nome de Canguçu, além de seus limites, nos mais variados ramos de atividades reconhecidas pela ACANDHIS.

- Como Moeda de Honra, em pagamento simbólico por dedicação notável e prolongada no exercício de funções na Diretoria.

Os critérios acima deverão ser justificados e explicitados no ato de concessão e serem registrados em livro próprio pela Secretaria da Comenda e serem lidos no ato da concessão, bem como o ato de entrega da Comenda ser precedida da leitura das Justificativas que inspiraram a criação da Comenda.

Junto com a Comenda Cerro da Liberdade será entregue Diploma onde apareçam como cores fundamentais as cores do Rio Grande do Sul, que serão as da fita da Comenda e encimada pelo brasão da ACANDHIS e a data da criação da Comenda e, assinados pelo Grão Mestre e Presidente da ACANDHIS, ou seu substituto eventual, e pela presidente da Comissão de Outorga e pelo Secretário da mesma.

O secretário registrará em cartório o presente documento Canguçu, 10 de Setembro de 2005, na reunião comemorativa do 17º aniversário da ACANDHIS em 13 de Setembro. Cel. Cláudio Moreira Bento Presidente da ACANDHIS e Grão Mestre da Comenda Cerro da Liberdade.

O autor em 1972 sobre o Cerro da Liberdade
em avançado processo de arrasamento.

Além do autor foram agraciados com a Moeda de Honra, Comenda Cerro da Liberdade os seguintes membros da Diretoria acadêmicos e acadêmicas: professoras Alliete Martins Ribeiro, Laedi Bachini Bosenbecker e Yonne Maria Sherer Bento já consagradas cidadãs canguçuenses pelo Povo de Canguçu através de seus representantes na Câmara Municipal e, mais, Cairo Moreira Pinheiro, Rosenda Barbosa Telesca e Vanja Rocha Wiskow. E como o sócio de mais idade e também consagrado cidadão canguçuense Armando Eciquo Peres, assídua presença nas reuniões da ACANDHIS.

CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL. CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Cel. da Arma de Engenharia e Doutor em Aplicações e Planejamentos Militares pela Escola de Estado-Maior do Exército. Natural de Canguçu - RS onde nasceu em 19 outubro 1931, filho de Conrado Ernani Bento e Cacilda Moreira Bento. Esta descendente dos primeiros povoadores de Canguçu das famílias Mattos, Borba, e Gomes. Iniciou sua carreira como soldado na 3ª Cia Com. em Pelotas - RS. Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia em 15 fev. 1955 da Turma Aspirante Mega. Comandou o 4° Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá - MG 1981-82 e dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-90, tendo como oficial de Estado-Maior servido no Comando Militar do Nordeste, Estado-Maior do Exército, Departamento de Engenharia e Comunicações, Comando Militar do Sudeste, Academia Militar das Agulhas Negras e, 1ª Região Militar. Possui os cursos de Analista de Alto Nível pela Escola Nacional de Informações da Presidência da República e pela Escola do Serviço Público do DASP os cursos de Relações Públicas em 1968 (1º lugar) e o de Organização e Métodos em 1969. E Pelo Estado-Maior do Exército o curso de Pesquisador da História das Forças Terrestres do Brasil

Historiador Militar consagrado com mais de 75 títulos publicados ou disponíveis na Internet (outubro 2006) e cerca de mais de 1000 artigos em periódicos civis e militares do Brasil e Estados Unidos, sobre História Militar e em especial a do Exército. Seu artigo **Participação das Forças Armadas do Brasil na 2ª Guerra** publicado em inglês na **Mylitary Review** do Exército dos EUA esta acessível na Internet. Integra as principais instituições nacionais de História: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio emérito) 1978; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (membro benemérito), Academia Brasileira de História (patrono gen. Tasso Fragoso) e as academias de História de Portugal, da Real de Espanha e da Argentina e o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, o Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro e o Marechal Ramon Castilha Brasil-Peru. Fundou em 1986 e preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e

fundou as academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaiense de História. Das 2 últimas é presidente Emérito e, da 1ª e da 2ª seu Presidente. Idealizou a de Itajubá - MG da qual é Presidente de Honra. Presidiu a fundação da Academia Barra-mansense de História da qual é acadêmico cadeira Mal. Floriano Peixoto, pertence aos institutos de Estudos Valeparaibanos, dos Centenários e os históricos dos RS, SC, PR, SP, MG, MT, RJ, PB, RN, CE e das cidades de São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Pelotas, Petrópolis e Sorocaba - SP. É correspondente das academias de Letras do Rio Grande do Sul e Paraíba e da Academia Petropolitana de Poesia Raul Leoni e do CIPEL de Porto Alegre, além de sócio da Sociedade Brasileira de Geografia e da Ordem dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro.

Fundou em 1º março 1996, em Resende - A Cidade dos Cadetes, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) com o apoio cultural da Associação Educacional D. Bosco. Academia que tem como patrono O Duque de Caxias e entre seus patronos de cadeiras 2 ex-comandantes da AMAN, os marechais José Pessoa e Mascarenhas de Moraes e os civis Pedro Calmon, Barão do Rio Branco e Vilhena de Morais, Gustavo Barroso, José Antônio Gonçalves de Melo, Dante de Laytano e Arthur Ferreira Filho.

Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-80 onde, com apoio do Estado-Maior do Exército (EME) editou o manual **Como Estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro** que desde 1978 vem sendo adotado na AMAN e ECEME, particularmente no tocante a metodologia de pesquisa histórica, o qual foi reeditado em 1999. Coordenou em 1978 na AMAN a edição dos livros textos **História da Doutrina Militar** e **História Militar do Brasil** com apoio em recursos do EME e desde então livros textos usados na Academia Militar das Agulhas Negras.

Coordenou o projeto, a construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inaugurado em 19 abr. 1971, ocasião em que foram lançadas suas obras **A Grande Festa dos Lanceiros** (relacionando o Parque His-

tórico Mal. Osório inaugurado e o Parque Guararapes) e **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**, reeditado em 2004 (pela AHIMTB) e sobre a qual se manifestaram, elogiosamente, por escrito, Pedro Calmon, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, Mauro Mota, Nilo Pereira, Leduar Assis Rocha etc, e os historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Antônio Souza Junior, Carlos de Meira Mattos, coronel Francisco Ruas Santos entre outros. Trabalho no qual foram baseados a maqueta e mapas explicativos das batalhas, constantes de Sala sob o Mirante dos Guararapes, inaugurada em 20 de abril de 1998, pelo Exmo Sr. Ministro do Exército Zenildo de Lucena, conforme consta dos referidos mapas e foi anunciado pelo mestre de cerimônia na inauguração do Mirante. Participou em 14-15 abril de 1999 do I Simpósio Guararapes onde abordou na SUDENE, o tema As Batalhas dos Guararapes e foi distinguido pelo Comando Militar do Nordeste para hastear no Parque Guararapes a bandeira nacional, em homenagem a seu pioneirismo há 29 anos, na idéia do 1º Parque Histórico Nacional, hoje concretizado e, com o lançamento então de seu livro sobre as batalhas, o qual ajudou a que a 1ª batalha dos Guararapes, em 19 abril 1648, fosse considerada por decreto presidencial o Dia do Exército que ali despertou seu espírito junto com o de nação brasileira. Foi coordenador científico, em 1971, do **Projeto Rondon dos Guararapes** que contou com a participação de 5 cadetes da AMAN e alunos e alunas universitários de Ciências Humanas vindos de diversos locais do Brasil, para pesquisaram a Insurreição Pernambucana, com vistas a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes citado, do que resultou o livro por eles escrito **O Projeto Rondon nos Guararapes** que foi editado pela SUDENE, com apoio de seu Superintendente, o então Gen. Bda. Tácito Gaspar Theophilo Gaspar de Oliveira.Os estudantes retornaram na inauguração do Parque, em 19 de abril de 1971, trazendo as bandeiras de seus estados que hastearam no Morro do Telégrafo e a do Brasil e a de Portugal, hasteadas respectivamente por um cadete da

AMAN e um cadete de Engenharia de Portugal. Experiência que inspirou a criação pelo Cel. Bento da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) voltada para a juventude militar freqüentando as escolas do Exército e as das Forças Auxiliares e a Escola Naval (fuzileiros navais) e a Escola da Aeronáutica (Infantaria da Aeronáutica).

Foi adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército 1971/74 que coordenou editou em 1972 a **História do Exército Brasileiro** em 3 volumes, cabendo-lhe, como historiador convidado, abordar as guerras holandesas. História ora reeditada com apoio da Odebrecht e relançada no Forte do Brum em 20 de abril de 1998, em cerimônia presidida pelo Exmo Sr Ministro do Exército Zenildo de Lucena a com a denominação de **O Exército Brasileiro na História do Brasil**, com novas ilustrações e coordenada pela DAC/BIBLIEx. Presidiu Comissão que editou a **Revista do Exército** com alentado artigo de sua lavra comemorativa do bicentenário do Forte de Coimbra; a Comissão de que resultou na escolha do Forte de Copacabana como Museu do Exército e sua conseqüente criação no final dos anos 80; a Comissão de História Militar de **A Defesa Nacional** na administração da BIBLIEx do cel. Aldílio S. Xavier. Revista de que foi conselheiro editorial por longo tempo.

Possui 7 prêmios em concursos literários no Brasil e Estados Unidos onde se destacam: Pela BIBLIEx, 1º lugar com o **Exército e a Abolição** e o **Exército na Proclamação da República** e, **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**, 1º lugar em Concurso Nacional, 1º lugar pela **Military Review** com a pesquisa **O Exército no desenvolvimento - o caso brasileiro** e 2º prêmio com O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e Associação Rio Grandense de Imprensa, (publicado em 2005) e 2º lugar em concurso nacional com a obra **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**, comemorativo ao Biênio da Colonização e Imigração para o Rio Grande do Sul em 1975-76. Foram destaque especial em 1989 e 1990 pela Associação

Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJ) sua obras **Quartéis Generais das Forças Armadas do Brasil e A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República** editadas pela FHE-POUPEx, e foi premiado com a Monografia **A Produção de Estimadas** em concurso Argus promovido pela EsNI em 1976. A duas obras, antepenúltima e penúltima, e mais seus álbuns **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas** (FHE-POUPEx) e **A História do Brasil através de seus fortes** decoram paredes de comandos e tropas espalhados por todo o Brasil

Sua bibliografia consta do **Dicionário de historiadores brasileiros v.1** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do **Dicionário Bibliográfico Gaúcho**. Martim Livreiro e no site da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtb. Na 1ª página, clicando em Cláudio Moreira Bento.

Coordenou o 13º Simpósio de História do Vale do Paraíba que teve por tema pioneiro **A Presença Militar no Vale do Paraíba** realizado de 3-5 julho1996 na Fundação Educacional D. Bosco, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende e Centro Sargento Max Wolf em Itatiaia e que contou com a presença de ilustres historiadores militares e civis. Atuou como 3º vice presidente do IEV - Instituto de Estudos Valeparaibanos.

O Cel. Bento se dedica a História Militar Terrestre do Brasil dentro do seguinte contexto definido pelo marechal Ferdinand Foch o comandante da vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial:

"Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o da HISTÓRIA MILITAR".

Isto por considerar também a História Militar como o Laboratório de Táticas e Estratégias e, por via de conseqüência, contribuir para o desenvolvimento doutrinário militar dos Exércitos.

A Biblioteca do Exército em 1988 lançou sua obra **A Guerra de Restauração (Rio Grande do Sul aos espa-**

nhóis 1763-77), baseada no Diário de Campanha inédito em português, do ten. gen. Henrique Bohn que inclusive resgatou as terras de Canguçu para povoamento por Portugal e nelas foi estabelecida a sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rio do Canguçu em 1783, sete anos depois da expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande que dominaram por 13 anos.

Possui as seguintes condecorações: Comendador do Mérito Militar, Comendador do Mérito Histórico Militar Terrestre da AHIMTB, Comendador da Medalha Cerro da Liberdade da ACANDHIS, Pacificador, Oficial da Ordem do Mérito das Forças Armadas, Ordem do Mérito Tamandaré, Medalha de Honra da Inconfidência e Medalha Santos Dumont por Minas Gerais, Medalha do Sesquicentenários da Polícia Militar de São Paulo e Colar da Revolução Liberal de São Paulo da Policia Militar de São Paulo, Colar dos Alvarengas e heróis anônimos e Medalha Aluisio de Almeida do Instituto Histórico de Sorocaba, Mérito Farroupilha do IHTRGS, Medalha Estrela de Reconhecimento (bronze) e a Cavalheiro Atilo Escobar pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Medalha Mascarenhas de Morais pela ANVFEB, Medalhas da Vitória e de Sangue da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Medalha Marechal José Machado Lopes pela ANVFEB de Mato Grosso do Sul. Medalhas Duque de Caxias pela Federação das Academias de Letras. Colaborador Emérito do Exército, Medalha Cultural Presidente Pereira Coruja, da Associação Sul Riograndense do Rio de Janeiro, Sócio Honorário do Rotary Club de Resende Agulhas Negras, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Comunidade Resendense, em 9 nov 2000. Certificado da Confraria dos Camaradas de Cavalaria de Brasília, em 22 agosto 2003, " em agradecimento à colaboração prestada ao aprimoramento cultural dos confrades residentes em Brasília. Diploma do Mérito Niederauer conferido pela 6ª Brigada de Infantaria Blindada," por ter sido um dos autores do livro sobre a História desta Grande Unidade". E brasões de Historiador Emérito pela 8ª Bda. Mtz. em Pelotas, cuja denominação histórica mal.

Manoel Marques de Souza pesquisou e instruiu processo de concessão e o da 3ª Região Militar D. Diogo de Souza “por haver escrito 13 volumes do Projeto História do Exército na Região Sul de 1994 junho 2005, como contratado por obra certa pelo 3ª Região.

Teve transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa de Goiás seu artigo em 1972, do **Correio Braziliense**. Um filho de Goyáz ,herói da Integridade e da Independência do Brasil (mal Xavier Curado), bem como na Câmara Federal , trabalho seu sobre o centenário de morte do Duque de Caxias, em 1980, por proposta do deputado federal pernambucano dr. Lucena. E na Câmara de Recife trabalho alusivo ao centenário do Patrono da Artilharia mal Mallet no Comando das Armas de Pernambuco e, nas câmaras de Resende e de Diamantina, respectivamente, seu discurso sobre o Conde de Resende no aniversário da cidade em 1992 e outro sobre O diamantinense que foi o cérebro da Revolução Farroupilha na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Por indicação do Sr. Ministro do Exército e apoio logístico de sua assessoria parlamentar, participou de Simpósio na Câmara Federal comemorativo do Centenário de Canudos, tendo ali defendido a Força Terrestre de manipulações que a apresentavam ao Povo, injustamente, como a responsável pela Tragédia de Canudos, em realidade uma responsabilidade da Sociedade Civil da época, ou de todos os avós e bisavós dos brasileiros. Idêntica postura transmitiu em entrevista pela **Globo News** em que as falsas e manipuladas acusações vieram a tona e foram rebatidas sem contestação. Idêntica postura em reportagem de **O Globo** e oferecida a outras publicações brasileiras.

Assinou o Livro de Honra do Corpo de Cadetes em 1955, p.42, 8ª linha por haver realizado seu curso de oficial sem nenhuma punição. E em 1994, convidado deixou suas impressões no Livro Histórico da AMAN destinado acolher impressões sobre a AMAN. Em 1993/94 foi o Diretor Cultural da SORAAMAN (Sociedade Resendense de Amigos da AMAN) quando publicou a plaqueta **1994 - Jubileu de Ouro**

da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Sociedade constituída de civis e militares destinada a estreitar os laços de amizade entre as comunidades resendense e a acadêmica.

Foi o Diretor Cultural e da **Revista do Clube Militar** no centenário do Clube, tendo colaborado e coordenado e Revista do Clube Comemorativa e enriquecido o seu museu com quadros históricos que promoveu e fez as legendas, figurando seu nome em placa de bronze a esquerda na altura das escadas alusiva a Diretoria do Centenário do Clube Militar.Integrou a Comissão do Exército do centenário da República e da Bandeira, tendo colaborado e coordenado **O Caderno da Comissão do Exército Comemorativa dos centenários da República e Bandeira**, publicado em parceria pela BIBLIEX e pelo SENAI, este presidido então pelo Cel. Arivaldo Silveira Fontes que também editou livro do Cel. Bento **O Exército na Proclamação da Republica 1989** que fora premiado pela BIBLIEx. e lançado na ECEME e distribuído amplamente na AMAN.

Publicou com apoio da Odebrecht: **A Participação da Marinha Mercante e das FFAA do Brasil na 2ª Guerra Mundial**, comemorativo aos 50 anos do Dia da Vitória e distribuído amplamente na AMAN. E a pedido do cel. Sérgio Westphalen Echegoyen, comandante das CIAS SUL, elaborou pesquisa **Os 68 sargentos heróis da FEB**, para emular os alunos daquela Escola de Sargentos. Trabalho que difundiu em palestra na Escola de Sargentos das Armas, a convite de seu comandante e as unidades as quais pertenceram os bravos heróis e que participaram da 2ª Guerra Mundial.

Possui várias distinções civis onde se destacam a de cidadão itajubense, por unanimidade pela Câmara de Vereadores em 1982, a de Comendador da Ordem J. Simões Lopes Neto pela Câmara de Pelotas, orador oficial na Câmara de Resende no aniversário de Resende em 1992, onde resgatou o Conde de Resende, em cujo estudo esta se apoiou para criar a Comenda Conde de Resende. Câmara que aprovou, por unanimidade, Moção Congratulatória por sua atuação de

1991-97 para o resgate e divulgação da História de Resende e Itatiaia. Foi orador em 13 de abril na cerimônia de inauguração no Batalhão Escola de Engenharia em Santa Cruz-RJ do Memorial ao Patrono da Arma de Engenharia o Ten. Cel. Vilagran Cabrita. Integra a Confraria dos Cidadãos de Resende voltada para o culto da cidadania e, como Tribuno. Foi dado o seu nome ao Armazém Literário Iconográfico em Pelotas de propriedade do historiador Flávio Azambuja Kreme, bem como ao Diploma de Honra ao Mérito Cel. Cláudio Moreira Bento da ASCAMCEL (Associação de Canguçuenses Moradores em Pelotas-RS), concedido anualmente a personalidades "como reconhecimentos a relevantes serviços prestados à nossa terra." (Canguçu).Homenagem em pequena moldura de madeira sob pedestal para mesa de escritório do Colégio N. S. Aparecida onde o Cel. Bento estudou e na oportunidade dos 70 anos deste Colégio em 2004 nos seguintes termos:" 70 anos Paz e Bem – Cel. Cláudio Moreira Bento. Nosso reconhecimento, gratidão pela riqueza histórica com que sua presença e seus livros tem marcado a trajetória do **Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida**.(CFNSA) Que as bênção de Deus sejam pródigas de graças na vida deste ex-aluno, do CFNSA."

Moção de louvor da Câmara de Resende-RJ em 2001 pelo seu brilhante trabalho como historiador nos 200 anos de Resende-RJ, Sócio de Honra nº 1 do CTG Sinuelo, Canguçu RS em 1974, Placa de Prata da Academia Itatiaiense de História (ACIDHIS) com a seguinte inscrição "Confere ao ilustre historiador Cel. Cláudio Moreira Bento, pelas relevantes pesquisas históricas realizadas e pela idealização criação e desenvolvimento desta Academia, os títulos: Presidente Emérito Vitalício e Perpétuo desta Casa da Memória de Itatiaia. 1º de junho de 1997." E mais uma placa de prata da citada Academia em 22 março de 2003 com os dizeres "A ACIDHIS outorga o título de Sócio Benemérito ao Cel. Cláudio Moreira Bento pelos relevantes serviços prestados à Cultura Itatiaiense." Em 30 de outubro de 2001 placa da Prefeitura de D. Pedrito - RS com os seguintes dizeres "Grande é sua pre-

sença em nossa historiografia. Obrigado. Prefeito Quintiliano Machado Vieira" Placa de 1977." A Sociedade Maçônica Loja Capitular Piratininga - São Paulo - SP, agradece ao Ten. Cel. Cláudio Moreira Bento pela palestra proferida em sua sede social comemorativa dos seus 127 anos de Fundação." Duas placas de Prata em Itajubá - MG. Ao passar o comando do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 23 de janeiro de 1983. Placa de prata "A gratidão é a mais bela flor que brota da Alma". Ao ilustre comandante Cel. Cláudio Moreira Bento, ao qual nem a mais alta retórica, nem a mais sólida eloqüência poderiam expressar melhor, os agradecimentos dos ex-combatentes da FEB e de Fernando de Noronha e dos Veteranos do 4º Batalhão de Engenharia de Combate." E outra da mesma data "Ao Exmo. Sr. Cel. Cláudio Moreira Bento. As homenagens dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a Itajubá. Pelo GBOEx Instituto Cultural em 1990." Cláudio Moreira Bento. Seu Amor Febril – Memória da Canção Militar do Brasil, pela Cultura, valorizou a inauguração da Sala GBOEX. Parabéns! Antônio de Lisboa Mello e Freitas. Presidente da Diretoria Executiva." Placa do Colégio Palas (Sabedoria)." Ao Coronel Cláudio Moreira Bento. Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, o reconhecimento do Colégio Palas, pela ação dinâmica, inteligente e patriótica com que estuda e relembra os principais aspectos de nossa História castrense (militar), RJ, Agosto 2003 - Bicentenário do Duque de Caxias." Placa de prata dos funcionários do Arquivo Histórico do Exército Djalma e D.Valcira "Ao Cel. Bento oferecemos esta simples lembrança, como reconhecimento ao carinho, amizade e consideração que sempre teve conosco. Felicidades. Rio 31 jun. 1990." Homenagens recebidas de Escolas do Exército. Da Escola de Sargentos das Armas (ESA) Em 1999 e 2.000 duas molduras exagonais com suporte para mesa com motivações ao fundo foto da Escola a 1ª e a 2ª sobre A 1ª Batalha de Guararapes. Na Reserva proferiu palestras na AMAN para o Curso Básico, Corpo de Cadetes, Curso de Comunicações

etc, especialmente sobre a História da AMAN colecionando diversos troféus de agradecimento. Na EsAO participou duas vezes com palestras sobre História Militar e orientando sobre a introdução do Estudo de História Militar e no comando dos generais Manoel Luis Valdevez Castro e Aurélio Cavalcanti da Silva. Na ECEME teve diversas participações, tendo lá lançado seu livro o **Exército na Proclamação da Republica** e elaborou no comando do Gen. Bda. Paulo César de Castro, os Compêndios Brasil Conflitos Externos até 1945 e Lutas Internas no Império e a ação pacificadora do Duque de Caxias e Lutas Internas na República até 1935 e o livro **Amazônia Brasileira – conquista, consolidação manutenção-História Militar Terrestre 1616-2004** focalizando os conflitos externos e lutas internas que envolveram a Amazônia. Em conseqüência tem recebido diplomas e placas de agradecimento por sua participação, além da mesma Escola possuir em sua Biblioteca obras de autoria do Cel. Bento. No Instituto Militar de Engenharia IME colaborou com palestras para os alunos sobre as Guerras Holandesas e por esta escola foi diplomado como conferencista emérito em 15 de abril de 1998. Tem muito atuado no Colégio Militar de Porto Alegre cuja História pesquisa e escreve e por ele diplomado como Amigo do Colégio Militar de Porto Alegre em 2 outubro de 2002.

Desde 1991 tem escrito sobre a História de Resende onde se destacam seus livros **A Saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende: 1994 - Jubileu de Ouro da AMAN em Resende** (já citado); “Os puris primitivos habitantes do Vale do Paraíba: “Lenda resendense do Timburibá”; “**História Militar do Vale do Paraíba** e,” Resendenses na Guarda de Honra de D. Pedro na proclamação da Independência em 7 setembro de 1822; etc... Conferencista Emérito da ECEME, EsAO, EsIE e ESA. No Instituto Militar de Engenharia, em 15 abr. 98, pronunciou para os corpos docente e discente palestra de 2 horas sobre As Guerras Holandesas em comemoração aos 350 anos da 1ª batalha dos Guararapes e 4º ano do Dia do Exército. Tem pronunciado palestras na AMAN

e em especial sobre a História da mesma ao novos cadetes logo que nela ingressam. De igual modo tem atendido alunos da ECEME e em especial seus ex-alunos na AMAN para ajudá-los com fontes históricas na elaboração de suas monografias, gravando para os mesmos seu pensamento e interpretações, o mesmo acontecendo em relação a pesquisas históricas de cadetes e da prórpia AMAN no seu arquivo pessoal sobre a história da mesma e antecessoras. Como diretor do Arquivo Histórico do Exército 1985-91, promoveu sessões comemorativas de centenários de generais brasileiros, resgatando expressivamente as memórias dos mesmos e suas preciosas lições e ações de comando.

Estudou de 1938-44 no Colégio N. S. Aparecida de Canguçu, colégio que possui expressiva parte de sua obra literária em sua Biblioteca: De 1945-50: no Ginásio Gonzaga de Pelotas tendo se bacharelado no Curso Ginasial, com destaque, em 15 de dezembro de 1948. Concluiu o Científico, com destaque, em Porto Alegre na Escola Preparatória de Cadetes, no Casarão da Várzea. Como aspirante, 2º tenente, 1º tenente e capitão serviu em São Leopoldo 1955-57, em Bento Gonçalves 2 vezes 1957-59 e 1961-66 e em Cachoeira do Sul 1959-61. Como presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul presidiu encontros da entidade em Pelotas, Porto Alegre, Caçapava do Sul, São Gabriel, São Borja, Santana, Lavras do Sul e Rio de Janeiro, mobilizando e estimulando e integrando historiadores isolados do interior.

Possui alentada produção histórica sobre a Zona Sul do Rio Grande do Sul na antiga Coluna Querênciada União Gaúcha João Simões Lopes Neto, do **Diário Popular** de Pelotas bem como no jornal **Tradição** de Porto Alegre, quando dirigido por Edison Otto e então órgão de divulgação do MTG e IHTRGS.

Passou sua vida nos seguintes locais: Canguçú-RS 1931-44; Em Pelotas 1945-50; em Porto Alegre 1951-52; em Resende-RJ 1953-54; em São Leopoldo 1955-57; em Bento Gonçalves e Veranópolis (destacado no vale dos rios da

Prata e das Antas) 1957-59; em Cachoeira do Sul 1959-61; em Bento Gonçalves 1962-66 (sendo que no 2° semestre de 1964 no Vila Militar no Rio de Janeiro); no Rio de Janeiro 1967-69 (na Praia Vermelha); no Recife 1970-71; em Brasília 1972-75; em São Paulo 1976-77; em Resende 1978-80; em Itajubá-MG 1981-82; no Rio de Janeiro 1983-85 no EM1ªRM e de 1985-91 no Arquivo Histórico do Exército, quando passou para a Reserva, passando a residir em Resende onde construíra casa de campo em 1980 e para onde se fixou em definitivo em 1991 a sombra de sua mãe profissional a AMAN.

Residiu destacado quando no 1° Btl. Ferroviário, sucessivamente em Jaboticaba, junto a ponte ferroviária sobre o Rio das Antas (Bento Gonçalves); Rio da Prata (em Veranópolis junto a Gruta do Paco); no KM-2, na altura do Passo do Governo (Bento Gonçalves) e na Linha Marechal Hermes (Violanda) em Veranópolis e próximo de Muçum-RS. E tudo na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado **serviço de natureza nacional relevante** conforme registram suas alterações. Foi pioneiro em 1963, como capitão, na perfuração do maior túnel ferroviário da América do Sul, o Túnel 19 Boca Norte, no qual revolucionou o rendimento de perfuração de no máximo 8 metros por, semana para até 21 metros, tendo em conseqüência sido distinguido pelo seu comandante de Batalhão, cel. Dirceu de Araújo Nogueira, com a caminhonete Aero Willys que até então usara, até adquirir outra para cumprir promessa feita junto ao então coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos, atual denominação histórica do 2º GEC em Manaus.

Revisou com o concurso da AMAN e ampliou e condensou, num só volume, os originais de reedição de **As Batalhas dos Guararapes análise e descrição militar**, para apoiar estudos e pesquisas que se estenderiam até 19 de fevereiro de 1999, 350 anos da 2ª Batalha dos Guararapes.

Produziu para o Sistema de Ensino a Distância para preparação para a ECEME os trabalhos **Lutas internas no período monárquico e a ação pacificadora do Duque de**

Caxias e, Conflitos externos e lutas internas na consolidação da República 1889-97.

Produziu faz cerca de 8 anos para FHE-POUPEX, pesquisa original sobre Os patronos nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ilustradas pelo pintor Newton Coutinho e que se destinariam a distribuição no seio da juventude militar brasileira, estudando em escolas das FF.AA e potencialmente futuros associados da FHE-POUPEX. Lamenta o autor a falta de recursos para dar prosseguimento ao projeto que cobriria lacunas biográficas referentes a personalidades exemplares para a juventude militar tão carente de obras sintéticas e ilustradas do gênero.

É também autor da obra inédita **Moedas de Honra** que consolida a bibliografia sobre Ordens de Cavalaria vindas de Portugal até as atuais honoríficas a nível federal e condecorações militares. Obra inicialmente encomendada pelo G.B.O. Ex, e não honrada pela administração seguinte, que nem sequer indenizou o sofrido investimento intelectual e financeiro do autor. É obra essencial para o conhecimento do assunto pelos recipiendários. É importante disciplina auxiliar da História Militar e Civil do Brasil e foi implantada na Internet em Livros no Site da AHIMTB http://www.resenet.com.br/users/ahimtb.

Em 1972 foi autor do parecer solicitado ao EME pelo Ministério dos Transportes sobre o verdadeiro local da descoberta do Brasil, se em Porto Seguro ou Cabrália, opinando sobre a descoberta em Cabrália, do que resultou a decisão governamental de estender a rodovia federal até lá, conforme consta da obra; MAIA, Rocha. **Do Monte Pascal a Cabralia**. Rio de Janeiro, MT, 1993, p.25-26.

Sua projeção atual na historiografia regional nacional e internacional resultou de seu desejo de escrever a História de Canguçu sua terra natal e que não existia e sobre a qual produziu os seguintes trabalhos entre outros:

Canguçu reencontro com a História, 1983. História da Real Feitoria do Linho cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-89. Município de Canguçu formação histórica:

200 anos da Igreja N. S. da Conceição de Canguçu. Apresentação do livro de Ilka Neves **Primeiros povoadores e batismos de Canguçu 1800-13**. Colaborações na antologia anual do CIPEL: Canguçu na Revolução federalista; Guerra à gaúcha; As Pedras das Mentiras; A Educação em Canguçu - evolução; Canguçu aspectos da Comunicação Social I até o advento da radiodifusão e apreciável volume de artigos em O **Diário Popular** de Pelotas e no o **Liberal** de Canguçu.

Possui as principais fontes da História de Canguçu reunidas no Arquivo Conrado Ernani Bento, seu pai, iniciador da preservação das referidas fontes históricas. Arquivo que será colocado à disposição da pesquisa e na sala da Casa da Cultura destinada a Academia Canguçuense de História.

Bibliografia do autor até 2006

Ela consta no site da AHIMTB na página de abertura, ao clicar-se o nome do autor e, em relação existente na Biblioteca do Colégio N. S. Aparecida em Canguçu, em seu poder e do acervo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, a relação de seus livros e artigos e mais os acervos de seus livros existentes nas diversas bibliotecas, que o autor conseguiu levantar, inclusive na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos onde está o maior acervo de suas obras junto com o da Biblioteca da Escola N. S. Aparecida em Canguçu, onde cursou o primário e, no Armazém Literário e Iconográfico Cel. Cláudio Moreira Bento em Pelotas segundo o batizou o seu proprietário, o historiador Flávio Azambuja Kremer.

Nota: O presente currículo aqui publicado é uma prestação de contas moral a meus conterrâneos de Canguçu, de minhas atividades profissionais e culturais desde que deixei Canguçu em 1945. E ele me dá a agradável sensação de realização, pelo dever a que me impus muito bem cumprido e, em especial, por haver resgatado a história de minha terra natal em meio século, de pesquisas, mesmo residindo fora.

ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA
Breve Histórico
Acadêmica Yonne Maria Sherer Bento
Vice presidente da ACANDHIS

A Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) foi fundada em 13 set. 1988 no Centenário de Conrado Ernani Bento, consagrado o seu patrono e conhecido do como "Major Ernani" ou simplesmente "Major". Foi um historiador nato e autodidata, graças a sua inteligência privilegiada. Como tabelião dos tempos de Canguçu além de ser Tabelião por profissão, foi um colecionador incansável e anotador de eventos políticos, sociais, econômicos e culturais que construíram a identidade da comunidade canguçuense, dos quais em muitos participou, testemunhou ou ouviu dos mais antigos e, sobretudo os documentou.

Levando em conta pessoas antigas que ouviu quando menino e jovem, e em especial de seu avô Antônio Joaquim Bento, de seu pai Cel. Genes Gentil Bento e de seu tio Hermes Laranja Bento, sentiu-se na obrigação moral de coletar, anotar e preservar esses fatos, para que seus pósteros conhecessem um pouco do passado da terra gente canguçuense.

Conrado Ernani Bento foi o inspirador e primeiro mestre do historiado Cel. Cláudio Moreira Bento, seu filho, o idealizador, fundador e presidente da ACANDHIS, desde a sua criação e hoje a sua âncora cultural em História, conforme mensagem que recebeu dos integrantes da ACANDHIS, em 19 de set. de 1999, ao ser destacado pela hoje cinqüentenária Rádio Liberdade, com Troféu Mérito Comunitário, junto com outras personalidades. E tudo em razão de sua larga experiência como historiador e projeção regional, estadual, nacional e mesmo internacional, como o demonstra o seu riquíssimo currículo exposto antes deste trabalho e, sobretudo, por seu justificado orgulho de ser o pesquisador, e o historiador intérprete de Canguçu há 51 anos desde 1956 o amado torrão natal.

A CANDHIS tem por objetivo: "Congregar social e cul-

turalmente, aqueles que são cultores da História, Folclore e Tradições de Canguçu, e assim se constituir em mensageira dos valores espirituais, morais de nossos antepassados canguçuenses de nascimento e de coração, para as gerações do presente e do futuro." Enfim para manter acesa e viva a identidade e perspectiva histórica de Canguçu para que tenha a consciência de onde veio e onde está e para onde irá. E não como uma nau perdida na tempestade e sem bússola que não sabe de onde veio, aonde está e para onde é que vai, como NOSSO PRESIDENTE refere com freqüência.

Corpo de associados da ACANDHIS
Acadêmicos e cadeiras
Secretaria acadêmica Alliete Martins Ribeiro

nº 1 - Zeferino Couto Terres - Cel. GN Leão da Silveira Terres. Foi ocupada por Leão Pires Terres (falecido)

nº 2 - Alda Maria de Moraes Jacottet - Barão de Corrientes, Felisberto Inácio da Cunha, "O Oficial da Ordem da Rosa."

nº 3 - Ângelo Pires Moreira - Cap. GN João Simões Lopes Neto, "O Rápsodo Bárbaro dos Pampas."

nº 4 - Yonne Maria Scherer Bento - Cel. GN Genes Gentil Bento, "O administrador público."

nº 5 - Laedi Bachini Bosembecker - Prof. André Puente, "O grande pedagogo Rio-grandense."

nº 6 - Ceres da Rosa Goulart - Prof. Eduardo Wilhelm, "O grande mestre alemão enamorado de Canguçu."

nº 7 - Cláudio Moreira Bento - Cap. GN Carlos Norberto Moreira, "O empresário de transportes e poeta."

nº 8 - Armando Ecíquio Peres - Gen. (Revolução de 1923) Zeca Neto, José Antonio de Souza Neto,"O condor dos Tapes."

nº 9 - Amílton Valente da Silveira - Ten. Honorário do Exército Franklin Máximo Moreira, "O fundador do Clube Harmonia."

nº 10 - Maria Helena Fonseca Rodrigues - Cel. Farroupilha Joaquim Teixeira Nunes, "A maior lança farrapa."

nº 11 - Yone Meireles Prestes - Dr. Walter de Oliveira Prestes, "O repórter de Canguçu."

nº 12 - Aliette Martins Ribeiro - Gal. Hipólito Antonio Ribeiro, “O vanguardeiro no Paraguai.”

nº 13 - Carlos Eugênio Meireles - Cel. PM Juvêncio Maximiliano Lemos, “O Herói valoroso e leal da Brigada Militar.”

nº 14 - Lúcio Newton Prestes - Ten. Cel. João Paulo Prestes, “O jornalista canguçuense.”

nº 15 - Vanja Rocha Wiskow - Clóvis da Rocha Moreira, “O menestrel satírico.”

nº 16 - Marlene Barbosa Coelho (Elida de Ávila Canez) – Capitão José Henrique Barbosa (O Herói que morreu em defesa da Patria no Paraguai)

nº 17 - Anna Luiza de Souza Thomas – José Maria de Souza Oliveira, “A âncora cultural da Florida.”

nº 18 - Rosenda Barbosa Telesca – Arcebispo Dom Otaviano Pereira de Albuquerque, “O grande religioso filho de Canguçu.”

nº 19 - Cairo Moreira Pinheiro – Ten. Farroupilha Manuel Alves da Silva Caldeira, “O memoralista do Decênio Heróico.”

nº 20 - Moacyr Pereira de Mattos – Ten. Cel. Honorário do Exército Theófilo de Souza Mattos, “O comandante dos canguçuenses na Guerra do Paraguai.”

nº 21 - Flávio Azambuja Kremer – Comendador Manoel José Gomes de Freitas, “O primeiro historiador de Canguçu.”

nº 22 - Gilberto Moreira Mussi – Dr. Luiz Oliveira Lessa, “O conguçuense laureado em Medicina.”

nº 23 - Ivete Possas da Silveira – Ermílio Campos, “O âncora cultural dos Campos.”

nº 24 - Ir. Cecília Ivone Riggo – Ir. Maria Firmina Simon “A grande mestra e educadora do Colégio Aparecida”

nº 25 - Luís Carlos Valente da Silveira – Raul Soares da Silveira”O tradicionalista Emérito,”

Estão vagas as cadeiras Vicente Ferrer Almeida e Longhin Von Hauser.

Homenageado pela ACANDHIS

Professor Antônio Joaquim Bento o primeiro professor régio para meninos de Canguçu em 1857.

Além dos citados, a Academia possui diretorias honorária e executiva e associados:

Patrono: Conrado Ernani Bento.

Presidente de Honra: Prefeito do Município - Cassio Luiz Freitas Mota.

Ocuparam a presidência de Honra os prefeitos Odilon Almeida Meskó, Nelson Edi Grigolleti e Domirio Camargo.

Presidente: Cel. Cláudio Moreira Bento.

Vice-Presidente: Yonne Maria Scherer Bento.

Coordenadora: Laedi Bachini Bosembecker.

Coordenador Cultural: Cairo Moreira Pinbeiro.

Secretária: Aliette Martins Ribeiro.

Tesoureira: Rosenda Barbosa Telesca.

Sócios Beneméritos: Firmo Moreira, Egídio Camargo (falecido), Joaquim de Deus Nunes (falecido), Luiz Carlos Barbosa Lessa (falecido) e Arnaldo Pires Terres.

Sócios Efetivos: Adão Jesus Marques, Bazílio de Souza Barbosa, Conrado Ernani Bento Neto, Darcy Soares de Freitas, Elida de Ávila Canez, Jardel Valente Moreira, Maria da Graça Valente da Silveira, Maria Ivonete da Silva Tessmann, Maria de Lourdes Brandão Jorge, Norma Rocha, Sebastião Ribeiro Neto, Ingrid Goulart Böhmer, Vivian Oliveira de Moura, Laura Oliveira Domingues, Karen Telesca, Jussara Vargas Ribeiro, Gladis Hackbart Goulart, Iuri Jivago L. Guterres, Geisa Goulart Böhmer e Nestor von Hausen.

Sócios Colaboradores: Adriano Telesca Mota, Dr. Cleber Mattos Fonseca, Jaques dos Santos Oliveira, José Lino Dias, Nestor Teixeira Von-Hausen, Carmen Schiavon, Ivone Leda do Amaral, Anélio Duarte Almeida, Antonio Saraiva e Cristina Dias Ribeiro.

Sócios Correspondentes: Osório Santana Figueredo, Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis, Ivo Caggiani (falecido), Ten. Cel. Brigada Militar José Luiz Silveira (falecido), Luiz Marchiotti Fernandes e Corálio Bragança Cabeda.

Sócias Júnior: Camila Rocha Wiskow Bento, Helena Bento Bosenbecker, Elisa Bento Bosenbecker e Laura Domingues.

CAPÍTULO 9

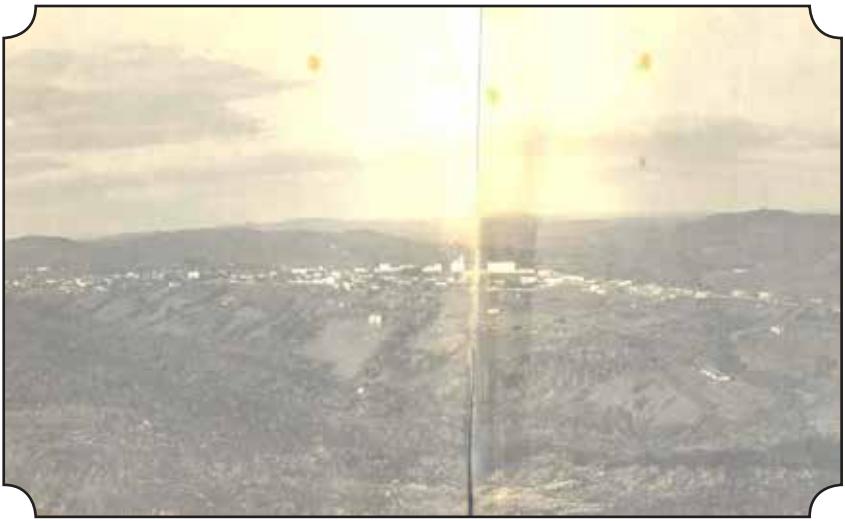
Canguçu
Fotos Históricas

A presente memória iconográfica de Canguçu complementa fotos publicadas pelo autor no texto da presente edição e mais em suas obras, **Os 200 anos da Igreja a N. S. da Conceição**, em **Canguçu, 200 anos** e no **Álbum da Saudade**, organizado e elaborado pelo autor, em 1972, com legendas históricas manuscritas, no Sesquicentenário da Independência e dedicado à Escola Normal N. S. Aparecida para que o difundisse entre o seus alunos, o guardasse e o preservasse para servir, como tem servido ao autor, de fonte de pesquisa e de divulgação da História da Comunidade Canguçuense.

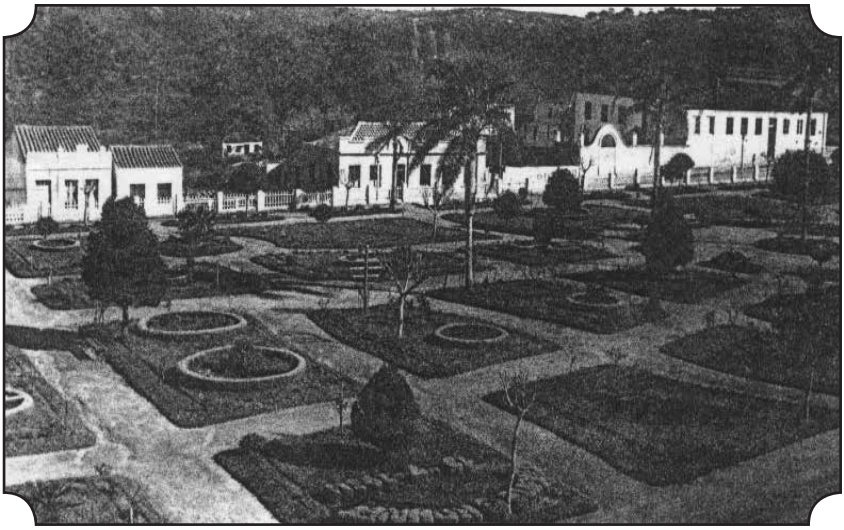
Fotos na grande maioria adquiridas, arquivadas, preservadas e anotadas pelo Tabelião Conrado Ernani Bento, nosso pai, ao longo de sua vida, contribuindo ele assim para o conhecimento, preservação e desenvolvimento da História de Canguçu. História muito rica, mas desconhecida sob espessa camada de patina dos tempos. E a presença fotográfica de seu pai nas fotos aqui expostas se explica por serem as mesmas de sua coleção. E o Arquivo Iconográfico por ele desenvolvido ajuda a explicar a sua consagração como patrono da Academia Canguçuense de História. O citado Álbum depois de bem cumprir sua destinação, retornou provisóriamente ao autor para o auxiliar 35 anos depois na elaboração da presente edição comemorativa do Sesquicentenário do Município de Canguçu. Mas as fotos do Arquivo Conrado Ernani Bento divulgadas nas obras do autor citadas não as esgotam.

O autor

Vista aérea de Canguçu tendo como referência para localização no canto inferior direito Ginásio de Esportes Conrado Ernani Bento com sua pista de esportes e em local que antes serviu de sede de instalações de Residência do Batalhão Ferroviário que construiu trecho da ferrovia Canguçu/Pelotas na década de 40 e a represa que aparece a seu lado e que hoje abastece Canguçu. Antes de 1941 esta área pertencia a enorme chácara de propriedade de nossa avó Firmina Percília Moreira de cerca 60 hectares e hoje transformada num imenso bairro (Foto Prefeitura Municipal)



Vista de Canguçu em 1912 no Centenário da Freguesia, de autoria de Rafael Crecco e tirada do local onde hoje se constrói uma homenagem a padroeira de Canguçu (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)



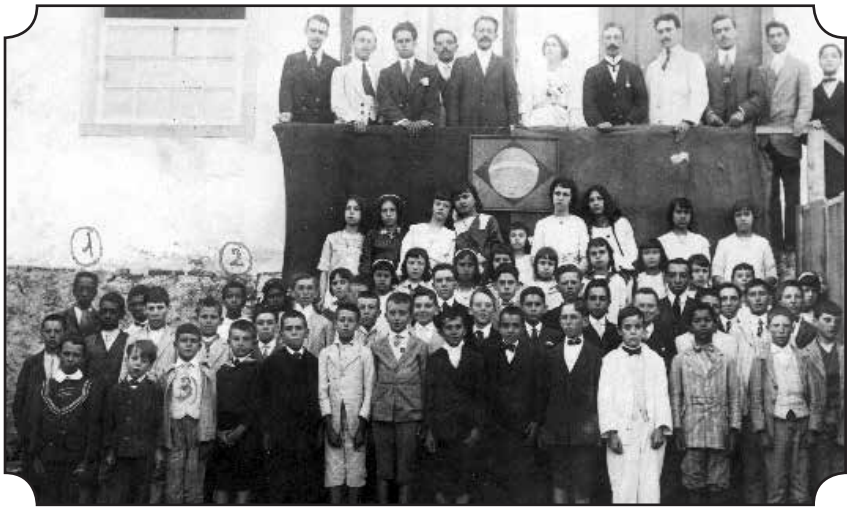
Praça Marechal Floriano Peixoto por volta de 1932, vendo-se a primitiva cerca de madeira e as casas então existentes. As três primeiras a esquerda, do Hotel de Bié Cardoso e a última, residência de Edmundo Sedrez (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento).

Casa de Conrado Ernani Bento por ele adquirida por volta de 1922. Ela abrigava também o seu cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato. Foi reformada no inicio dos anos 40 por Edmar Montelli. Hoje abriga o Cartório Bento, de José Moreira Bento e o Cartório de advocacia de Conrado Ernani Bento Neto. Repare-se a enorme antena para rádio. Consta que foi construída por um fazendeiro antes da Revolução Farroupilha. (Foto do Arquivo Conrado Ernani Bento com anotações datilográficas por ele feitas)

Foto da inauguração do Cine Teatro Glória, em 1939, de Pompílio Freitas e Vitor Petruci. Da frente para a trás, e da esquerda para a direita, nas cadeiras centrais (do antigo cinema mudo): Ivo Morales, João Jorge, Darci Coelho Almeida, “Lado” Escalente – baleiro. Atrás, Júlio Valente, Gastão Pureza, não identificado, Clóvis Rocha Moreira e José Moreira Bento. Atrás. Duas pessoas não identificadas, Ernani Moreira Bento (Nantinho), Dilermando Mota e Fernando Oscar Lopes. Atrás Hugo Nascimento com o filho José Valente do Nascimento e ao lado esposa Emilia e o último Carlos Pires Moreira; Outras identificações deixo a cargo do leitor (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)

Sentados da esquerda para a direita: José Moreira Bento, Antônio Aguiar Valente, Jaime Telesca, Alfredo Nunes, Júlio Alci Gomes Molina. Em pé: Ferdinando Mota, " Veneno", Newton Meireles Prestes, Milton, filho do Telegrafista, Cláudio Moreira Bento, Clóvis Rocha Moreira e, o irmão do Milton e o Anchilin, cachorro do autor presente do seu amigo Ari Couto Terres. (Arquivo de José Moreira Bento)

Foto do Colégio André Puente, maio 1927. 2ª fila: 1 Luiza Moreira Bento, 2 Dulce Aguiar Bento, 3 Leda Pires Moreira, 4 Sara Pires Moreira. Última fila: 5 Carmem Moreira Bento, 9 Amália Schroeder, 8 Georgina Quadros, 10 João Albano de Souza, 11 Ângelo Pires Moreira (falecido em 25 nov. 2006 aos 93 anos) e 6 professor Figueira. (Arquivo Conrado Ernani Bento com suas identificações datilografadas).

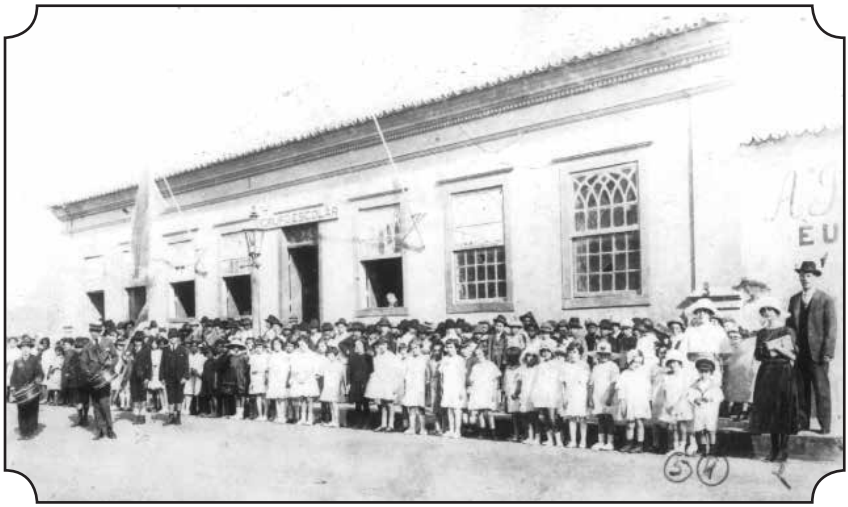


Colégio Municipal Elementar criado em 1913, em prédio onde funcionara o Governo de Canguçu 1857/1901; o Clube Harmonia, em seu início, e o Cinema mudo etc. Na foto, a mais alta de branco é Alda Moreira Barbosa, mãe de Luis Carlos Barbosa Lessa e, a sua esquerda Morena Vianna. E na altura da bandeira, o Professor Pinto Bandeira. Outras identificações a cargo dos leitores se ainda for possível. (Arquivo Conrado Ernani Bento)

Palacete construído pela família Piegas e onde residiu de 1905/17 o intendente Cel. GN Genes Gentil Bento e no início da década de 20 o intendente Dr. Raul Azambuja. Em 1936 foi adquirido para sediar o Clube Harmonia e ampliado na parte onde hoje se encontra o Salão de Baile (Foto de Rafael Crecco em 1912 que integra o Arquivo Conrado Ernani Bento que ai viveu de 1905 a 1913, dos 17 aos 23 anos até se casar).

Foto do Clube Harmonia na década de 40, vendo-se ainda as escadas de acesso com grade ainda existente em 1946 e que na declaração de Guerra do Brasil a Alemanha serviu de tribuna a oradores em apoio a declaração de Guerra do Brasil. As 3 janelas a direita foram construídas para o Salão (Fonte: Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)

Foto de Rafael Crecco, em 1912, da sede do Clube Harmonia que foi transferida em 1936 para a atual a sua frente. A seguir foi adaptado para servir de Globo Hotel de Pompílio Freitas, e mais tarde, adquirido pela Igreja N. S. da Conceição para abrigá-la durante a sua reforma conduzida pelo professor Adail Bento Costa. Mais tarde demolida deu lugar ao atual prédio da Prefeitura construído para sede do Banco do Brasil. (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)



Colégio Elementar André Puente nas comemorações, em 1922, do Centenário da Independência do Brasil. Foi reformado em 1957 no centenário de Canguçu e batizado como Casa do Centenário. E foi a 1ª sede do Banco do Brasil e também Câmara de Vereadores (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento).

Palacete mandado construir pela família Piegas depois da Guerra do Paraguai e que a partir de 1901 foi adquirido pela Intendência, na administração do Cel. GN Hipólito Gonçalves, para servir de Intendência, até ela se transferir como Prefeitura para seu atual prédio. Atrás das 3 janelas a direita se localiza o seu Salão Nobre que denomino Sacrário Cívico da Comunidade. (Foto de Rafael Crecco, do Arquivo Conrado Ernani Bento)

Prefeitura de Canguçu reformada em jun/out. 1955 na administração do Prefeito Conrado Ernani Bento. Seus porões serviram alguns anos na década de 40 de cadeia, enquanto sobre os alicerces da histórica cadeia mandada construir por Chico Pedro ou Moringue em 1843, foi construída a penúltima cadeia. A direita amurada da Praça de Esportes Prefeito Jaime de Farias. (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento)

Agência dos Correios e Telegrafo de Canguçu em 1912. Foto de Rafael Crecco. Nas portas laterais funcionou Agência do Banco Pelotense até sua quebra nos anos 30 e depois por longo período a Estação Rodoviária local. Foi demolida e em seu lugar construída uma Agência Bancária. (Fonte: Arquivo Conrado Ernani Bento)

Concentração de escolas do município na Semana da Pátria, defronte o altar da Pátria, situação que participei de 1938/45 em período coincidente com a 2ª Guerra Mundial. Ao fundo, a direita, uma Torrefação de Café da família Vianna. Ao longe o cerro dos Borges que inspirou o historiador Osório Santana Figueiredo a chamar Canguçu de "A Magnífica dos cerros". (Foto do Arquivo Conrado Ernani Bento)

Canguçu elevação a cidade. Da esquerda para a direita:
Joaquim Telesca e seu avô Zeca Albano, Walter O. Prestes, Victor Petruci, 3- Raul Soares, Conrado Ernani Bento - Tabelião, Dr. Jaime Farias - Prefeito, Dr. Barros Cassal - juiz de Direito, Dr. Pacheco juiz municipal, padre João Brower e dr. Mendonça. (Arquivo Conrado ErnaniBento)

Visão da rua general Osório da altura do antigo Cine Teatro Glória. Foto de Rafael Crecco 1912. O sobrado a direita era o comércio e residência de Antonico Valente. A esquerda, em 1º plano, o melhor hotel da vila. (Arquivo Conrado Ernani Bento).

Stand Bar na Praça Marechal Floriano em 1933, onde funcionou o 1º rádio em Canguçu, quando o bar foi propriedade de José Lopes (Zé Gordo). Aparece um poste de iluminação a gás que aí permaneceu por algum tempo. (Arquivo Conrado Ernani Bento).

Homenagem aos dois filhos de Canguçu, mortos na Itália, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial. Quadro organizado por Egidio Camargo e hoje no Museu Capitão Henrique Barbosa que morreu na campanha do Paraguai. Eles representaram 10% de dos gaúchos mortos na Itália. (Arquivo Conrado Ernani Bento)

Visita em 19 de abril de 1940 ao Aparecida, do Bispo D. Joaquim Ferreira de Melo Na frente Cônego Jacob Lorenzetti, Bispo D. Joaquim e padre João Brower a sua esquerda Zilda Ávila Freitas, hoje mãe do prefeito Cássio Mota. No grupo de meninos: De óculos Moacyr Mattos, 2- José Moreira Bento, 5-Fernando Oscar Lopes, 2- Cláudio Moreira Bento e a sua frente Francisco Ávila Freitas. No Álbum da Saudade identifico e localizo a maioria dos alunos e alunas. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Colégio Aparecida em 7 setembro 1942, Havia mais meninas do que meninos. As tamboreiras eram meninas e foram substituídas por meninos, pelo autor, por Peri Alencar da Cunha e Antônio Dreher. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento e por ele anotada a máquina)

Colégio Aparecida - recreio das meninas. Na frente 1 Maria Firmina Moreira Bento, 2 Maria Hipólito, 3 Maria Dreher, 4 Antônia Vargas, 5 Zilda Freitas, 6 Ema Telesca, 7 e 8 Ceni e Sueli Borges, 9 Maria Machado, 10 Coleta Amaral e 11 Alda Morales. Outras identificações a cargo do leitor. (Arquivo Conrado Ernani Bento)

Colégio Aparecida no seu início em prédio adaptado para Colégio e adquirido de Alvim Nunes. As irmãs chegaram em Canguçu em 31 de janeiro 1934. Em 1º março iniciaram as aulas e em 11 de maio começou a funcionar oficialmente segundo registrou Conrado Ernani Bento em cuja administração o Aparecida se instalou em Canguçu ha 72 anos. No prédio a esquerda funcionavam duas aulas. A do 5º ano a esquerda e do 6º e 7º anos na da direita detalhes que abordo em minhas Memórias com exemplar na Biblioteca do Colégio. (Foro Arquivo Conrado Ernani Bento)

Um Corpo de Provisórios em 1º de janeiro de 1924 depois de pacificada a Revolução de 1923 e liderada na área pelo General Revolucionário Zeca Netto: Identificados Zeca Albano, bem a esquerda em traje claro e gravata e, indicado por um risco e na praça Conrado Ernani Bento. (Arquivo Conrado Ernani Bento)

Outro Corpo de Provisória na Revolução de 23 ao comando do canguçuense Cel. Juvêncio Lemos. Foto muito ruim, mas dá uma idéia do conjunto. (Arquivo Conrado Ernani Bento).

Tiro de Guerra 621 em Canguçu posando para foto em frente do palacete dos Soares de Paiva na esquina das ruas Exército Nacional e General Osório. Pouco deixaram de memória de sua existência, seus integrantes, sede e duração. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Tiro de Guerra 32 Canguçu 1944. Da esquerda para a direita: Sentados: Silveira (filho Antônio Silveira), Nede Pinto, Silvinho Borges, Sargento Sebastião (instrutor), Ernani Moreira Bento, Pedrinho Goulart , n/identificado. De pé: Eusébio, Alcides Vargas, Osmar Telesca, Paulo Pereira, 12 e 13 não identifico, João Mota Jorge e Deusinho Ribeiro. Ao dirigir o Arquivo Histórico do Exército 1985/91 lá encontrei a documentação desse pessoal. Eu me iniciei na vida militar assistindo várias aulas deste Tiro de Guerra. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Foto do primeiro E. C. Cruzeiro, fundado em 7 abril 1931, ha 75 anos. Da esquerda para a direita. Defesa Alemãozinho, Altair Matos Bandarra, Cabo Rocha. Meio de campo: Honor Coutinho, Nelson Pereira e Mário Pereira (Galego), Ao fundo Dr. Ângelo Grana Garcia, (Presidente), não identificado, Hipocrates Santos Goulart, Manuel Gonzáles, Arnaldo Mota, Joaquim Lopes e Tenente Ocarlindo (técnico).

América F. C. Fundado em 15 dez. 1942. Da esquerda para a direita. Sentados: Aires Almeida irmãos, Lauro e Joaquim Pereira, Mario Garcia, José Escalante (Zezinho), Atrás ajoelhados: Manoel Mesquita,Teodoro Escalante (Tico irmão de Zesinho), Emílio Vitaca, Vitório. De pe: Jose Nogueira (Zé Gordo-Presidente), Joaquina Fonseca, a madrinha, Francisco Almeida (Chico Preto), Rubens Mota (Canela), Raul Picanço, Justino Mesquita (irmão de Manoel e técnico), Santos Pereira (guarda esporte e irmão de Lauro e Joaquim e pai do menino mascote Adão Jesus Marques Pereira. José Nogueira. Zé Gordo (Presidente) (Foto Arquivo Conrado Ernani Bento)

Estação Ferroviária de Canguçu na chegada do 1º trem. A ferrovia foi construída pela 2ª Companhia do 1º Batalhão Ferroviário, unidade na qual servi em 1957/59 e 1961/61 e onde convivi com vários canguçuenses que seguiram com o Batalhão para Bento Gonçalves. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Momento histórico da chegada dos trilhos na Estação de Canguçu, assentados por militares do 1º Batalhão Ferroviário. Em Canguçu 200 anos, coloquei a foto do 1º trem que chegou em Canguçu. A 1ª viagem de trem a Pelotas foi em 1º de abril de 1950 quando o autor era soldado em Pelotas, da 3ª Companhia de Comunicações. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Na foto da esquerda, posse em 1905 do Intendente Cel. GN. Leão Silveira Terres, e ao seu lado o Cel. GN. Bernadino Mota. Na foto da direita, o vice intendente Cel. GN. Genes Gentil Bento, seu irmão Hermes Laranja e seu filho Conrado Ernani Bento aos 16 anos. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento)

Posse do prefeito Conrado Ernani Bento em 1933. Da esquerda para a direita as crianças Irmãos: 1- Carlos, 2- Ernani e 3- José, 6- Jorge Alberto Bandarra, 5- Dilermando Mota, 4- Marpha Bento,13- Henriquinho Morales, 14- Ten. Candinho Schepf, 15- Alberto Bandarra, 16- Paula Couto, Conrado Ernani Bento, prefeito. 12- Alteçor Almeida, 11- Gentil Goulart Silveira (meu padrinho), 10- João Loreto Jacondino, 9- Dr Valter Oliveira Prestes e Dr. Luis Oliveira Lessa. (Fonte Arquivo Conrado Ernani Bento com indicações numeradas feitas por ele.)

Eleições à prefeitura em 1951. Confraternização dos candidatos. Da esquerda para a direita: Dr. Victor Bachieri, João de Deus Nunes e Conrado Ernani Bento; de costas com a mão na cabeça o deputado estadual Arthur Bachini, sobrevivente desta modelar, amigável e exemplar confraternização. (Foto arquivo Conrado Ernani Bento)

Reunião na ACANDHIS em 17 março 2007
Na Casa de Cultura Marlene Barbosa Coelho

Aparecem na foto tirada, defronte à Casa de Cultura. Da esquerda para a direita, da frente para trás: acadêmica Rosenda Barbosa Telesca, Rosaura Maria Pereira, acadêmica Laedi Bachini Bosenbecker, Dra. Dilza Soares Boemeke, acadêmico, cel. Cláudio Moreira Bento e acadêmico Flávio Azambuja Kremer. Na fila de trás: Acadêmica Ione Meireles Prestes, acadêmico Cairo Moreira Pinheiro, acadêmica Maria Helena da Fonseca Rodrigues e, na sua frente a vice-prefeita e presidente da Comissão do Sesquicentenário de Canguçu, Maria Luíza Aquino. Elesbão e a sua direita Margarete Dutra Fonseca, tendo atrás seu esposo Mário Luiz Fonseca, presidente do Rotary.

Na fila mais atrás: Acadêmico Zeferino Couto Terres, acadêmica Ivete Possas da Silveira.

José Moreira Bento, acadêmico Dr. Lúcio Newton Prestes, acadêmico Dr. Luiz Carlos Valente da Silveira, acadêmica Irmã Cecília Rigo, acadêmico Gilberto Moreira Mussi, Sílvio Hipólito, Heloisa Helena Moreira Silveira e acadêmico Armando Ecíquio Perez presentes nesta reunião, conforme constou em ata do evento.

Esta reunião teve por objetivo prestar homenagem póstuma ao falecido acadêmico Major Ângelo Pires Moreira, em trabalho elaborado pelo Cel. Cláudio Moreira Bento Presidente da ACANDHIS e lido pelo acadêmico Dr. Luiz Carlos Valente da Silveira. O Presidente noticiou estar pronto seu livro: **2ª edição** - **Canguçu reencontro com a História um exemplo de reconstituição de memória comunitária**, para ser lançado em junho nas comemorações dos 150 anos de Canguçu. Obra que foi apoiada pela Prefeitura, com base na lei Municipal de Incentivo à Cultura e o Esporte, com 2.000 reais para ajudar na distribuição da obra para universidades, escolas, bibliotecas e instituições históricas do Brasil. Foi comunicado e registrado em ata o apoio da Prefeitura à Academia Canguçuense de História em abrigá-la, com base em Lei Municipal, a ser votada, em instalações do município na área da Casa de Cultura e Teatro Municipal, como resultado de negociações junto à Prefeitura, pela ACANDHIS representada pelas acadêmicas Alliete Martins Ribeiro e Irmã Cecília Rigo.

PARA REFLEXÃO
NOSSA MENSAGEM FINAL

Acabamos de produzir artigo **Brasil um pais sem memória?** nos números 103 e 104 da **Revista SASDE** (Sociedade de amigos da 2ª Divisão de Exército em São Paulo). Expressão que é considerada um disfarce pelo não cumprimento pelo Estado de sua obrigação de desenvolver a Memória Nacional com isenção, em bases livres de influência partidária, principalmente.

Este problema, no caso de Canguçu, a sua Memória Histórica possui relevância estratégica, por contribuir para estudar o passado de Canguçu, e entender o presente para bem planejar com realismo o seu futuro. E esta tarefa vem sendo feita, desde 1988, por integrantes da ACANDHIS, que desde então vêm auxiliando os sucessivos governos de Canguçu, nela representado pelo seu Prefeito na condição de seu Presidente de Honra, a desenvolver a História de Canguçu, a pesquisando, a preservando, a cultuando e a divulgando.

E esta cooperação tem sido respondida pelo Governo Municipal (Executivo e Legislativo) as vezes com maior ou

menor intensidade e, a partir de 2006 com base legal na Lei 2772/2006 de Incentivo à Cultura e o Esporte. Em 1978 teve início o despertar cultural ou renascimento cultural de Canguçu na administração do Prefeito Gilberto Moreira Mussi, hoje acadêmico da ACANDHIS, apoiado que foi por Delegacia de Canguçu da Academia Brasileira de História, criada por nossa iniciativa como acadêmico, com o apoio de seu presidente o saudoso Dante de Laytano. Marco deste renascimento foi a criação da Casa de Cultura, hoje Professora Marlene Coelho Barbosa.

Em 1988 a citada Delegacia deu lugar a fundação da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) que em apoio a Prefeitura de Canguçu, desenvolveu a Memória Histórica Municipal com isenção, o que constitui, insistirmos uma obrigação de Estado, no caso, do Governo Municipal.

E assim esta cooperação tem se desenvolvido inclusive com a crescente participação do Legislativo que apoiou a criação da Casa de Cultura, hoje Casa de Cultura Marlene Barbosa Coelho, como ato de justiça na voz da História, e por último a citada Lei 2772/2006 de Incentivo à Cultura e o Esporte etc.

A ACANDHIS carece de Lei Municipal que lhe destine área para ela desenvolver suas atividades e abrigar o seu já rico patrimônio histórico sobre Canguçu, como a Casa da Memória de Canguçu.

É o que os membros da ACANDHIS esperam desta união com o Governo Municipal (Executivo e Legislativo), levando em consideração que a Memória Histórica de Canguçu (História da terra e gente canguçuense) é o setor mais estratégico da Cultura Municipal, cujo desenvolvimento é responsabilidade do Governo e que em seu apoio a ACANDHIS, a vem desenvolvendo de forma isenta. Comprovar esta afirmação é tarefa de simples verificação e raciocínio!

Cel. Cláudio Moreira Bento
Presidente da ACANDHIS
Resende, A Cidade dos Cadetes

A concretização desta obra foi possível graças ao apoio da: Associação de Poupança e Empréstimo

IMPRESSÃO:
GRÁFICA E EDITORA IRMÃOS DRUMOND LTDA.
www.graficadrumond.com.br